

REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

RIHGS

25

Vol. XX



N.º 25

1960

Vol. XX

55-20078

REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

DIRETOR RESPONSÁVEL

EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA

INSTITUTO HISTÓRICO E
 GEOGRÁFICO DE SERGIPE
 Rua Itaherminha, 41
 ARACAJU - SERGIPE

N.º 25

1960

Vol. XX

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES DE 1959/1961

Presidente :	— Dr. Manoel Ferreira da Silva Neto
1.º Vice-Presidente :	— Dr. Urbano de Oliveira Lima Neto
2.º Vice-Presidente :	— Desemb. Luiz Magalhães
Secretário Geral :	— Epitânio da Fonseca Dória
1.º Secretário :	— Prof.ª D. Maria da C. Melo Costa
2.º Secretário :	— Dr. Flávio da Rosa Melo
Orador :	— Dr. José Bonifácio Fortes Neto
Orador :	— Dr. Avante Amaral de Oliveira
Orador :	— Dr. Antônio Garcia Filho
Tesoureiro :	— Contador João Barbosa dos Santos

Comissão de Fazenda e Orçamento : Clovis Rollemberg, Coronel Francisco de Porto Souza e Onésimo de Araújo Pinto.

Comissão de História : Drs. João B. P. Garcia Moreno, Desemb. João Bosco de A. Lima e Prof.ª Ofenista Soares Freire.

Comissão de Geografia : Prof. Napoleão Agêlio de Oliveira Dória, Desemb. Waldemar Fortuna de Castro e Dr. Joel Mariz de Aguiar.

Comissão de Manuscritos e Autógrafos : Drs. Olavo Ferreira Leite, Gonçalo Rollemberg Leite e Luiz Rabelo Leite.

Comissão de Admissão de Sócios : Drs. Lauro Dantas Hora, João Maynard Barreto e Antônio de Oliveira Brandão.

Comissão de Revista : José Apóstolo de Oliveira Neto, Prof.ª D. Maria Aguiar Barreto e Dr. Paulo Costa.

Comissão de Estatística : Prof. José Hermenegildo da Cruz e Drs. José Aloísio de Campos e Francisco Alberto Bragança de Azevedo.

ANTELÓQUIO

Venceu esta Revista, como possível foi, o seu quadragésimo sétimo ano de vida.

No curso de sua existência de 47 anos divulgou muita coisa de real utilidade que ficaria sumida no vácuo do ineditismo sem essa divulgação, fazendo falta aos que estudam o evoluer de nossa existência; e exaltou homens e fatos de nossa história que não poderiam ficar no esquecimento da posteridade.

Os hiatos verificados na sua publicação foram causados pela falta de recursos financeiros. A renda decorrente da anuidade de sócio não tem sido suficiente para fazer face às despesas de tôda a ordem e mais as da publicação normal da Revista, mesmo no tempo em que as despesas editoriais eram pequenas, necessitando recorrer o sodalício à ajuda do Estado, com a publicação na tipografia do Diário Oficial.

Vivíamos fora do orçamento da União, no qual só conseguimos entrar, por janela muito estreita: apenas um mil cruzeiros por ano.

Coube ao consócio Dr. Amando Fontes, quando deputado federal, melhorar, de muito, semelhante situação, elevando anualmente a dotação, até atingir a quantia de vinte mil cruzeiros no último orçamento em que colaborou como deputado. Seguiu-lhe no louvável gesto o atual deputado Dr. Francisco Leite Neto, que conseguiu incluir no orçamento uma verba extraordinária de cem mil cruzeiros, como ajuda para a conclusão da construção do edifício.

Depois veio a figura valorosa e prestante do senador Jorge Campos Maynard que começou a beneficiar o Instituto quando desempenhava o cargo de prefeito da capital. Passando ao Se-

nado entrou a conseguir verbas quantiosas, sendo de trezentos mil cruzeiros a ordinária consignada no orçamento de 1961.

Nos intervalos conseguiram também dotações extraordinárias o deputado Armando Rollemberg e o senador Lourival Fontes, mas nem sempre liberadas pelo governo da União.

É justo consignar aqui êsses relevantes benefícios feitos ao Instituto, possibilitando a publicação de sua revista, que é distribuída em caráter de permuta com numerosas bibliotecas nacionais e estrangeiras, convindo repetir que foi o senador Jorge Campos Maynard o representante do Estado no Congresso Nacional que maiores verbas conseguiu para o sodalício.

Foi graças a estas ajudas que a Revista conseguiu normalizar a sua situação de saída anual.

E. D.

A HISTÓRIA DA FREGUESIA DE SIMÃO DIAS

Dissertação apresentada no Congresso Diocesano de
Simão Dias, pelo jornalista Carvalho Déda.

1

A história cristã da Freguesia de Santana de Simão Dias, não é para ser narrada num discurso ou numa conferência. A despeito de ser uma Paróquia nova em comparação com outras Paróquias da Diocese de Aracaju, pois conta apenas 119 anos de sua criação, a marcha histórica e evolutiva do cristianismo neste rincão sergipano vem dos albores coloniais.

Se nos transportarmos, numa visão retrospectiva, ao tempo em que o violento conquistador Conselheiro Luiz de Brito e Almeida ocupou o Governo do Norte do Brasil, iremos encontrar brilhando, dentro na mata virgem, nas serenas barrancas, do Caiçá, a sagrada flama do cristianismo.

Diz a história que ao chegar ao Brasil para ocupar o cargo de Governador Geral, Men de Sá procurou de logo desfazer o estado de desconfiança então existente entre colonos e jesuitas. Os últimos dias do Governo de D. Duarte da Costa tinham sido de maus presságios para a política de colonização. O antecessor de Men de Sá havia entrado em sérias divergências com o austero Bispo D. Pero Fernandes, dando lugar a formação de dois partidos; um para apoiar o nosso primeiro Bispo, e outro que se batia ao lado do segundo Governador Geral.

Men de Sá, porém, político de rara habilidade, arguto, inteligente, compreendeu que o êxito da sua política de colonização estava na colaboração do clero; por isso, antes de tomar posse do

seu alto cargo “passou cêrca de uma semana em exercícos espí-rituais, sob a orientação do Padre Manuel da Nóbrega, no colégio dos Jesuitas”. Assumindo o Govêrno Geral depois dêsses piedosos exercícos, estabeleceu Men de Sá o seu programa de conquista e colonização, que devia se estender para os lados de Sergipe. Após tão piedosos exercícos sob a orientação do Padre Manuel da Nóbrega, que seria o seu melhor auxiliar no govêrno, claro que a palavra de ordem de Men de Sá, não seria senão aquela que lhe fôra inspirada pelo santo missionário jesuita; — **Conquistar Sergipe pelo Evangelho e não pelas armas !**

Para esta delicada missão, Nóbrega indicara o Padre Gaspar Lourenço, que mais tarde, com seu companheiro Padre João Salônio e mais vinte Neófitos, fizeram acampamento nas margens do Rio Real. Catequista hábil, Gaspar Lourenço conseguiu em pouco tempo cativar a simpatia dos índios, inclusive a confiança do terrível “Surubí”. Bem adiantados iam os trabalhos da catequese, quando os planos do Jesuita foram transformados por uma pólica errada e violenta. Aconteceu que dividido o Brasil em dois Governos, um no Norte com séde na Bahia, e outro no Sul com séde no Rio de Janeiro, para o Govêrno do Norte foi nomeado o Conselheiro Luiz de Brito e Almeida, homem temperamental e sem habilidade política, por isso que subestimou a valiosa colaboração dos Jesuitas.

Para o feroso e voluntarioso Governador do Norte, a conquista teria de ser feita a ferro e a fogo, e não com as branduras do Evangelho; assim é que, substituindo a Cruz pela espingarda, Luiz de Brito preparou uma expedição armada para a conquista de Sergipe.

Acampada a tropa do Governador nas margens do Rio Real, não tardaram as hostilidades. Não tardou a execução do violento programa de conquista.

Os Missionários armados com a Cruz e o Evangelho, haviam penetrado nas tabas, explicando a religião com doçura, batizando e casando, abolindo assim a promiscuidade nua das tribus e ensinando o cultivo da terra, ao passo que os soldados de Luiz de Brito penetravam nas tabas praticando o descabro da ordem moral. Descasavam os índios tomando-lhes as mulheres.

Surgiram as primeiras escaramuças. Os índios flexavam os soldados porque estes tomavam suas mulheres; os soldados espingardeavam os índios porque estes flexavam os seus camaradas...

E veio a guerra terrível nos aldeamentos próximos à foz do Rio Real, onde se acamparam os soldados do Governo e onde se concentraram índios de outros aldeamentos longínquos. Uma batalha encarniçada e decisiva foi travada, cabendo a vitória aos homens de Luiz de Brito.

Nessa luta morreram muitos índios, tendo nela tombado um dos mais valentes indígenas do norte do Brasil, o famoso "Suruibí", chefe do aldeamento do "Irapiranga".

Foi completa a vitória das forças de Luiz de Brito. Mais de 1.200 índios foram aprisionados e levados como escravos para a Bahia. Dentre estes prisioneiros figuravam dois valentes guerreiros da selva sergipana: "Serigi" e "Aperipê".

II

Não satisfeitos com a vitória obtida, os soldados se desmandaram em crueldade contra os vencidos. Velhos e crianças foram trucidados barbaramente. As mulheres violentadas, as aldeias incendiadas, as roças destruídas e as canoas sequestradas. O desbaratamento dos nativos!

Assim escorraçados, alguns remanescentes fugiram do litoral em demanda dos sertões, de onde nunca mais voltariam.

Na sua fuga para o desconhecido, o grupo errante e surrado parou estupefato no meio de uma mata virgem que guardava grande variedade de caça e que apresentava um solo próprio para a plantação de mandioca, e mais um riuzinho que serpeava à sombra de gigantescos cedros.

— Paremos aqui! — teria ordenado o "morubixaba". E foi construída a primeira taba, no local que mais tarde tomariam o nome de "Mata da Moita", no mesmo local onde hoje se ergue, magestosa e inconfundível, querida e santificada, a Matriz de Santana de Simão Dias.

Foram estes remanescentes da Missão de Gaspar Lourenço os primeiros habitantes desta hospitaleira terra. Eram índios

pacatos. Não há notícia de correrias ou ataques feitos por eles a outras paragens. Teriam praticado a cerimônia do "quebramento da flexa", ato que para os costumes indígenas simbolizava paz.

Mas este pacifismo dos índios da "Mata da Moita" não era senão a resultante da catequese do Jesuíta Gaspar Lourenço. Os bárbaros soldados de Luiz de Brito não conseguiram apagar a sagrada chama que o Jesuíta acendera nas margens do Rio Real; uma centelha de fé cairá por milagre nas barrancas do Caiçá.

Podemos afirmar portanto, que a marcha evolutiva do Cristianismo em Simão Dias, vem dos albores coloniais. Nunca mais se apagou deste solo a centelha atirada de longe por Manuel da Nóbrega.

Quando as hostes invasoras do Príncipe Maurício de Nassau, em celeradas correrias transpuzeram o Rio São Francisco, ameaçando Itabaiana, o português Braz Rabelo achou por bem retirar os seus rebanhos daquela zona, determinando que seu vaqueiro Simão Dias edificasse currais nas florestas do Caiçá. O vaqueiro Simão Dias e sua mulher Damiana, obedecendo as ordens do amo, cuidaram da mudança. Arrumando a pequena bagagem na velha bruaca de couro cru, Damiana não se esqueceu de uma relíquia sagrada que acompanhava o casal desde muitos anos: uma tósca Cruz de madeira, símbolo de sacrifício e fé, e que para os novos habitantes das florestas do Caiçá seria o primeiro marco de fé cristã nestas paragens. Mas a verdade é que o casal de vaqueiros em aqui chegando encontraram os primeiros vestígios do cristianismo, entre os remanescentes da Missão de Gaspar Lourenço. A Cruz de Damiana veio reforçar o sentimento de religião entre os indígenas do Caiçá.

Passados os anos, no dia 7 de dezembro de 1784 um fato de significação histórica ocorreu no "Escritório" do Tabelião José da Costa Barjão, da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Ali, naquêlê dia, compareceu o Capitão Manuel de Carvalho Carregoza acompanhado de sua espôsa Ana Francisca de Menezes, e perante o Tabelião Substituto Afonso de Franca Côte Leal, foi firmada a escritura de doação do patrimônio da Capela de Santana, a ser erigida nas "Matas de Simão Dias". A doação compreendia "500 braças de terra de largo, e meia légua de comprido, e

mais 30 vacas de criar, cujo rendimento devia ser aplicado na compra de cêra, vinho e hóstia, e nas demais despesas com a administração do Sacrifício da Missa.

Os sentimentos religiosos do generoso casal lagartense, vieram aprofundar mais a base fundamental do Cristianismo em Simão Dias. De fato, pouco tempo depois, quem penetrasse sertão a dentro pelas velhas trilhas dos índios e do vaqueiro de Braz Rabelo, iria encontrar, nas margens do Caiçá, uma singela Capela com o seu Cruzeiro externo que avultava numa eminência bendita, abrindo os braços que significavam a hospitalidade natural da "Mata da Moita", e a cuja sombra se reuniam, na mais fraternal comunhão, os Carvalhos, os Menezes, os índios, os escravos e os vaqueiros, para rezarem a Ave Maria !

Dia a dia florescia a povoação, anexando novas ruas ou criando novas fontes de trabalho e progresso. Crescia a população e florescia a fé semeada no Brasil por Manuel da Nóbrega.

Em 1826 teve início um movimento cívico-religioso chefiado por Domingos José de Carvalho, neto do casal doador, no sentido de ser a Capela elevada à categoria de Freguesia.

Um memorial neste sentido fôra dirigido à Corôa. Despachado para o Tribunal de Consciências e Ordens, êste por sua vez, quis ouvir a opinião dos camaristas do Lagarto que não tardaram em sua manifestação favorável às pretensões dos simãodienses.

Fôrças secretas, porém, influíam em sentido contrário, pois, o movimento chefiado por Domingos José de Carvalho, não visava apenas um pequeno círculo em redor da povoação; visava a reivindicação de todo o território do Oeste, nos limites da Serra do Capitão. Por isso não vingou o movimento de 1826.

Mas Domingos José de Carvalho não era homem para desanimar. Assim é que em 3 de junho de 1831, dirigiu outro movimento pró-freguesia. Outro memorial foi dirigido à Assembléa Geral por intermédio da Câmara do Lagarto. Despachado o memorial à Comissão Eclesiástica da Assembléa Geral, permaneceu aí, esquecido, engavetado, durante três longos anos.

Entrementes, os simãodienses, em harmonia com os lagartenses, se movimentaram dentro da própria Província, e conseguiram, na oportunidade de uma situação política, que o "Conselho da Província", sem a manifestação do "Tribunal de Cons-

ciência e Ordens", ou da "Comissão Eclesiástica da Assembléia Geral, decretasse a Resolução de 7 de fevereiro de 1834, criando Freguesia a Capela do Simão Dias, dividida da do Lagarto.

Criada assim a nova Freguesia, não havia para os seus fregueses o problema de Vigário para o seu provimento. Estava naturalmente indicado o Padre José Francisco de Menezes, descendente do casal fundador da promissora Capela.

III

O dia 29 de abril de 1834 marcou uma nova era para os destinos religiosos de Simão Dias. Nesse memorável dia, o Padre Encomendado José Francisco de Menezes, nosso primeiro Vigário, celebrou a primeira Missa em Simão Dias como Freguesia independente.

Um impasse surgiu porém. Com a promulgação do Ato Adicional à Constituição do Império, fôra dissolvido o "Conselho da Província", sendo instalada a Assembléia Provincial. Era o que esperava a sonolenta Comissão da Assembléia Geral que, no ensejo dessa ocorrência política, deu afinal a seu despacho mandando que "os interessados requeressem à Assembléia Provincial a criação da Freguesia", Freguesia já criada pelo dissolvido "Conselho Provincial".

Ninguém desanimou aqui. Um novo movimento foi articulado no sentido de ser legalizada ou normalizada a situação da jovem Freguesia pela nova Assembléia. De fato, a situação normalizou-se com a promulgação da Lei de 6 de fevereiro de 1835, que criou NOVAMENTE, a Freguesia de Santana de Simão Dias, desmembrada da de Lagarto, com ligeiras alterações nos limites descritos pela Lei de 7 de fevereiro de 1834.

Comemoramos o centenário da nossa Freguesia em 6 de fevereiro de 1935; erigimos um monumento alusivo a esta data; a verdade histórica, porém, é que Simão Dias é Freguesia independente, desmembrada da de Lagarto, desde o dia 7 de fevereiro de 1834.

A despeito da nova lei promulgada, criando NOVAMENTE a Freguesia; não obstante a irregularidade verificada, isto é, o fato de ter o antigo "Conselho Provincial" decretado a criação

em 1834 sem o pronunciamento prévio da "Comissão Eclesiástica da Assembléia Geral", o certo é que a vida paroquial da Freguesia, com o seu primeiro Vigário à frente, não sofreu solução de continuidade. Ademais, se irregularidade houve em relação à Lei de 1834, o mesmo aconteceu em relação à de 1835, porque, conforme consta de documentos irrefutáveis, esta não foi precedida da audiência do Revm^o. Arcebispo Primaz, consoante dispunha a legislação então em vigor. Tanto a Lei de 1834, como a de 1835, estavam eivadas de irregularidades, as mesmas irregularidades.

Na verdade não houve nenhum hiato entre 7 de fevereiro de 1834 e 6 de fevereiro de 1835, e, se rebeldia houve por parte do Vigário José Francisco de Menezes, não houve nenhuma reprovação por parte das autoridades Provinciais e Eclesiásticas, que tiveram conhecimento dos atos aqui praticados pelo mesmo.

Depois de paciente e exaustivas pesquisas no Arquivo Público do Estado, encontramos alguns officios e mapas estatísticos regularmente remetidos à Secretaria do Govêrno, relativos aos batismos, casamentos e óbitos de índios, escravos e brancos, registrados na Freguesia de Simão Dias, e referentes aos anos de 1834 a 1838. Esses mapas e officios, assinados pelo Vigário José Francisco de Menezes, fazem prova segura de que não houve solução de continuidade nos negócios e atos desta Freguesia, desde 1834.

Na Câmara Eclesiástica do Arcebispado da Bahia, encontra-se o registro da Lei de 6 de fevereiro de 1835, contendo o seguinte despacho de D. Romualdo de Seixas :

— Remetido ao Nosso Reverendissimo Desembargador para que, depois de registrado o incluso decreto, APESAR DA IRREGULARIDADE COM QUE FOI EXPEDIDO SEM NOSSA AUDIÊNCIA COMO É DE DIREITO, passe as convenientes ordens ao Reverendissimo Vigário Geral de Sergipe, para que o faça cumprir e publicar, autorizando-o para nomear Vigários Encomendados para as novas Freguesias, sem prejuizo do direito de opção garantido AOS ANTIGOS PÁROCOS DAS REFERIDAS FREGUESIAS e assine por prazo razoável, aos ditos Encomendados para

que venham a esta Metrópole, a fim de proceder-se ao competente concurso — Bahia, 12 de março de 1835 —.

Aberto o concurso, nêle inscreveu-se o Padre Encomendado José Francisco de Menezes, que foi afinal aprovado, sendo proposta a sua nomeação pelo próprio Arcebispo da Bahia, nos seguintes termos :

“Ilm.^o e Exm.^o Sr. Presidente da Província de Sergipe.

Em virtude do concurso que mandei proceder, da Freguesia de Santana, denominada de Simão Dias, que fôra criada por decreto da Assembléia Legislativa Provincial; tem a honra de propor para seu Vigário perpétuo o Padre José Francisco de Menezes, único opositor, e JÁ VIGÁRIO ENCOMENDADO DA MESMA; julgando-o digno da apresentação, à vista não só do testemunho da respectiva Câmara Municipal que muito o abona, e o pede em nome dos Povos para Pároco daquela Igreja, mas também dos documentos juntos, que audiência de V. Exa. — Bahia, 6 de junho de 1835 — Romualdo, Arcebispo da Bahia.

Eis o teor de um dos documentos :

— “Dom Romualdo Antonio de Seixas por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispado da Bahia, Metropolitano do Brasil, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Grande Dignatário da Ordem da Rosa, Deputado a Assembléia Geral Legislativa do Império, e Membro da Assembléia Provincial da Bahia”. —

— Atestamos que o Padre José Francisco de Menezes, único opositor à Freguesia NOVAMENTE CRIADA de Santana, denominada Simão Dias, de que é Vigário Encomendado, nos merece o conceito de Sacerdote bem morigerado, e hábil para o Offício Paroquial, segundo as informações transmitidas pela respectiva Câmara Municipal, e o nosso Reverendíssimo Vigário Geral da Província de Sergipe. Em testemunho da Verdade passamos o presente sob o nosso

Sinal e Selo das nossas Armas, aos 6 de junho de 1835 — Romualdo, Arcebispo da Bahia.

Como se vê, a Freguesia de Santana de Simão Dias fôra criada NOVAMENTE; isto é, de novo outra vez, repetidamente, mas o seu primeiro Vigário já Encomendado, não deixou de ministrar nela os officios paroquiais, desde a primeira vez, isto é, desde a sua instalação em 1834.

Sustentamos, por tudo isso, que o centenário da criação da Freguesia de Simão Dias, ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1934, e não na data em que o comemoramos. As duas Leis, tanto a primeira como a segunda apresentaram irregularidades.

IV

O Padre José Francisco de Menezes exerceu o paroquiado em Simão Dias, desde o dia 29 de abril de 1834, quando celebrou a primeira Missa de instalação da Freguesia, até o ano de 1838, quando faleceu.

Quatro anos depois, em 1842, ocupou o lugar de Pároco colado da Freguesia, o Cônego Antônio da Costa Andrade, que por espaço de 42 anos dirigiu os destinos religiosos de Simão Dias.

Em seguida vieram os Vigários José Joaquim Ludovice, José Marinho Duarte, Filadelfo Macedo, Domingos Fonseca de Almeida, José Antonio Leal Madeira e Afonso de Medeiros Chaves. Serviram de coadjutores, em épocas diferentes, os Padres João de Matos Freire de Carvalho e João Valverde.

Com excepção do Cônego Domingos Fonseca de Almeida, todos os demais Vigários colados da Freguesia de Santana, aqui ficaram à frente dos nossos destinos religiosos, até quando Deus os chamou.

Não se pode dizer que um foi maior do que outro, porque, na verdade, todos eles foram abnegados e bondosos. Desde José Francisco de Menezes até Afonso de Medeiros Chaves, cada um deles não fêz senão apanhar a tocha sagrada deixada no Altar de Santana pelo respectivo antecessor. Merece, todavia; registro destacado pelo seu aspecto histórico, a ação de dois dos nossos Vigários. Queremos nos referir aos padres José

Francisco de Menezes e José Marinho Duarte. Ambos, em épocas diferentes, preparando os resultados futuros. José Francisco de Menezes foi o grande construtor da Freguesia. Vivendo numa zona inhóspita, contaminada das febres miasmáticas que o levaram ao túmulo, consolidando a catequese dos tapuias, lutando contra todos os elementos que se opunham à criação da Freguesia, foi êle o grande construtor desta Paróquia. Pois bem, pouco mais de meio século depois, quando a Igreja reconhecia a necessidade de maiores esforços, de uma ação mais segura no sentido da recristianização da família, coube ao Vigário José Marinho Duarte a fundação da grande barreira de fé neste Município, que é o Apostolado da Oração. Foi, na verdade, o grande passo para a consolidação do notável trabalho do nosso primeiro Vigário.

José Marinho Duarte, cearense de nascimento, abriu novos horizontes à Igreja em Simão Dias.

A semente plantada por José Marinho Duarte encontrara o fértil terreno amanhado por José Francisco de Menezes. Germinou, brotou, cresceu, floresceu. O Apostolado da Oração é hoje uma frondosa árvore à cuja sombra a família simãodiense revitaliza sua fé.

Celebrando agora o seu jubileu, o estandarte é conduzido pelo atual Vigário, Cônego Afonso de Medeiros Chaves, zeloso como o mais zeloso, fiel como o mais fiel dos seus antecessores. A este sacerdote, pastor de um grande rebanho, coube dar novo impulso ao Apostolado da Oração, sob cujo patrocínio foi possível a realização deste Congresso Eucarístico, que vem abrir novos horizontes à Igreja, neste sertão sergipano.

O espetáculo maravilhoso e empolgante que assistimos nestes memoráveis dias, é uma garantia de paz e amor para a família simãodiense.

Eis, em síntese, a "História Cristã da Paróquia de Simão Dias", ou melhor, o nosso modesto depoimento para a história de um grande povo, de uma grande Paróquia.

A tradição cristã do povo simãodiense, assenta suas magnificas bases nos ensinamentos dos primeiros Jesuítas, nos pró-homens da catequese.

A tocha de fé entregue pelo Padre Manuel da Nóbrega ao Padre Gaspar Lourenço, fôra apanhada no acêso de encarniçada

luta, nas margens do Rio Real, e para aqui transportada pelos nossos primeiros habitantes, os índios.

Ela não se apagou; brilha agora na sua plenitude.

Ainda hoje, em redor dêste magestoso Altar Monumento, borbolejam aquêles mesmos sentimentos cristãos que dulcificavam os corações dos que se ajoelhavam nas sombriãs margens do Caiçá, ao pé da primeira Cruz, rezando a Avé Maria que lhes fôra ensinada pelo Padre Gaspar Lourenço.

O eflúvio moral e espiritual daquela magnífica centelha caída nas margens do Caiçá, sobrepaira, eternizado, nesta magnífica Freguesia de Santana de Simão Dias.

A Semana, de Simão Dias, de 9, 15, 23 e 30-1-1954.

O AFONSECA VENCIDO PELO JACARÉ

Prof. Sebrão, sobrinho

"La felicidad no es cosa fácil: es difícil de encontrarla en nosotros mismos e imposible de hallarla en outra parte".

* * *

É a Vida amortalhada pelo mistério. Cada um tem seu destino. Cada qual tem seu humor. Não creio na hereditariedade. Sei que o óvulo genital não tem força para transmitir nada pelo cromosoma, mas me estonteia a voz do sangue, que se emparelha ao hábito, ao costume, à função mesológica. Acaso ocasional?! Coincidente fator intuitivo...

Desde menino que Santinho de seu Tonho era teimoso. Sá Iaiá não perdia oportunidade de chegar-lhe o coiro e seu Tonho, homem austero, também, de vez em quando, o castigava. O garoto era vivaz, trabalhador, bem comportado. Quando embirrava, só fazia o que queria. Era o sangue dos d-Afonsecas que lhe palpitava nas artérias. É sabido de que o que vem do berço só se acaba no túmulo. Antônio da Afonseca Dória (o moço), familiarmente tratado pelo hipocarístico Santinho, era filho de seu Tonho e de sá Iaiá (Antônio da Afonseca Dória, o velho, e d. Maria de Vasconcelos).

O pai, como ele, era lagartense, filho de Manuel da Afonseca Dória e de d. Josefa de Oliveira. A mãe era itabaianista, da fazenda Terra-Vermelha da Macambira, filha de Antônio Félix Passos e de d. Aldonça Maria de Vasconcelos.

Nascido em 1778, quando quis tomar estado, casar-se, constituir obrigação própria, fêz-se seu Santinho agricultor e pecuarista, como seus genitores e progenitores, e, para isso, sendo cidadão de recursos, nômade, o teimoso Afonseca, aventureiro, como os avoengos, abandonou os pagos nativos do beiral do Piauí, atravessou os Campos do Crioulo, o Taboleiro da Samba, Campestre, Candeias, Baixa-Grande e Jabiberi, nas faldas da misteriosa Serra do Canine, situando-se entre a Mangabeira e a Barra, à margem do Riacho Zombá, vizindário de Samba Velha, alargando-se para as bandas da Serra da Macota e da Capela de San-Vicente do Jabiberi, adquirindo as terras da "Jeroma".

Nas proximidades de San-Vicente, havia coitos de ladrões de cavalo e ou por isso ou por seu gênio móbil, quando menos se pensou, seu Santinho vendeu tudo e se enveredou para diante, vadeando o Riacho do Sirini, o Campo da Batata, o Carapité, o Riacho da Sena, o do Eliseu, a Fazenda do Salgado, o Riacho do Salgadinho e se fixou na primeira casa da "Praça da rua da Barriga", na povoação Passagem da Igreja, Matriz da Freguesia de Nossa Senhora Imperatriz do Sertão dos Campos do Rio Real de Cima.

Aldeia florescente, detentora de importante feira hebdomadária, prometedora praça comercial, encantou-se seu Santinho com o meio ambiente. Ainda assim, mudou-se de rua : saiu da Praça da Barriga e passou a morar na Rua do Japão. Não tardou que se saturasse da vida praciante e buscou afazendar-se, de vez que lugar de gato do mato não era a "praça". Seu Santinho sabia do mêdo causado pelas águas palúdicas do Rio Jacaré e, teimoso, resolveu enfrentá-lo, obrigando-o a dar-lhe a fertilidade de suas ribeiras. Surdo aos conselhos, aos pareceres, deu adens à Passagem da Igreja, atravessou a Matinha de San-João, subiu a Fazenda do Bispo, seguindo pela Baixa-Funda, palmilhou a Reboleira, entrou na de Pilão-Açu, onde a paisagem sertaneja mais acentua o encanto da solidão. À frente, o Riacho da Fazenda Telha lhe lembrava que o pretendido inimigo, o malstrom palúdico, estava perto. Como sempre, quando o acometia o sentimento de pena, desmanchava o cenho austero, tal qual o pai, e ria ou, melhor, sorria em desafio ao que a outrem era causa de perigo e para êle, um Afonseca, era atração, razão para movimento, insti-

gação à luta. Tinha a alma de capitão-de-mato, de sertanista, de alardo de Entradas, de seus maiores, de Manuel da Afonseca a Belchior da Afonseca Saraiva e dêsse a Antônio da Afonseca Dória, criadores de índios, matadores de onças, destruidores de mocambos de zumbis. O propalado inimigo estava perto e êle iria desafiá-lo, escravizá-lo. Cofiou a barba e, seguido dos seus, passou o travêso riacho da Telha, que se espriguiçava, lento, num murmúrio doce, como que querendo acompanhar a sinfonia da passarada multicolor na gambiarra melancólica da floresta adusta.

Deixando para trás a Fazenda Telha, estacou à margem do Jacaré, "o rio mal-assombrado" dos tolos, dos que lhe temiam as sezões. Atravessou-o e chegou à situação em que ia fixar-se com a mulher, filhos e escravos, a que adquirira, de compra, uma verdadeira capitania ou morgado, como o vulgo chamava ao latifúndio.

Entre o Jacaré e o Rio Caripau, faria sua fazenda, a Fazenda Jacaré, onde estaria firme como pé-de-boi e de Pé-de-Boi deu nome à vizinha situação, seguindo-se-lhe a do Pôço Comprido e, além, numa altiplanície desafogada de bromélias, a despenhar-se de todos os quadrantes, num equilíbrio perene, a de Barro-Caido, onde edificaria a Casa-Grande e onde, mais tarde, a 7 de abril de 1884, nasceria seu ilustre trineto Epifânio da Fonseca Dória e Meneses, vítima, em criança, das febres do Jacaré e que foram a causa da surdês do insigne sergipano, na velhice. A essa, seguiam-na as do Alecrim, Matinha e Sambambaia (atual Igreja Nova), à margem do poético Caripau, linde fronteiraça, com o Jacaré, do vínculo ou morgado de seu Santinho.

Foi nessa imensidade de terras que êle levou Sá Quinha (d. Joaquina Maria de San-José), a espôsa idolatrada, a mãe de seus filhos, compartilhadora dos trabalhos do lar do honrado e teimoso Afonseca.

Ambos, velhinhos, abastados, viram os filhos tomarem estado, continuando à família papa-cebola, papa-jaca, ali e em outras paragens. Para os outros, seu Santinho ensinava um bom remédio contra a maleita do rio: o uso da massa do carôço da melancia no chá da contra-erva com a sagoneira. Dizia-se, porém, que, para uso pessoal, seu remédio era outro: mandava por os pratos

de seu uso na mesa de jantar, à espera da moléstia para, também comer e essa se afugentava! Certo é que fazia menoscaso dos que se queixavam das sezões do Jacaré. Era comum acreditar-se que o ancião se envultava e que, a par das muitas terras, tinha dinheiro de contado, enterrado em botijas.

Só dali se ausentou na primeira "cólera mórbus" para sua Fazenda Antão, regressando, logo depois, para a Terra-Caída, onde o Jacaré o espreitava para matá-lo, inoculando-lhe as sezões, e o fêz, vencendo ao teimoso Afonseca.

Cercado pela desolada espósa, pelos filhos e pelos netos, ao entardecer da sexta-feira 9 de abril de 1858, dêsse ano em que Itabaiana, berço sergipense dos Afonsecas, ia presentear ao Brasil o maior dos brasileiros, também um Afonseca, TOBIAS BARRETO DE MENESES, natural da Vila anônima, nos Campos do Rio Real, vulgarmente, por isso, chamada Vila dos Campos, faleceu seu Santinho, um probo, um justo.

No dia seguinte, sábado, do alto do campanário da Igreja-Matriz de Nossa Senhora Imperatriz (e não SANTA MARIA, nome oficial que teve ao ser criada Freguesia a 20-X-1718), dobrava o sino, enquanto, no adro do templo, baixava à sepultura o cadáver de seu Santinho, o lagartense Afonseca, que viveu e morreu teimoso, recalcitrante a tudo, que se lhe anteparando perigoso, difícil, contrário a seu sazonado pensar, como as mefficas sezões do Jacaré, ensejadoras a seu espírito de lutador, sempre apto ao combate.

Vencido, afinal, pelo golpe traiçoeiro do Jacaré, o arquiteto do solar de Barro Caído, o fundador dos Afonsecas Dórias no Tërmo da anônima Vila do Sertão dos Campos do Rio Real de Cima, deixando a Sergipe honrada prole, da qual se ressaltou a personalidade varonil de seu digno filho SEBASTIÃO da FONSECA DÓRIA, o fundador de PÔÇO VERDE, o AFONSECA REIVINDICADOR DE TERRAS DE SERGIPE.

* * *

São sezões do Jacaré dos campos do Rio Real a inércia, a mandrúce interesseira, a preguiça tropical, o anoadamento anti-

-patriótico, a impiedade subestimadora da Verdade, do Trabalho, da Ordem, do Progresso, do Homem Superior.

Quantas vezes eu o vadei, a recordar-me do Homem Superior que foi o nobre agri-pecuário Antônio da Afonseca Dória, o moço, rebelde a toda servidão, do Silêncio ao Medo, vigilante dominador do Jacaré e, em associação de ideias, evoquei o grito corajoso da Duquesa Rolemberg, vítima com o espôso, o Príncipe herdeiro, Francisco Fernando, no regicídio de Seravejo, em 1914: "Dignidade e Valor".

E é o que ainda paira, hoje, na soturnidade melancólica da Fazenda Barro-Caído, não sendo eufemismo histórico o esterrotante grito da corajosa espôsa morganática, daquela Rolemberg digna de suas parentas em Sergipe, vergôntes do judeu holandês Manuel Rolemberg (Hohenberg) e de sua fidalga espôsa D. Brites da Branca, nobre da Casa de Matuim, no recôncavo baiano, casal residente na Capitania de Sergipe, onde fundaram êle e seus descendentes vários Engenhos de açúcar, casal tetravô dessoutra inovidável matrona D. Maria do Tôpo, oráculo da família e tão sobranceira que ao casar-se, a 18-II-1855, com seu primo Major Manuel Teles de Meneses, obrigou o marido a substituir o apelido Teles pelo de Rolemberg, e Neném do Maria Teles teve que tomar-lhe, ao invés de dar-lhe, o apelido flamengo, que a mentirã impaludada do Jacaré fez que seu ilustre e simpático bisneto Luis Carlos Rolemberg Dantas se enganasse, cego a todos documentos após Guerra flamenga, de 1648 em deante, do século XVII, e não da inocente inventiva do século XVI, com desar para sua virtuosa heptavó D. Brites Franca, trocando-lhe o nome do espôso, Manuel Rolemberg, o velho, por um inventado Maurício Vieira Dantas, pois si o apelido DANTAS veio de Pernambuco (nas Alagoas) com Bernardo Correia Dantas, filho de Brásio Correia Dantas, dos Campos de Unhaú, na ribeira do San-Miguel; o VIEIRA veio muito depois, de Portugal, com Antônio Coelho Barreto, que o não usava, mas o deu a três filhos dos doze que houve em sua espôsa, D. Quitéria Gomes de Sá, esta neta materna daquele Bernardo Correia Dantas e de D. Teresa de Jesus e Vasconcelos, senhores do Engenho Mato Grosso, como a neta o era do das Piranhas, engenho dos pais dela, d. Quitéria, fundadora dos Correias, Gomes, Dantas, oriundos de Pernambuco, e Sás,

Coelhos, Vieiras, de Portugal. Vide Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe à pág. 107, núm. 24, vol. XIX.

Porém, isto é GENEALOGIA, é "Dignidade e Valor" e não o zanagrismo traiçoeiro do Jacaré, contra o qual eu, que também sou um Afonseca, enquanto não fôr atraído por ele, como o foi meu parente seu Santinho, o combaterei, defendendo a História de Sergipe das inverdades da Preguiça, que nunca deu uma busca, que tem horror a papeis velhos, contaminados de micróbios...

"CORAGEM" — dizia, introspectivo, o Afonseca teimoso; "DIGNIDADE E VALOR" — aconselharia a ativa Rolemberg. Eu, por mim, como não sei chorar, me rio, gargalho mesmo.

Aracaju, 23-V-1961.

A SEDUTORA PERSONALIDADE DO GENERAL OSÓRIO

Ten Cel LUIZ FELIPPE SILVA WIEDEMANN

Do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Há cento e cinqüenta anos nascia, na então Conceição do Arroio, hoje Osório, o inesquecível vulto histórico que ora reverenciamos.

Geralmente, dos homens ilustres, nos vem mais à memória os fatos com que ficaram assinalados para a posteridade do que as características de sua personalidade.

Lembramos, quase sempre, do Manuel Luiz Osório, Marechal do Império, como o herói de Tuiuti, como o sustentáculo de Avaí, como o homem necessário para integrar as tropas, sob o comando do Conde D'Eu, na arrancada final do Paraguai e em Peribebuí mas não recordamos a sua personalidade que timbrou sempre, em ser modesta e simples, sem jamais almejar louvores, lisonjas, nem glorificações.

Nascido nos pampas, em épocas de efervescências políticas e internacionais, Osório manteve sempre, na alma, a simplicidade, o bom humor, a poesia, a saudade, a conformação plena do gaúcho. Simples e valoroso, amigo e heróico, militar e político, mas, sobretudo, humano.

Não almejando ser soldado, foi dos mais ilustres; não desejando cargos, foi Conselheiro do Império, Senador e Ministro da Guerra; somente aspirando a modéstia, foi glorificado.

Tudo nos encanta na vida e na personagem de Osório.

Desde a mocidade, como soldado e cidadão, sempre teve nobres atitudes de desinterêsse e probidade, conservadas até a velhice.

Sendo filho amoroso e dedicado, chegou, no entanto, a descontrar-se do pai, em 1835, na revolução dos Farrapos. Quando Silva Borges escreveu ao filho, que se o mesmo apoiasse Bento Gonçalves, o encontraria do lado do inimigo, êle respondeu que prestara um juramento ao qual não poderia faltar.

Osório sempre praticou a fraternidade continental e humana, esta semente fecunda que hoje prolifera já livremente.

Criado em meios de lutas que resultaram do processo para a fixação de limites entre nações que se interessam pela bacia do Prata, cresceu, com a alma bem brasileira, desenvolvendo sua ação pessoal sem nenhum preconceito herdado das disputas luso-espânicas. Amante da paz entre povos, olhos fitos nos interesses do progresso, acata as novas nacionalidades que surgem e se firmam em suas respectivas organizações.

É o amor à liberdade aliado aos largos horizontes do sul, olhados com a sua inteligência peregrina que lhes inspiraram, por certo, sua magnanimidade e desprendimento, sua bondade natural, seu espírito de tolerância e respeito às liberdades alheias.

Detestando o despotismo, jamais deixou, nas ocasiões oportunas, que manifestações temerosas influíssem na diretriz da sua conduta pessoal, militar ou política, no âmbito da Pátria ou no quadro da internacionalidade em que viveu.

Essa diretriz de conduta, sem na perder de sua originalidade, foi se acentuando à medida que os anos passavam, com matizes de um realismo e de uma objetividade cada vez mais vivos, refletindo a própria experiência da vida e, principalmente, do seu longo e afanoso labutar nos campos de batalha, e com os homens.

Era Manuel Luiz Osório, o legendário Osório, dotado de uma grande clarividência e raciocínio, que pode ser avaliado através muitos de seus pensamentos e opiniões. Traremos, a público, alguns, referentes à Política e Administração :

“Só a justiça pode plantar a ordem pública”.

“O despotismo não pode medrar numa nação que tenha consciência de seus direitos e os queira defender”.

“A autoridade que pratica a justiça cria o respeito e obediência espontânea; o ataque ao direito cria a resistência e desobriga o dever”.

“O tempo é das ciências, das letras, da civilização; a força dos governos não reside nas armas e canhões, nem no despotismo e violência contra os povos, mas sim no império da justiça, no respeito ao direito de todos e à liberdade”.

“Se os que governam não acreditam nos fatos, andarão enganados tôda vida”.

“O que eu sei de certo, é que nada sei”.

Um homem que assim pensava era de fato UM HOMEM.

São de Ruy Barbosa, as palavras que se seguem, quando saudou Osório de passagem pela Bahia: “No grande soldado, disse êle, não aplaudimos senão o grande cidadão. Sua farda é cívica. Sua farda não o discrimina do povo: confunde-o com êle, de onde surgiu, onde se tem constelado de glória e onde os seus triunfos, como êste, representam a espontaneidade íntima da Nação, que estremece por êle. Por isso, porque a sua heroicidade não é heroicidade falsa, egoística das mediocridades vaidosas ou das ambições malfazejas, mas intrepidez, a generosidade, a singeleza, o ardor, a abnegação do patriotismo — por isso o nome dêle chegou a ser neste país um símbolo, e ainda em vida principiou-lhe a glorificação de lenda”.

O marquês de Herval era imensamente humano. Êste dote ficou cabalmente demonstrado na paz, quando estava sempre à disposição dos amigos e dos humildes, como na guerra, dos companheiros e soldados.

Poderemos recordar o ocorrido em Tuiuti, com um filho de São Paulo e o grande General, em que se evidencia a adoração que os seus soldados possuíam pelo seu chefe e amigo.

Quando, em 24 de maio despontou o inimigo carregando sôbre nossas tropas, foi para o 42 de Voluntários da Pátria, o primeiro apêlo de Osório.

— “Ao inimigo paulistas!”

Era o batalhão uma das melhores forças organizadas que seguiram o ímpeto do General. Seis corneteiros tocavam fogo e avançar em frente e, o sétimo, o que dava o alarma, caminhava a poucos passos do Coronel Gomes de Freitas, repetindo no metal sonoro as ordens que êste lhe transmitia. O suor surgia-lhe na face de azeviche. Uma bala levara-lhe, de raspão, o quépi branco

e ele sorria, mostrando os dentes alvos, enquanto que, a seu lado um soldado gaúcho fazia prodígios com a espada.

No decorrer do entrevero, porém, quatro corneteiros caíram no chão. As cornetas calaram-se. E o batalhão de Voluntários cedia terreno ante a cavalaria de Resquin. O cavalo do comandante abateu e este, de pé, lutava como um simples soldado.

— “João José ! gritou ele”.

E o corneteiro negro, de um pulo, ao seu lado: “Pronto comandante!”.

— “Toque avançar !”

A corneta vibrou no meio do rumor, da confusão, da fumaceira e da poeira. Vibrou ardente e heróica.

Como um semi-deus das batalhas, Osório surgiu, de repente, de poncho ao vento e lança em punho.

Um fremito agitou as linhas desfalcadas do 42. A cavalaria rubra foi repelida a arma branca.

Súbito, a voz do metal que incitava àquêles valentes parou. O negro soltou um gemido e deixou cair o instrumento. O gaúcho que o seguia, com a cabeça lavada de vermelho por um golpe de espada, susteve-o. João José reagiu, aprumou-se e disse-lhe: — “Camarada, apanha a minha corneta e dê-ma que a bala me quebrou o braço”.

Continuou o combate. Do bravo batalhão não restavam, dentro de minutos, mais que algumas dezenas de homens em volta da bandeira imperial e, entre êles, coberto de sangue, o braço direito inerte ao longo do corpo, estava João José que, empunhando a corneta com o esquerdo, tocou, novamente, fogo e avançar. De repente, ajoelhou-se. O gaúcho fiel amparou-o mais uma vez e ele pediu: — “Camarada, desta vez é a perna que os malditos me quebraram... Encoste-me àquele montão de mortos, pelo amor de Deus!”

O outro encostou-o e, novamente, o toque de avançar e fogo vibrou no espaço.

Mais uma vez, o vulto de Osório surgiu entre pontas de baionetas e chompas de lanças que alumiam ao sol. Ressoam clarins. Os paraguaios não resistem ao seu ataque e, desmoralizados, perseguidos pelos lanceiros fogem. As reliquias do 42 são salvas mas uma das últimas balas do inimigo vencido vara o

peito do corneteiro. A seu lado, o gaúcho agoniza. João José vê as fardas encarnadas que se retiram e as fardas azuis que as perseguem. Avista o general idolatrado que galopa de poncho ao vento e tudo compreende. Leva aos lábios ensanguentados a corneta e morre tocando a marcha batida da vitória.

Osório olhava, de cima do cavalo, o cadáver do negro encostado aos outros cadáveres enquanto um dos poucos oficiais vivos do 42 contavam-lhe o que se passara. O general perguntou: "Como se chamava o corneteiro?"

— "João José de Jesus".

— "De que lugar?"

— "De Jacaré, em São Paulo".

Voltando-se para um dos ajudantes, Osório falou :

— "Tome nota, capitão, para a ordem do dia do exército".

E, indireitando o peito largo, ao morto, a continência militar.

Osório não esquecia seus soldados nem vivos nem mortos.

Preocupava-o sempre a defesa dos humildes, afligiam-no as injustiças sociais.

Em 1861, reclama a solução de um sistema de serviço militar sem abusos, que não caía justamente apenas sobre os humildes e pugnava para que se simplifiquem os meios de pagar as viúvas de militares com direito a meio soldo.

A bondade de Osório reveste-se, ainda, da forma simpática de uma predisposição espontânea ao perdão de seus adversários e inimigos. Não guarda rancores. Não odeia.

Poeta espontâneo e fluente, Manuel Luiz Osório procurou, muitas vezes, sublimar na poesia, suas dores, o que não impediu que alguns de seus versos sejam alegres e graciosos. Vejamos um caso a este respeito, na sua mocidade.

Em viagem com dois camaradas também jovens, ouviu um deles se queixar ao outro de não ser correspondido por aquela a quem amava e ainda, esquivar-se ela aos seus repetidos agrados. Chamando-se Márcia, a moça, Osório exclamou: "Assunto para um mote!"

— "Pois faça-o, disse-lhe um".

— "E glose, acrescentou o outro".

— “Lá vai, diz Osório”, depois de breve pausa:

MOTE

Se mais agradar desejo
Mais me foge o bem querido

GLOSA

Que sou infeliz, bem vejo !
Vejo que sou desgraçado
E menos afortunado
Se mais agradar desejo
Contra o fado em vão fordejo,
Em vão contra sorte lido,
Sou sempre mal sucedido
Nas duras lutas do amor,
Se peço à Márcia favor,
Mais me foge o bem querido.

Quem sabe se, pelo fato de possuir veia poética, foi Manuel Luiz Osório, o general brasileiro mais florificado em versos pelos nossos poetas?

Em “Osório” de Afonso Celso, encontramos:

“Ele era o legendário,
O forte, o bravo, o herói;
Por isso punge, dói,

Vê-lo exânime enfim no leito mortuário...
Se de estrélas formasse um deus o abecedário
Que pudesse gravar-lhe a ingente inspiração,
O epitáfio de Herval nas páginas da altura
Se escrevia então...
A lápide fatal de sua sepultura
Esmaga-nos, caindo, um mundo de ilusões.
— Silêncio ! Sobre a campa enorme que o encerra,
Em vez de pás de terra,
Atiram-se, chorando, os nossos corações!...

Lúcio de Mendonça, também no poema "Osório", assim termina :

"Tem êle um pedestal que o eleva ao infinito;
Mais alto que a maior pirâmide do Egito;
Grande como o Oceano; imenso e duradouro;
Tem-se como êle o tem, e não se compra o ouro;
Qual dos Andes o cimo, onde o condor só dorme;
Tão puro como o céu, que cobre o Mundo Novo;
Pedestal grandioso à sua estátua enorme;
Pedestal que o eleva até aos céus — o Povo.

V. Magalhães, poeta paulista, conclui, assim um soneto :

GENERAL OSÓRIO

.....
.....

E matou-te num leito, aos poucos, cruelmente !
A intrepidez, teu coração valente
Fizeram-te soldado, o herói universal:
Ante o cadáver teu imóvel, aos soluços
Desgrenhada, a chorar, atira-se de bruços
A pátria, a nossa mãe !
— Boa noite, General !

É este o general que hoje homenageamos, o Marechal de Exército que foi endeusado, glorificado e immortalizado.

Osório foi, tanto na guerra como na paz, um homem eminentemente de ação, que caminhou na vida com passo seguro e olhos fitos no futuro. O seu heroísmo a todos deslumbrou, tornando-o um personagem de lenda.

Este herói ao morrer, mantinha-se na modéstia de um quarto sóbriamente mobiliado e onde, sobre um cavalete, conservava os

seus arreios e, a um canto das paredes, a sua legendária lança, símbolos de sua alma inquebrantável de gaúcho e de soldado.

Através este rápido bosquejo do inolvidável Marechal Manuel Luiz Osório, desejamos trazer nossa contribuição, mostrando que, os entes quase divinos, também soem ser homens.

Campinas, 6/5/1958.

O POETA GARCIA ROSA (*)

JORDÃO DE OLIVEIRA

(Palestra proferida no Centro Sergipano)

O digno presidente dêste Centro, meu prezado amigo Ramiro Neto, convidou alguns ilustres conterrâneos, como a Dra. Maria Rita e Cícero Sampaio, nossos amigos em Garcia Rosa, para falar sobre a personalidade singular do saudoso poeta sergipano, desaparecido recentemente.

A despeito dos seus reconhecidos méritos, êles conseguiram impor-lhe a modéstia e livraram-se do encargo. Realmente, não é pequena a responsabilidade. Sobretudo quando sabemos que a seu respeito Jackson de Figueirêdo escreveu magnífico ensaio, José Barreto Filho, outro arguto pensador de nossa terra, um prefácio, para a segunda edição da "Lírica" e João Passos Cabral, um perfil, comparável, pela sua fidelidade, ao que em geometria se chama de demonstração por superposição, e, em escultura, moldagem direta. Cabral realizou, como em água-forte, a figura em corpo inteiro do anacoreta de Santo Antônio. De modo que eu, aceitando, por fim, tal cometimento, devo ter impressionado mal os mais sensatos, por essa inocente coragem de que só a ignorância é capaz.

Uma explicação, entretanto, se impõe, é que, na convivência de tão alto espírito, podia-se entabular relações de várias categorias — filosóficas, poéticas, literárias, artísticas ou simplesmente

(*) Publicada no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, de 11-12-1960.

te humanas. Em qualquer dêesses setores êle se bastava. Mas a humanidade em Garcia Rosa era uma das virtudes mais fascinantes, nela se depuravam tôdas as outras dos resíduos que acaso pudessem ter recebido do homem, em sua vida de relação.

Foi essa virtude, estou certo que me levou à sua presença. A mocidade preparatoriana do meu tempo não se ofereciam os variados atrativos de hoje. Para o bem ou para o mal, eram poucas as vias de comunicação.

A maior parte de nós colaborava no jornalzinho estudantil e escrevia discursos para lê-los nas Horas Literárias "Tobias Barreto", "Sílvia Romero", "Gumercindo Bessa" ou "Fausto Cardoso", que se rivalizavam entre si. Impunham-se, por isto, maiores esforços, inclusive consulta aos valores mais credenciados. Um dêeles, o mais acessível, sem dúvida, era o poeta que simbolicamente habitava o alto da colina de Sto. Antônio. Muitos de nós éramos tímidos, inibidos pelo regime de restrições do meio ambiente. Êle era o intelectual mais velho em quem depositávamos inteira confiança.

Eu, discretamente, perpetrava os meus versos, ensaiava as minhas composições literárias e já bosquejava os meus quadri-nhos. Minhas inclinações, colidindo com os problemas de resolução inadiável, no lar, levavam-me ao pânico. A essa altura, os meus confidentes não poderiam ser o amigo comum, ou mesmo os meus ascendentes. Já se hierarquizavam as minhas contingências. Êle era o homem indicado, o mais compreensivo que eu sentia encarnar tôdas as funções de pai, de amigo, de mestre, de protetor.

Jackson disse uma grande verdade, em seu luminoso estudo, quando o chamou de consolador. Quantas vêzes, entediado, me abalançava, à tardinha, para a pitoresca vivenda, como o faziam muitos da minha e da anterior geração. Galgava a colina, pensava, por instantes, na penha do cruzeiro, em frente à igrejinha, derramando o olhar sôbre a paisagem de céu descomunal. Lá longe, a fimbria do horizonte, limitando o oceano imenso; a Barra dos Coqueiros, à esquerda; a lâmina de aço do rio Sergipe, ao centro, deslizando sutil, e, à direita, a cidadezinha rés-do-chão, aquarelada na graça do mosaico novo das casas caídas, de telhados vermelhos; na gama dos verdes-cinza metálico, dos mangues;

matizado, das mangueiras engalanadas; azulado, das mamoneiras e prateado, das umbaubas, de onde irrompiam a Igreja Catedral, os coqueiros preguiçosos e as palmeiras imperiais.

Prosseguia, depois, no meu caminho. A poucos metros dali, a natureza desurbanizando-se gradativamente, passava ou por veredas sombrias, trescalando o acre odor das arueiras e dos cajueiros resinosos. Até que, aos poucos, vinham aparecendo, por detrás da ramaria, aquela casinha branca, montada sôbre pequena elevação. Por todos os lados, mangueiras frondosas, ponteadas de frutos verdes, amarelos e vermelhos; jaqueiras fartas, e, ao seu tempo, cajueiros carregados, apoiando-se nos cotovelos, pelo chão atapetado. Na varanda, nos galhos, balançavam rêdes. O sol já em declínio, os véus da sombra se animavam no ar e as nuvens, e as tranças, e os pássaros fugindo, em ouro se banhavam.

Lá estava o poeta. Alto brônzeo, vertical, inteiriço, de fronte erguida, encimada por um topête ondeado, de olhos expressivos, como janelas das próprias faculdades mentais, de meias e tamancos, bom, sempre bom, acolhedor, consolador, como disse Jackson.

Naquele remanso de chão atijolado e limpo, de telha vã, entre os seus livros e a sua simplicidade, vivia num mundo que lhe era próprio, como em concha univalve. Vivia naturalmente, sem maiores compromissos, além dos que lhe impunha o coração. Porque êle era, para a pobreza circundante, o doutor que dava injeções, tomava temperatura, financiava receitas, com seus modestos recursos de professor aposentado do Ginásio Estadual.

Aquela casa valia por uma recompensa.

Sôbre a mesa, cartas e livros de admiradores do Rio, como Jackson, Afrânio Peixoto, Xavier Marques, Nestor Vitor, Felix Pacheco e outras figuras de renome, de que não acusava recebimento nem era censurado por isto, pois não se relacionava sem real gratuidade.

Não o movia o sucesso, não desejava que os atos mais significativos de sua vida tivessem repercussão diferente da dos mais simples acontecimentos naturais.

Em nossa era, dos mais aperfeiçoados e rápidos meios de comunicação e difusão, a serviço do homem, e, em conseqüência, de irresistível desejo de utilizá-los, é de causar inquietação possa

permanecer indiferente a qualquer movimento neste sentido uma figura tão rica de conteúdo como Garcia Rosa. A nós, seus amigos, chegava mesmo a causar angústia. Transferir os bens da cultura, através do conhecimento dos legítimos valores, como esse, mais do que um comércio inter-humano da inteligência, também faz parte da nossa vida afetiva. Jackson de Figueirêdo, em 1926, após uma ausência de mais de dez anos, foi a Sergipe tratar de pacificação na política estadual, como delegado do presidente Artur Bernardes. Com seus pais, ali residentes e ciosos de sua companhia, êle passou a maior parte do tempo no modesto refúgio do poeta, onde com êle pôde dar evasão aos seus hábitos de hocktâmbulo inveterado. De volta ao Rio, disse a Cícero Sampaio o seguinte: "Tenho privado com muitos homens inteligentes e mais eruditos, de tôdas as procedências dêste país, mas, como Garcia, ainda agora, asseguro sob minha responsabilidade, não encontrei nenhum que se lhe assemelhasse. É o mesmo Garcia luminoso, atual, atualíssimo, naquele fim de mundo".

Gilberto Amado, parco de elogios, ultimamente, em suas memórias, depois de quarenta anos sem vê-lo, escreveu o seguinte: "... Meu lirismo, como expressão de calor sexual disfarçado em sentimentalidade de modos, era nulo. Por que me comprazia, então, na convivência de Garcia Rosa, lírico, por excelência, absorvido no exercício de ajuntar palavras finas para traduzir estados de sensibilidade amorosa? Por que não o julguei fútil... Como julgava os outros? Porque Garcia Rosa era tão superior ao que fazia, como uma vertente o é ao riachinho que dela flui. Eu sentia por detrás do fiozinho de água da sua poesia o estuar da autenticidade humana. Seu espírito era sumarento, dava gosto prová-lo".

Garcia gostava de ler, dias e dias consecutivos, pausadamente, analiticamente, a mesma obra, comentando-a, generalizando-a, ampliando-a. Cada livro, mesmo sem grande relêvo, era uma porta aberta, muita vez, a notáveis incursões da inteligência. Pena foi não ter sido possível gravarem-se-lhe as considerações profundas, recheadas de imprevisíveis e originais correlações.

Sempre de pé, andando, cadenciado, de um lado para outro, o cigarro entre os dedos, pisando o solo com voluntariedade apenas disfarçada pela contagiante simpatia, êle não largava o fio

da conversa... Seu raciocínio deslizava lento, como um rio grosso e majestoso, de correntes profundas. Dir-se-ia preparado, de antemão, para aquêle momento. Surpreendido, porém, era a mesma fluência. E tudo sem impor seu pensamento a ninguém, mais perguntando que afirmando. Às perguntas que formulava nem sempre respondia, mas os argumentos de que se cercava eram de quem estava com a verdade integral ou dela muito avizinjado. E quando êsses argumentos pareciam cercar o objetivo, o cético surgia como outros, inesperados e dissuasórios. Ouvei de um seu raro e gratuito inimigo o seguinte elogio involuntário: "Este sim, é que deveria beber cicuta".

Bem situado na história do pensamento, a conversa desembocava, sempre, na filosofia. Filosofar era sua transpiração.

A certos assuntos se agarrava dias e semanas seguidos, inquirindo até o zelador do sítio. Uma das questões mais ventiladas era a do livre-arbítrio e do determinismo, diante dos seus parceiros de damas ou dominó — funcionários públicos, comerciários, militares, que acabavam se inquietando, também. Quando ouvia o interlocutor, qualquer que fôsse, valorizava-lhe as palavras. Ele era digno.

Conforme a companhia, a conversa entrava pela noite a dentro, depois do que se punha no encalço de algumas guloseimas pelos cantos da cozinha.

Quando não desejava pernoitar no sítio, a palestra vinha sendo mascada pelo caminho, até que, já na outra casa do alto, depois da ceia, prosseguia cadeiras de jacarandá, no oitão da Igreja, sob o céu estrelado.

O mais singular é que êle, depois de tantas horas, ainda não havia enfastiado ninguém. O bom senso sobretudo o bom gosto que lhe eram peculiares não o permitiam. Mesmo porque, de quando em quando, rememorava, com sua dicção expressiva, páginas de Musset, Lamartine, Baudelaire, Verlaire, para os mais capazes de ouvir, ou dêsses deliciosos portugueses que se chamaram João de Deus, Antônio Nobre, Cezário Verde, José Duro, o luso-brasileiro Gonçalves Crespo, e, notadamente Antero de Quental, o Rembrant da poesia, em nossa língua.

Renan, Stendal, Taine, Croce, Goethe, Rodó eram nomes amiude repetidos. Um dos escritores, porém, mais de sua fami-

liaridade era Montaigne. Não conheço outro com quem de mais se tenha aparentado que o autor dos "Ensaio". Era o mais nomeado em suas conversações; citava-lhe muitas das passagens ilustrativas. Com Montaigne muito se assemelhava-no isoladamente voluntário, no descuido do método, na liberdade de raciocínio, no racionalismo sem tese, no respeito à natureza, na prudência, na tolerância, na lealdade, na gratuidade, na indiferença pelo sucesso e pelas posições. Até no determinismo, tema predileto do gascão do séc. XVI, Garcia era determinista.

Só lhe faltou certo pragmatismo daquele escritor de sangue judeu, que, apesar de sua falta de ordem, de planejamento, documentou-se exuberantemente, para a posteridade.

O racionalista, o dialeta por vocação era, ao mesmo tempo, um lírico, um emotivo que se detinha com inusitado prazer nos poetas do romantismo. Através da poesia francesa em que mais se provia, o nosso inesquecível poeta era um naturalista romântico, filho desse espírito roussoniano, de tanta influência na Inglaterra dos poetas lakittas, como Southey que, chegou a escrever uma história do Brasil sem nunca ter vindo aqui: no jardinismo, na pintura de paisagem, e, até no alpinismo, em tôda a Europa. A paisagem sempre está presente na poesia de Garcia Rosa. Não a paisagem do naturalista exclusivo, mas a paisagem estado d'alma, de Amiel. Essa paisagem emocional, entretanto, jamais se separa de sua afirmação conceitual. Ou se trata de antropomorfismo do pensador ou de sensualismo do poeta. O fato é que ele nunca é árido, não conversa em compartimentos fechados, como o nosso grande Machado, mas ao ar-livre, onde o prazer do ambiente mais predispõe à sua afeição.

Barreto Filho ressalta, acertadamente, essa ambipresença de sua personalidade e cita, como exemplo, os sonetos :

AMÁLIA

Se tenha amado? Ouvi: era ideal, morena,
De olhos fenomenais, chispando como estrêlas...
Veio a física e enfim ma disputou sem pena,
Nem me deixando ao luto as negras tranças belas.

Amália se chamava a lânguida açucena
Que partiu para o além, como partem as velas,
Desdobradas do mar na vastidão serena,
Tão tristonhas e sós que até faz pena vê-las.

Quando Amália morreu, a cântaros chovia;
E as lágrimas do céu e mais as que eu vertia
Eram poucas talvez para tão grande amor...

Não sei se inda a verei; não sei se o céu existe...
Para a turva consciência emocional do triste,
Tôda a noção do real se lhe restringe a dor.

A FONTE

No seio umbroso da floresta antiga
Desliza a fonte a murmurar sonora;
Se raia o sol, que límpida cantiga!
Se o sol transmonta, abaixa a voz e chora

Ao sapo, à fera, ao pássaro mitiga
A sede que os persegue abrasadora;
Reflete o galho em flor d'árvore amiga
De mistura com o verme que a devora.

A própria pedra que lhe estorva, bruta,
o livre curso musical, de jeito
A dar-lhe à face uns frêmitos de luta.

À própria pedra dá mais lindo aspecto...
Ó Musa ingênua, ó minha Musa, escuta:
Tens nessa fonte um símbolo perfeito.

Meus amigos:

Acabei me desviando, sem querer, do meu limitado itinerário. É que a personalidade de Garcia Rosa não era limitada. Era

um complexo de qualidades que, noutros, quase sempre se repelem. O intelectual, não raro ainda é o segregado em sua tórre de marfim, o incompreendido, o inimigo da burguesia, que despreza a massa, o remanescente daquele movimento essencialmente, classe-média, dos especulativos, contemplativos irrealistas e irracionais, refugiados no seu esteticismo, no seu "nível universalmente humano", como se presumiam os do *Sturm und Drang*, na Alemanha, segundo a percuciente análise de Arnaldo Hauser.

O nosso poeta, entretanto, homem de prodigiosa intuição, capaz de situar-se, lúcidamente, em qualquer segmento de estrada, era humilde por convicção ou, melhor, por excesso de compreensão.

— Aceitando, como aceitei, esta incumbência do ilustre presidente do nosso Centro, moveu-me, apenas, o desejo de também prestar minha homenagem pública a esse grande homem, que eu quisera amado e conhecido de todo o Brasil, porque Garcia Rosa era, meus prezados amigos, uma das melhores qualidades da terra brasileira.

EDUCADORES E SOCIÓLOGOS SE COMPLETAM E SE PRECISAM. HOJE MAIS DO QUE NUNCA

JOSÉ AMADO NASCIMENTO

(Do Instituto Histórico e Geográfico de Serzipé)

Ao emérito educador fluminense

MARCOS ALMIR MADEIRA.

SUMÁRIO

- 1 — Introdução
- 2 — O Homem como "Socius"
- 3 — A Escola como Grupo Social
- 4 — Processos Escolares
- 5 — A Escola Primária no Brasil
- 6 — O Ensino Comercial no Brasil.
- 7 — A Ascensão das Massas

* * *

1 — Introdução

O enunciado supra, colocando juntos "educadores" e "sociólogos" em termos de necessidades e complementação recíprocas, parece partir do pressuposto da funcionalidade instrumental tanto da educação quanto da sociologia. Ambos se completam e se

precisam, porque ambos estão a serviço de algum ideal e do mesmo ideal. A educação é instrumento prático, e a sociologia é, igualmente, instrumento prático para a realização de fins.

Quanto à educação, nenhuma dúvida poderá ser levantada: é um instrumento de formação e informação dos homens e mulheres. Consoante ensina a Prof^a. Maria Violeta Vilas Boas, é um processo que conduz o indivíduo a integrar estímulos e associar conteúdos, modificando a sua conduta e se ajustando à sociedade.

Completaríamos nós: modificando a sua conduta segundo padrões morais e ajustando a sua vida a ideais de solidariedade humana e perfeição espiritual. Poderemos também repetir com Lorenzo Luzuriaga: — "La educación es, por lo pronto, un hacer, una actividad que tiene por fin formar, dirigir o desarrollar la vida humana para que ésta llegue a su plenitud. En este sentido, la definía ya Platón diciendo "que la educación consiste en proporcionar al cuerpo y al alma toda la perfección y belleza de que son susceptibles" (LUZURIAGA, Lorenzo — DICCIONARIO DE PEDAGOGIA — 1960 — Buenos Aires — Editorial Losada S. A. — Pag. 126 — 2.^a columna, caput).

Quanto, porém, à sociologia, poder-se-ia levantar uma questão preliminar: é esta uma ciência de fins práticos, ou de fins puramente teóricos? A mesma velha questão: — ciência especulativa? ou ciência normativa? Não será a sociologia, apenas, uma ciência de fenômenos: dos fenômenos sociais? As soluções dos problemas sociais, as indicações sociais quanto ao modo de resolvê-los não ficariam melhor enquadradas numa disciplina denominada "Política Social"? Parece-nos que uma coisa é a ciência que estuda os fenômenos e formula conclusões certas e válidas a respeito da ocorrência de tais fenômenos; e outra coisa é o conjunto de medidas formuladas a partir de tais conclusões cientificamente certas. A formulação de tais medidas práticas, visando a interferência no mundo social, é outra etapa da atividade humana, constituindo outro tipo de conhecimento.

Confunde-se a sociologia com a política.

É o que se depreende da seguinte observação de um sociólogo Mexicano :

— “Para o povo, lembra Echevarria (José Medina Echevarria, “Sociologia: teoria y técnica”), o prestígio das ciências está em que têm podido, com sucesso, em ocasiões determinadas, resolver situações urgentes para a vida humana, e o seu desprestígio em nem sempre poder atender a todos em tôdas as situações.

“A Sociologia nasceu como uma política científica de organização, de orientação para a vida (sic, JAN), num esforço de encontrar respostas para problemas imediatos, críticos da vida contemporânea. O seu caráter funcional é evidente, e a expectativa popular é quanto à sua significação instrumental. Uma ciência que deve erigir-se em torno de problemas imediatos para o homem, que lhe seja útil” (BRANDÃO, Geraldo — NOÇÕES DE SOCIOLOGIA GERAL — 1955 — Editora do Brasil S/A. — São Paulo — Pag. 181).

Cifra-se aí a confusão conceitual de tanta gente boa !

Não a sociologia mas a política social, não o sociólogo enquanto apenas sociólogo, mas o político, ou o sociólogo enquanto também político, político de ação ou só de planejamento, e aproveitando-se das observações e das conclusões da sociologia — ciência dos fenômenos sociais enquanto sociais típicos — é que devem corresponder à expectativa popular no que se refere à solução imediata ou mediata dos problemas sociais.

Não se deve confundir Sociologia com Política Social ou reforma da vida social !

Isto dito, para esclarecimento inicial, vamos, agora, ao tema.

2 — O Homem Como “Socius”

Em aula de filosofia da história, há tempos ministrada, o Prof. Gustavo Corção, nome nacional e internacionalmente co-

nhecido através de seus livros ("A Descoberta do Outro" — "Três Alqueires e uma Vaca" — "Lições de Abismo" — "As Fronteiras da Técnica"), aquêle professor brasileiro declarou que "a alma humana fôra feita para viver, ao mesmo tempo, em comunhão e em solidão. O homem sente necessidade, ao mesmo tempo, do convívio social e do isolamento". Donde concluía que a casa devia ser construída de maneira a poder atender a essas duas necessidades: possuir o "living room" onde tôda a família se pudesse reunir e receber as visitas, e possuir igualmente um lugar em que o indivíduo humano, quando o desejasse, pudesse trancar-se para pensar sòzinho, para rir, chorar, ou mesmo dar uns pulinhos se assim lhe aprouvesse, longe das vistas dos outros.

É a constatação daquela necessidade de convívio que leva à afirmação de ser o homem um animal social: o homem é um "socius". Nasce, vive, desenvolve-se e se realiza na sociedade humana. Poder-se-ia mesmo dizer que o homem é: a) um ser animal, b) um ser inteligente, c) um ser sociável.

Uma transcrição vem documentar e esclarecer essa afirmativa.

— "O homem, se é, como seus vizinhos na escala zoológica, um mecanismo nervoso complexo sensório-motor, dêles evidentemente se distingue, sobretudo pelo extraordinário desenvolvimento de sua vida mental. Mas, como a inteligência, tão intimamente ligada ao seu sistema nervoso, é, na variedade de suas formas, tipos e graus, uma capacidade, não adquirida, mas inata, embora suscetível de aperfeiçoamento, de cultivo e de orientação, não é menos inerente ao ser humano o poder de interação mental que dela decorre e faz do homem um "animal social".

"O homem não é apenas um "ser vivo", mas um "ser consciente", ou, por outras palavras, não apenas uma individualidade biológica, mas uma individualidade social, que só por abstração podemos separar do meio cósmico, físico e social, em função do qual se constitúi e se desenvolve e de que se torna, por sua vez, um componente.

“É na continuidade dos componentes que reside o princípio de interação entre os indivíduos, a solidariedade de fato que os une e os opõe, e os une mais do que os opõe, não sendo a inter-repulsão senão uma consequência possível da interação sensorial e mental, que se apresenta ela própria como um caso particular da interdependência geral” (AZEVEDO, Fernando de — SOCIOLOGIA EDUCACIONAL. — 2.^a edição — 1951 — Edições Melhoramentos — São Paulo — Pag. 41).

Sendo um “socius”, o homem (outra forma da mesma definição) é um ser que vive em grupos sociais, tais como, por exemplo: a família, a vizinhança, a escola, o ambiente profissional, a Igreja, o clube, o partido político, sociedades literárias, sindicatos profissionais, o Estado, a sociedade internacional, e muitas outras. Por esta singela e incompleta relação, vê-se logo a posição da escola, da educação e dos educadores: a escola é um dos grupos sociais humanos. Isto, porém, nos leva a outro item deste trabalho.

3 — A Escola Como Grupo Social

Sabemos todos que o processo social básico, isto é: o processo pelo qual os homens vivem na sociedade é denominado de “interação social”. Consoante ensina o prof. Donald Pierson, com muita clareza e plausibilidade, são as seguintes as formas mais importantes da interação social.

- “ 1) a comunicação, pela qual as pessoas e as sociedades surgem e se mantêm;
- 2) a socialização, pela qual a criança é incorporada no seu grupo;
- 3) a competição, que produz distribuição no espaço e nas ocupações;
- 4) o conflito, que é competição consciente e que resulta em “status”;

- 5) a acomodação, que diminui o conflito e estabelece um novo "modus vivendi";
- 6) a assimilação, que termina definitivamente o conflito, seja pessoal ou social" (in BRAN-
DÃO, Geraldo — Op. Cit — Pag. 90).

Em face desse esquema do Prof. Donald Pierson, entendemos que se pode enquadrar a escola como um dos grupos sociais em que se realiza a "socialização" do indivíduo humano. Pode-se logo adiantar, em forma de síntese inicial, que a escola é um dos instrumentos mais poderosos da interação social. Até que ponto, veremos depois. Mas, podemos dizer imediatamente que, aqui — na escola assim considerada — se encontrarão os educadores e os sociólogos.

O encontro dos educadores e dos sociólogos, na escola considerada como instrumento de "socialização" do homem, poderá ter os seguintes objetivos:

- I) — para os Educadores: — orientar o processo da "socialização" dos alunos;
- II) — Observar como se processa essa "socialização", eis a finalidade dos Sociólogos.

Das conclusões a que chegarem os Sociólogos, quanto aos melhores resultados e aos melhores processos, se beneficiarão os Educadores. De posse de tais conclusões, poderão os Educadores: a) rejeitar os processos adotados, b) inventar novos processos, ou: c) aperfeiçoar os processos vigentes nas escolas.

Enquanto grupo social organizado, possui a escola aqueles três tipos de órgãos sistematizados pela Ciência da Administração, a saber: órgãos volitivos, órgãos diretivos e órgãos executivos.

Os órgãos administrativos escolares seriam os seguintes :

I) — ÓRGÃOS VOLITIVOS

- 1.1 — Direção Administrativa, enquanto delibera
- .2 — Direção Técnica, enquanto delibera
- .3 — Congregação de Professores

II) — ÓRGÃOS DIRETIVOS

- 2.1 — Direção Administrativa, enquanto comanda
- .2 — Direção Técnica, enquanto comanda
- .3 — Corpo de Funcionários Fiscalizadores

III) — ÓRGÃOS EXECUTIVOS

- 3.1 — Corpo Docente
- .2 — Corpo Discente
- .3 — Secretaria.

Dentre os processos de interação entre a escola e a sociedade em geral, queremos destacar o possível conflito com a estrutura social.

O conceito de estrutura social, vamos tomá-lo ao Prof. Fernando de Azevedo. Embora de passagem, convém assinalar que esse conceito é muito mais rico de conteúdo e mais próximo da realidade que o conceito de estrutura social de Karl Marx. Para este economista e sociólogo do século passado, a estrutura social se subdividia em duas camadas, a saber:

- 1 — A Infra-estrutura, ou base econômica da sociedade, constituída pelas relações de produção.
- 2 — A Supra-estrutura, ou cúpula ideológica da sociedade, constituída pela filosofia, pela religião, pela política, pelo direito, pelas artes, etc., reflexos da infra-estrutura.

Segundo Fernando de Azevedo, a estrutura social também se subdivide em duas camadas a saber :

- 1. — Primeira camada : Super-estrutura Organizada, que se compõe de :
 - 1.1 — Instituições Sociais (políticas, econômicas, religiosas, ocupacionais), e

- 1.2 — Sistemas de Vida (habituais e mais ou menos refletidos),
 - 1.3 — Os fins desta super-estrutura são fixados habitualmente :
 - 13.1 — Pelas tradições, ou
 - 13.2 — Pelos estatutos (leis, códigos).
2. — Segunda camada : Infra-estrutura Subjacente, que se compõe de :
- 2.1 — Práticas e condutas coletivas,
 - 2.2 — Vida social espontânea, em permanente movimento.

Diante de tal estrutura social estabelece-se o seguinte conflito :

- 1. — Conflito entre :
 - 1.1 — As Organizações Escolares, de um lado, e
 - 1.2 — As Práticas Coletivas e a Vida Social, de outro lado.
- 2. — Modos do Conflito :
 - 2.1 — Demora no processo de adaptação da escola :
 - 21.1 — Sobrevivência de formas arcaicas na escola, em relação ao dinamismo da vida social.
Ou, então:
 - 2.2 — Aceleração no processo evolutivo da escola :
 - 22.1 — Avanço em relação a outras instituições sociais, a saber :
 - 221.1 — Instituições domésticas
 - .2 — Instituições econômicas
 - .3 — Instituições políticas
 - .4 — Instituições religiosas.

Essa concepção de estrutura social e de conflito encontra-se às pags. 178, de "SOCIOLOGIA EDUCACIONAL", do Prof.

Fernando de Azevedo, não porém sob a forma supra, esquematizada e codificada. Assim o fizemos para maior clareza da exposição.

Cumpra, pois, aos sociólogos, por meio da observação metódica das estruturas sociais e da marcha dos processos pedagógicos, comparar-lhes as curvas dos movimentos respectivos — para dizer, então, quem vai à frente ou retardado em relação aos fins colimados, aos ideais humanos.

Enquanto grupo social, a Escola coloca, frente a frente, dois elementos humanos, ao mesmo tempo iguais e diferentes embora sob aspectos diversos, a saber :

- a) o educando,
- b) o professor.

1. — Iguais, porque ambos são :

- 1.1 — Individuo
- .2 — Pessoa
- .3 — Socius.

2. — Diferentes, porque, enquanto

- 2.1 — Individuos: têm idades evolutivas diferentes;
- .2 — Pessoas: têm diferenças de caracteres; e
- .3 — Socii: têm "status" social diferente.

Coloca-os frente a frente para o processo pedagógico denominado ação educativa. Ação educativa vem ser a educação realizada pela escola, a educação sistemática, planejada e controlada. Vejamos isso por partes: 1.º, a educação; depois, a ação educativa.

1 — Educação — "Processo complexo que envolve um duplo aspecto :

- a) **Aspecto psicológico** — A educação se processa no indivíduo que integra (psiquicamente) as experiências próprias e do grupo, as quais se traduzem no

domínio de noções, informações e técnicas, ou na formação de hábitos, interesses, atitudes e ideais.

- b) **Aspecto social** — A educação se verifica através da interação dos "socii", e tem como resultados a **continuidade social e o ajustamento do indivíduo**" (VILAS BOAS, Prof.^a Maria Violeta — FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA EDUCAÇÃO — Resumo 1 — Julho de 1957 — Curso de Aperfeiçoamento para Professôres do D. R. do Paraná — Pag. 1).

2 — "Ação educativa desenvolvida pela Escola nos seus diversos níveis e modalidades.

- a) **Objetivo:** contribuir para o desenvolvimento harmonioso da personalidade do educando, e seu ajustamento à comunidade através de :

- a') base cultural geral;
a'') formação do caráter, visando o seu desenvolvimento e ajustamento;
a''') formação profissional.

- b) **Meios para a consecução desse objetivo:** influências positivas, planejadas, graduadas, sistematizadas e controladas, atendendo aos requisitos essenciais a toda obra de conjunto e "a longo prazo" com a ação educativa :

- a') UNIDADE
b'') CONTINUIDADE" (VILAS BOAS, Prof.^a Maria Violeta — ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA — Resumo 1 — Julho de 1956 — IV Seminário de Orientação Pedagógica, Educacional e Profissional — Pag. 1).

Do ponto de vista social — que é aquêle que nos interessa no momento — a educação pode ser considerada "em função do meio e para o meio".

Consoante a mesma Professôra supra-citada.

— “Educamo-nos em função do meio — porque todo ato educativo nele tem sua origem. Por outras palavras, dele provém o conjunto de influências que vão condicionar a continua reorganização da personalidade do indivíduo e seu progressivo ajustamento. Essas influências podem apresentar-se sob forma de :

- a) **Influências difusas, ocasionais e inintencionais** — oriundas do convívio na comunidade em geral.
- b) **Influências sistemáticas e intencionais** — emanadas dos grupos: Família, Igreja e, principalmente, ESCOLA (VILAS BOAS, Prof.^a Maria Violeta — FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA EDUCAÇÃO — Pag. 2).

Como, porém, realiza a Escola a ação educativa? Que faz o educador em face do educando? Que aprende o educando? Como se opera, na escola, a sua socialização?

Entramos, assim, interrogativamente, noutro item.

4 — Processos Escolares

A aprendizagem na Escola tende a fazer com que os alunos integrem os seguintes elementos :

- a) **elementos ideativos**, ou sejam: informações, noções, conhecimentos a respeito das diversas disciplinas dos cursos;
- b) **automatismos**, ou sejam: habilidades, técnicas operacionais, manejo perfeito de instrumentos necessários à vida;
- c) **elementos afetivos**, ou sejam: hábitos, atitudes ideais, ou valores morais.

Vale a pena, a esta altura, trazer para estas páginas a comparação entre as atitudes fundamentais da Escola chamada tra-

dicional e as da Escola chamada contemporânea. O quadro é da Prof.^a Simone F. Rivera :

DIDÁTICA TRADICIONAL		DIDÁTICA CONTEMPORÂNEA
1 — A quem se ensina?	ALUNO	É quem aprende.
2 — Quem ensina?	MESTRE	E com quem o aluno aprende.
3 — Para que se ensina?	OBJETIVO	É para que o aluno aprende.
4 — O que se ensina?	MATERIA	É o que o aluno aprende.
5 — Como se ensina?	MÉTODO	É como o aluno aprende.

(RIVERA, Prof.^a Simone F. — A DIDÁTICA E SEUS PROBLEMAS — Resumo I — Curso de Orientadores Pedagógicos — Setembro de 1957 — Rio — Págs. 2/3).

Na didática tradicional, tudo era pensado e feito em termos de ensino, dava-se predominância às atividades do mestre, que assumia, assim, a função principal no processo escolar.

Ao contrário, na didática contemporânea tudo deve ser pensado e feito em termos de aprendizagem, dando-se predominância às atividades do aluno, que assume, assim, a função principal no processo escolar de nossos dias. O professor apenas dirige a aprendizagem dos alunos.

Aliás, tal atitude contemporânea da didática realiza plenamente o pensamento do Santo Thomaz de Aquino sobre a educação. Segundo esse pensador da idade média, no fenômeno educação há dois agentes :

- 1º) — a atividade do educando — agente interno, principal;
- 2º) — o educador ou o meio circundante — agente externo ou ministerial, secundário.

Perguntar-se-á, porém, que influência pode ter essa atitude sobre a vida social em geral, além da escola?

Vejamos, colhidos da experiência pedagógica, os resultados a que chegaram turmas de alunos, em face de diferentes processos de direção de aprendizagem. Depois, transfiramos êsses resul-

tados para a vida social fora da escola, para a fixação dos comportamentos formados no ambiente e sob a ação do grupo-escola.

— “Nesse estudo, o comportamento exibido pelos alunos foi considerado função não apenas do caráter do individuo, mas também do tratamento dado pelo professor e pela escola.

- a) Tratamento autoritário e ditatorial produzia agressividade em relação a membros mais fracos, bem como falta de responsabilidade quando o estímulo compulsório era removido.
- b) Falta de atenção para com os alunos resultava em desânimo e depressão.
- c) Encorajamento de atividade cooperadora resultava em alegre manifestação de energia e diligência.

Os mesmos alunos reagiram diferentemente a diferentes tipos de tratamento.

- 1 — **Sob liderança autocrática**, seguiam instruções de maneira bastante submissa, principalmente os que não haviam antes experimentado forma de disciplina menos repressiva. Mas, nesse caso, trabalhavam apenas quando vigiados, mostravam pouca iniciativa, não eram capazes de cooperação amiga. Suas maneiras e gestos indicavam apatia e mesmo aborrecimento; e o veneno instilado pelo tratamento recebido revelava-se em perseguições mesquinhas e em denúncias recíprocas. Assim que o professor saía da sala, o grupo desintegrava-se e o trabalho cessava.
- 2 — **Sob direção indiferente, de laissez faire**, os alunos mostravam-se aborrecidos e irrequietos, pareciam ressentir-se de falta de finalidades definidas e de compreensão de seus objetivos. O estado de ânimo dos alunos era fraco; e não era incomum entre eles a prática de brincadeiras brutais, irresponsáveis.

- 3 — Sob direção democrática a classe mudou de atitude. Gestos e expressões faciais tornaram-se outros. Os alunos alertaram-se e pareciam mais capazes. Cessaram as perseguições mesquinhas. A dependência em relação ao professor diminuiu gradativamente; e o trabalho passou a ser feito com bastante iniciativa própria, mesmo na ausência de supervisão imediata" (FLEMING, C. M. — PSICOLOGIA SOCIAL DA EDUCAÇÃO — Tradução de Lavinia Costa Raymond — 1955 — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Pags. 75/6).

Por essa experiência, pode-se já aquilatar as conseqüências desses três (3) processos para os comportamentos humanos, depois, nos mais diversos grupos sociais. Mesmo sem perder de vista as aptidões individuais e os temperamentos mais díspares, não se podem deixar de considerar funestas e indesejáveis, na aprendizagem: a) a direção autocrática, b) a direção indiferente. Na aprendizagem e, por transferência e repercussão, também no futuro convívio social cotidiano.

Só a direção democrática, de cooperação mútua e de valorização da capacidade pessoal dos alunos, poderá alimentar as esperanças nos resultados positivos da obra de educabilidade do homem.

É evidente a qualquer educador, individualmente tomado, e mesmo nos estabelecimentos de ensino, que a educação só pode ser admitida como um processo social de transmissão e aprendizagem da cultura. Acrescente-se que o educando já vive em ambientes sociais (família, emprêgo, amizades) e, na escola, se está preparando também para viver mais intensamente na comunidade.

Consoante esclarece um educador brasileiro, — "um dos objetivos fundamentais da educação consiste na formação social do educando, isto é, na sua integração perfeita e harmoniosa no seio da sociedade em que vive. Para isso, é preciso que a escola se organize num sentido eminentemente social, pois, somente vivendo e agindo em sociedade, poderá a criança ou o adolescente adquirir o *habitus* da vida social" (SANTOS, Theobaldo Miranda — NOÇÕES DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL — 4.^a edição — 1953 — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Pag. 123).

Daí, a série de instituições que procuram associar alunos, ex-alunos, professores, pais ou responsáveis por alunos, empregadores e pessoas outras interessadas na educação. Instituições que dinamizam a vida do educando na escola e fora dela, que ajustam o educando no ambiente escolar e nos demais ambientes sociais, e que se classificam como: a) instituições intra-escolares, b) instituições inter-escolares, c) instituições peri-escolares, e d) instituições pós-escolares.

Em Sergipe registra uma experiência nesse sentido o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC. Havendo compreendido essa necessidade, cuidou o SENAC de planejar a organização e o funcionamento de grupos, em que tomam parte ora os próprios alunos, ora os pais e os responsáveis pelos educandos, ora os professores, ora os empregadores ou seus prepostos. Tais são: o “Grêmio Estudantil SENAC” — o “Conselho de Alunos do SENAC” — “Associação de Pais e Educadores do SENAC” — o “Centro de Estudos Pedagógicos e Educacionais do SENAC” — e o “Conselho de Instrutores de Aprendizagem do SENAC”.

Todos êsses grupos funcionam sob a supervisão geral do educador Carlos Alberto Sampaio, Diretor do Departamento Regional do SENAC em Sergipe.

“Grêmio Estudantil SENAC”: — instituição intra-escolar, de educação social. Trata-se de uma associação dos alunos dos Cursos do SENAC, podendo nela tomar parte igualmente ex-alunos que foram sócios anteriormente. Destina-se a promover atividades culturais, recreativas, esportivas ou outras atividades de interesse dos seus componentes. Funciona sob a supervisão do Serviço de Orientação Educacional e Profissional.

“Conselho de Alunos do SENAC”: — instituição intra-escolar, principalmente de educação moral. Trata-se de órgão constituído pelos próprios alunos dos Cursos do SENAC, atualmente matriculados. Destina-se a promover atividades de incentivo à melhoria do índice educacional, ao contróle da disciplina em classe, numa integração dos alunos no processo escolar. Deve ser constituído por meio de eleição.

“Associação de Pais e Educadores do SENAC”: — instituição peri-escolar, de aproximação entre a família e a escola, para melhor rendimento do processo educativo. Trata-se de uma associa-

ção de caráter especial, motivada e promovida pelo próprio SENAC e destinada a congregar pais de alunos, professores, orientadores, diretores e assistentes sociais. Visa a um melhor entendimento entre os diversos responsáveis pela educação dos adolescentes que frequentam os Cursos do SENAC, no sentido do ajustamento dos educandos na escola, na empresa e na família. Apesar de promovida pelo SENAC, essa associação deverá ter Diretoria escolhida pelos pais dos alunos.

“Centro de Estudos Pedagógicos e Educacionais do SENAC”: — instituição peri-escolar, de assistência pedagógica ao professor do SENAC. Trata-se de grupo informal, com reuniões convocadas pelo Serviço de Orientação Pedagógica, podendo no entanto vir a ter organização permanente, com Diretoria eleita pelos Professores. Destina-se a reunir professores, orientadores e diretores dos Cursos do SENAC, para estudos de temas de psicologia da aprendizagem, de pedagogia aplicada aos referidos Cursos e de apreciação de casos-alunos. Tem a intenção de contribuir para melhorar o nível cultural do professorado do SENAC e aperfeiçoar a direção da aprendizagem.

“Conselho de Instrutores de Aprendizagem do SENAC” — instituição peri-escolar, de aproximação entre a empresa comercial e a Escola Comercial SENAC de Sergipe, e de assistência ao aprendiz no ambiente de trabalho. Trata-se de um grupo especial, promovido e estimulado pela direção do SENAC e composto pelos instrutores das empresas comerciais que têm aprendizes. Tais instrutores são comerciários graduados ou gerentes, indicados pelo comerciante, para acompanharem as atividades do aprendiz na empresa, orientá-los e se entrosarem com a administração escolar do SENAC no mesmo sentido.

5 — A Escola Primária no Brasil

Ainda recentemente, se debateu, na imprensa brasileira, o problema da situação dos analfabetos no Brasil, a propósito de um projeto de lei que visava reformar a Lei Eleitoral para conceder o direito de voto aos que não sabem ler nem escrever.

Prós e contras vieram a lume, sendo de destacar-se os depoimentos de Gustavo Corção, Raquel de Queiroz e Dinah Silveira de Queiroz contra o projeto. Sem entrar no mérito da questão, uma pergunta, no entanto, se impõe: por que ainda há tantos milhões de analfabetos num país que vem sendo dirigido até hoje pelos alfabetizados? Por que tantos analfabetos, com tantas escolas espalhadas pelo território nacional?

Será que a escola primária não está correspondendo às necessidades da sociedade brasileira? Será ela um fracasso na sua obra de socialização das crianças brasileiras? Por que existe, ainda, essa grande massa humana que não pode participar da vida política nacional?

Sociólogos e educadores se completam e se precisam para responder a perguntas que tais, quase acusação. Hoje mais do que nunca.

Consoante o Recenseamento de 1950, havia em nosso país cerca de 18.200.000 pessoas de 12 anos em diante, sem saber ler nem escrever. Consoante informa reportagem do jornalista Carlos Gaspar, em "O Cruzeiro", de 5-X-57, pag. 44, foi lançado, recentemente, pelo Ministério da Educação e Cultura, um movimento denominado "MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA O ANALFABETISMO", movimento que pretende reduzir de 12.740.000 aquêlê número de analfabetos, em quatro anos, ou seja: 70% da triste realidade de 1950. Fica, ainda, o problema dos outros não-alfabetizados: os do período de 1950 a 1960!

A respeito de tal fracasso podemos aduzir, aqui, quatro depoimentos que fazem alguma luz. Ei-los.

I Depoimento : — Prof. Anísio Teixeira.

— "Acha o diretor do INEP que a mentalidade de alguns dirigentes nacionais vem relegando a segundo plano a educação primária, enquanto canaliza recursos para o ensino superior que está ao alcance, tão-sòmente, de uma elite. "O essencial é alfabetizar, é fornecer uma educação de base que torne o homem útil à sociedade a que pertence" — afirma o ilustre educador e estudioso dos nossos problemas educacionais.

“A educação” — acrescenta — “é um processo de estabilidade social e, apenas secundariamente, de ascensão social. Aqui, no Brasil, fazemos o contrário: um simples sistema seletivo, que se converte num processo de desorganização da vida nacional, deixando nas atividades fundamentais da sociedade somente os que não se podem educar, e elevando todos que logrem êxito em seus cursos, mais formais do que eficientes, a condições de vida em que não vão ser mais produtivos, mas conduzir existências mais amenas, senão parasitárias” (in “O CRUZEIRO” — Rio, 5 de outubro de 1957 — Pag. 47).

É, como se vê, uma grave acusação contra o abandono da escola primária.

II Depoimento : — João Climaco Bezerra.

— “É que inexiste a comunhão entre a escola e o núcleo social. A primeira, não preparando a criança para a vida ativa da comunidade; o segundo, recusando fornecer ao professor os recursos essenciais para que êle se transforme numa força atuante.”

— “Mas poderíamos resumir, em linhas gerais, na seguinte escala, os óbices que impedem a escola sertaneja de realizar a sua finalidade:

- a) — má localização da escola;
- b) — falta de recursos na sua instalação;
- c) — falta de entusiasmo do mestre, gerada, precisamente, pelo desestímulo do abandono a que foi relegado pelas autoridades escolares;
- d) — ausência de estradas e de meios de locomoção que permitam a freqüência dos meninos residentes nas redondezas;
- e) — falta de compreensão dos pais, oriunda do analfabetismo, no sentido de incentivar a freqüência;

- f) — pauperismo dos pais, determinando a retirada das crianças para os trabalhos da lavoura, mal aprendidas as noções de ler e contar" (BEZERRA, João Clímaco — EDUCAÇÃO NÃO É PRIVILÉGIO — in "O Jornal" — Rio de Janeiro — 6-X-57 — Terceira Secção — Pag. 1).

É mais outra grave acusação, no que se refere à escola do interior do Brasil. Qual será, porém, a situação na Capital do Brasil?

III Depoimento : — Ernesto Luiz de Oliveira Júnior.

— "Mesmo no território reduzido, densamente povoado e cortado de estradas, do Distrito Federal, os números são de estarrecer. Assim, da turma que em 1 944 iniciou os seus estudos elementares na Capital da República, a evolução foi a seguinte :

DISTRITO FEDERAL

ANO	SÉRIE	MATRICULA GERAL	APROVAÇÕES	%
1 944	1º Ano	64 874	30 322	46,8
1 945	2º Ano	52 796	30 906	48,6
1 946	3º Ano	44 182	27 135	61,3
1 947	4º Ano	33 640	18 216	53,9

"Dos 64.874 alunos que se matricularam na 1.^a série do curso fundamental, em 1 944, no Distrito Federal, chegaram ao fim da 4.^a série em época própria apenas

$$\frac{18\ 216 \times 100}{64\ 874} = 28,1,$$

isto é, pouco mais de um em cada grupo de quatro.

“Cabe aqui mencionar um trabalho recente da Professora Ofélia Boisson Cardoso, apresentado em duas conferências realizadas na Associação Brasileira de Educação, nos dias 17 e 25 de setembro de 1953 e publicadas na revista Educação, daquela Sociedade, em seu número de outubro do mesmo ano (1953).

“Lemos, à página 13 dessa revista, que, no Distrito Federal, no ano de 1952, para a matrícula geral de 49 299 alunos na primeira série elementar, foram aprovados somente 17 903, ou seja, aproximadamente, 36% do total. Por outras palavras, de 49 299 alunos foram reprovados 31 396!!!” (OLIVEIRA JÚNIOR, Ernesto Luiz de — DOZE ENSAIOS SOBRE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA — 1956 — CAPES — Série de Estudos e Ensaios, 7 — Pag. 13).

Quarto Depoimento : — José Amado Nascimento,

Muito mais grave ainda é o depoimento dos números relativamente ao ensino primário no Estado de Sergipe. Vejamos — para um confronto com o antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara, — os dados correspondentes àquêlê mesmo período de 1944/1947, ou sejam os 4 anos de um Curso primário completo em Sergipe.

ANO	SÉRIE	MATRÍCULA GERAL	APROVAÇÕES	%
1 944	1º ano	24 252	4 162	17,16
1 945	2º ano	6 683	2 663	39,69
1 946	3º ano	3 027	1 548	51,14
1 947	4º ano	1 700	1 124	66,11

Dos 24.252 alunos que se matricularam na 1.^a série do ensino fundamental comum, em 1 944, no Estado de Sergipe, chegaram ao fim da 4.^a série em época própria apenas

$$\frac{1.124 \times 100}{24.252} = 4,63$$

o que quer dizer: quase 5 (cinco) alunos em cada grupo de 100. Ou mais precisamente: 9 alunos em conclusão de curso primário em cada grupo de 200 alunos em matrícula geral realizada 4 anos antes.

Ora, se o Prof.^o Ernesto de Oliveira Júnior considerava de estarrecer o percentual de 28,1%, observado no Distrito Federal — que dizer-se então do baixíssimo percentual sergipano de 4,63%?!

A Tabela supra denuncia outro fenômeno, cuja investigação compete a educadores e sociólogos: é insignificante a promoção de série da 1.^a para a 2.^a em nosso Estado. De uma matrícula geral de 24.252 alunos, na 1.^a série, no início do ano de 1 944, obteve-se apenas uma promoção de 4.162 alunos para a 2.^a série. Ou seja: somente 17,16% ! Verificaram-se 20.090 reprovações ! Qual a causa ? ou as causas de tal ocorrência ?

Em face de tais dados de 14 anos atrás — já incorporados ao passado histórico de Sergipe — poderá o leitor querer saber se o fenômeno se mantém estacionário, se regrediu, ou agravou-se.

Elaboramos, então, mais 3 Tabelas correspondentes a 3 Quatriênios, a saber: — 1.947/1.950 — 1.951/1.954 — 1.955/1.958 —, cujos dados, em resumo, são os seguintes :

Em 1 947	28.931	matrículas na 1. ^a Série
Em 1 950	1.401	conclusões na 4. ^a Série.

Em 1 951	33.722	matrículas na 1. ^a Série
Em 1 954	1.526	conclusões na 4. ^a Série.

Em 1 955	38.841	matrículas na 1. ^a Série
Em 1 958	1.951	conclusões na 4. ^a Série.

Como se percebe, continúa o desnível entre as conclusões de curso primário e as matrículas da 1.^a série, a saber :

- a) Em 1.950 — 4,91 alunos em cada grupo de 100.
- b) Em 1.954 — 4,52 alunos em cada grupo de 100.
- c) Em 1.958 — 5,04 alunos em cada grupo de 100.

Cresceram os números absolutos, mas a relação percentual permaneceu quase a mesma. E o fenômeno das reprovações máximas continúa a verificar-se mesmo na 1.^a série do curso primário, assim :

ANO	MATRÍCULA GERAL	REPROVAÇÕES	%
1.944	24.252	20.090	82,8
1.947	28.931	23.246	80,3
1.951	33.722	26.892	79,7
1.955	38.841	31.295	80,5

Tais reprovações na 1.^a série primária serão tôdas decorrentes de mau aproveitamento dos alunos? ou correm por conta de evasão escolar?

Entregamos aos educadores e sociólogos a pesquisa das causas dêste fenômeno constante que depõe contra o nosso ensino primário. A pesquisa das causas reais e a formulação das soluções para o problema angustiante ! (Êste 4.^o depoimento foi escrito em 1.961).

Diante dêsses quatro depoimentos, o menos que se pode concluir é que a escola primária não está correspondendo às necessidades da vida social no Brasil.

Quais as causas totais e profundas dêsse fracasso? — eis uma pergunta que não nos cabe responder no âmbito restrito do presente ensaio. Mas, é uma pergunta atirada à face e ao estudo de educadores e sociólogos. Hoje (isto é: em 1 961), hoje mais do que nunca.

6 — O Ensino Comercial no Brasil

O ensino comercial pode ser considerado uma vertente onde se encontram sociólogos e educadores a um só tempo. Vejamos. Aliás, vejamos se.

Prefaciando a publicação "Cinquentenário do Ensino Comercial" no Brasil, o então Ministro da Educação e Cultura — ABGAR RENAULT — fez uma afirmativa de caráter histórico, digna de comentário.

Diz êle :

— "A tendência humanística desde cedo manifestada pela nação portugêsa, que teve a sua primeira universidade antes de se haverem organizado os seus cursos secundários, lançou raízes entre nós, de tal maneira que também aqui a idéia de universidade ou, mais apropriadamente, a de cursos superiores encontrou adeptos quando ainda não tínhamos curso primário e o curso secundário era apenas uma fantasia inconsistente" (RENAULT, Aagar — O ENSINO COMERCIAL NO BRASIL, in "Cinquentenário do Ensino Comercial" — Cadernos da CAEC N.º 1 — Novembro de 1955 — Ministério da Educação e Cultura — Pag. 5).

Está aí, descrita uma situação social e escolar que interessa a educadores e a sociólogos.

Qual a razão desse fenômeno?

A explicação no-la dá, e bem, o sociólogo compatricio Fernando de Azevedo, quando lembra que os sistemas pedagógicos "começam geralmente a formar-se "de cima para baixo", acompanhando a evolução social das formas aristocráticas para as formas igualitárias".

Ou, em termos ainda mais claros :

— "É fácil compreender porque os sistemas pedagógicos começam a organizar-se laboriosamente "de

cima para baixo”, das escolas superiores para as secundárias e destas para as primárias que somente do século XIX em diante tomaram maior desenvolvimento.

“Este fato é registrado na lenta elaboração de todos os sistemas escolares, nas civilizações antigas, na Idade Média e nos povos modernos, e tem como causas :

- a) a anterioridade das formas aristocráticas sobre as democráticas; a educação organizada para as classes ou camadas superiores só se desenvolve para baixo e em extensão, sob a pressão das tendências e dos ideais democráticos;
- b) a participação de tôdas as forças e instituições sociais no “processo de integração” a que correspondem, nos sistemas pedagógicos, as escolas de ensino elementar (primárias) e, até certo ponto, as de ensino médio (ginásios, colégios); enquanto a “diferenciação” ou especialização, profissional e científica, é, pela sua própria natureza, obra de grupos e de poucos;
- c) o progresso científico e a divisão do trabalho: a “especialização” que, devido ao pequeno volume de conhecimentos, se fazia sentir na esfera do ensino superior, somente mais tarde ganhou o ensino de grau médio e o ensino elementar, transferindo também para professores e meios especiais (escolas) o ensino geral ou comum, que passou a ter importância capital” (AZEVEDO, Fernando de — Op. Cit. — Pag. 179 — Nota 2).

Eis aí uma das razões de possuir o Brasil, ainda, tantos analfabetos. De possuir, ainda, tão poucos operários qualificados. De o seu ensino comercial só haver, praticamente, sido instalado no país no começo deste século.

Concluí-se fatalmente — e talvez acacianamente — que o sistema pedagógico brasileiro veio acompanhando a trajetória dos ideais sociais e se enriquecendo e crescendo com as transformações operadas na sociedade brasileira. Isto, porém, lentamente. Em ritmo aquém do ritmo daquelas transformações.

De referência ao ensino comercial no Brasil, diz ainda o Ministro Abgar Renault :

— “Em 1902, surgiram as duas primeiras escolas comerciais brasileiras, uma no Rio de Janeiro, outra em São Paulo, justamente nos dois centros onde o comércio começava a assumir vulto e onde homens públicos de visão, como os professores Cândido Mendes de Almeida e Horácio Berlink, sentiam que começava a bater mais forte o pulso da economia nacional”.

.....

“Dêsses dois ramos da mesma árvore — a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Fundação Álvares Penteado, como se chama hoje a entidade mantenedora da antiga Escola Prática de Comércio de São Paulo, — deviam proceder, graças à fé, à tenacidade e ao trabalho impregnado de espírito público, tôdas as iniciativas em que veio afinal florescer o ensino comercial brasileiro” (RENAULT, Abgar — Idem, *ibidem* — Pag. 7).

Sociolôgicamente falando, temos a notar que :

- a) O surgimento e a trajetória do ensino comercial brasileiro confirmam a afirmação, de Fernando de Azevedo, de que “a diferenciação ou especialização, profissional e científica, do ensino, é, pela sua própria natureza, obra de grupos e de poucos”.

De fato: êle surgiu de apenas 2 entidades privadas; ainda hoje é ministrado, na quase

totalidade das suas Escolas Comerciais e das suas Escolas Técnicas de Comércio, por entidades de caráter privado. E, mesmo outro grupo social pedagógico que tantos serviços vem prestando ao Brasil e seu comércio — o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC — foi criado e é mantido pelos comerciantes organizados em entidades sindicais.

b) Que as escolas de ensino comercial, através dos concludentes de seus cursos, muito contribuem para o aperfeiçoamento da interação social, a saber ;

1º) — pela resolução de inúmeros conflitos na vida comercial: seja entre as empresas e os governos, quanto aos impostos devidos; seja entre os clientes e as empresas, quanto à exatidão dos extratos de contas; seja entre os sócios de uma mesma empresa, quanto à verdadeira apuração dos lucros anuais;

2º) — pela assimilação, por parte dos empresários, dos novos sistemas de trabalho racionalizado, inclusive no que se refere a relações públicas, e adoção do material padronizado, objetivando menor esforço, maior rendimento e, por conseguinte, mais alta produtividade.

Ainda, aqui Sociologia e Educação, sociólogos e educadores lado a lado. O trabalho de uns servindo aos outros. Hoje mais do que nunca !

7. — A Ascensão das Massas

Um dos pontos de encontro forçado de sociólogos e educadores em nossa época é em torno da consideração do fenômeno da

“ascensão das massas”. O sociólogo, pela cuidadosa observação da sociedade contemporânea, verifica a ocorrência do fenômeno e lhe analisa as causas para concluir que a educação concorre para acelerá-lo. Por outro lado o educador deve procurar bem servir a essa transformação social, renovando os seus métodos de trabalho e tornando mais funcional a educação do povo, enquanto os homens de Estado se propõem a levar a escola ao maior número possível.

Nesse sentido, é bastante esclarecedora a afirmação de um pesquisador da UNESCO, em atividade no Brasil, Robert J. Havighurst, nestes termos :

— “Uma dos aspectos mais importantes da mudança social nos tempos modernos é a mobilidade social vertical que lhe está associada. Esse movimento ascendente e descendente na escala de status sócio-econômico está relacionado com a educação. As três variáveis — mobilidade social, mudança social e educação — relacionam-se umas às outras de maneiras diversas” (in “Educação e Ciências Sociais” — Boletim do C.B.P.E. — Rio — Ano II — Vol. 2 — N. 6 — Novembro de 1957 — Pag. 103).

Chama êle a atenção para o aspecto econômico, tanto na ascensão das massas quanto na orientação educacional, declarando: — “A educação do tipo funcional é geralmente utilizada pelos governos para promover a mobilidade grupal ascendente das classes operárias. Serve ela para lhes aumentar a produtividade, e a renda adicional, que essas classes assim obtêm, é por elas utilizada para elevar o seu nível sócio-econômico” (Idem — Ibidem — Pag. 125).

Se bem que a mudança social não provenha só da educação — mas também das novas idéias morais, políticas e jurídicas constantemente agitadas e difundidas, e da renovação das técnicas e maquinismos da produção industrial. Se bem que a educação não tenha por finalidade exclusiva preparar técnicos e operários qualificados para uma civilização industrial — mas também preparar homens para a família, para as artes desinteressadas, para a vida

cívica, para a prática da religião e da caridade fraterna. Certo é que aquela colocação de sentido econômico do problema se impõe no seu campo próprio e deve ser levada em conta pelo educador e pelo sociólogo.

Dentro dessa orientação, chega até o Sr. Robert J. Havighurst esboçar o esquema do tipo de educação que mais convém ao Brasil de hoje, quando diz :

— "A educação deverá tornar-se mais funcional no Brasil. No nível primário a tarefa da educação consistirá em criar uma classe operária alfabetizada, e particularmente em aumentar a competência das classes rurais mais baixas, tanto no que diz respeito à produção quanto ao consumo. As escolas secundárias tenderão mais a se dedicar ao preparo vocacional dos jovens para emprêgos técnicos no comércio e na indústria. As universidades formarão um maior número de pessoas para as ciências, a engenharia e a administração comercial e industrial. O único problema no Brasil a esse respeito é a rapidez com que a educação poderá orientar-se nessa direção e em que proporção conseguirá promover o desenvolvimento econômico do país, em comparação com outros métodos de recrutamento e treinamento do pessoal para as tarefas de uma sociedade industrial" (Ibidem — Pag. 122).

É uma sugestão aos nossos educadores, no sentido de se reformarem, não apenas os métodos mas igualmente os fins na educação brasileira. Compete, agora, ao filósofo da educação entrar no debate para discernir quais os ideais pedagógicos que devem, prevalentemente, ser objetivados e defendidos em nosso País. Compete ao sociólogo vir de público dizer quais as características essenciais da cultura e do povo brasileiros, para que os reformadores possam bem situar aquêle esquema de uma nova orientação

da obra educacional, proposto para o Brasil tendo em vista a mobilidade social vertical,

Aquí fica o chamamento urgente !

* * *

Mas, a respeito dêsse tipo de mobilidade, que se pode constatar em nosso Estado?

Na vida social de Sergipe, a ascensão das massas só muito recentemente e com muito esforço vem sendo conquistada. A colonização de Sergipe (como aliás de todo o Brasil) se fêz na base do trabalho escravo: índios e africanos subiram da Bahia. Enquanto não foi proibida por Carta Régia, a escravização de indígenas continuou por longo tempo. Para os crescentes trabalhos da Capitania que se desenvolvia, vinham da Bahia novos escravos negros. Depois que os índios ficaram livres, aumentou o número de escravos africanos.

No comêço do século XIX, já quase 20.000 negros moravam em Sergipe. Na metade dêsse século, o número de escravos passava de 50.000 e correspondia a um têrço dos homens livres. A primeira ascensão dessa massa humana efetuou-se com a abolição da escravatura, em suas fases sucessivas.

Sem propriedade da terra e sem cultura literária nem técnica, os escravos libertos e seus descendentes passaram a formar o proletariado dos engenhos e usinas, das fazendas de gado e das indústrias citadinas. Sem receber educação religiosa suficiente, nem educação sanitária, com salários mínguados, sem conhecer exatamente nem ver reconhecidos os seus direitos, as massas sergipanas só aos poucos vêm influindo na história de Sergipe.

Ainda em 1940, quando se realizou mais um recenseamento geral, do Brasil, numa população de 456.823 pessoas de 5 anos e mais, cêrca de 72% não sabiam ler nem escrever. Nessa grande parcela ou quase totalidade da população sergipana havia: — 137.716 brancos, 120.440 pardos e sem declaração de côr, 73.590 pretos e 73 amarelos.

Dentre as pessoas de 10 anos e mais, que exerciam atividades consideradas principais, excluídos os serviços domésticos e a administração pública, tínhamos: 55413 empregados para apenas

2.566 empregadores, enquanto que os trabalhadores por conta própria subiam já a 93.708.

Todavia, o número de proprietários de imóveis era apenas de 94.652, quando o número de unidades prediais e domiciliares, de propriedade particular, atingia o total de 146.111.

Já no recenseamento geral de 1 950, para uma população de 534.728 pessoas de 5 anos e mais, a grande parcela de 377.456 não sabia ler nem escrever. Eram 70,6% assim distribuídos: 46.834 pessoas nas zonas urbanas, 33.563 nas zonas suburbanas e 297.059 (82,5%) nas zonas rurais do Estado.

Consideradas as pessoas de 10 anos e mais, que exerciam as chamadas atividades principais, a situação era a seguinte: a) em agricultura, indústria, comércio e serviços privados — 205.609 pessoas; b) nos serviços públicos — 4.921 pessoas; c) pessoas em atividades domésticas, escolares discentes, e inativos — 230.948. A população que trabalhava na agricultura montava a 140.757; e a população total do Estado era de 644.361 habitantes.

A possibilidade de ascensão social através da difusão do ensino primário no Estado é limitada pelas deficiências do sistema escolar, como se vê dos seguintes números que espelham situações com o intervalo de 17 anos :

ENSINO PRIMÁRIO EM SERGIPE

Movimento	1 935	1 952
Unidades Escolares	406	1.223
Professôres	511	1.799
Matrícula Geral	24.420	69.130
Frequência Média	18.697	54.930
Conclusões de Curso	356	3.385

Ao considerarmos a situação social das massas, temos de levar em consideração o "Centro Operário Sergipano", em Aracaju, o qual, por muitos anos, congregou os operários para a discussão dos problemas de classe, além de manter escola para os filhos dos trabalhadores. Depois, vieram os sindicatos profissionais de empregados, na Capital e no interior do Estado, para a defesa organizada dos direitos dos operários, com escolas, assistência médica

e jurídica. E a promoção de greves. Destaca-se, como dos mais antigos em Aracaju, o Sindicato dos Empregados no Comércio.

Funda-se em Aracaju, em 1935, o "Círculo Operário de Aracaju", por inspiração da Igreja Católica, filiado ao movimento circulista brasileiro, associando operários à luz da doutrina social cristã e lhes dando também escola, assistência médica e farmacêutica, cinemas. Fundaram-se posteriormente, Círculos Operários nas cidades de Itaporanga d'Ajuda e Itabaiana, do que resultou organizar-se a Federação dos Círculos Operários de Sergipe. Últimamente essa Federação instalou uma "Escola de Líderes Operários", em Aracaju, no ano de 1960.

Atingido o número legal de Sindicatos, instalou-se, em Aracaju, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Sergipe. Os dissídios coletivos para reajustamento de salários, e o funcionamento da Junta de Conciliação e Julgamento para apreciar as questões entre empregados e empregadores contribuem para elevação das massas. Seja garantindo-lhes melhores salários com que possam enfrentar o alto custo de vida. Seja pela segurança de seus direitos sociais, em face da exploração exercida pelo espírito capitalista.

Muito contribuiu para a elevação cultural e técnica da mocidade pobre, a criação, em 1925, da Escola de Comércio "Conselheiro Orlando", com o seu Curso de Guarda-Livros, noturno, de 3 anos. Em 1931 passou ao regime de fiscalização federal e curso de 5 anos. Com a última reforma do ensino comercial no Brasil, o seu currículo compõe-se de 2 Cursos: a) Curso Comercial Básico, de 4 anos; b) Curso Técnico de Contabilidade, de 3 anos. Ensino gratuito, criado e mantido pelo Governo de Sergipe, por ele vêm passando, há mais de 30 anos, diversas gerações sergipanas. De 1950 para cá, difundiu-se no Estado o ensino comercial de formação, dispondo hoje Sergipe de 7 unidades escolares, sendo 4 na Capital.

A Escola Industrial de Aracaju, antiga Escola de Aprendizes Artífices que vinha desde a primeira República; o Instituto Profissional "Coelho e Campos" (que vinha também da 1.^a República), agora Escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI: — com seus cursos elementares e básico indus-

trial, especializados, de técnica industrial, muito contribuem para a qualificação dos operários sergipanos. Promovendo a elevação dos trabalhadores citadinos, é de ressaltar-se a atuação do SENAI e do SENAC, no que se refere à educação profissional através de seus Cursos de aprendizagem industrial e comercial, e a atuação do SESI e do SESC no que se refere à educação social através dos chamados "cursos populares" orientados para as necessidades do lar.

De referência ao preparo de trabalhadores qualificados para as atividades de agricultura, merece anotada a atuação educacional do Aprendizado Agrícola "Benjamim Constant".

Por fim, a instalação das escolas de grau superior, a saber: Faculdade de Ciências Económicas de Sergipe, Faculdade de Direito de Sergipe (ambas já com 10 anos), Escola Superior de Química de Sergipe, Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, Escola de Serviço Social de Sergipe e, por último, em 1961, a Faculdade de Medicina de Sergipe. Antes da criação dessas escolas, os sergipanos tinham de emigrar para estudar na Bahia e noutros centros universitários: só os ricos e alguns pobres protegidos ou mais afoitos o faziam. Agora, porém, se abriu nova perspectiva para a cultura superior dos filhos das famílias pobres. Residem, trabalham, adquirem conhecimentos científicos e se bacharelam em sua própria terra. Embora não seja de nível superior, deve ser posta em destaque, seu alto padrão de ensino, a Escola de Auxiliares de Enfermagem, da Fundação Hospital de Cirurgia, em Aracaju.

Por último, como realização educativa de recuperação do homem do campo, a instalação e difusão das "Escolas Radiofônicas de Sergipe", iniciativa da Arquidiocese de Aracaju sob a inspiração de Dom José Vicente Távora. Levando a todo o interior do Estado, através das "Rádio Cultura de Sergipe", as noções e informações da intitulada educação de base, além de ensinamento de higiene, religião e agricultura, o sistema radiofônico pretende elevar socialmente o homem do campo e, ao mesmo tempo, fixá-lo na sua terra. Dar ideais ao homem pobre, abandonado e explorado, até que saiba exigir justiça e clamar pela reforma agrária.

Educadores e sociólogos têm também a sua palavra a dizer a respeito da ascensão das massas. Pesquisas a executarem, análises sociológicas a fazerem, conclusões a formularem. Idéias a debaterem, planos educacionais a elaborarem, medidas a reclamarem dos poderes públicos, processos educacionais modernos a pôrem em prática. Uns e outros se completam e se precisam. Hoje mais do que nunca. E principalmente em Sergipe.

ANEXO

Ensino Fundamental Comum em Sergipe

ANO	SÉRIE	MATRICULA GERAL	APROVAÇÕES	%
1 944	1º ano	24 252	4 162	17,16
1 945	2º ano	6 683	2 663	39,69
1 946	3º ano	3 027	1 548	51,14
1 947	4º ano	1 700	1 124	66,11

$1.124 \times 100 : 24.252 = 4,63$ alunos em cada grupo de 100.

ANO	SÉRIE	MATRICULA GERAL	APROVAÇÕES	%
1 947	1º ano	28 931	5 685	19,65
1 948	2º ano	6 906	3 207	46,43
1 949	3º ano	3 367	1 873	55,62
1 950	4º ano	1 970	1 401	71,11

$1.401 \times 100 : 28.931 = 4,91$ alunos em cada grupo de 100.

ANO	SÉRIE	MATRÍCULA GERAL	APROVAÇÕES	%
1 951	1º ano	33 722	6 840	20,19
1 952	2º ano	7 038	3 147	44,71
1 953	3º ano	3 645	2 010	55,14
1 954	4º ano	2 047	1 526	74,54

$1.526 \times 100 : 33.722 = 4,52$ alunos em cada grupo de 100.

ANO	SÉRIE	MATRÍCULA GERAL	APROVAÇÕES	%
1 955	1º ano	38 841	7 546	19,42
1 956	2º ano	7 570	4 160	54,85
1 957	3º ano	4 301	2 798	65,05
1 958	4º ano	2 574	1 961	76,18

$1.961 \times 100 : 38.841 = 5,04$ alunos em cada grupo de 100.

XANGÔ DE ZECA

FELTE BEZERRA

O xangô de Zeca situa-se nas imediações da Atalaia Velha, praia balneária de Aracaju.

Por seu local, instalações e ritual não difere essencialmente dos outros xangôs, daqui ou da Bahia, ou mesmo de outras zonas de concentração de populações oriundas do elemento africano, em território brasileiro.

Pela descrição, que passaremos a fazer, do espetáculo a que assistimos, é fácil perceber o fenômeno de intenso sincretismo religioso, conforme tão amplamente explicado pelos nossos vários pesquisadores do assunto.

Dentro da própria casa de residência do "pai de santo", o Zeca, casa de estilo rural nordestino, de telha vã, com alpendre e atijolada interiormente, há um pequeno quarto, que se abre para uma sala de frente, onde fica o *pegi*, (santuário), que se compõe de uma enorme variedade de santos católicos, representados especialmente em pequenos quadros e raras esculturas, de mistura com muitos símbolos dedicados aos deuses africanos e até indígenas. Vimos, por exemplo, uma *sercia* entre os objetos de culto. No chão do "altar" estão as oferendas dos crentes. Muitas velas, acesas aquelas que serviram ao início da *iunção* e depois são postas ao pé do "altar". Alguns pequenos *moringues* contendo água potável, já previamente "preparados" pelo pai de santo, que sobre eles despeja uma série de palavras cabalísticas, realizando, deste modo, verdadeiro "benzimento".

Do pequenino quarto onde se acha o *pegi* passa-se à grande sala de frente, que se abre para o "terreiro", coberto de palhas de coqueiro, em forma de paravento. Ao fundo do terreiro, voltados de frente para a entrada da casa, estão os tocadores, com seus instrumentos de percussão característicos: *atabaques* (tambores),

batuques, ganzás, etc. Em tôrno do terreiro comprime-se a assistência, na sua esmagadora maioria composta de pretos e mestiços faiodermas e alguns de tez mais clara, todos de condição cultural baixa. São domésticas, vendilhões, operários de construção, pescadores, roceiros, etc.

Está formada a roda que, na noite de nossa presença, se constituiu, a princípio, exclusivamente de mulheres, tendo posteriormente nela tomado parte apenas dois homens. Estes eram um mulato escuro e um negro, enquanto as mulheres eram predominantemente pardas, algumas mais claras, de cabelo escorrido, dito "bom". Apenas duas eram negras, em um grupo de cerca de vinte. Entre elas contavam-se casadas e solteiras, em idades que variam entre dezoito e cinqüenta anos. Tôdas vestiam sáias compridas, muitas de pano vermelho, sáias de lista, e apenas duas estavam em trajes comuns. Tôdas usavam pano na cabeça, não propriamente em forma de turbante, mas positivamente numa revivescência dêsse característico islâmico.

Começam a dançar, ao som dos batuques e cânticos por elas mesmas entoados, no estilo do canto nagô, dolente, em frase curta, repetida indefinidamente, por uma hora ou mais, até quando, por ordem do "pai de santo", o canto é substituído por outro. Estes cânticos são proferidos em português, enquanto o pai de santo vai comandando a função e enunciando suas frases cabalísticas em palavras ininteligíveis, em língua nagô. Nos cânticos, há referências tanto a santos católicos como a orixás africanos e fetiches selvícolas, o que depende da homenagem para quem se executa a função, segundo explicou-nos o próprio "pai de santo". Recolhemos os seguintes estribilhos: "É a rainha das águas" — alusão á mãe-d'água ou sereia. "Ela é quem vem nos salvar", referência a Nossa Senhora da Conceição. — "Eru, Eru, Eru é caboclo brabo", entoado em louvor dêsse espírito de caboclo (incolá).

Ao ser cantado êste último réfrain, as crianças presentes correram como que espavoridas, pois é crença geral que Eru gosta de agarrar meninos. As mulheres da roda devem cantar e dançar até que sejam "apossadas" pelos espíritos. Quando isso demora, o pai de santo entra no meio da roda, a fim de atrair os espíritos de caboclos ou os orixás que deverão tomar conta das dançarinas.

Para tanto, dança e faz cõro com elas, ou solta frases em nagô, um tanto alto, ou toma um dos atabaques que elle mesmo toca. E, pouco a pouco, cada uma delas vai "caindo", isto é, passa a dançar no meio da roda, com requebros exagerados, violentos e ativos. Informou-nos o pai de santo que, naquela reunião, sendo a invocação feita a espiritos de caboclos, são estes em geral "bons"; apenas querem brincar e dançar, sem que causem qualquer mal às dançarinas.

De quando em quando, uma, duas ou mais dançarinas, ao sentirem-se já atuadas, e depois que dançaram por algum tempo, dirigem-se, sempre dançando, até o altar, e tôdas bebem goles de água com sofreguidão (estão desidratadas por excessiva transpiração). Ao chegarem diante do altar, tôdas se curvam e beijam o chão, à maneira maometana. Depois de tomarem água, sentam-se no chão ou vão descansar em outros pontos, transpirando e conversando alegremente umas com as outras, ou com alguns circunstantes. Já aí se sentem abandonadas ou "libertadas" do espirito caboclo.

Indagamos de algumas das dançarinas, quando fora da roda, se sentiam alguma coisa ao "cairem". Responderam tôdas elas que nada de especial, além de um "frio na barriga", uma formigagem, e que ficavam um pouco tontas. Observamos que durante o "apossamento" as filhas de santo não perdem nem simulam perder a vida de relação. Mesmo em "transe" atendem a quem lhes fala da assistência, como, por exemplo, um aviso de que o pano da cabeça está caindo. Ao se dirigirem do "terreiro" para o "altar" guiam-se perfeitamente bem e não tropeçam em coisa alguma e passam por entre os circunstantes sem albarroamento.

Conforme nos explicou o "pai de santo", a função, seja nagô ou cabocla, é sempre feita em homenagem a um santo católico. A que vimos foi em homenagem a S. Cosme e Damião. Há também a São Jorge, a Nossa Senhora da Conceição, etc. A duração varia de uma noite inteira (cêrca de doze horas) até três dias e noites consecutivas.

Durante as "incorporações" uma dançarina foi dominada pelo espirito de Exú; e deu trabalho ao pai de santo para libertá-la. A pobre criatura gemia, esperneava e fazia grandes esfor-

ços, até que as palavras cabalísticas do pai de santo, proferidas perante o pegi para onde foi levada, lograram expulsar Exú.

Assistimos, também, a uma "cura". Apresentou-se ao "pai de santo" u'a mulher que se queixava de forte dor no peito. Ele toma-lhe uma das mãos, deita água num vaso, pronuncia palavras cabalísticas, faz sôbre a água algo semelhante ao sinal da cruz e dá a água de beber à doente. Há também o batismo, feito ainda com água pura. Articulação de palavras nagôs, sôpro no ouvido (como no batismo católico).

Para "fechar a roda" (terminar a função) é necessário acender velas e introduzir crianças (meninos e meninas de 8 a 12 anos), única oportunidade, aliás, em que tomam parte na roda. Não sabemos se este término é comum a qualquer cerimônia daquêle terreiro, ou sômente às de "caboclo", do tipo da que estamos descrevendo.

O pai de Santo Zeca foi roceiro. Referiu-nos que, acometido de moléstia grave, que não soube dizer qual foi, havia sido "curado" por um velho pai de santo. Daí em diante recebera "santo" e tornara-se "pai de santo". As dançarinas, explicou-nos, foram sofredoras, a quem êle curou e nelas "pôs santo na cabeça", tornando-as, dêste modo, "filhas de santo". Ao manifestarmos estranheza de apenas dois homens haverem tomado parte na roda, disse-nos que as mulheres recebem muito mais facilmente os "espíritos".

O pai de santo Zeca é branco. Sua mãe, presente como assistente, é avermelhada, traços cheios e angulosos, olhos azuis. Ele tem olhos pardos. Sua espôsa, também branca, tomou parte na roda. Vive hoje das "curas" e outras rendas que lhe deixa o xangô. Recebeu-nos com muita afabilidade e mostrou-se solícito em atender nossas perguntas, embora não compreendesse bem a que fim se destinavam. Não usa trajes especiais durante a cerimônia. Enfeita-se, apenas, com colares e pulseiras, objetos de osso, tais como dentes de animais, e pequenos amuletos.

Explicou-nos, por fim, o "pai de santo" que a invocação — Erú, caboclo bravo, — fôra feita a Toré, outro nome para o mesmo fetiche selvícola. Convidou-nos, então, para o Xangô no próximo sábado da alélúia, em homenagem a Santa Bárbara.

Parece que se trata de um dos muitos exemplos de sincretismo complexo, tão assinalado pelos pesquisadores, a que ARTHUR RAMOS denomina agro-índo-espírita-católico, onde se misturam e entrelaçam ritos africanos, ameríndios, espíritas e católico-popular.

Sem sombra de dúvida, a base de todo o ritual possui fortes traços sudaneses. A denominação de "pai de santo" para o candomblezeiro poderia exprimir origem gêge, sendo NINA RODRIGUES, como tradução de *vođu-no* — mãe de santo — (ou pai conforme o sexo), dos cultos daomeianos, bem como as dançarinas, apelidadas "filhas de santo", expressão em correspondência com estoutra — mulheres de santo —, entre os povos da Guiné e Costa d'África (1). RAMOS discorda do mestre baiano na explicação de que se trate da tradução de *vođu-no*, e argumenta que a expressão *pai* ou *mãe* caracteriza os chefes e sacerdotes das religiões em geral, sendo portanto desnecessária a consideração. Essas "filhas de santo" se relacionam às sacerdotisas iorubas e daomeianas, as *kosi*, que se destinavam à iniciação sagrada, embora aqui sem aquêle sentido sexual para as segundas, conforme vimos na referência aos cultos haitianos, pois evidentemente não se trata de mulheres horizontais. Aqui, como vimos, seu estado cívil é indiferente à condição de "filha de santo". O canto de frase curta e repetida indefinidamente é, inegavelmente, um característico sudanês.

Como revivescência islâmica aparecem: o pano da cabeça lembrando o turbante, algumas saias de lista entre as dançarinas, o modo de se curvarem e beijarem o chão, diante do *pegí*. São apenas traços residuais das culturas guineano-sudanesas islamiçadas. Não existe, sequer, um único sinal bântu. A religião dos bântus era sobretudo baseada nos antepassados que eles costumavam cultuar. Da pesquisa feita, nada nos deu a perceber a presença de qualquer traço da cultura destes povos.

O sincretismo com as crenças indígenas está francamente explícito no fato do terreiro dedicar cerimônias tanto a orixás

(1) — Nina Rodrigues — *Os africanos no Brasil* — col. brasileira. O amilismo Felichista dos Negros Baianos — mesma coleção; Arthur Ramos, *O Negro Brasileiro*, mesma coleção.

africanos como a deuses ameríndios. No xangô de nossa descrição está evidente a invocação a Eru, que outro não é senão Toré, elemento da divindade de nossos gentios. As sereias da mitologia européia não são aí conhecidas por nomes indígenas ou africanos, nem Iara, nem Oxum, nem Iemanjá ou Iansan. São tratadas apenas como rainha do mar ou sereia do mar, ou ainda mãe-d'água. Na última expressão é clara a fusão de traços culturais das três procedências. Segundo depoimento de um grupo de frequentadores, ali se realiza, anualmente, a — festa da mãe-d'água —, quando são deitadas à barra do rio Poxim, que passa próximo, as oferendas à homenageada. Não encontramos, todavia, o tratamento de **D. Janaina** dado à sereia, título que fomos descobrir figura aposta às paredes no terreiro de Didí, no bairro aracajuano do Grajeru, muito frequentado por brancos, simples curiosos ou indivíduos dados a crenças místicas e de larga credulidade. No terreiro de Jason outro que visitamos, Iemanjá também é chamada "A Dona do Mundo".

Quanto à denominação **Eru**, advoga BASTIDE que se trata de um engano do Pai de Santo, pois seria uma deturpação de **Erê**, muito conhecido em nossos terreiros, para designar um espírito de criança, de posse menos perigosa do que a do orixá (2). Todavia, o pesquisador JOSÉ CALASANS nos informou que, em muitos terreiros baiano, **Eru** corresponde, realmente, a **Toré**, tal como observado no caso antes descrito. Na verdade, nos vários xangôs e torés que visitamos em Sergipe há sempre manifestações de **Erê**, perfeitamente bem conhecido dos frequentadores e participantes. Vimo-lo, por exemplo, no xangô de Jason, onde também o chamam de **menino encantado**, ou **caboclo menino**, e o **atuado** sempre se expressa em tom de voz e linguagem de uma criança entre 3 e 4 anos. RAMOS registou-o como filho de Xangô, segundo observou na Bahia, onde, para outros, significa um espírito inferior que acompanha o "santo" ou orixá, não sendo propriamente este último (3). No xangô de Jason, a que nos referimos atrás, trata-se de admirável sincretismo afro-indígena, pois ali assistimos à "Mãe de Santo", devidamente **atuada**, beber

(2) — Roger Bastide — Carta ao autor.

(3) — Arthur Ramos — O Negro Brasileiro — 3.^a ed. p. 46.

o sangue de um gallo vivo, com o qual dançava e cujo pescoço tinha acabado de ser cortado (não decepado); pelo corte ela sugava o líquido, o que fez até esvaír aparentemente a ave. A cena como se sabe, é típica da cerimônia *nagô* conforme observado no Brasil e em Cuba. A Mãe de Santo foi dada como atuada por Ogum. Levou muito tempo bebendo. Depois, uma outra, atuada por Erê (ou caboclo menino) acabou de sugar todo o sangue da ave. Dançou, ambas, cada qual de sua vez, um pouco com o animal e o entregaram ao Pai de Santo que o retira do terreiro.

Quanto a Eru, porém, como resultado das novas investigações a que procedemos, após a correspondência com o professor BASTIDE, convencemo-nos de que é, realmente, a representação de um espirito mau de caboclo (indio), de um *caboclo bravo*, que “desce” a fim de perturbar as “funções”. Não se confunde, por conseguinte, com Exu nem com Erê.

A absorção de influências católicas e kardecistas estão evidentes no relato feito, tais como o “benzimento”, o sôpro no ouvido para o “batismo”; a denominação de *medium* também dada às dançarinas, a invocação de espíritos, etc., o que aliás poderia indicar traço bântu, dadas as acentuadas semelhanças entre os cultos bântus aos antepassados e o espiritismo popular entre nós professado. Mas sobretudo está evidente a correspondência, ou identificação, entre santos católicos como Cosme, Damião, Santa Bárbara e outros, com orixás sudaneses, tais Ogum e o próprio Xangô, como suficientemente esclarecido por tantos investigadores.

Todo êsse sincretismo complexo, no entanto, vai sofrendo uma sensível desintegração. Os cantos são proferidos em português e não em língua *nagô*, ou numa mistura de ambas; o cerimonial da feitura das “filhas de santo”, longe de guardar semelhança com o ritual africano, conforme paralelo estabelecido pelo Cel. ELLIS entre *nagôs*, *gêges* e minas e NINA RODRIGUES na Bahia, se encontra, aqui, inteiramente desvirtuado. As “filhas de santo”, quando na função, já não perdem a vida de relação. Não parece haver, por conseguinte, aquêlê estado de sonambulismo provocado, como expõem os psicanalistas, mas unicamente uma auto-sugestão.

Convém lembrar que os fenômenos de cerimonial e culto africano e indígenas foram por muito tempo explicados por pesquisadores médicos e psiquiatras, mas não etnólogos nem sociólogos, à luz da psico-patologia e da psicologia profunda, dentro da interpretação das neuroses e da instabilidade psíquica, do quanto ocorre no mais corriqueiro dos fenômenos de tal natureza o da **possessão**. Tendo-se em vista, contudo, a configuração cultural dos povos estudados, ou a conservação de complexos e traços, por herança social, dos nossos descendentes afro-indígenas, a **posse** não conduz o **possuído** a nenhum desequilíbrio emotivo, porque é resultado de prévio ensinamento, dentro quase sempre de disciplina mais ou menos rigorosa e cumprida, modelada pela cultura a que pertence o indivíduo. É o que explica HERSKOVITS, quando declara que "foi apressadamente que falaram de auto-hipnose e histeria" para tradução do fenômeno de posse e outros aspectos das cerimônias dos cultos fetichistas (4).

O comportamento do **possuído** é aceito no seio da cultura a que pertence, como perfeitamente natural, não se devendo considerá-lo como patológico pela circunstância de se não acomodar aos preceitos de nossa própria cultura. Aquela primitiva análise é, por consequência, feita à base do etnocentrismo do observador. O relativismo cultural nos ensina que é muitas vezes enganosa a distinção que estabelecemos entre fenômenos normais e anormais. O que é anormal para a nossa cultura euro-americana poderá ser naturalíssimo para uma cultura preletrada; e assim ocorre, na realidade.

É evidente que o espetáculo que descrevemos está conforme com as condições culturais dos participantes e assistentes em geral. Compreende-se a necessidade de levar em conta esta circunstância, que dispensa a exigência de condições psíquicas especiais, ou psico-patológicas, que alguns psicanalistas têm considerado, como explicativos das atitudes e comportamento assumidos pelos membros do culto. O quanto observamos, para este e outros cerimoniais a que temos assistido, nos inclina a que aceitamos as precedentes considerações de HERSKOVITS, quanto à **encul-**

(4) — M. J. Herskovits — *Les Bases de l'Anthropologie Culturelle*, Paris, 1952.

turação dos indivíduos, para quem o espetáculo não cria nenhum conflito mental, ajustados que estão todos a sua cultura. Esta correção se impõe, tal como aconteceu para DORSAINVIL, quando tomou o vodu haitiano como psico-neurose religiosa, racial e hereditária, com vista aos fenômenos exclusivamente psíquicos, sem considerar os característicos culturais que predominavam no ambiente.

O cerimonial e culto descrito, embora tão desfigurados, não diferem, em essência, do que se tem colhido em vários pontos da América: Cuba, Haíti, Guianas, como em certas zonas de mais forte influência africana no sul dos Estados Unidos. Além dos estudos, entre nós, publicados por ARTHUR RAMOS, estão outros depoimentos, como os de HERSKOVITS, onde as cerimônias descritas são visivelmente semelhantes à que acabamos de referir, mesmo em certos pormenores (5).

As observações de HERSKOVITS em Pôrto Alegre comprovam certas diferenças no culto em comparação com o que se verifica cá no Norte. Assim, notou êle que os iniciados são indiferentemente homens e mulheres. Aqui no Nordeste poucos são os homens que conseguem a situação de ogãs, denominação dada aos iniciados do sexo masculino nos terreiros da Bahia até Pernambuco.

Aliás, o ogan, no Brasil, é mais um "iniciado" que se destina a ser um espírito protetor do terreiro (6). Todavia podemos afirmar que o cerimonial em Pôrto Alegre é, em essência, idêntico aos do Nordeste. A magnífica coleção de chapas coloridas que o pesquisador CARLOS GALVÃO FILHO exibiu aos participantes do colóquio afro-americano, no XXXI Congresso Internacional de Americanistas realizado em São Paulo, em Agosto de 1954, nos convenceu plenamente de tal identidade, na indumentária, nos rituais de sacrifício, nos orixás e suas representações em esculturas de madeira, na coreografia, em tudo enfim.

HERSKOVITS anotou que, no Sul do Brasil uma pessoa pode cultuar ativamente e ser apossado por orixás diversos.

(5) — M. J. Herskovits — Os Pontos mais meridionais dos africanos do Novo Mundo — in rev. Arq. municipal S. Paulo — Abril, 1944.

(6) — Todos conhecemos, na Bahia, o espírito científico com que o prof. Estácio de Lima se submeteu à cerimônia de sua "feitura" como ogã.

Néste sentido se assemelha ao que o mesmo autor viu em Haiti e na Guiana Holandesa, mas que não existe no Norte do Brasil (7).

No Nordeste também se observa a influência de terreiros caboclo, isto é, que se dedicam exclusivamente ao ritual de invocações a deuses selvícolas. Visitamos um desses terreiros, nas imediações do bairro Santo Antônio, em Aracaju, cujo pai de santo reagiu a tôdas as expressões gêge-nagô que, propositadamente, empregamos em nossa arguição. Sempre fazia sentir que aquela era expressão nagô e que em seu terreiro só se invocavam espíritos de caboclo (incolas). Aí dançavam os filhos de santo, homens e mulheres, sempre com um turbante de penas, tal como usam os índios, denominados *cocais*. Não nos permitiu o pai de santo que denominássemos de atabaque a seus instrumentos de percussão, a que chamavam simplesmente de tambores.

Outros terreiros, como o de nossa descrição acima, realizam cerimônias ora a deuses africanos, ora a deuses indígenas. Não sabemos a que atribuir essa forte intromissão ameríndia mesmo em áreas tipicamente de influência africana, como o litoral sergipense.

Essa diluição dos característicos afro-índios, e sobretudo a ausência de velhos descendentes do homo afer, conhecedores do ritual da macumba, vai concorrendo para que se apaguem, pouco a pouco, êsses traços de religiosidade primitiva e de fetichismo entre nós. É, aliás, compreensível que assim aconteça com material de tradição exclusivamente oral. Do inquérito que realizamos entre "filhas de santo", freqüentadores habituais ou espectadores que só ali vão ter de raro em raro ou acidentalmente, concluímos que entre as primeiras há um misto de prazer pela dança e festa, e de crença por auto-sugestão; entre a platéia costumeira um sentimento idéntico, onde nenhum conflito mental se gera, porque ninguém deseja compreender como se passam as coisas, aceitando que são o que aparentam. Entre os últimos, ainda este mesmo raciocínio, porém onde a curiosidade existe somente pela coreografia.

(7) — M. J. Herskovits — *The Myth of the Negro Past* — cit. sup. VII.

Inegavelmente, pelo menos no terreno das crenças e dos cultos, podemos assemelhar as nossas populações de origem afro-índia e seus mestiços a verdadeiros marginais religiosos. O conflito de seus antepassados, entre as crenças de que participavam e as religiões dos colonizadores, êles resolveram pela fusão sincrética, dando em resultado êste conglomerado de mito e de fé, que os mantém numa atitude de ambivalência mental, numa evidente marginalidade quanto a conceitos e idéias religiosas. Aceitam com inteira naturalidade a simbiose entre o catolicismo dominante e a vasta herança social no que tange aos cultos afro-índigenas, participando de ambas as atitudes espirituais, praticando-as simultaneamente, entrosando-as segundo os raciocínios de suas mentalidades.

Aliás, isto não acontece unicamente de relação ao catolicismo que se convencionou chamar de popular, sobretudo quando adotado pelas populações de crenças dúplices, ou até triplices, pois aqui incluímos a vigorosa participação do espiritismo, que os legítimos kardecistas repelem, em parte, ao considerarem-no "baixo espiritismo".

Com o intuito de desvendarmos, se possível, em que altura se ligavam a prática do espiritismo kardecista e suas intromissões ou adoções sincréticas por parte da prática dos cultos fetichistas, e ainda para ver se era provável a existência de manifestações de crenças bântu, com o seu culto ao antepassado, ao espírito dos mortos, não nos foi dado chegar ao descobrimento de qualquer caminho elucidativo neste particular ou do ângulo do nosso intento. O espiritismo kardecista compete intensamente, do ponto de vista sociológico, com o catolicismo reinante. Nas inúmeras "sessões" mediúnicas a que comparecemos, jamais deixou de haver um denominador comum: a "descida" de um sacerdote católico, padre ou freira, que através do médium de incorporação se pronunciava para revelar seu engano na Terra e qual o verdadeiro caminho a tomar, embora guardasse sempre a dignidade de expressões nas referências às práticas católicas. Mas não é êste o plano e objetivo de nossas investigações.

Nosso depoimento é que, das sessões do genuíno kardecismo, mediúnicas ou exclusivamente de doutrinação, passa-se por uma gradação de tipos de "sessões", sempre ditas espíritas, até a prá-

tica do chamado "baixo espiritismo", aliás totalmente confundível com os cerimoniais do culto afro-ameríndio que têm sido objeto de tão repetidos e acurados estudos dos pesquisadores. Acreditamos, dêste modo, que haja uma linha de continuidade, que parte da prática do espiritismo mais elevado, no sentido de sua obediência aos ditames da codificação de Alan Kardec, até os xangôs que chamaremos aqui de mais "puros". Entre os dois extremos a gradação é infinita, não bastando apenas as denominações dadas pelos respectivos fieis e seguidores, vez que a uma "sessão espírita", à qual se dá êsse título, se ligam, nas reuniões mediúnicas, incorporações de espíritos de "negro velho" ou de "caboclo" (indígena), honestamente admitidos pelos participantes. Chegam mesmo a explicar que é tão comum tais espíritos nas "sessões" locais porque o Brasil recebeu forte influência dos dois povos. Racionalizam com a contingência histórica e transigência que fazem. Daí para os xangôs e torés é um passo. Nestes os "encantados" (espíritos de caboclos e orixás) são admitidos com absoluta naturalidade. Enquadram-se nos mores religiosos das culturas dos adeptos dos cerimoniais. Dentro do relativismo cultural, o assunto está perfeitamente explicado e entendido.

Em seu estudo da macumba em Vitória, também DOUGLAS TEIXEIRA MONTEIRO revela êste mesmo interêsse nosso, de elucidar o ponto de contacto entre o Kardecismo e as crenças africanas. Ele acha que as condições adversas da escravidão e as pessoas sociais exteriores impediram o negro, entre nós, de conservar os sistemas rituais e de crenças trazidas da África e que encontrou seus pontos de semelhança com a doutrina espírita (8). Realmente, ninguém poderia negar a similitude da prática espírita e dos rituais e crenças do culto aos antepassados, entre povos como os bântu, ou as cerimônias de entêrro, dentro de seu conjunto de concepção sôbre a morte, alma, espírito, etc., de tantos povos preletrados, segundo obviamente mais nos interessa, conforme ocorre com povos aruac, bororo, nanbiquara, guaicuru (Raduven), etc. (9).

(8) — Douglas Teixeira Monteiro — in Anais do 31. Congr. Int. Americanistas — vol. I, p. 466/7.

(9) — Vêr entre tantos, as referências de Métraux, Baldus, Claude Lévy — Straus, etc.

Em resumo, para MONTEIRO, a mudança, ou passagem, é vertical, histórica; nós o aceitamos, mas acrescentamos que, pelo menos entre nós, esta mudança também é observada horizontalmente, em cada momento histórico, dada a extrema simultaneidade das crenças mais variadas e dos mais diversos tipos de "sessões", "terreiros", xangôs "etc.". Conseqüentemente podemos concluir que, entre nós, o espiritismo Kardecista forneceu aos portadores das culturas afro-índias aqui acultuados a substância com que sustentar suas linhas de crença, no terreno da sociologia religiosa, que sem isso e complementarmente sem os elementos fornecidos pelo chamado catolicismo popular, não poderia subsistir, quando desaparecessem seus últimos resíduos numa transmissão de geração a outra, numa crescente diluição de complexos e traços (10). Operou-se no entanto, desde os séculos coloniais, esta interação a que chamamos sincretismo, sem que nos devamos esquecer de que o homem pouco arrojado da nossa cultura ocidental tem sofrido, largamente, efeitos das influências do chamado catolicismo popular, nos primeiros tempos, e católico-kardecistas, nos últimos, com a indisfarçável contribuição do espiritismo à ordenação das novas crenças das nossas populações de domínio cultural afro-indígena. Nestas circunstâncias, talvez em breve nos seja lícito cuidar dos efeitos e aspectos meramente sociológicos do assunto, em substituição ao ângulo puramente etnográfico, ou se quiserem etnológico. É que a matéria era cuidada com carinho pelos nossos folcloristas e observadores isolados, portadores de conhecimento assistemático do objeto em estudo.

(10) — O pai de Santo Dionízio, chefe de um terreiro que visitamos em Aracaju, historicou-nos que realizava, costumadamente, sessões espíritas, de doutrinação, onde lia o Evangelho, explicava sobre Deus e os profetas, etc. Por outro lado, afirmou-nos, gosta que seus adeptos freqüentem a igreja católica...

REVIVENDO FAUSTO CARDOSO

ZÓZIMO LIMA

Não foi escrita, até hoje, infelizmente, a biografia de Fausto Cardoso, figura marcante no ambiente cultural e político do seu tempo. Nem coligido foi ainda o vasto material da sua obra filosófica, poética, jornalística, tribunicia, espalhada na imprensa e nos Anais do Congresso Nacional, apesar de existir uma lei redigida e apresentada à Assembléia pelo deputado estadual Barreto Filho e sancionada pelo então presidente Eronides de Carvalho, com aquéle patriótico objetivo.

O que temos, escrito e publicado, compacto e longo, com feição de crítica histórica, é um terrível libelo, sobremodo apaixonado, de autoria do Dr. José Cupertino Dantas, inteligente e antigo magistrado, que se comprazia, na solidão do seu engenho Riacho Preto, município de Japaratinga, para amenizar a melancolia de nonagenário, a espinafrear, com ironia anatoleana, os que se lhe atravessaram, vitoriosamente, nos caminhos das ambições políticas.

Leve-se em conta que o Dr. José Cupertino era adversário do notável tribuno que morreu na praça que hoje tem o seu nome e a sua estátua, espingardeado por um esbirro fardado sob as ordens do famigerado **pacifista** General Firmino Rego, a 28 de agosto de 1906, no cumprimento de ordens emanadas do governo do Dr. Rodrigues Alves, com o fim de fazer voltar a palácio o então presidente deposto Guilherme Campos.

Registre-se, como depoimento sincero da minha consciência, de que não culpo o saudoso Mons. Olímpio Campos como mandante do assassinio, pela tropa, do inflamado e imprudente tri-

buno, que se deixára assessorar, no ambiente conturbado, pelas ambições individuais, políticas.

Como presumo que não há interêsse, pelo menos no presente, em se dar a lume a vasta e preciosa produção intelectual de Fausto Cardoso, e para que se não perca, no pó dos arquivos, ou devorado pelas traças e cupins, o que ainda se lê nas estraçalhadas e remendadas coleções dos nossos jornais, vou, aos poucos, com beneditina paciência, compilando trechos de episódios que marcaram o ambiente, o temperamento, a impulsividade, o desassombro e a cultura poliédrica do autor da "Lei e Arbitrio", da "Cosmogonia Política", da "Concepção Monística do Universo" e da "Taxonomia Social", esta publicada em 1898.

Revive, aqui, respigado dos jornais da época, um dos lanços da sua parlamentar bravura no plenário da Câmara dos Deputados, ciosa de agradar àquêles que recebem o bafo do poder mais alto.

Na sessão de 23 de agôsto de 1900, na Câmara Federal, o deputado Fausto Cardoso, fogoso e brilhantíssimo, como sempre, temido e respeitado por seus pares, subira à tribuna para combater o projeto, assinado por 123 deputados, que concedia, como homenagem 40:000\$000 (quarenta contos de réis), ao Dr. Chapot Prevost para ir à Europa representar o Brasil nos Congressos de Cirurgia de Paris e Berlim, e expôr, perante o mundo médico, os resultados da operação que praticára nas xipófagas Maria e Rosalina, que tanto deu o que falar na época.

A oração do deputado sergipano, sempre violentamente aparteadado por leigos e profissionais da medicina, foi das mais brilhantes pela revelação de conhecimentos de um ramo da ciência que não era da sua especialidade, como bacharel.

Fausto Cardoso era contra a concessão do prêmio ao Dr. Chapot Prevost, porque considerava vulgar a operação praticada nas xipófagas, como era a seção do fígado, da pleura e do pericárdio. É verdade que se tratava, como dizia, de uma laparotomia dupla, mas não era operação que assombrasse a classe médica pelo ineditismo. Ademais, o resultado fôra parcial, pois que uma das meninas falecêra.

Alegava Fausto, sôbre o projeto que combatia: "É natural o alvorôto dos crentes que vêem o seu templo invadido por um profano. Mas, descansem, que só entrarei aí de pés descalços e

chapéu na mão, e só me abalanço a essa empresa ousada no cumprimento de um dever, qual o de defender, como representante da Nação, os dinheiros públicos”.

Diante dos acalorados debates, com a interferência de alguns parlamentares médicos, Fausto, corajosamente, respondia: — “A ciência não é privilégio de ninguém. Mas, por isso mesmo que me negais competência e sôis sábios na matéria, deveis ser mais generosos para com quem nas horas de lazer se honra em deleitar-se com a vossa ciência”.

Mais adiante, respondendo a um aparte do dep. Martins Teixeira, médico, que dizia se aguardar, em outra oportunidade, para se pronunciar sôbre o caso, Fausto, depois de ligeiras considerações atenciosas assim se expressou: — “Cumpre notar que as indicações e contradições da ciência só visam os casos patológicos e não os fisiológicos, como é o de que se trata”.

— O sr. Landolfo de Magalhães: — “Fisiológico, não; teratológico”.

— O sr. Fausto Cardoso: — “Fisiológico, sim; teratológico não quer dizer patológico. Engana-se, não é a mesma coisa. Diz-se em estado fisiológico o organismo em suas funções regulares, normais; em estado patológico, o que tem as suas funções perturbadas por elementos mórbidos, adquiridos ou hereditários. É teratológico o organismo que, na evolução por onde passou em sua gestação para tomar a feição que lhe é própria, se desviou do curso normal, ou por ter parado em uma das fases do seu desenvolvimento, ou porque fases diversas desse desenvolvimento, as quais se deviam suceder, se precipitarem simultaneamente e se confundiram produzindo um monstro”.

A saraivada de apartes não o perturbam. Fausto sorri e continúa, impávido: “A Câmara vai, com esse projeto, prestar homenagem a um homem, por ter ele, como se diz, feito uma descoberta científica, quando não descobriu coisa alguma (protestos, interrupções); quando, apenas, por vaidade, praticou um ato de audácia”...

— Vozes: — “Um ato de humanidade”...

— Fausto Cardoso: — “... e essa audácia só podia ser consagrada pela opinião, se o resultado fôsse completo, absoluto”.

— Um sr. Deputado: — “O resultado foi completo”.

— Fausto Cardoso: — “Não foi tal, pois uma das operadas morreu”.

— Vozes: — “Não foi em virtude da operação”.

— Um sr. Deputado: — “E mesmo que fôsse”.

— O sr. Landulfo Magalhães: — “O médico não pode garantir o resultado da operação”.

— O sr. Fausto Cardoso: — “Se o não pode garantir, não a deve fazer nos casos fisiológicos. Nos casos patológicos, quando uma vida corre perigo certo e a ciência aconselha a operação, o cirurgião pode arriscar o golpe. E ninguém o poderá chamar a contas se o doente, por uma circunstância superveniente, morrer. Só com a certeza completa de êxito deve tentar a empresa, se é que a pode tentar.

Foi um ato de audácia, pois, e de audácia sem vitória. E, no gênero, audácia cirúrgica; temos entre nós cousa de mais culminância, operações superiores a esta, e que, no entretanto, ficaram na penumbra”.

— O sr. Landulfo Magalhães: — “É bom citar”.

— O sr. Fausto Cardoso: — “E V. Ex.^ª que é médico não as conhece? (Pausa). Pois vou satisfazê-lo, citando, apenas, algumas operações audaciosas no Brasil. Temos a operação de Baccelli praticada, aqui, pelo prof. Saboia; a extirpação do glânglio de Gaeser, pelo Dr. Josetti, em Pôrto Alegre, com êxito; a extirpação do baço, pelo Dr. Camargo, na cidade de Limeira, com êxito, e a recentíssima extirpação do estômago pelo Dr. Arnaldo de Carvalho, em São Paulo, também com êxito”.

Cruzam-se os apartes, calorosos, uns a favor de Fausto, outros, contra, de Paulo Ramos, Pinto da Rocha, Edmundo Fonseca, Rodolfo de Abreu. O presidente faz soar os tímpanos. As galerias, que fremem de entusiasmo, aplaudindo o tribuno formidável, fazem uma pausa. E Fausto continúa, vigoroso, atrevido: — “O Dr. Barata Ribeiro, o digno cirurgião Dr. Álvaro Ramos tentam a operação e, criteriosamente, recuam. Aparece, então, o Dr. Chapot Prevost e afronta a operação porque, diz êle, havia descoberto um processo seguro de hematose”.

— Um sr. Deputado: — “E não é notável essa descoberta?”

— O sr. Fausto Cardoso: — “Ora notável ! Qualquer livro de cirurgia moderna declara peremptoriamente que a hematose é cousa corrente; uma cousa que, em cirurgia, não se discute mais”.

E vai por aí agora, afrontando a onda de apartes que não o desnorrea; torna-o, ao contrário, mais destemido e cintilante. Pode-se afirmar que, com o progresso de hoje, a cirurgia naquela época engatinhava.

É lamentável que não se tenha, ainda, estudado, em tôdas as suas facetas, a personalidade dêsse notável sergipano, que afirmava, escandalizando certa casta de moralistas: — “A Moral é obra da civilização e a civilização é obra do crime”.

E o seu cruento excídio foi a concretização dêsse conceito.

PALESTRA SÔBRE HERMES FONTES *

J. DE MAGALHÃES CARNEIRO

Não será demais que à caudal de eloquência que aqui se faz correr em louvor a um sergipano de estirpe, dê que os fastos da glória jamais lhe apagaram no coração adamantino a imagem querida da modesta terra de seu nascimento, junte eu algumas gôtas não para fazê-la mais e mais avolumar-se e sim, apenas, para torná-la mais revôlta e mais rumorosa.

Corria o ano da graça de 1896 quando, ainda bem jovem, eu conheci Hermes Fontes. O Palácio do Govêrno dêste Estado era então muito accessível aos conservadores que, pelo voto, nas burlêscas eleições da época, haviam levado à cadeira presidencial o Dr. Martinho Cezar da Silveira Garcês. Meu pai era conservador e eu, filho de conservador, frequentava o Palácio em dias de recepção e de cerimônias outras. Hermes Fontes havia sido apresentado ao presidente a quem fortemente impressionara sua figura inteligente e irrequieta de menino do Buquim. — Levar-te-ei comigo e tí farei um homem, dissera Martinho a Hermes e tomara-o logo à sua proteção.

No Palácio do Govêrno, no pouco tempo que aqui se demorou, Hermes Fontes menino, tornou-se logo o "enfant gatée" da camarilha que cercava o presidente — e o acolitava nas coisas de govêrno e nas farras pagãs que marcavam no tempo o fausto de sua famosa administração.

* Na sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de 19 de dezembro de 1947 para receber, por oferta o retrato do poeta Hermes Fontes.

Em Palácio, palestrando comigo certa feita, Hermes, a quem eu, Mescenas Peixoto e outros nas insídias de nossa meninice admirávamos e invejávamos, me disse na sua fala, gagueijante : — vou com o Dr. Martinho e só voltarei a Sergipe para governá-lo. Menino que eu como êle ainda o era, essas palavras, todavia, me causaram tal impressão, que no correr dos anos, qualquer notícia que me vinha de Hermes, elas me borbulhavam na lembrança tão vivas e tão percucientes como quando êle mas proferiu gagueijante.

A história curta, brilhante e finalmente trágica da vida do radioso poeta mostra-nos que não estava escrita, que não fazia parte, que não era item no cadastro de seu fadário, a efetividade de sua juvenil aspiração. Hermes voltaria a Sergipe como voltou em 1922, não para governá-lo como era de seu infantil propósito manifestado havia vinte e seis anos passados. Mas para embevecê-lo, para acarinhá-lo, para embriagá-lo de luz como fizera em seu brilhante e amorável discurso proferido na memorável noite de sua recepção neste Instituto Histórico e Geográfico então sob a presidência de Aminthas Jorge.

Este é o primeiro episódio que dá origem à minha admiração, à minha fidelidade à pessoa e à obra de Hermes Fontes. Sua figura de eleito glorioso e sofredor jamais se desvaneceu em minha memória. Para mim êle era um destes homens que, em espírito, vivem com a gente e a gente com êles sofre e se felicita e pode até com êles subseqüentemente desaparecer.

No segundo episódio que igualmente me dispõe à permanência da admiração que não fujo de voltar a Hermes Fontes, há um conflito de íntimas situações, uma de caráter eminentemente grato, outra positivamente contrária, de um ponto de vista danoso à minha própria individualidade.

Em uma das minhas últimas viagens ao Rio de Janeiro, depois de relativo descanso na amenidade, na placidês de nossa vida provinciana, o vapor que me reconduzia tocou o pôrto de Ilhéus e com destino à Capital Federal e à Niteroi onde eram funcionárias, ali embarcaram três Senhorinhas que haviam gosado férias anuais nos lares paternos. Em certa altura da viagem, já além de Cabo Frio, à bôca da noite, passeiava eu no tombadilho do vapor quando me prende a atenção embevecimento daquelas mo-

cinhas prêsas à leitura de um livro que a mais erú dita, talvez, lia com certo entusiasmo. Pungindo em minha curiosidade, estaquei um momento frente ao grupo e indiscretamente procurei esbirlhotar a natureza e o autor da obra que aquela jovem lia e que tanto prazer causava a suas companheiras de viagem. Não me foi penoso descobrir. Era um exemplar de "Genesis" de Hermes Fontes em recente edição. Tratando-se de um livro do poeta que eu admirava, foi insopitável o meu impulso para dizer-lhe, com doçura: — Meninas, o poeta que vocês estão lendo é meu patrício. É um nortista como eu e, por isto devo declamá-lo com alguma perícia. Querem dar-me o prazer? Por efeito de educação talvez, a mocinha que lia o volume imediatamente me entregou e eu, mesmo de pé, sem escolher nas poesias, declamei uma das mais belas. O efeito foi surpreendente. A jovem que se sentava entre suas duas companheiras ergueu-se impetuosamente e pediu que eu tomasse seu lugar e prosseguisse sem parar na leitura do livro.

O gesto sensibilizou-me; aquiescedi e dei comêço a tarefa declamando do comêço da obra. Por êsse tempo, eu era ainda também jovem e solteiro. Sendo de meu particular agrado vestir-me bem, àquela noite trajava um vistoso terno de linho, traje que me conferia certa distinção e era muito apropriado à estação corrente. Em qualquer fase do estio, como todos sabemos, de Cabo Frio até ao Rio de Janeiro, a temperatura à noite cai deplorável para uns e agradabilíssima para outros. E como aquelas jovens que sentiam com intensidade a poesia do cantor sergipano me obrigassem a ler e a reler tôdas as composições que o poeta livrâra em "Genesis" só alta noite, terminando o sarau, pude recolher ao beliche de bordo. Nada me haveria custado a felicidade que proporcionei àquelas jovens e o próprio prazer que senti na embriaguês que nos proporcionava a leitura do poeta insigne se, ao outro dia, ao desembarcar no Rio quase nem voz me restava para retribuir a saudação daquêles três amigos que me foram receber no cais do porto. O resfriado terrível deteriorara-me a saúde e só a custa de fortes medicamentos me pude dêle livrar...

E aí está o segundo episódio que me faz sempre lembrar o radioso poeta, o patricio — grande poeta, cuja obra é uma das gemas mais raras no colar da intelectualidade sergipana.

Esta homenagem que ora se presta a Hermes Fontes é a segunda flórida grinalda que Sergipe agradecido depõe à base do monumento triunfal do alto e inesquecível acdo.

A primeira, de iniciativa da "Academia Sergipana de Letras", de que elle foi um membro illustre, representa-a a modesta Herma que lá está em Buquim fulgindo na Praça pública — uma coluna viva, a falar às gerações, a norteá-las no rumo ao nosso fado no Continente, que é também fazer e de forma *sui-generis* resplandecer, o pensamento brasileiro.

Agora, meus senhores, neste nosso mundo de três minguadas dimensões, bem pouco em recompensa vai faltar a Hermes Fontes. E, se na pungente inconberência das catastrofes, vê-se sempre fulgir um inteligente desígnio, conforme-mo-nos com seu precoce desaparecimento dentre os vivos, pois que se a morte, a elle que era um Sol, fé-lo explodir, foi certamente para que desfeito em energia e em luz, cada um de seus fragmentos se venha a converter em mais um sol resplandecente e eterno.

A PRIMEIRA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DO BRASIL

ALEXANDRE PASSOS

No momento histórico em que se transferiu para outra parte do território nacional, Brasília, a capital dos Estados Unidos do Brasil, é oportuno ligeiro estudo a respeito da criação da primeira capital e de sua mudança ou transferência, duzentos e quatorze anos depois, para o Rio de Janeiro. O essencial é se saber porque se efetuou essa mudança e as peripécias que a provocaram. Uma das coisas mais interessantes em história, quando ela tem como alicerce documentos idôneos, é a tradição, representada por nomes familiares, de qualquer procedência, através dos seus serviços; pelos topônimos e até imóveis conservados, sem ficar no esquecimento nomes de naus e praças de armas. Daí a utilidade do ensino da história pela imagem. É necessário se fazer a história com a própria história, dando-lhe vida, sem prescindir, contudo, da sua filosofia.

Erigida em capital da colônia portuguesa, na América, a Bahia de Todos os Santos, recebeu o primeiro governador geral, a 29 de março de 1549, o qual iria residir na cidade, simbolicamente, por ele criada e começada a construir, nessa data. Tomé de Souza, desde que a conheceu, a preferiu para sede do seu governo, deixando a povoação de Vila Velha para nela, definitivamente residir.

Foi tudo rememorado, condignamente, há onze anos, quando do quarto centenário, com um congresso de história baiana e um imponente desfile na Cidade do Salvador. Outro congresso, de caráter nacional, se realizou, em seguida, no Rio de Janeiro.

Soterópolis, cidade do Salvador, ou cidade de Jesus, era a capital do Brasil, que ainda se confundia com o nome da capitania, em homenagem ao golfo que o transmitiu ao seu território. É essa confusão, que mal nenhum lhe causou, durou até os primeiros lustros do século em curso. Tranqüilamente, a capital ia cumprindo a sua missão, e, apesar das guerras, sempre em posição de defesa, porque nunca agrediu, prosperava com os seus engenhos de fabricar açúcar, seu gado e sua agricultura, que, para a época, não era incipiente. Tinha para usar e dar, com fortuna. Fundando vilas e contribuindo para a criação de futuras cidades, o seu maior orgulho é a fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Façamos, agora, um resumo da história do Rio de Janeiro e do seu progresso, até chegar a sua vez de ser escolhida para a sede do vice-reinado. Os fatos principais, decorridos em pouco mais de dois séculos, são suficientes, cremos, para justificar a preferência da metrópole nessa direção.

Descoberta a 1º de janeiro de 1502, pela expedição portuguesa incumbida de explorar o litoral do Brasil, recebeu o nome de "Rio de Janeiro", o que supuseram ser a foz de um grande rio, combinado com o mês que se iniciava. Outras expedições aqui aportaram depois, notabilizando-se, porém, a que entrou a 30 de abril de 1531, demorando-se mais de três meses. Comandava-a Martim Afonso de Souza, o qual recebera de D. João III a incumbência de iniciar a colonização do Brasil, que, três anos depois, seria dividida em capitanias hereditárias. Entre as que couberam àquele capitão, estava a de São Vicente, na qual se engravava a futura cidade do Rio de Janeiro.

Os franceses se estabeleceram, após algumas incursões. O almirante Gaspar de Coligny, chefe dos huguenotes, pretendia fundar no Rio de Janeiro, já do seu conhecimento, Henriville, em homenagem a seu rei Henrique II. Seria a capital da França Antártica, caso conseguisse a expansão pelo continente. A 10 de novembro de 1555, entram as naus francesas, sob o comando do almirante Nicolau Durand de Willegaignon, mais tarde substituído pelo sobrinho Bois-le Comte. Governava o Brasil D. Duarte da Costa, que, em 1553, substituíra a Tomé de Sousa. Com a aliança dos tamoios, sirvícolas tão bravos e inteligentes quanto fiéis, quando amigos, os franceses só se preocupavam com o que

viesses de fora, se bem que alguns anos antes, já tivessem sido concedidas sesmarias a vários amigos de Martim Afonso de Sousa.

Empossado o terceiro governador geral, Mem de Sá, que trouxera, entre outras atribuições, a de expulsar os franceses da Guanabara, parte da Bahia a 16 de janeiro de 1560, com a primeira expedição, a qual, reforçada com os guerreiros de São Vicente, intima os franceses à rendição, que não é aceita. Não se tratava, pois, de capitulação. A 15 de março, trava-se o combate, sob o comando do próprio Mem de Sá, que consegue o seu intento, mas não a vitória definitiva. Todavia, estava destruída a pretendida França Antártica, com a ocupação da ilha de Sergipe, que passara a se denominar Willegagnon.

Os franceses hostilizam povoações do continente até Piratininga, enquanto o padre Manuel da Nóbrega e o irmão José de Anchieta conseguem um armistício em Iperoig. Estácio de Sá, já feito capitão-mor e a quem Mem de Sá chamava de sobrinho, — embora fosse seu primo em segundo grau, pois foram seus pais Diogo de Sá e sua mulher, Ana de Figueiredo —, vem ao Brasil, com a ordem da rainha D. Catarina D'Áustria de, além da expulsão dos franceses, fundar e povoar uma cidade. Há quem condene Mem de Sá por não a ter fundado logo após a paz de Iperoig, mas o velho jurista preferiu esperar melhor ocasião. A ordem da rainha partira de sugestão sua, assim como a lembrança da indicação de Estácio para comandar as forças mandadas pela metrópole. Apoiamo-nos em Varnhagem, que se estriba na correspondência do governador-geral para a corte: "... lembrava, para proteger as capitanias do Sul, que no Espírito Santo se fundasse outra cidade real, como aquela do Salvador, lembrança que depois modificou, preferindo como Tomé de Sousa, o Rio de Janeiro, apenas viu sua portentosa baía" (História Geral do Brasil I, 6ª ed., p. 302).

E ainda: "Proseguiu Mem de Sá viagem até entrar na Bahia; e desde logo, em harmonia (sic) idéia de fundar outra cidade real no Sul do Brasil, começou a insistir pela colonização do Rio de Janeiro, a fim de que também no melhor pórtio do Sul houvesse outra cidade Salvador desta paragens" (Ibidem, p. 307).

Estácio de Sá, filho de Mem de Sá, com a mãe Figueiredo.

Não nos furtamos a referir um fato histórico de algum interesse: nessa viagem de regresso, em 1560, Mem de Sá ao saltar na sede do seu governo, recebeu grande manifestação popular. Foi a primeira feita, no Brasil, a um chefe de Estado.

Mas voltemos a Estácio de Sá. Na Cidade do Salvador, êle recebeu novas instruções, ao ali chegar, entre as quais a de atrair os tamoios e provocar uma batalha naval com os franceses. Os tamoios não sabiam trair. E o capitão-mor, graças ao prestígio de Nóbrega e Anchieta, conseguiu reforços de São Vicente. Sai da Bertioga, a 20 de janeiro de 1565, com seis naus de guerra, barcos ligeiros e canoas. A 1º de março do mesmo ano, salta, com os seus comandados, na praia entre o morro Cara de Cão, depois de São João, e os penedos da Urca e Pão de Açúcar, aonde funda a Cidade do São Sebastião do Rio de Janeiro, nomeando logo as autoridades principais. O nome foi dado em homenagem ao rei menino D. Sebastião; e o santo martir do onomástico foi constituído padroeiro da nova cidade. Os franceses procuraram desalojá-los, mas não o conseguiram, apesar do poderoso auxilio dos seus aliados tamoios.

Com os novos reforços recebidos da metrópole, Mem de Sá partiu da Bahia, com a intenção de auxiliar Estácio, aqui chegando a 16 de janeiro de 1567. A 20, dia do padroeiro, fere-se a batalha definitiva, dando a vitória aos portugueses, que ficavam senhores da baía e do continente. Atingido por uma flecha tamoia, Estácio falece a 20 de fevereiro, sob consternação geral, inclusive dos índios termininós, seus aliados.

Agora, todos os cuidados para a cidade, que Mem de Sá consolida e transfere para o morro de São Januário, ou do Desterro, mais tarde de São Sebastião e do Castelo, nomeando maior número de autoridades, recaindo a escolha em serventuários trazidos da Bahia. Com aprovação de todos, inclusive da Câmara, então criada, nomeia governador a Salvador Correia de Sá, que também o tratava de tio, mas era primo em segundo grau, pois foram os seus pais o fidalgo Gonçalo Correia da Costa e sua prima Filipa de Sá.

A circunstância de ser governador geral não impede seja Mem de Sá considerado o segundo governador do Rio de Janeiro,

uma vez que dirigiu os seus destinos de 20 de janeiro de 1567 a 4 de março de 1568, quando empossou Salvador.

O Rio de Janeiro foi a séde do efêmero govêrno geral do Sul (1574-1578), o que prova o seu progresso. Criaram-se freguesias, e prelados administradores foram nomeados, até que a bula papal de 1676, criou o bispado. Auxiliou a expulsão dos holandeses de Pernambuco; e, quando necessário, a outras capitánias. Festejou condignamente a restauração de Portugal, como o fizera em Salvador o vice-rei Marquês de Montalvão, aclamando a D. João IV. Até uma revolução popular irrompeu, terminando com a decapitação de um dos chefes, para servir de exemplo. O povo se cansara da oligarquia da família Sá, em 1660. Um governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo, funda a Colônia do Sacramento, em fins de 1679. Diversas vêzes o Rio de Janeiro estêve independente da jurisdição do govêrno geral; e, de 1608 em diante, sôbre a administração das minas. A partir de Artur de Sá e Menezes (1697-1700), salvo uma ou outra exceção, os governadores também eram capitães-generais. O alvará de 10 de fevereiro de 1642 concedeu aos cidadãos do Rio de Janeiro "as honras, privilégios, isenções e liberdades de que gozavam os cidadãos do Pôrto".

Dão-se as invasões de Duclerc e Duguay-Trouin, em 1710 e 1711, respectivamente, não tendo o Rio boa sorte com a segunda.

De Gomes Freire de Andrada em diante, o Rio de Janeiro era a séde de um govêrno de fato do Sul, uma vez que tôdas as capitánias lhe prestavam obediência. Tem-se a impressão de que os governadores gerais e vice-reis desejavam essa autonomia, pois as suas atribuições diminuíam, assim como as preocupações. Naturais da metrópole, era-lhes indifferente que a séde do govêrno viesse a ser mudada.

Quanto ao judiciário, só em 1753 se instalou o Tribunal da Relação, criado no ano anterior.

A Bahia depois de ter merecido a simpatia de Sebastião José de Carvalho e Melo, principalmente depois da cota excessiva que lhe coube pagar, em parcelas anuais, para a restauração de Lisboa, parcialmente destruída pelo terremoto de 1º de novembro de 1755, perdeu-a de um momento para o outro. O que significa ter perdido também a proteção de el-rei. Apreciemos alguns a-

contecimentos, que precederam a transferência da capital do Estado do Brasil, ainda no vice-reinado de D. Marcos de Noronha, 6º conde dos Arcos, para prová-lo.

Dois navios ingleses, o *Fox* e o *Boscawen*, arribaram ao porto da cidade do Salvador. Faziam parte da frota os navios *Hanke*, *Hostely*, *Tavstock* e *Principe Henrique*, que no mês anterior fundearam no mesmo ancoradouro; pertencendo os seis à Companhia da Inglaterra. Procediam da China, com um carregamento de fazendas e outros produtos. A 9 daquele mês, entram a fragata *Achilles* e os corsários *Zefir* e *Serôa*, de nacionalidade francesa, sendo a esquadra comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra *Marnier*. Vinham em perseguição aos dois barcos, pois a França e a Inglaterra estavam em guerra.

Esta situação muito preocupou o vice-rei, não só porque este temesse um desrespeito à sua autoridade, com uma luta desigual, uma vez que os navios ingleses estavam desarmados, pois eram mercantes, além das desordens que vinham sendo praticadas, na cidade, pelos marinheiros dos navios de guerra. Felizmente, tudo serenou, quando o comandante francês disse precisar de um empréstimo; daí o interesse do apresamento dos dois navios. Os negociantes baianos emprestaram a quantia de 33.500 cruzados sobre letras sacadas a favor de um capitalista de Lisboa. E o sossego, pareceu voltar. Enquanto se procedia as negociações, os barcos perseguidos, deixaram o porto, em direção à Europa.

Alvo o rei D. José I de um atentado, na noite de 3 para 4 de setembro de 1758, em Lisboa, à Bahia estava reservado sofrer as conseqüências advindas, é claro, da expulsão dos jesuítas, uma vez que, além dos nobres de três velhas casas, a Companhia de Jesus foi tida como interessada na morte do monarca, o qual fraco e amoral, apenas cumpria o que determinava o seu primeiro ministro. Com a extinção dela, para a qual concorrera o ouro do Brasil, providenciava-se, na Bahia, além do embarque e confisco de seus bens, pois em duzentos e dez anos os donativos de tanto se multiplicaram, demonstrando o tino administrativo desses religiosos. Foram eles, naquele período, os mais eficientes pecuaristas da América Meridional.

O conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo veio da metrópole para, como membro do Conselho de UI-

tramar, observá-los e julgá-los, no entanto tornou-se-lhes favorável, como o seria para os francezes. A Academia Brasilica dos Renascidos, por êle organizada e instalada, se não contou com os padres jesuítas em seus quadros, porque êstes já haviam caído em desagrado, em compensação, teve como supranumerário um dos officiais dos navios corsários francezes, Mr. Eleonor Cicile Gouyon Disiers.

O vice-rei, conde dos Arcos, foi a 9 de janeiro daquele ano substituído pelo marquês do Lavradio, o qual, em seu relatório de 5 de março seguinte, a D. José I, informa-o, circunstanciadamente, dos acontecimentos; e porque os baianos não manifestassem alegria com a expulsão dos jesuítas, salvo os padres seculares, que logo pediam o que êles iam deixando, dizia: "... Antes o que êles me dão a conhecer pelos seus exteriores, é o de uma pura fidelidade. Deus queira que assim seja, porque na gente do Brasil não faça muita confiança".

A 19 de abril officiava a Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras desde 6 de junho de 1759, comunicando-lhe o embarque para a Europa de 124 padres em duas naus: a **Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro** e a **Nossa Senhora do Carmo**. Esta, na sua primeira viagem, pois lóra construída no Arsenal da Ribeira, na Bahia, e lançada ao mar a 2 de fevereiro de 1760. A 24 de novembro embarcaram, com o mesmo destino, os cinco jesuítas que administravam as fazendas do Piauí no navio **Santana e Santa Isabel**. Continuariam na Bahia 70 noviços egressos da Companhia, tendo embarcado anteriormente, além de outros, os padres Rogério Canisio, Luís Álvares, Manuel Gonzaga e João Honorato, ex-provincial.

A 4 de julho fallece o vice-rei Marquês do Lavradio, após seis meses incompletos de govêrno, sendo eleito para substituí-lo, como governador interino, o chanceler Tomás Robi de Barros Barreto. Os "sequestros, inventários, venda e administração dos bens dos jesuítas, e mais avaliações de suas livrarias e as relíquias do Padre Anchieta" cansaram-no. A 21 de junho de 1761, êle entregou o govêrno a uma junta composta do desembargador José Carvalho de Andrade e do coronel Gonçalo Xavier de Barros e Alvim. Completou-a, a 1º de agosto de 1762, o novo arcebispo, D. Frei Manuel de Santa Inês.

Gomes Freire de Andrade, feito conde de Bobadela, por decreto de 8 de outubro de 1758, quando estava como plenipotenciário no Sul (19 de fevereiro de 1752 a 20 de abril de 1759), faleceu a 1º de janeiro de 1763, às 10 horas, com poucos dias de doença. “A perda da Praça da Colônia concorreu muito para a total ruína da saúde de S. Ex. até chegar a perder a vida, sensivelmente magoado, em considerar que o brigadeiro Vicente da Silva da Fonseca, seu governador, houvesse de a entregar por capitulação, no dia 2 de novembro próximo passado, havendo-lhe expedido um aviso, com data de 17 de outubro antecedente, em que lhe participava, que poderia ainda defender a praça 3 meses”, segundo o officio de 8 de janeiro do mesmo ano dos governadores interinos da capitania do Rio de Janeiro, chanceler João Alberto Castelbranco e brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim (saltando a assinatura do bispo D. Antônio do Destêrro) ao govêrno interino do Estado do Brasil. Este continuava a esperar a nomeação do novo vice-rei, quando, com surpresa, teve conhecimento da posse do mesmo, a 19 de outubro de 1763, de acôrdo com a seguinte carta régia: “Atendendo a qualidade, merecimento, e serviço do Conde da Cunha: Hei por bem nomeá-lo Vice-Rei e capitão general do Estado do Brasil, por tempo de três anos, e o mais que Eu fôr servido enquanto não lhe nomear successor. E terá a sua residência na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, enquanto Eu não resolver o contrário. O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, e lhe mande passar os Despachos necessários. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a onze de maio de mil novecentos e sessenta e três. Rei. Expedido a 27 de junho de 1763” (Arquivo Ultramarino de Lisboa).

Gomes Freire talvez fôsse o indicado para o cargo, mas nunca chegou a ser nomeado vice-rei.

A mudança da capital da Cidade do Salvador ou da Bahia para o Rio de Janeiro — que estava em condições materiais de assumir essa responsabilidade — não se deve à estreiteza de sua barra, ou à necessidade de melhor atender às guerras do Sul, mas a um simples capricho do conde de Oeiras, que a 17 de setembro de 1770 seria elevado a marquês de Pombal, por mais de uma vida. As guerras do Sul começaram em 1679, e ninguém se lembrou disso. Quanto à entrada do pôrto, este não era menos guarnecido

quando, em 1711, Duguay Trouin o transpôs com poderosa esquadra.

A expulsão dos jesuítas e a Academia Brasileira dos Esquecidos foram a pedra de toque para a transferência.

O conde de Oeiras foi eleito seu mecenas, mas sabia que era *pro forma*. O primeiro ministro, que era homem de boas letras, como o demonstram seus officios e correspondências, principalmente as secretíssimas, sentiu-se ferido em sua vaidade. Nem um lugar de supranumerário (correspondente) lhe deram, quando cento e quinze pessoas, inclusive o official do navio corsário francês, foram contempladas. Além disso, o seu amigo e confidente Dr. José Felix de Moraes, o n.º 23 dos numerários (titulares) foi riscado "por indigno". Nas suas cartas para o Reino, punha o seu poderoso amigo a par do que se passava na Bahia. O chanceler Tomás Robi, o n.º 38, o procurador da coroa Lois Quintela, n.º 30, e o provedor da fazenda Manuel Pegado Serpa, n.º 33 desistiram das respectivas indicações, pois desejavam que a Academia fôsse criada por decreto régio. Eram todos amigos e da confiança do futuro marquês de Pombal. Foram eleitos substitutos para os quatro. O conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, seu idealizador e presidente, pagou caro. Foi preso e mandado para uma fortaleza de Santa Catharina, e os sócios da Academia o esqueceram.

Outro favorável aos jesuítas foi o arcebispo primaz, D. José Botelho de Matos, que a 7 de janeiro de 1760 entregava o govêrno do Arcebispado ao Cabido, passando a residir numa casinha da Penha, na península de Itapagipe. Parece que hesitara no cumprimento das instruções que recebera de el-rei D. José, a respeito do tratamento a ser dado aos padres da Companhia, numa carta em que lhe comunicava a abolição dela, em Portugal e suas colônias, pela Lei de 3 de setembro do ano anterior.

Os governadores interinos da Bahia, — agora da capitania e não mais do Estado do Brasil —, continuaram como se nada houvesse acontecido, refeitos da surpresa dos primeiros dias, após a noticia da posse do conde da Cunha, no Rio de Janeiro. Por sua vez, a máquina administrativa não sofreu alteração. Destarte, iam-se correspondendo diretamente com a Côrte, até que a posse do governador efetivo, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, 1.º

conde de Azambuja, a 25 de março de 1766, fêz que os regulamentos fôsem respeitados.

Pelo menos, até junho de 1765, o conde da Cunha reclamava, por seu procurador Bernardino Marques Arnizau, um dos antigos membros numerários da Academia Brasileira dos Renascidos, "as propinas que os seus antecessores recebiam".

Nem se pense que a Bahia decaiu de importância depois da transferência da capital para o Rio de Janeiro, com o qual sempre manteve tradicional afinidade. Vários dos seus governadores, a começar pelo conde de Azambuja, foram vice-reis; e um vice-rei, D. Marcos de Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos, foi depois seu governador, durante oito anos e quatro meses. Sentiu-se honrado com a investidura e trabalhou muito. A Bahia consolidou a Independência com o sangue de seus filhos e seus aliados, o que a prestigiou, ainda mais, durante o período monárquico. E foi assim até os primeiros anos d'êste século.

Cabeça da Colônia, do principado e do Estado do Brasil, de 29 de março de 1549 a 19 de outubro de 1763, a Bahia, até esta data, abrigara trinta e cinco governadores gerais, quinze govêrnos interinos e oito vice-reis, d'êstes sendo extraordinários três: o marquês de Montalvão, o conde de Óbidos e o marquês de Anjeja; e efetivos os cinco restantes, a partir do conde de Sabugosa.

Enfim, o principal era que' o Brasil crescesse e prosperasse, como aconteceu.

BIBLIOGRAFIA DO FOLCLORE SERGIPANO

PAULO DE CARVALHO NETO

Nesta contribuição, pioneira em seu campo, apresento, por ordem alfabética, as 88 fontes sôbre as quais elaborei meu livro *Folclore Sergipano. Sistemática sintética e Antologia*. (*)

As fontes portadoras de títulos menos expressivos, do ponto de vista local, vão acompanhadas de anotações breves que especificam seu interêsse.

No final, consigno os "Trabalhos de referências". Como em algumas de minhas bibliografias anteriores, publicadas no Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana, do México, tais "Trabalhos de referências" não integram a Bibliografia em questão. Eles são registros nos quais encontrei dados bibliográficos, completos ou incompletos, que não tive oportunidade de comprovar. Indico-os pela letra R ("referência") e pelos números de cada um, compreendidos, no caso, do nº 1 ao 10.

O autor
Quito, 1960

AMARAL, Amadeu

1. *Tradições populares*. Com um estudo de Paulo Duarte. Rio de Janeiro, Instituto Progresso Editorial S. A., 1935, 279 pp.

Folclore comparado de "O Conde Alberto" (pp. 185-192) e "O Boi-Espácio" (pp. 201, 207).

(*) Inédito.

BARBOSA RODRIGUES, J.

2. **Poranduba Amazonense ou Kochiyma-uara Porandub.** Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890, 334 pp.

A caçapora de Sergipe, p. 11. (R 1, p. 162).

BARROSO, Gustavo.

3. **O sertão e o mundo.** Rio de Janeiro, 1923.

As lendas do batatão. O Jan Delafosse das praias de Sergipe, pp. 39-48. (R2, p. 120).

4. **Ao som da viola. Folclore.** Nova edição correta e aumentada. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1949, 595 pp. A 1ª edição é de 1921.

Lenda do batatão, p. 18.

BETTENCOURT, Gastão de

5. **O Folclore no Brasil.** Salvador, Bahia, Livraria Progresso Editôra, s/d, 342 pp.

Silvio Romero, João Ribeiro, a Sociedade Sergipana de Folclore, etc. pp. 73,92,188,189...

BEZERRA, Felte

6. **Xangô de Zeca.** Rio de Janeiro, CNFL, doc. 28 de 15 de junho de 1948. 3 pp. mimeogr. Transcrito em *Etnias Sergipanas*, do mesmo autor.
7. **Etnias Sergipanas. Contribuição ao seu estudo.** Prefácio de Emílio Willems. Aracaju, Livraria Regina Ltda. 1950, 269 pp. (Coleção Estudos Sergipanos, Vol. VI).

Capítulos "Xangô" e "Lambe-Sujo", pp. 187-194 e 194-196.

8. **Notas sobre um folguedo em Aracaju.** Florianópolis, Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore, ano V, n^{os} 17-19-1954, pp. 48-52.

9. Festa do lambe-sujo em Aracaju. S. Paulo, A Gazeta, 16 de maio de 1959.

BRANDÃO, Théo

10. Baianas. Rio de Janeiro, CNFL, doc. 37 de 8 de julho de 1948, 5 pp. mimeogr.

Compara este folguedo ao dos talieiras, p. 3.

11. O reisado alagoano. S. Paulo, Separata da Revista do Arquivo, N.º CLV, Departamento de Cultura, 1953, 225 pp.

Cita o "Danças populares de Aracaju", de Paulo de Carvalho Neto, pp. 166-178.

12. Romances do ciclo do gado em Alagoas. Rio de Janeiro, Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore (1951), Anais, II.º vol., 1953, pp. 113-149.

O Folclore de Sergipe, pp. 119, 130, 132.

CABRAL, Mário

13. Folclore infantil na cidade de Aracaju. Em "Crítica e Folclore". Aracaju, Livraria Regina Ltda., 1952, 170 pp. A 1.ª ed. é de 1951, em Aracaju, Revista de Aracaju, ano IV, n.º 4, pp. 183-235.

CALASANS, José

14. Aracaju. Contribuição à história da capital de Sergipe. Aracaju, Livraria Regina Ltda., 1942.

Texto popular sobre Aracaju, p. 67. (B3).

15. Temas da província. Aracaju, 1944, 57 pp. (Col. Estudos sergipanos, vol. 1).

Capítulo: "Subsídios para o caraceneiro histórico de Sergipe", pp. 33-50. A 1.ª ed. deste cap. apareceu na Revista de Aracaju, ano II, n.º 2, 1944, pp. 45-62.

16. **Cachaça, Môça Branca. Um estudo de Folclore.** Salvador, Publicações do Museu do Estado, nº 13. Secretaria de Educação e Cultura, 1951, 112 pp. A 1ª ed., sob o título **Aspectos folclóricos da cachaça**, apareceu em Aracaju, Revista de Aracaju, ano I, nº 1, 1943, pp. 89-107. Os capítulos **Genealogia da Cachaça** e **Ritual de bebedores** foram publicados avulsos no Rio de Janeiro, CNFL, doc. 72 de 14 de janeiro de 1949 e doc. 82 de 7 de abril de 1949.
17. **Cantigas de cacumbis e taieiras de Sergipe.** Aracaju, Revista de Aracaju, ano IV, nº 4, 1951, pp. 177-182.
18. **No tempo de Antônio Conselheiro. Figuras e fatos da campanha de Canudos.** Salvador, Publicações da Universidade da Bahia, X-2, 1959, 121 pp.

Vinte peças sergipanas sobre a Guerra de Canudos, pp. 59-82.

CÂMARA CASCUDO, Luís da

19. **Contos tradicionais do Brasil.** Rio de Janeiro, Americ-Edit. 1946, 405 pp.

Contos sergipanos: "Os três coroados", p. 124; "A sapa casado", p. 72 e "O sapo e o teiú", p. 245.

20. **Geografia dos mitos brasileiros.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1947, 467 pp.

Mitos sergipanos: Caapora, pp. 162,460; Fogo corredor, p. 460; Mula sem cabeça, Labizône, Cobra cabriola, pp. 241-242; João Galafuz e Zumbi, pp. 419,460.

21. **Literatura oral.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1952, 465 pp.

Contos sergipanos: "Os três coroados", p. 280; "O pescador", p. 290; "O côgado e a festa do céu", p. 333; "A madrastra", p. 343; "A formiga e a neve", p. 348.

22. **Dicionário do Folclore brasileiro.** Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro, 1954, 660 pp.

Verbetes sobre Silvio Romero, Lambesujo e outros.

CAMINHA, Víctor B.

23. **Locativos sem explicações.** Rio de Janeiro, CNFL, doc. 244, 7 de janeiro de 1952, 3 pp. mimeogr.

Origem dos topônimos "Aracaju" e "Sergipe".

CARVALHO DEDA

24. **Cantadores sergipanos. O cego João Canário.** Aracaju, Revista de Sergipe, ano I, nº 1, 1956, pp. 16,33.

CARVALHO NETO, Antônio Manuel de

25. **Um trecho de Sergipe Ocidental.** Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 13, p. 54, 1950.

Trovas populares sobre Simão Dias. (R3, p. 49).

26. **Vidas perdidas.** Salvador, Bahia, Livraria Progresso Editora, 1948, 244 pp.

88 vozes da gíria carcerária sergipana.

27. **Discurso.** Rio de Janeiro, Câmara dos Deputados, sessão de 25 de agosto de 1951. Rio de Janeiro, Anais do 1º Congresso Brasileiro de Folclore. IBICC, Ministério das Relações Exteriores, 1952, pp. 57-60. José Augusto GARCEZ, **Realidade e Destino dos Museus,** Aracaju, Livraria Regina Ltda., 1958, pp. 111-115.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore.

28. **Discurso por ocasião da posse do Dr. Severino Uchôa na Academia Sergipana de Letras.** Aracaju, Revista da Academia Sergipana de Letras, nº 15, agosto de 1951, pp. 39-54, c/ separatas.

CARVALHO NETO, Paulo de

29. **Danças populares de Aracaju.** Recife, *Resenha Literária*, ano II, nº 5, agosto de 1949. Aracaju, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*", vol. XIV, nº 19, 1945-1948, 1949. Rio de Janeiro, CNFL, doc. 168 de 11 de fevereiro de 1950 e doc. 245 de 9 de janeiro de 1952.
30. **Programa de Folclore Sergipano.** Montevideu, Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, 1959, pp. 5-6 mimeogr.
31. **Índice Temático-Geográfico dos Documentos da Comissão Nacional de Folclore (1948-1957).** Inédito.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE

32. **Segunda Semana Nacional de Folclore. Anais.** Rio de Janeiro, IBECC, 1950, 82 pp.

Exposição de cerâmica popular de Itabakiminha, p. 16.

COSTA FILHO, Luiz José da

33. **Sôbre assunto brasileiro.** Rio de Janeiro, *Revista das Academias de Letras*, nº 37.

Verso popular sergipano sôbre a cachaça, p. 90. (R4, p. 26).

COSTA PEREIRA, C. J. da

34. **A cerâmica popular da Bahia.** Salvador, Livraria Progresso Editôra, 1957, 138 pp.

Cerâmica de Sergipe, pp. 35, 114, 119; Presépio de Laranjeiras, p. 105.

CRUZ, José.

35. **A indústria de farinha de mandioca em Sergipe e a energia elétrica de Paulo Afonso.** Aracaju, *Economia e Finanças*, ano V, nº 6, 1957, pp. 57-65.

A casa de farinha, a cozinha sergipana, etc.

36. **Aracaju de outrora. A orquestra de Mestre Cula. Contribuição ao estudo do folclore sergipano.** Aracaju, 1958,

11 pp. Separata da Revista de Aracaju, ano VI, nº 6, 1957.

São João.

DANTAS MARTINS DOS REIS, J.

37. **As almas das Carnaíbas. Um Céu no Riachão. Resquício das instituladas "Santidades"**. Aracaju, Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, anos XV-XXV (1930-1940), nº 16, vol. XI, 1942, pp. 27-28.

Notas sobre um movimento carismático.

DEODATO, Alberto

38. **Canaviais. Contos, 1919.**

"Quanto a Alberto Deodato, o seu mérito como folclorista consiste em haver registado nos seus livros de contos (**Canaviais**, 1919 e **Senzalas**, 1922) várias quadras e canções populares". (R3, p. 37).

"Alberto Deodato usa em um dos contos de **Canaviais** material poético (sobre a Macanha) colhido em Sergipe". (R5, p. 10).

39. **Senzalas, 1922.**

(R3, p. 37).

DÓRIA, Epifânio

40. **Adivinhações em Sergipe**. Aracaju, Diário de Sergipe, 17 de setembro de 1951.

29 peças do município de Tobias Barreto.

GARCEZ, José Augusto

41. **Realidade e destino dos museus**. Aracaju, Livraria Regina Ltda., 1958, 174 pp.

GARCIA MORENO

42. **Aspectos do maconhismo em Sergipe**. Aracaju, Departamento de Saúde Pública de Sergipe, 1946, 24 pp. O cap. III foi transcrito em Aracaju, Diário de Sergipe de 26

de agosto de 1948 com o título de "Aspectos folclóricos da maconha". Há uma transcrição íntegra em *A maconha, Coletânea de trabalhos brasileiros*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1951.

GOMES, Antônio Osmar

43. *O São João no Baixo São Francisco*. Rio de Janeiro, CNFL, doc. 57 de 25 de novembro de 1948, 3 pp. mimeogr.

O fogueiro José Aracaju.

LAYTANO, Dante de

44. *Pixurum. Tradição gaúcha do ciclo do trabalho agrícola*. Rio de Janeiro, CNFL, doc. 287, 11 de janeiro de 1954, 6 pp. mimeogr.

O "balalhão" (mutirão) sergipano.

LIMA, Zózimo.

45. *Variações em fã susinado*. Aracaju, Correio da Manhã, 6 de março de 1942.

Mamãe do terreiro do Neném, em Aracaju.

LIRA, Mariza

46. *Festas juninas*. Rio de Janeiro, CNFL, doc. 29, 18 de junho de 1948, 10 pp. mimeogr.

Cia. Mano Manoá Filho sobre o São João em Sergipe. p. 7.

MAGALHÃES, Basílio de

47. *Folclore corográfico e livros parafolclóricos*. Rio de Janeiro, *Cultura Política*, ano IV, nº 36.

Versos balalhões de Sergipe. (R3, p. 48; R6, p. 19).

MAGALHÃES CARNEIRO

48. *Um crítico literário e sua crítica*. Aracaju, 1929.

Págs. 8: cucumbis e taleiros em Sergipe. (R7, p. 180).

49. **Pingentes do Folclore.** Aracaju, Revista da Academia Sergipana de Letras, nº 13, agosto de 1943, pp. 6-11.

MAGALHÃES PINTO, Alexina de

50. **Cantigas das crianças e do povo. Danças populares coligidas e selecionadas do Folk-Lore brasileiro.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1916, 208 pp.

Folclore poético sergipano: "Minha mãe", p. 20; "Sapo jururu", p. 40.

MARTINS LAMAS, Dulce

51. **Um costume nordestino: "A derrubada".** Rio de Janeiro, CNFL, doc. 127, 1 de agosto de 1949, 1 p. mimeogr.

MELO MORAIS FILHO, Alexandre José de

52. **Festas e tradições populares do Brasil.** Rio de Janeiro, Nova edição revista e aumentada, Prefácio de Sílvio Romero, H. Garnier, Livreiro-Editor, s/d, 541 pp.

"A procissão de S. Benedito no Lagarto", pp. 88-100 e "A véspera de S. João", pp. 185-192.

53. **História e Costumes.** Rio de Janeiro, Garnier, s/d, 233 pp. c/ilustrs.

O folclore sergipano. (RIO).

MENDES, Evanira

54. **Uma estória.** S. Paulo, Correio Folclórico, nº 27. Suplemento do Correio Paulistano, 6 de agosto de 1950.

MONT'ALEGRE, Omer

55. **Vila de Santa Luzia.** Rio de Janeiro, Vecchi Editor, 1939.

Trovas populares sobre cidades sergipanas. (R3, p. 49).

OLINO, Vicente

56. **História do município de Santa Luzia.** Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 14.

Verso popular do folclore político sergipano, p. 97. (R3, p. 39).

OLIVEIRA LIMA NETO, Urbano de

57. **Sôbre a mandioca. Um apêlo aos municípios.** Aracaju, Imprensa oficial, 1953, 22 pp.

A casa de farinha sergipana.

PASSOS DE OLIVEIRA TELES, Manuel dos

58. **Ensaio sôbre a música popular em Sergipe.** Aracaju, série de artigos no Estado de Sergipe", 1899.

"Prado Sampaio e Manuel dos Passos pouco coligiram no campo da poesia, embora deixassem apreciáveis ensaios em torno de outros aspectos do nosso folclore". (R3, p. 37).

59. **A música popular em Sergipe.** Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 21, vol. XVI, 1954, pp. 46-53. A 1ª ed.: Rio de Janeiro, Revista ABC, 8 de dezembro de 1923, pp. 14-15.

PEREIRA DA COSTA

60. **Vocabulário pernambucano.** Recife, Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano, vol. XXXIV, pp. 407-408, 1937.

João Galafuz em Sergipe. (R1, pp. 366-367).

PIAZZA, Walter

61. **Folclore de Brusque. Estudo de uma comunidade.** Santa Catarina, edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1960, 223 pp.

Adivinhas sergipanas, pp. 90,91.

PRADO SAMPAIO

62. **A literatura sergipana.** Maruim, Sergipe, Imprensa Econômica, 1909.

Cacumbis e tateiras em Sergipe, p. 18 (R7). Ressalta "a riqueza e a variedade do folclore sergipano". (R6, p. 61).

RAMOS, Arthur

63. **Folklore negro do Brasil. Demopsicologia e psicanálise.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S. A. 1935, 279 pp.

Interpretação de os "congca" e "taleiras" sergipanas sobrevivência to-têmica do folclora negro, pp. 86-87.

64. **A renda de bilros e sua aculturação no Brasil. Nota pre-liminar e roteiro de pesquisas.** Rio de Janeiro, Publica-ções da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, nº 4, 1948, 77 pp.

A renda de bilros sergipana, pp. 40-58.

RIBEIRO, João (João Batista Ribeiro de Fernandes. 1860-1934)

65. **O folk-lore: estudos de literatura popular.** Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919, 328 pp.

Peças sergipanas de alusão, réplica, ex-libris e sucessos, pp. 135, 158, 180-185.

66. **O elemento negro.** Introdução e notas do Prof. Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro, Record, s/d, 237 pp.

"A origem do conto O Jabuil e o Telú", pp. 41-51.

RIBEIRO, Joaquim

67. **Folklore brasileiro.** Rio de Janeiro, Livraria Editôra Zélio Valverde, 1944, 222 pp.

Folclora comparado de "Lá vai a garça voando", p. 181.

RIBEIRO, Joaquim e RODRIGUES, Wilson W.

68. **Romanceiro tradicional do Brasil. Textos do século XIX.** Rio de Janeiro, Iº Congresso Brasileiro de Folclora (1951). Anais, IIº vol. 1953, pp. 23-112.

Exegeses temáticas de "D. Silvana", "Condé Alberto" e "Flor de Alexandria", pp. 46-91.

ROMERO, Sílvia

69. **Contas populares do Brasil.** Edição anotada por Luís da Câmara Cascudo e ilustrada por Santa Rosa. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1954. Tomo I, 383 pp.; tomo II, 711 pp. A 1ª ed. é de 1882.

123 peças colhidas em Sergipe, num total de 221 conjuntos de peças.

70. **Contos populares do Brasil.** Edição anotada por Luís da Câmara Cascudo e ilustrada por Santa Rosa. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1954, 441 pp. A 1ª ed. é de 1883.

46 peças selecionadas num total de 86.

71. **Novas contribuições para o estudo do folclore brasileiro.** Rio de Janeiro, 1943. (História da literatura brasileira, 1ª vol., p. 142) A 1ª ed. apareceu na Revista da Academia Brasileira de Letras, nº 2.

"De origem sergipana são, igualmente, os versos reunidos por Sílvia nas **Novas contribuições para o folclore brasileiro.** (R3, p. 36; R7).

72. **Estudos sobre a poesia popular brasileira.** 1889.

As taieiras em Sergipe. (R7).

SANTIAGO, Enoque

73. **Conferência.** Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 6, 1916, pp. 54-79.

Trovas populares sobre a transferência da capital sergipana. (R3, p. 42).

SANTIAGO, Serafim

74. **Anuário Cristovense.** Inédito.

"Serafim Santiago, num livro inédito sobre as tradições de São Cristóvão, antiga capital do Estado, deixou boas achesas para o estudo dos acunhos e taieiras que, no dia 6 de Janeiro, brincavam na centenária cidade sergipana". (R7, p. 180).

SEBRAO SOBRINHO

75. **Rosário do Catete.** Aracaju, Sergipe Jornal, 10 de setembro de 1943.

Trovas populares sobre cidades sergipanas. (R3, p. 50).

76. **Sol-Quente, do Dira, a pecadora Santa dos Umbandistas.** Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 21, vol. XVI, 1954, pp. 46-53.

SILVA, Clodomir

77. (Com o pseudônimo de Vinicius) **De soslaio.** Aracaju, Correio de Aracaju, 18 de março de 1913.

Trovas populares sobre a transferência da capital sergipana. (R3, p. 40).

78. **Album de Sergipe.** Ed. comemorativa do Centenário da Independência, 1920.

Trovas populares sobre a transferência da capital sergipana, 17 de março de 1855. (R3, p. 40; R9, p. 175).

79. **Minha gente. Costumes de Sergipe.** Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Editora Paulo Pongetti & Cia., 1926 119 pp.

80. **Povismo.** Aracaju, Revista de Aracaju, ano II, nº 2, 1944, pp. 63-70. A 1ª ed. apareceu na revista Renovação, nº 12, Aracaju (1931)?

64 peças poéticas sergipanas, a maioria de trovas.

81. **Um rio encantado.** Aracaju, Revista de Aracaju, ano II, nº 2, 1944, pp. 209-211.

A lenda da Brejal da Mané Preto.

SILVEIRA, Joel

82. **Aracaju cheia de graça.** Aracaju, Revista de Aracaju, ano I, nº 1, 1943, pp. 161-169.

A feira de Aracaju, trovas sobre a mudança da capital, etc.

SOUZA, Bernardino José de

83. **Ciclo do carro de bois no Brasil.** S. Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1958, 557 pp. c/ilustrs.

Sergipe: tipos de carros, o carro de bois antigo, madeiras, dimensões, a carroça de bois, acessórios, o canto dos carros, a doma, os nomes de bois, carreiros e "chamadores", remuneração, técnicas de tanger os bois, vozes dos carreiros, utilidade dos carros. Págs. 206, 214, 215, 229, 231, 233, 235, 273, 301, 316, 334, 335, 351, 358, 365, 378, 397, 399, 411, 415, 432, 441, 460, 463, 517, 519, 520 e 528.

TAVARES DE LIMA, Rossini

84. **Achegas para uma distribuição geográfica dos folguedos populares do Brasil.** Rio de Janeiro, CNFL, doc. 353 de 1 de outubro de 1956.

Cita o "Danças populares de Aracaju", de Paulo da Carvalho Neto.

UCHÔA, Severino

85. **Arrogâncias e gabolices. Folclore sergipano.** Aracaju, Diário de Sergipe, 17 de setembro de 1951.
86. **Repentes.** Aracaju, Poliantéia, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº II, 1952, p. 49.
87. **Lira corográfica.** Aracaju, Poliantéia, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº II, 1952, p. 19.
88. **Folk-Lore Sergipano.** (Rev. Poliantéia? 1952)?

TRABALHOS DE REFERÊNCIAS

1. CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Geografia dos mitos brasileiros.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1947, 467 pp.
2. CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Literatura oral.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1952, 465 pp.
3. CALASANS, José. **Temas da província.** Aracaju, 1944, 57 pp. (Col. Estudos sergipanos, vol. I).

4. CALASANS, José. *Cachaça, Môça Branca. Um estudo de Folclore*. Salvador, Publicações do Museu do Estado, nº 13. Secretaria de Educação e Cultura, 1951, 112 pp.
5. GARCIA MORENO. *Aspectos do maconhismo em Sergipe*. Aracaju, Departamento de Saúde Pública de Sergipe, 1946, 24 pp.
6. UCHÔA, Severino. *Lira corográfica*. Aracaju, Poliantéa, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº II, 1952, p. 19.
7. CALASANS, José. *Cantigas de cacumbis e taieiras de Sergipe*. Aracaju, Revista de Aracaju, ano IV, nº 14, 1951, pp. 177-182.
8. CABRAL, Mário. *Folclore infantil na cidade de Aracaju*. Em "Crítica e Folclore". Aracaju, Livraria Regina Ltda., 1952, 170 pp.
9. BEZERRA, Felte. *Investigações histórico-geográficas de Sergipe*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952, 175 pp.
10. ALVARENGA, Oneyda. In ANDRADE, Mário. *Folclore*. In *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, de Rubens Borba de Moraes e William Berrien. Rio de Janeiro, Gráfica Editôra Souza, 1949, pp. 285-317.

Páginas de um livro inédito de MEMÓRIAS

J. PIRES WYNNE

I — O VOTO SECRETO EM SERGIPE

Repassando velhas coleções de jornais, à cata de notícias, na ânsia de elementos para a reconstituição da **História Política e Administrativa de Sergipe**, motivo de lucubrações que me levam pelos caminhos perdidos do passado, recompondo figuras e fatos, à luz de profunda e exaustiva análise, ainda agora tenho sob os meus olhos esquecidos páginas, trabalhos de outros tempos, já bem distantes.

Páginas que tanto entusiasmo então despertaram, atraindo a atenção de leitores sergipanos e mesmo de gente outra, de habitantes das zonas centrais e sulinas do país.

Era ao tempo da República de antes de 30, um pouco antes dos pruridos inquietantes da opinião pública, mas já bem perto dos desajustamentos políticos que dariam como resultado previsto a mudança do regime, salto de onça enganoso e que com o tempo haveria de confundir os homens e seria um hiato na evolução democrática do povo brasileiro.

Nem tanto assim.

Reinava, então, a Constituição de 91, página avançada e admirável de sabedoria política, mas logo deturpada, e por isso mesmo combatida pelo próprio criador.

Rui Barbosa, hoje mais lembrado como cultor da língua e seguro exemplo de elegância vernácula, foi um combatente indomável, movido por uma tenacidade férrea e coerência incorrup-

tível, cuja vida foi, também, luta sem tréguas, numa lição constante de hermenêutica, tentando chamar a atenção dos militantes da política para a verdade expressa no texto constitucional.

Por êsse tempo, que já vai bem longe e me faz envelhecer, bem moço, idealista e afoito, mantendo colaboração ativa nos jornais da terra, com o gosto das polêmicas e das novidades, interessando-me pela política iniciei uma série de artigos defendendo a aceitação do VOTO SECRETO, já velharia noutros países e bandeira nova que algumas poucas figuras ilustres e intelectuais empunhavam no sul como a de salvação da verdade democrática.

Comuniquei-me com o **Partido da Mocidade**, movimento de idéas e de reação contra os erros e atrasos da velha República, tão mistificada pelas fraudes da demagogia e da centralização dominadora do Catete, e tive a alegria de ver os meus artigos acolhidos pela imprensa bandeirante.

Pinto Serva, hoje esquecido, publicista ativo, coluna permanente aticando a luta pela renovação do processo eleitoral, era então um nome em foco, e já Altino Arantes, político da Escola antiga, mas atilado, comungando, se batia ao lado dos moços, plêiade vigilante e viva em que se destacava a figura de um doce poeta — Paulo Gonçalves, revolucionário romântico e terno sofredor.

Com o advento de 30, implantada a Ditadura, logo após se rebelava S. Paulo, e fruto da reação constitucionalista que tanto sangue derramou em consequência da guerra civil, surgia, conquista da peleja cívica e sangrenta, atendendo aos anseios populares e da massa intelectualizada e ativa do país, o VOTO SECRETO no texto da Constituição de 34.

Era, já, assim, a vitória de uma aspiração, tantas vezes negada e abafada, e um caminho novo que se abria para a liberdade de consciência dos cidadãos.

Leio, agora, passados tantos anos, as páginas então escritas e que correram por ai a fora, levando aos irmãos do sul, estudantes e homens de imprensa, a vibração de Sergipe.

II — O PRESIDENTE DE 30

Na Bahia, ali no Jôgo do Carneiro, trepados no terceiro andar de velho casarão dos tempos da Monarquia, de paredes azulejadas brilhando à luz do Sol, vivíamos juntos, irmanados pelos mesmos ideais e sentindo as mesmas saudades, eu, Humberto Sobral, Olavo Leite, Normando Prado, e, como tudo em cima era nosso, pelos fundos, olhando o casario e a praça de Nazaré, ficavam Pedro Bonfim e Emilio Fontes.

Grande, a colônia acadêmica sergipana, de gente bem unida e alegre, se movimentava, e se espalhava por outros bairros.

Era a Bahia, ainda, por êsse tempo, a Bahia da velha Sé, vetusta e primitiva matriz de paredes róseas, já bem arruinadas, e cuja demolição, pouco depois, tanta mágoa despertava, enchendo os corações de ternuras pelo passado.

A demolição... Na pressa do trabalho, esquecidos, nem sabiam recolher para a História as inscrições feitas em belos blocos de mármore, partidos ao bater de martelos e picarêtas.

Naquela tarde, desusado movimento se notava nas ruas, e os jornais atiçando o interêsse, despertando a atenção dos mais despreocupados, vociferavam notícias atterradoras: era já a revolução que descia do Norte.

E era justamente naquela tarde que reunidos todos os conterrâneos acadêmicos, numa assembléia de alegres perspectivas deliberavam a respeito da projetada e já decidida viagem ao Estado natal, a fim de festejarmos a posse do Presidente eleito, substituto do respeitável e arguto Manuel Dantas, velho e atilado senhor de Engenho.

Em pleito livre se processara a eleição do que seria o intérprete da alegria da mocidade acadêmica, e para mim, tão envol-

vido pelas notícias inquietantes, os votos se afinavam numa eclosão de simpatia e confiança.

O novo Presidente eleito, saído de um pleito sem competidor, era figura simpática de homem probo, polido e comedido nas atitudes através de longa carreira política, bem estimado na sociedade sergipana e assim merecedor de respeito, e pai do acadêmico Lauro Pôrto, hoje médico de destaque e então também alegre espírito cheio de mocidade e alvo do aprêço de toda turma.

O Coronel Francisco Pôrto, velho comerciante de Nossa Senhora das Dôres, deputado de várias legislaturas, já residindo na Capital do Estado e elemento de relêvo pela lealdade e firmeza de princípios dentro nas correntes partidárias situacionistas, influenciadas pela perspicácia e liderança de Leandro Maciel, cujo espírito já se revelava seguro timoneiro nos mares agitados das contendas regionais, seria o Presidente de Sergipe e sua posse se efetuaría no dia 24 de outubro.

.....

Mas o Capitão Juarez Távora, já de lenço vermelho ao pescoço, alto, esquivo, bem feliz no passo de soldado, descia do norte, rompendo todos os obstáculos, trazendo atrás de si uma legião de nordestinos, apaixonados, patriotas e sonhadores.

Como já vai longe o tempo !

**DISCURSO DE POSSE DA CÁTEDRA DE MODÉLO-
-VIVO DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES
DA UNIVERSIDADE DO BRASIL, PROFERIDO
PELO SEU TITULAR PROFESSOR JORDÃO
DE OLIVEIRA EM 14-XI-1960**

* * *

Magnífico Reitor da Universidade do Brasil;
Exmo. Sr. Diretor da Escola Nacional de Belas Artes da U.B.;
Senhores membros da Congregação;
Minhas senhoras e meus senhores:

* * *

O exercício do magistério jamais foi coordenado, em meus cálculos de vida. Quando, certa vez, consegui penetrar nesta casa, como aluno, experimentei verdadeiro apaziguamento, autêntica reconciliação comigo mesmo. É que, do meu lar, em Aracaju, até aqui, o percurso não foi em linha reta, por definição a menor distância entre dois pontos dados.

Já lá se vão trinta e tantos anos.

Meu interesse próximo era assenhorear-me, tanto, quanto possível, da maior clareza na linguagem de minha vocação, o que procurava alcançar, inicialmente, através das aulas — de desenho artístico, do estimado professor que foi Lucilio de Albuquerque; de desenho geométrico e de aguada, do professor Ludovico Berna, e de História da Arte (àquêle tempo no primeiro ano) do hoje professor emérito, meu prezado amigo Dr. José Fléxa Ribeiro. A necessidade, porém, de manter-me e custear o curso, impôs-me novas derivações no caminho. Tornei-me aluno livre, fato que desagradou, sobretudo, o eminente mestre Batista da Costa.

Assim, frequentava as aulas do primeiro turno, depois do que, apanhando o meu componidor, ia puxar linhas, numa tipografia, ou perpetrar paisagens, em varandas suburbanas, ou esbofar-me em barracões de préstitos carnavalescos, ou, ainda, copiar documentos no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca da Câmara dos Deputados, sob as vistas do seu amabilíssimo diretor Mário de Alencar, ou aonde me ordenasse o mestre humaníssimo Capistrano de Abreu, controlador dessa tarefa, para o seu grande amigo Paulo Prado. Não devo esquecer que êsse último serviço me foi cometido graças à influência do inesquecível conterrâneo... Jackson de Figueiredo.

Apesar de viver do aleatório, minhas preocupações se revestiam da maior gratuidade e eram, por isto mesmo, aquecidas pela coisa artística. Já começava a expôr no Salão Nacional de Belas Artes.

Havendo sucessivamente conquistado prêmios nêsse certâme oficial, inclusive o de viagem ao estrangeiro, um dia, mestre Lucílio, então diretor da Escola, convída-me a integrar banca examinadora de concurso para provimento da cátedra de desenho artístico. Êsse concurso, porém, só dezesseis anos decorridos viria a realizar-se. Foi o prazo esperado pelos ilustres colegas Carlos Del Negro e Alfredo Galvão, nêle inscritos.

Estávamos em plena ditadura. O govêrno que se instalava em nome do slogan anti-oligarquia, estava açodado, em face da organização de um programa *a posteriori*, que o legitimasse perante a opinião pública. Como govêrno forte, acolitado por intelectuais provindos da chamada semana de arte moderna de 1922, quis também inovar, criar o seu estilo, no setor das belas-artes. Quando há tradição encadeada, o que representa depósito de garantia, êsse estilo chamar-se-á Renascimento, Luís XIV, Luís XV, Regência, Império... e até mesmo Escola de Paris. No caso contrário, adota-se o mais em evidência, capaz de credenciar aos olhos da mundanidade...

Êste (et pour cause) não é o momento, nem esta é a tribuna, para a crítica daquêle curto periodo de quinze anos, da nossa história. Nem as revoluções se devem analisar revolucionariamente. Mesmo porque, de referência ao setor das belas-artes, o movimento

bifurcou-se entre esteticistas e nacionalistas, do que, entre outros acertos, resultou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ainda agora a cargo dêsse nobre espírito que se chama Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Aquele tempo, um ministro da Educação e Saúde Pública, atacado da doença infantil do modernismo, por pouco não fechou esta Escola quase sesquicentenária, mais velha que a nacionalidade brasileira, como bem acentuou o ilustre professor Fléxa Ribeiro. Façamos-lhe justiça, entretanto, pelo não ter feito, pois, apesar da ogerisa e do desprezo com que a olhava, poderia fazê-lo, naquele momento em que ela ainda não estava omisiada à sombra protetora da Universidade do Brasil, momento em que se invalidavam até acordãos da mais alta côrte de justiça.

* * *

A nobre Congregação desta casa, presidida pelo professor Fléxa, reiteirou-me o convite feito, dezesseis anos atrás, por mestre Lucílio, e convidou-me, a seguir, para reger a disciplina de Croquis. Concorri, depois, à cadeira de Modelo-vivo, com Henrique Campos Cavalleiro, Calmon Barreto e Marques Júnior, mestres inconcussos; fiz a docência-livre e, imediatamente, concorri à cátedra de pintura, com Henrique Cavalleiro e Cordélia Eloí de Andrade Navarro. Perdi, consecutivamente, para Marques Jr. e Cavalleiro, ambos figuras de renome no cenário artístico do país, o quê, ao revés, me levou à conclusão de haver conquistado a experiência a que os seus talentos me submeteram.

Com a aposentadoria do meu prezado Marques, passei a ocupar, interinamente, a cadeira a que ora procuro servir.

O amor a esta casa, o contato com seus mestres, dada a minha humildade consciente e a modéstia do meu nome, convenceram-me de que seria honra insígnue, mesmo glória, sentar-me ao seu lado. Mas, não sei porque, a esta altura, me vêm à lembrança aquelas palavras do velho Goethe: "A glória que vem tarde já vem fria". Essa glória, por outro lado, vem cumulada de encargos. E que encargos! Esta cadeira teve como seu autêntico ini-

ciador o notável mestre da Candelária, João Zeferino da Costa. Sucederam-no Rodolfo Chambeland, outro mestre de várias gerações, homem da mais alta probidade; interinamente, seu irmão, o saudoso prof. Carlos Chambeland, D^{rs} Georgina de Albuquerque e, depois, Marques Jr., um dos mais completos desenhadores que já passou por aqui.

Assumo a sua direção, como vêem, bastante comprometido e num dos momentos de maior inquietação, de controvérsias irremovíveis.

Que pretendo fazer? Que devo fazer?

Não sou, nunca fui e espero jamais ser um reacionário. Sobretudo em arte. O fenómeno artístico, já o disse em outra oportunidade, não é dado imediato da consciência, não é mensurável e só é matemática através de números irracionais. Mas não se pode alcançá-lo estáticamente, reflexivamente, segundo o comentário, em linhas cruzadas, entre artistas e intelectuais da hora derradeira. É preciso fazer, fazer com o material preexistente ou, na melhor das hipóteses, criar refazendo. Isto implica artesanato. Há, de permeio, uma didática. Apesar da liberdade de cátedra, assegurada pela Constituição, dependerei do consenso dos cumpares e, convém ressaltar, da longevidade desta instituição que impõe, entre nós, relações um tanto respeitadas de descendente para ascendente.

Terminando, quero agradecer ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Dr. Pedro Calmon, grande amigo desta Casa, a honra da sua presença; ao nosso ilustre e operoso diretor, prof. Gerson Pompeu Pinheiro, a sua tantas vezes comprovada fidalguia; ao mestre Calmon Barreto o carinho fraternal com que me comoveu; — a assistência dos amigos diletos que os vejo em grande quantidade, por aqui, inclusive dos que me obsequiaram com esta beca; a todos os funcionários, dos mais modestos aos mais graduados, a sua solicitude. Quero, também, deixar consignado, aqui, um preito de reconhecimento e de saudade a três homens do meu pequenino Sergipe José Joaquim Pereira Lôbo, Gracho Cardoso e Manoel Dantas que, por várias vezes, me tranquilizaram, servindo, sem o saber, a quem de mim esperava. Há um agradeci-

mento, porém, que eu não poderia deixar de fazê-lo: é a velha, simpática e mui leal cidade do Rio de Janeiro, que me acolheu e me ensinou a estimar e admirar. Quando, não faz muito, a sua colenda câmara legislativa me outorgou um título de cidadania, confesso ter tido o maior cuidado em sustar meu bom humor. Agora, entretanto, neste momento de sua história política, eu o exhibo gostosamente, porque me considero arrolado entre os mais sectários defensores da sua beleza.

AS SEDUÇÕES *

(Les attirances)

Poema de Émile Verhaeren
Versão livre de Abdon Lima

I

É muito além, na região das charneças, que o quiosque estranho e em ruínas, onde seu amor nasceu, continua de pé e lhes sobrevive, abandonado; é muito além, no país das charneças, onde os barcos gigantescos espelham no ouro e na lama a sua proa; é muito além, na região das charneças e dos rios penetrando o coração da Holanda,

Ele foi-se embora, numa noite de Agosto, quando o impregnava a claridade dos céus e o vento louco o penetrava; ele foi-se embora, só Deus sabe para onde. Mas quando voltasse, após muitos dias, após muitos anos de luta tremenda contra o destino, orgulhosamente lhe traria, na sua alma mais clara e mais profunda, em seus olhos cheios de deslumbramento, em seus dois braços fatigados de espaço e de infinito — o mundo.

Ele viu mares, e depois mares, sempre, ainda, e golfos magníficos cobrindo suas praias, florestas silenciosas que se prolongam por léguas em fora; suas ramagens subiam para o céu em fogo; entre os seus troncos, macacos brancos pulando e fugindo, sob as lianas azuis; os países do coral iluminavam-se além; pássaros compridos, matizados de púrpura e de ouro, com bicos de esmalte, dispersam-se — espelhos e flôres — no ar de nacre. Os montes projetam sua sombra, formando miragens.

(*) Publicado no suplemento literário do "Jornal do Brasil" de Janeiro de 1957.

Ele andava pela areia da praia, pensando docemente, e na brisa leve, em que mergulhava todo o seu corpo, parecia-lhe sentir carícias conhecidas: duas mãos flúidas deslisavam por suas têmporas nuas, tão bem que seu espírito ardente e exaltado jurava que essas duas mãos de alegria e bondade vinham para êle transpondo a imensidade.

Ela, além, na região das charnecas familiares, no seu lar coberto de flôres, suspenso por heras, recordava, e só vivia para o ausente. Armário onde eram guardadas as cartas amadas, largas poltronas, divãs macios, pesadas almofadas, onde ficava a pressão de suas cabeças desfalecidas, cristal do espelho gláuco, onde seus dois olhares claros se haviam queimado, outrora, num único clarão, vossos laços silenciosos, mas fortes, prendiam sua vida, às vossas doces lembranças docemente subjugada.

As vêzes, à noite, quando a claridade do horizonte roçava de leve, ao longe, as portas das casas, com lento fervor suas mãos fiéis procuravam seus belos seios, e sua bôca, e seus olhos, como para recolher, entre os seus dedos piedosos, o que restava dêle e de seu ardor, nela mesma. Então havia festa em seu coração, que nada, nem o céu negro velando, lá em cima, seus astros, nem a tempestade espalhando os males e os desastres, nada teria podido perturbar a alucinante felicidade que lhe derramavam por muito tempo, nesta hora de febre, seus dedos unidos de repente e beijados por seus lábios.

Ó dois corações estendidos através do Oceano !

A beira das torrentes loucas, ao pé dos peñedos gigantes, aonde quer que êle fôsse — vales, estepes, planícies, margens — êle sentia-a viver e como que pensar nêle. Ela estava ali, quando êle andava, sob o ouro das noites, em direção a qualquer país distante, pelos caminhos funestos, onde o perigo espreitava cada gesto seu.

II

Ora, ao cair da noite, certo dia, quando êle voltava, através de uma região de rios e de campos pontilhados de casas novas, atrás de um aqueduto tapando luzes distantes, a cidade avermelhaça, brilhante, como um jardim de pedras e de ouro, do fundo

das planícies, repentinamente, solicitou seu sonho e logo seu coração.

Um rumor retumbante e surdo, continuamente, incessantemente, sob o teto pesado de seus vapores envenenados, elevava-se no ar e confundia-se além com o bramido das vagas violentas ou mansas do mar próximo. Bruscos, como o retinir de bigornas, apitos agudos cortam o ar, às vézes, e, como de um peito, êle ouvia elevar-se, das docas de petróleo e de madeira, o som rouco e brumoso das sirenas marinhas. E as trévas pareciam marchar diante dêle, e afastar-se, como flâmulas suspensas. Tôrres elevadas chocavam sua frente contra a frente das nuvens. Telhados de vidro projetavam seu brilho nas calçadas. Leques de fogo abriam-se, no cimo dos faróis, e seus raios caíam, ao longe, sôbre o mar, para iluminar a proa doirada dos grandes navios bárbaros que vinham em direção a êles do fim do universo.

Oh ! a cidade enorme, angustiante e trágica, como entrou nêle febril e fremente ! Ardores firmes, esperanças entrelaçadas, forças lógicas, flúidos de vontade nutrindo cada espirito, trabalho para galgar, em suas sábias viagens, de casa em casa, as mais elevadas posições, vós exaltáveis seu coração e conquistáveis seu cérebro. Em todo o seu ser ribombava nova tempestade. Êle sentia-se mais claro, mais forte, maior, mais vasto. Os espelhos de sua alma absorviam os contrastes. Êle multiplicava-se nas multidões, além : seus gestos, seus rumores, suas vozes, seus gritos, seus passos pareciam, quando surgiam, transpassá-lo ; e os trens maravilhosos, nos seus caminhos de ferro, resfolegando e cobrindo-se de vapores pálidos, rolavam, e trepidavam, e ressoavam em seus nervos, tão forte que seu coração jovem, ardente, maleável e dócil, vibrou até às profundezas, ao ritmo da cidade. Ritmo novo, ritmo febril, ofegante, ritmo dominador que se apossava de tôda a alma e arrastava na sua fúria os passos do tempo !

Ah ! quanto sentiu aquela cuja doce prece atravessava terra e mar, de mãos juntas, além, nesses dias negros, um pêso no coração mais cansado, e cessarem os flúidos e esvasiar-se o espaço ! Os velhos móveis queridos velavam os ornatos de sua superfície, os divãs claros que ela evocava — como testemunhas — mudavam suas dobras sedosas e permaneciam amuados em seus cantos ; e,

ao cair da tarde, entre a sombra e o horror vesperaes, os ventos nada mais eram senão prantos e estertôres.

III

E enquanto ella vivia assim, arrastando o coração, da tristeza para a agonia, e da agonia para a dor, elle, súbitamente exaltado pela vida liberta, temperava sua energia em banhos de fogo; frágil caniço agitado por um vento de Leste, a fortuna ondulava conforme sua vontade; o ouro formidável e louco illuminava sua cabeça com os clarões irradiantes de rubra tempestade; as raivas dos conflitos, os gritos dos perigos, assim que elle falava, recolhiam-se abatidos em seu covil; elle era senhor e rei de uma força autónoma, imposta aos homens com lucidez e fascinação. E era tão grande sua fé em seu poder absoluto, que se julgava ser o gesto e a mão do destino. Seus pesquisadores de ouro, de prata, de estanho, de chumbo, de cobre, em ilhas e regiões geladas, por toda parte onde sua aguda picareta penetrava na rocha, obedeciam, sem o saber, de terra em terra, a seu infatigável e tenaz pensamento, e excitavam-se em sua alma cheia de dramas. Seus pesados barcos estalando ao péso das cargas, e com o seu esplendor desenhando brasões nos horizontes, arfavam muito mais nelle que nas ondas loucas. Às vêzes proferia palavras bruscas e seus olhos olhavam o que fixavam, sem ver; mas quando trabalhava, à luz da lâmpada, à noite, entusiasmado com os seus cálculos, febril por suas conquistas, e quando o mundo inteiro lhe martelava na cabeça com as suas docas, com os seus portos, com os seus mares, era o ritmo imenso e claro do universo que elle sentia exaltar-se até às profundezas do seu ser. Oh! os polos, o equador e as estrélas, como gelavam, queimavam e illuminavam-se nelle e como em seu cérebro cantava o infinito!

IV

Horas de paz, passado recente, encantos daquela, ah! que elle esperava sempre com a sua alma e o seu amor, na outra extremidade dos mares e da terra, elle esqueceu brutalmente vossos doces anseios. Engrandecido, seu coração transformara-se de tal forma

que elle já não ansiava senão pelas fôrças profundas que fazem de um coração humano o próprio coração do mundo e lhe dão por larga e formidável lei não se sabe que ligeiro e maravilhoso espanto. Horas de paz, dias há pouco passados, ardor, esquecimento, imagem de ouro cujo ouro foi empalidecendo dia a dia; oh! como foram trágicas e soluçantes essa hora e essa noite de inverno, quando o claro cristal do espelho, onde seus olhares se abrasavam num clarão, de repente quebrou-se nos dedos da amante!

Seu coração não lhe foi mais que um doloroso túmulo; somente a lembrança nêle brilhava como uma luz. Ao lado das flôres amadas, que ao cair da noite feneciam, ella sentia escoarem-se lentamente seus dias tristes. Aquêles que voltavam dos Oceanos longínquos, diante della calavam-se por saberem seu destino. Nada mais lhe servia de ajuda nem de viático. Nenhuma onda glorificava mais o ar magnético quando seu corpo erecto se voltava para o mar. Seus olhos tornaram-se belos por terem sofrido muito tempo e sua alma, cujo ardor silenciava, começou a florescer novamente na sombra, e o silêncio foi tão grande que ella recebeu a morte mui docemente, sem queixas vãs, numa noite de inverno, com um sorriso, e a última palavra dirigida a seu amante foi simplesmente a palavra que perdoa e admira.

E agora, além, na região das charneças, o quiosque estranho e em ruínas, onde seu amor nasceu, continua de pé e lhes sobrevive, abandonado; é além, no país das charneças, onde os barcos gigantescos espelham no ouro e na lama a sua proa; é muito além, na região das charneças e dos rios penetrando o coração da Holanda,

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO SERGIPANO

NUNES MENDONÇA

I — Características psicológicas. — II — Usos, costumes e crenças. — III — Quadro étnico e relações inter-raciais. — IV — Tipos de habitação. — V — Atividades econômicas. — VI — Condições de Vida.

I

Não é fácil distinguir, na complexidade de um caráter coletivo, os traços gerais que diferenciam a substância moral e o comportamento de um povo. Atingir a precisão, neste campo em que prevalecem o "fact-finding" e a tendência às generalizações apresadas, é difícilimo. "Há sempre, escreveu Alceu Amoroso Lima, uma grande dose de arbítrio e de modo de ver individual nessas sínteses de psicologia coletiva." É legítimo, portanto, o ceticismo com que são encarados quadros de tipologia social, ensaios sobre a "personalidade básica" (R. Linton e A. Kardiner) ou "modal" (Cora du Bois) de um povo, através da investigação de suas reações sociais e de cultura, de suas disposições fenotípicas, responsáveis pelo sistema de valores-atitudes predominante.

Enquadram-se as manifestações psicológicas do sergipano, em linhas gerais, nos traços comuns que singularizam o brasileiro do Norte. E não se afastam dos aspectos que, em toda parte, estremam os filhos do litoral e os do interior, e as populações urbanas e as rurais, sujeitos a influências diversas, que condicionam de modo diferente os núcleos secundários da personalidade.

O sergipano, litorâneo e da margem do Baixo São Francisco, não foge à caracterização do homem do litoral: é expansivo, loquaz, amante do novo, adepto da moda, propenso à mudança. Também o sertanejo de Sergipe mantém-se fiel ao tipo clássico do

homem do interior: taciturno, desconfiado, cismativo, místico, pachorrento, fanaticamente apegado à terra, arraigado à tradição, eminentemente conservador, hospitaleiro, mas retraído.

É válida para o sertanejo sergipano a descrição que o escritor inglês, Gunninghame Graham (citado por A. Carneiro Leão, in "Panorama Sociológico do Brasil"), fez da energia, da resistência, da inteligência e do amor próprio do nordestino brasileiro. O sergipano do interior é, também ele, "enfaticamente o que o francês chama "un mâle" — um macho".

No Litoral e no Baixo São Francisco, apresenta o sergipano atitudes sociais do tipo ciclóide; no sertão, do tipo esquizóide, na classificação de Kretschmer.

Levando em conta a classificação de Ruth Benedict ("Patterns of Culture", N. York, 1935), diríamos que o sergipano da praia e o ribeirinho (do Baixo São Francisco) se aproximam mais do tipo "dionisiaco", enquanto o do interior é mais "apolíneo".

Impetuoso, vibrátil, irreverente, indisciplinado, trabalhador mais imprevidente, exaltado nas suas opiniões, nas suas preferências, no seu partidarismo, nas suas afeições (jamais permanece no "juste-milieu"), estrênuo e obstinado na sua luta perene contra condições e fatores adversos, o sergipano é, sobretudo, um povo individualista. . . , *subjetivamente: "no forte".*

O espírito individualista explica a contradição entre o sentimento de sergipanidade, fortemente inviscerado no sergipano de todas as camadas, e a falta de espírito público das classes dirigentes.

Todo o trabalho econômico que movimenta a vida sergipense tem sido feito na base do esforço individual. O sergipano viveu sempre desajudado e insulado. Luta sozinho: desassistido e sem hábitos de cooperação. É tímido, cresce arrimado no próprio esforço, sem sacar, para progredir, ao crédito incerto de rendimentos futuros.

Se, como já foi observado, em hábitos de vida e costumes, expressões lingüísticas e prosódia, o sergipano assemelha-se ao baiano, em ânimo, podemos assegurar, equipara-se ao cearense. Ambos — sergipanos e cearenses — premidos por efeitos idênticos, embora oriundos de causas mais ou menos dispares, reagem com a mesma obstinação, enfrentando desamparados, mas corajosa-

mente, as vicissitudes da natureza. O sergipano, porém, ao contrário do cearense, possui acentuado sentimento de inferioridade, que não o leva à soberba ("êrro por excesso no sentimento de nível, enfermidade da função estimativa", segundo a definição de Ortega y Gasset): fá-lo derivar para campos de atividades compensatórias, e torna-o vaidoso, por estratagema de defesa, nas suas atitudes de valorização artificial. Trata-se, no entanto, de uma vaidade de aspecto positivo, revestida de espírito de emulação.

Trabalhador e pertinaz, é incomensurável a capacidade de luta e de relutância do sergipano. Desassistido, e mediante técnicas e instrumentos de trabalho primitivos, consigna êle o milagre do esforço e da obstinação, transformando em menses terrenos pobres, semi-áridos e castigados pela estiagem. Todavia, é um resignado, quando se vê em face de situações que a sua tenacidade não pode modificar.

Povo comedido, procura inverter o pouco economizado em pequenas indústrias de artigos de consumo, principalmente no ramo de produtos alimentares.

Faltam-lhe recursos e espírito associativo para maiores empresas; e não é afoito, dado a temeridades. Acredita mais no pouco certo do que no muito incerto. Não se arrisca, portanto, à incerteza das aventuras.

Não herdou o espírito arrojado do pioneiro lusitano que conquistou Sergipe no primeiro período de sua colonização: absorveu, possivelmente, a índole de outro tipo de colonizador português — moderado e sedentário — que veio em seguida, ou o feíto de elementos outros, que aqui aportaram.

A ocupação holandesa não lhe deixou traços na formação: "foi uma hegemonia sem posteridade", como escreveu Felisbelo Freire. No seu temporário domínio, o incursor neerlandês realizou, na Capitania, sòmente obra de devastação da riqueza acumulada em alguns decênios de colonização.

Prático por excelência, não se joga o sergipano à batalha das idéias: deixa a liça aos apaixonados de filosofias e regimens. As suas manifestações de ordem ideativa são, quase sempre, frutos da vida afetiva, e não produtos de atitudes mentais. Em política, por

exemplo, gravita em tórno de pessoas e de emoções, jamais de idéias ou de objetivos definidos.

As escolas revelam-lhe a tendência para o cálculo. Mesmo o homem do povo costuma sempre apoiar a ação nos cálculos, a fim de não ver malogrado o seu esforço, gorados os seus planos.

Falta ao sergipano, entretanto, emancipação mental e espírito de perquirição e crítica. A colonização portuguesa, além de outros defeituosos antecedentes históricos, disseminou, na terra de Surubi, Aperipê e Baibebe, o misticismo, a superstição e os hábitos de submissão irracional, prejudiciais ao desenvolvimento de atitudes de livre exame.

Apesar disso, o sergipano é perspicaz : denuncia a intuição, a viveza d'alma, a argúcia no olhar esperto e penetrante.

Possui êle vigorosa imaginação, mas encara a vida com lógica e bom senso. As emoções sobrepõe os interesses. Raramente perde a calma. Quando se zanga, porém, torna-se violento e pode chegar aos extremos. Mas esquece rancores e perdoa sem dificuldade, principalmente se antevê lucros.

A mulher sergipana é devotada ao lar e ao trabalho. Leal e econômica, procura cooperar na manutenção da família, auxiliando o espôso em ocupações agrícolas ou comerciais, dedicando-se a atividades rendosas próprias, mormente a artesanatos, ou através de poupanças : manufaturando ela mesma a sua vestimenta e a dos filhos, etc.

Nos resultados de pesquisas sôbre padrão de vida de grupos sociais importantes da população brasileira, efetuado pela extinta Comissão Nacional de Bem-Estar Social pelo método de amostragem, Aracaju sobressai, no Norte e no Nordeste, quanto à proporção de residências que dispõem de máquinas de costura.

O ideal da mulher sergipana é trabalhar e poupar para conquistar certa independência econômica : por isso, aos objetos de luxo prefere os instrumentos de trabalho.

I I

Desdobra-se o Estado em diversas paisagens físicas, econômicas e sociais. (*) E apresenta várias camadas de estratificação cultural, como ocorre, de um modo geral, no Brasil. Encontramos em Sergipe áreas arcaicas, nas quais predominam os traços da "cultura de folk", e áreas modernas, nas quais preponderam os traços da "civilização". Nas próprias áreas modernas, notam-se camadas com características dos povos "pré-letrados".

São inúmeros (alguns prejudiciais), em todo o Estado, os traços e complexos de cultura que não se adaptam à realidade ecológica e não correspondem a necessidades regionais, econômicas e sociais, no atual estágio cultural: no Litoral e na Zona Canavieira, resíduos das duas estruturas, urbana e rural, em que se bipartiu a sociedade colonial; no interior, nas áreas do criatório, sobrevivências de padrões culturais ditados pelo tipo de organização econômica e social que ali se desenvolveu após a conquista e o povoamento da zona, com as entradas (ciclo das minas) e a fixação dos criadores de gado, dos sesmeiros e rendeiros (ciclo pastoril).

Como é natural, verifica-se no processo de mudança cultural ("cultural change"), ora em curso no Estado, desigual nas diversas áreas, "hiatos culturais", como a "décallage" entre o progresso tecnológico e a educação. Trata-se do descompasso no desenvolvimento dos vários segmentos de cultura, a que Ogburne denomina "demora cultural" ("culture lag").

Os usos ("folkways") do sergipano são simples e sóbrios: semelhantes aos que se observam no Norte e no Nordeste do Brasil. Alguns ainda anti ecológicos: trajes, tipos de habitação, hábi-

(*) O quadro das áreas ecológicas e de cultura do Estado, ao lado das zonas geográficas, está por elaborar. As divisões em zonas, que têm sido propostas, não possuem base científica e não correspondem à realidade, mesmo sob os aspectos visados nas tentativas de delimitação e caracterização. O levantamento das áreas geográficas, ecológicas e culturais do Estado, confiado a uma equipe de especialistas (geógrafos, agrônomos, antropologistas, economistas e sociólogos), é empresa de necessidade vital para a formulação de programas racionais e eficientes de política econômica, social e educacional, bem assim para a interpretação sociológica do Estado.

tos alimentares, etc. Outros, puros, líricos, generosos, altivos e impetuosos, como muitos daqueles que integram o folclore sertanejo.

As atividades econômicas e a vida social são condicionadas pela rotina, máxime no campo, onde impera o prestígio da tradição.

Os solos, desgastados e esgotados, são granjeados por técnicas obsoletas. Dominam a "hoe-culture" e os processos primitivos de exploração da terra ("sistema de roças"). É usual o sistema de meação do trabalho, processo de relações econômicas da produção que favorece o proprietário da terra e junte à miséria o meeiro-plantador.

Senhoreia em Sergipe o tradicionalismo. Persistem, ligeiramente modificados ou menos rígidos, os costumes ("mores") tradicionais.

Além da Capital, apenas duas outras cidades, Propriá e Estância, apresentam, no quadro geral do Estado, elevados índices de urbanização e industrialização, e começam a substituir as expressões tradicionais de vida com os estilos modernos.

É marcante, como já salientamos, o espírito individualista do sergipano. Não constam de seu sistema de hábitos as práticas de solidariedade voluntária, no esforço em demanda de interesses comuns. Não se incorporaram às suas tradições as formas espontâneas de cooperação e as associações de interesse coletivo. Vive ele isolado, no grupo familiar ou em pequenos núcleos, numa experiência de vida pouco eficaz, sem os proveitos e as alegrias da cooperação vicinal e da solidariedade organizada. Não conhece, senão através de formas aleatórias, as vantagens da união, da ação conjugada, da ajuda recíproca. Não obstante, possui imensa capacidade de simpatia humana: sabe compartilhar a dor do próximo, participar do sofrimento alheio, demonstrando, nos seus instantes de solidariedade sentimental, o que há de bom, de generoso e de belo na sua índole.

O mutirão, que recebe geralmente o nome de "adjunto" no Nordeste, e é conhecido no País sob tantas designações, somente em algumas partes do Estado é observado, assim mesmo de modo fortuito. Essa prática, que consiste, segundo Maunier (apud Gilberto Freyre, "Sociologia"), em "une assistance obligatoire et réciproque entre voisins pour que soient exécutés certains

travaux", dá-se em Sergipe somente entre pequenos lavradores, quando a cultura exige brevidade na colheita. O "batalhão" ou "adjutório", como é denominado no Estado êsse uso que Plínio Ayrosa (v. "Têrmos tupis no português do Brasil") nomeia como "forma sedutora de cooperação", é também apelidado no "hinterland" sergipense para o taipamento de casas.

Sugestionado pelo "adjutório", no barreamento de uma casa, compôs o professor Antônio Carlos de Vasconcelos Lima interessante baião, cuja letra é a seguinte :

barrêro sêco

barrêro, barrêro sêco,
ô-ô-ô !
barrêro, barrêro sêco,
âgua !

Vem cá,
vem ligêro,
vem, minha,
traís ligêro essa âgua
pru barrêro num secá.

lá tapada mela casa,
vamo imbora terminá...
cava o barro, quelemente,
zé vicenti, meu cumpade,
mola a quela dessa gente,
vá no pote da branquinha,
leve a cua, traga rente
da batida da juaninha.

Ô cumpade, irrole as cruça !
Ô cumade, incurte a sáia !
Ô cava, ô môia, ô piza êsse barro !
ô de lá, ô de cá !
Sentido no barrêro,
prá tapage num pará.

Nas famílias da antiga aristocracia rural prevaleceu uma semi-endogamia, inspirada em interêsses econômicos. Ainda hoje é comum o casamento interfamiliar, responsável pela conservação

dos grupos económicos familiares que retêm a liderança política no Estado e guardam, até agora, certa fidelidade ao tipo patriarcal de família.

O poder político é controlado no Estado por grupos parentais, remanescentes do sistema patriarcal, e exercido por processos que conduzem à estabilização dos privilégios da burguesia latifúndio-mercantilista, à estagnação, ao parasitismo do Estado e ao agravamento dos problemas sociais.

A liderança política tem como principal fonte o clientelismo, de que resulta o Estado Cartorial — um dos “pontos de estrangulamento”, como escreveu Hélio Jaguaribe (in “Condições Institucionais do Desenvolvimento”, ISEB), do desenvolvimento político.

Ao patriarcalismo colonial, no plano político, sucedeu o “coronelismo”, esteado nos compromissos entre as forças económicas decadentes e o poder público. Atuante ainda, o “coronelismo” é responsável, em virtude de sua função eleitoral, por uma política oposta à linha do desenvolvimento: de barganhas com as correntes retrógradas e decaídas da economia sergipense; contrária à dinamização do processo económico.

Quanto à religião em Sergipe, as investigações censitárias alegam da supremacia absoluta do catolicismo, que se manifesta, nas camadas incultas, mesclado de superstições e práticas aimo-índo-espíritas.

Nas áreas suburbanas da Capital e de algumas cidades do interior, os batuques, os cânticos e as danças, nos “terreiros” (“nagôs” e “caboclos”), traduzem o culto aos orixás africanos, aos fetiches incolas e aos santos católicos, num notável sincretismo religioso.

Os “pais-de-santo” e os “mediuns”, estes no baixo espiritismo, são verdadeiros tipos de xamã.

O sentimento religioso do sergipano concentra-se mais nas práticas, nos ritos e nas festas. A religião católica assume a mesma feição acolhedora dos tempos coloniais: “doméstica, lírica, festiva, de santos compadres, de santas comadres dos homens, de Nossa Senhora madrinha dos meninos”.

Nos últimos anos, as atividades da Igreja Católica transbordaram dos templos, extravasaram-se pela sociedade tóda, infil-

traram-se em todos os grupos sociais. O clero procurou adaptar-se ao atual sistema de vida. Voltou-se para a ação social, a educação, o jornalismo e a rádiodifusão. Procurou o proletariado. E está enfrentando os problemas religiosos e sociais dentro no espírito e nos preceitos das encíclicas de Leão XIII, Pio XI e Pio XII.

I I I

Apresenta a população de Sergipe imensa multiplicidade de híbridos. Como diria Silvio Romero, repetindo Quatrefages, "mais diversidades de tipos do que as variedades de gatos que habitam nossos telhados".

Variada e extensa miscigenação se operou no Estado, como ocorreu em outros pontos do País: verdadeiro "melting pot"; um dos maiores campos de assimilação étnica e social que já existiram, como disse Mendes Correia.

É tipo característico da população leucoderma de Sergipe o homem mediterrâneo, o indivíduo trigueiro, de cabelos e olhos escuros, braquicéfalo, de baixa estatura.

Participe na área sacarífera do Nordeste brasileiro, revela Sergipe, na composição étnica de seus naturais, elevada contribuição do estoque africano. Ao contrário, percebe-se pequena a contribuição do índio. Só em pontos dispersos do território estadual, no Oeste principalmente, e sempre de mistura com sangue afronegro, notam-se vestígios de sangue ameríndio.

A herança social do sergipano mostra numerosos traços de culturas africanas. Na esfera ergológica e na tecnológica, assim nas esferas imateriais da cultura, conservam-se traços e complexos do homo afer: do ramo sudanês e da bântu. Na língua, na prosódia, nos cantos e nos contos populares, na religião e na culinária está presente a influência do elemento afronegro.

Não existe preconceito racial em Sergipe. Mas a côr classifica ou desclassifica. Se não leva à segregação, produz diferenciações hierarquizantes, exerce efeitos estratificantes.

Como observa Jacques Lambert, em seu livro: "Os dois brasís", há "uma hierarquia de côres" no Brasil, e os mestiços

mais próximos do negro encontram obstáculos, embora não insuperáveis, para a ascensão social.

A elevação do "status" econômico atenua muito a discriminação por motivo de côr, mas não elimina totalmente os seus efeitos.

A negação do sentimento de côr no Brasil, afirma L. C. Costa Pinto (v. "O Negro no Rio de Janeiro"), é um estereótipo.

Os contactos raciais são realizados em bases de tolerância e as inter-relações revestem-se, quase sempre, de paternalismo por parte dos brancos. As uniões entre indivíduos de côr muito diversa são freqüentes apenas nas classes inferiores.

O sentimento de inferioridade racial leva grande parte de negros ao conflito "aberto" (Alpport). É comum entre pessoas escuras o comportamento compensatório e as atitudes paranóides. São facilmente observáveis, principalmente naqueles que conseguem vencer as barreiras, conquistando nível social elevado, as tendências ao ressentimento, ao excesso de amor próprio, à empáfia, ao despeito, ao menosprezo, à ironia e à sátira.

O aprofundamento das etnias sergipanas e a divisão do Estado em zonas, por critérios antropológicos e sociológicos, bem assim a realização de extensas pesquisas em cada uma das zonas, abrangendo tôdas as camadas sociais e todos os aspectos geo-econômicos e antropossociais, são indispensáveis à compreensão de Sergipe e à interpretação de suas realidades histórico-culturais.

I V

Os tipos de habitação do sergipano são, geralmente, incondizentes com o clima e a higiene.

Nas áreas urbanas (inclusive na Capital, onde o panorama arquitetônico está sofrendo sensíveis modificações) preponderam as casas de duas águas — "unidas umas às outras como meninos em banco de escola pobre" — construídas com tijolo ou adôbre, piso de tijolo, com janelas e porta para a frente e para o fundo, comprido corredor comunicando os compartimentos, quartos sem janelas e sem aeração, salas de visitas e de jantar, cozinha, e privada separada do corpo da casa.

Nos arrabaldes e no quadro rural do Litoral, e em algumas áreas da Zona Canavieira, é típico o mocambo de taipa, estilo bântu; a casa de chão batido, coberta de palha de coqueiro, geralmente em forma de cangalha, com janela e porta de frente, sem instalações sanitárias e desamparada das condições mínimas de habitabilidade.

Nos subúrbios e no quadro rural das outras zonas predomina o mesmo tipo de casa, com a cobertura de telha.

No quadro rural da Cotinguiba, a casa-grande, de estilo colonial português, com grossas paredes e largas varandas, donde se avista a senzala, e, nas cidades, os sobrados e as casas assobradadas, também de arquitetura portuguesa, são, como escreveu Gilberto Freyre, "a expressão arquitetônica do patriarcalismo escravocrata".

V

A agricultura, como fonte de produtos alimentares e de matérias-primas, é o estêio da economia sergipana, que demora no estágio agropastoril.

A maioria da população (68,20%, segundo os resultados do Censo de 1950) reside no campo. Da população economicamente ativa do Estado, 69,09% exerciam atividades no setor primário e apenas 10,75%, no setor secundário. Os restantes (20,16%) trabalhavam nos ramos do setor terciário.

A pesca, as culturas do côco da praia, da cana-de-açúcar (no Vale do Japarutuba) e do arroz (na margem do São Francisco), a criação de gado leiteiro e de corte, e a indústria extrativa do sal formam as principais atividades econômicas no Litoral.

A pesca é procedida em pequenas canoas, por processos rudimentares. Não há pesca organizada.

Os pequenos lavradores do Litoral estão sendo despojados de suas terras com a formação de latifúndios, destinados à cultura do côco.

Nas áreas úmidas, na chamada Zona da Cotinguiba, predomina a agro-indústria do açúcar. A lavoura canavieira, apesar de decadente, e a tradicional indústria do açúcar, em crise, concentrada

nos Municípios de Laranjeiras, Capela e Riachuelo, assinalam as áreas da Cotinguiba. Na entressafra da cana-de-açúcar, quando as usinas param, a maioria dos trabalhadores passam a executar serviços na lavoura.

As áreas do Baixo São Francisco são caracterizadas economicamente, no setor primário, pela pesca, pela orizicultura e pela pecuária.

A policultura e a recria e engorda de bovinos, no Oeste; o criatório do gado pé-duro e o cultivo do algodão e do arroz, no Sertão do São Francisco, são atividades básicas da Zona Sêca.

A indústria de tecidos, que é a mais importante de Sergipe, recruta mão-de-obra em 7 municípios do Estado: Aracaju, Estância, Maroim, São Cristóvão (Litoral), Propriá, Neópolis (Baixo São Francisco) e Riachuelo (Cotinguiba).

Ao lado das ocupações agrícolas, grupos familiares rurais dedicam-se, como trabalho complementar, a pequeninas indústrias de caráter doméstico e rural, de que é exemplo típico a "casa de farinha".

Quanto às atividades de artesanato, encontram-se no Estado os seguintes grupos : cerâmica, material de construção, artigos de vestuário, doces, artefatos de couros e peles, artefatos de palha, rendas de algodão, além de outros de menor tradição e de menos relêvo.

VI

É baixo o nível de vida do sergipano. Domina no Estado o nível de pobreza.

Nos centros industriais, entre a população operária, as despesas com alimentação representam mais de 50% da renda familiar, conforme tem sido apurado em inquéritos sobre padrão de vida, inclusive o realizado em 1952 pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social.

Na orla marítima e na beira do São Francisco, é vil o padrão de vida dos pequenos lavradores e dos pescadores, vítimas, quase todos, do etilismo.

Nas áreas canavieiras das bacias do rio Arauá e do Sergipe, constituídas das terras mais férteis do Estado, cobertas de maspês, assim nas áreas pastoris das bacias do rio Piauí e do Arauá, campeia a miséria. A estrutura da propriedade rural, a concentração fundiária deu origem ali ao tipo de organização semifeudal, nutrida no trabalho escravo, de que a casa-grande e a senzala são o símbolo. Somente os donos de terras, os grupos familiares, as oligarquias rurais têm direito a um lugar ao sol...

Nas áreas do Oeste e do norte do rio Real, em algumas áreas do rio Arauá e na bacia do Vaza-Barris predomina o minifúndio. Nessas áreas, nas quais o sergipano se dedica à policultura, ao cultivo de cereais e de mandioca, e à criação de gado miúdo, há menos penúria. Mas, a irregularidade da precipitação pluvial, responsável por uma economia descontínua e instável, as terras de baixos índices de fertilidade, a falta de crédito, de orientação técnico-agronômica e de assistência ao lavrador, de defesa vegetal satisfatória, de proteção à saúde e de educação conveniente, e a ausência de hábitos de previsão tornam menores, pôsto que mais admiráveis, as vitórias do esforço e da tenacidade do sergipano.

Na área de Itabaiana, por exemplo, de produção diversificada, onde o solo, quase isento de matéria orgânica, é muito pobre, regista-se o prodígio do esforço. O homem, vencendo a natureza do terreno e levando vantagem ao atraso, plantou ali um celeiro que abastece de produtos hortigranjeiros a Capital do Estado e outros mercados.

Lagarto, outro Município forrado de terra sem humus, impõe-se também pelo finca-pé do homem. Caminhões carregados de rolos de fumo, o principal produto do Município, cortam as estradas de norte a sul. E tropas de burros varam os sertões baianos, até Curaçá.

Ambos os Municípios particularizam-se por pequenas propriedades, que resistiram surpreendentemente ao impacto de uma economia cíclica, resultante da irregularidade do regime das chuvas. Formou-se naquelas áreas uma espécie de socialismo agrário. A terra é da maioria: quase todos têm um pedaço de terreno e relativa independência econômica.

No Sertão do São Francisco, área pobre, de fraca densidade demográfica, desamparada de tudo, área que tanto concorre para

a economia do Estado com o criatório e a produção de cereais e de algodão, as sêcas periódicas castigam, levando homens válidos, ativos e laboriosos à indigência e ao êxodo.

Situado na área da fome endêmica, segundo a classificação do professor Josué de Castro, o Estado abriga uma população que padece de inferioridades e desequilíbrios fisiológicos e psicológicos por fome crônica.

A falta de resistência às moléstias infecciosas, a baixa média de vida e o alto coeficiente de mortalidade infantil no Estado têm na subnutrição uma de suas causas principais.

Os déficits alimentares, os padrões dietéticos deficientes manifestam-se em hipotrofias e em variegados quadros clínicos de doenças de carência, de grande incidência em Sergipe.

A dieta da maioria da população é paupérrima em proteínas, vitaminas e sais minerais. Cuscuz de milho, feijão, farinha de mandioca e pequenas porções de charque ou de carne-de-sol (carne de boi conservada com sal e desidratada ao vento e ao sol), constituem a ração usual do homem do povo. É ínfimo o consumo de leite e seus derivados, de ovos, frutas e verduras.

Nas próprias classes abastadas, ignorância e abstenções fazem-se responsáveis por um regime alimentar que, além de ecológicamente inadequado, não satisfaz cabalmente as exigências da nutrição humana.

Várias causas, de ordem econômica e social, concorrem para o estado de subnutrição do sergipano. Entre estas, nomeamos: o baixo poder aquisitivo da maioria da população, a pouquidão de produção alimentar, o desconhecimento dos fundamentos da dietética, os maus hábitos e os preconceitos.

Por falta de saneamento e por ignorância dos princípios elementares de higiene, grassam no interior as doenças transmissíveis, comuns no Nordeste, especialmente a amebíase, a esquistosomose de Manson, a ancilostomíase e a malária. Na Zona Canavieira, encontram-se os principais focos endêmicos da esquistosomose.

É minguada ainda a assistência médico-sanitária e médico-social em Sergipe. A ausência de medicina é problema fundamental que tem de ser enfrentado na elaboração de um programa de promoção humana para o sergipano do "hinterland".

Apenas a população da Capital dispõe de razoável assistência médico-sanitária e médico-social, embora grande parte, por ignorância ou aversão, não lhe procure os benefícios, ou o faça tardiamente. As populações do interior carecem de higiene e de terapêutica.

O Serviço Cooperativo de Saúde, órgão de cooperação entre o SESP e o Governo do Estado, vem realizando, nos últimos anos, esforço digno de ser sublinhado. Em 1959, conforme dados colhidos no Relatório desse Serviço, 43% da população de 18 dos municípios sergipanos obtiveram apreciável proteção médico-sanitária.

Infelizmente, como foi ressaltado no mencionado Relatório, "em oposição tremenda ao trabalho de saúde pública", além da ignorância, "figura também o baixíssimo nível econômico dominante, fazendo que as melhoras programadas se constituam em tarefas acima das disponibilidades da região".

O pauperismo é, realmente, poderosa barreira ao saneamento de base e à higiene. E o subdesenvolvimento do Estado não permite a execução de programas adequados de engenharia sanitária e de educação popular.

Vivem as massas rurais ao desamparo, em "situação de miséria orgânica", como diria Rui Coutinho, e de miséria social. Representam enormes possibilidades humanas, minadas pela subnutrição, pelas endemias e pelo álcool; imensa virtualidade, imensurável fonte de energia, de resistência e de heroísmo, sacrificada, inutilizada, perdida por falta de assistência.

No painel rural, de desenhos melancólicos e de colorido patético, o trabalhador sergipano é expressão da miséria. Ele não vive propriamente: mangra. A alimentação é deficientíssima: serve apenas para entreter o estômago e evitar a morte por inanição. A habitação, servindo-nos da impressionante imagem de Monteiro Lobato, "faz rir aos bichos de toca". O vestuário consiste em calças e camisa de pano grosseiro, alpergatas rústicas e chapéu de couro, ou de palha entrançada. A medicina são as meisinhas e as medicações simpáticas. E o "mobiliário cerebral", recorrendo novamente a Lobato, "vale o do casebre em que habita". As horas de ócio são preenchidas com as cismas, o fumo, a bebida e a cópula.

A civilização não alcançou ainda o meio rural. Chega até ali, como escreveu A. Carneiro Leão, de referência ao interior nordestino, "apenas nas suas manifestações exteriores : na exigência do fisco, na imposição da polícia, na apresentação de modelos, cuja cópia, ao invés de elevar, deturpa uma cultura original, máscula, promissora, sem lhe oferecer derivativos ou substitutivos conscientes e úteis".

A inexistência dos favores da civilização, o regime de trabalho e de vida, as técnicas obsoletas, as formas primitivas de relações econômicas da produção, o esforço penoso e mal recompensado, a insciência, as credices, a subnutrição, as endemias, a carência de proteção médica : sanitária, clínica e hospitalar, e a falta de conforto são realidades comoventes, que desvalorizam e deprimem o interior sergipense, rebaixando as suas populações ao nível dos povos "pré-letrados".

Um dos aspectos mais tocantes do nível de pobreza do sergipano é, sem dúvida, o trabalho prematuro do menor, responsável pelo ínfimo aproveitamento escolar e pela deserção da escola, especialmente no meio rural.

A ocupação precoce do menor, vinculada à miséria econômica dos pais, se concorre para desenvolver hábitos de poupança e atitudes de interesse econômico, acarreta sérios prejuízos de ordem individual e social.

A divisão sexual do trabalho infantil em Sergipe é similar à especialização de funções, segundo os sexos, entre adultos. Os meninos realizam tarefas típicas do homem, e as meninas, via de regra, dedicam-se aos trabalhos peculiares da mulher. Muitas vezes, porém, como acontece entre adultos, meninas invadem o campo masculino, executando serviços pesados.

Fato singular e triste observou o Autor em municípios rizicultores da margem sanfranciscana, onde as crianças são arrancadas às escolas, nas épocas da sementeira, do cacheamento e da colheita do arroz, a fim de livrarem as plantações dos passarinhos, que ameaçam devorá-las. Vão nas ipueiras, nas lagoas e nos baixios alagados, escolares a gritar e açoitar a funda : eram os "tangedores". Iniciam o trabalho quando o sol, despontando, clareia a terra ; e extenuados recolhem-se a casa ao entardecer, quando sobrem a penumbra da noite.

**CORRESPONDÊNCIA OFFICIAL DO GOVÊRNO DA
PROVÍNCIA DE SERGIPE COM O GOVÊRNO
IMPERIAL ***

— Agosto a outubro de 1824 —

— AGOSTO —

Para Sua Magestade o Imperador
informando sobre o Logar de Juiz de
Fora.

SENHOR — Tendo officiado a Camara d'esta Capital transmittindo-lhe pr. Cópia a Provizão de 3 de Junho do anno Corrente pela qual Vossa Magestade Imperial me Mandou informar sobre a Creação do Logar de Juiz de Fora da Cidade de São Christovão, ouvindo a Camara e moradores da mesma Cidade em Cumprimento a mesma Provizão sou a informar com a resposta da mesma Camara e Cidadãos que he sumame, conveniente uma tal criação, sem aqual continuarão os habitantes deste Destricto, bem como a Fazenda publica a soírer a má administração de Justiça e pessima Fiscalização dos Juizes Ordinarios.

He o q. posso informar a Vossa Magestade Imperial ajuntando igualmente a Certidão incluza pela qual se verifica, que a Camara do anno transacto era do mesmo Parecêr e decerto so lhe serião em contrario os maiores inimigos da ordem e prosperidade

(*) Continuação dos ns. 22 e 23. Copiada do livro nº 1.081 existente no Arquivo Público do Estado. Conservou-se a ortografia da época.

publica. Palacio do Governo de Sergipe de Agosto 3 de 1824, 3^o
da Independencia e do Imperio — Manoel Fernandes da Silvr^a.

Para o Ministro e Secretario d'Es-
tado dos Negocios da Justiça Clemente
Ferreira França sobre o Requerimt.^o
de Angelica Vanerio.

Illm.^o e Exm.^o Senr — Tenho presente a Portaria de dous
do mêz passado pela qual Sua Magestade o Imperadôr, trans-
mittindose me o Requerimento de Angelica Vanerio pr. essa Se-
cretaria d'Estado dos Negocios da Justiça, me ordena faça logo
remetter o marido da Suppe. Euzebio Vanerio e mais pessôas,
que com elle se achão prêzos a Relação do Districto, accompa-
nhados de suas respectivas culpas e processo aque se deveria têr
procedido na Conformidade das Leys. Epor quanto anteceden-
teme, se tenha tudo verificado assim como Sua Magestade Im-
perial me ordena; Cumpre-me implorar a V. Ex.^a se digne de
lançar um golpe de vista sobre o Traslado da mesma Devassa que
tenho remettido pela Repartição dos Negocios da Guerra, a fim
de q. fique ao seu conhecimento, e pr. consequente em contem-
plação a Sua Magestade o Imperador a injustiça com que a mes-
ma supplicante me irroga os apithetos de Prepotento, Tyrano,
inconstitucional, e tudo o mais que lhe parecéo. Ella e seu ma-
rido, havião-se igualme. anticipado pela Imprensa da Bahia com
iguaes imprecações contra o Presidente de Sergipe. Isto me in-
duzió a mandar passar em publica forma essa petição, que pr.
Documt.^o transmitto a V. Ex.^a; a qual inda q. apartada da ver-
dade em muitas partes, toda via contra diz os mesmos factos,
que poderião Characterizar os preendidos dos epithetos. He em
verdade penoza a Situação d'um Empregado nesta Epoca de con-
vulsões maiorme. se sevê obrigado a reduzir a bôa ordem pes-
sôas da qualidade do marido da Suppe. e seos socios: com tudo
releva não affastar da Ley, e sacrificar qual quer comodo para sal-
var uma Provincia como esta em cujo seguridade me posso rego-
zizar.

Deos Ge. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Sergipe de Agosto 3 de 1824, 3.^o da independencia e do Imperio — Illm.^o e Exm.^o Senr Clemente Ferreira França — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para Sua Magestade o Imperador informando o Requerimto. do Rdo. Serafim Alvares da Roxa Rx.^a.

SENHOR — o Suppe. Serafim Alvares da Roxa Roxa, Clerigo Secular, pelo 1.^o Documt.^o q. junto mostra ter feito Serviços a Igreja; e pelos de mais q. se seguem, mostra ter igualme. cooperado pa. Acclamação de Vossa Magestade Imperial nesta Província: Que sendo Acclamado pelo Povo Secretario da Junta Provisória q. precedeo ao actual Governo, servio este Emprego pela maneira q. os mesmos Attestados indicão. Tem servido outros lugares assim Ecclesiasticos, como Civis — Isto o q. consta dos Documtos. O q. posso asseverar a Vossa Magestade Imperial he que o Suppe. tem inteira adhezão a Causa do Brasil, e q. tem jurado a Constituição politica do Imperio, como da Certidão. q. junta. Se Vossa Magestade Imperial pr. Sua Alta Munificencia se dignar de Remunera-lo, parece q. condecorando-o na Ordem de Christo, ficará recompensado. Hé o que tenho a informar a Vossa Magestade Imperial, em observancia a Portaria de 2 de Junho do anno corrente. Pal.^o do Governo de Serge. de Agosto 14 de 1824, 3.^o da Independencia e do Imperio — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para Sua Magestade o Imperador informando o Requerimto.^o do Pe. José Francisco de Menezes Sobral.

SENHOR — O Suppe. José Francisco de Menêzes Sobral, Presbitero Cicular, mostra que sirvira de Vigario da Freguezia desta Cidade pelo haver abandonado fugitivamente o seu Parocho

actual: mostra igualmente pelos Documentos, q. junta ter sido eleito Membro do Govêrno, q. precedêo ao actual, e neste exercicio também mostra ter servido o Logar de Presidente da intirina Junta da Fazenda publica; e que outro sim por sua bôa opinião, fôra eleito Deputado a Assemblêa Geral Constituinte e Legislativa. Mostra mais ter concorrido com offertas de bôis, escravos e outros bens, a prol da mantensa e Serviço da Cauza Brazileira. E offerecendo os Serviços que por uma Escriptura, prova ter-lhe cedido seu Pai o Capmor. Simião Telles de Menêzes, do Documt.^o a este respeito se vê q. o seu maior fundamento consiste em ter-se prestado a Cauza do Brazil, contribuindo para a Creação da Caixa militar, e auxiliando com transportes aos Empregados no Serviço da Patria. O que posso asseverar a Vossa Magestade Imperial he que o Suppe. tem inteira adhezão a Cauza do Brazil, e tem jurado a Constituição politica do Imperio, como mostra pelo Documt.^o incluzo. Se Vossa Magestade Imperial se Dignar de Remunera-lo, parece que condecorando-o na Ordem de Christo o Recompensará. He o que posso informar a Vossa Magestade Imperial em observancia a Portaria de 2 de Junho do anno corrente.

Palácio do Governo de Serge. de Agosto 14 de 1824, 3.^o da Independ.^a e do Imperio — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para Sua Magestade o Imperador,
informando o Requerimento de Francisco Glz. da Cunha.

SENHOR — o Requerimento de Francisco Glz da Cunha não merece a Imperial Contemplaçãõ de Vossa Magestade Imperial apêzar das Informaçõens que o abonão, por isso q. todas parciaes inclusive a ultima do Cõmandante das Armas Manoel da Silva Daltro. Francisco Glz da Cunha servia em Ajudante no 1.^o Regimt.^o de Linha da Provincia da Bahia, onde nunca se portou, como militar Brazileiro nas occasioens precisas, e mt.^o especialme. nos Dias nefastos 19 e 20 de Fevereiro de 1822, como he notorio. Ao tempo da chegada do General Labatut de facto se lhe apresentou em o Quartel General do Engenho nôvo; mas ali não foi em-

pregado, porque aqle. Benemerito Brasileiro o achou incapaz de entrar nas Fileiras marciaes, attentas as noticias, que de sua conducta e da do seo Pai o Coronel Manoel Glz da Cunha, corrião no Exercito Pacificador e em todo o Reconcavo. Vagava, pois, o Supplicante pelos abarracamentos de Piraja e Itapoan sem Emprego, the que teve occasião de acompanhar ao Tenente Coronel José Eloy Pessoa athe esta Prov.^a

Que o General o não, digo Que o General Labatut o não Empregára em coiza alguma, verifica-se pêla falta de apresentação de Guia, ou outro algum Documento, que o authenticque. Entrou aqui na Organização da Tropa de Linha, principiada pelo mesmo Pessoa, e feito Capitão e ao depois se chamou Sargmor. os Serviços pelos q's. se tornasse digno de tanto accesso ninguém nesta Provincia reconhece: salvo se elles consistem em ser sumame. insubordinado se consistem no menos-cabo a Authoridade do mesmo Governo Provisorio, que para o conter-lhe conferio aquella Graduação e consequenteme. a effetividade em Major: salvo se cometter assacinhos e rebellião he serviço a Patria, como a Vossa Magestade Imperial será presente, por esta mesma Repartição dos Negocios da Guerra a vista do Sumario a que se procedêo sobre a Representação de Vicente Jozé Mascarenhas. Dos crimes do Suppe. não pode ignorar o Cõmandante das Armas, pois téve duas querellas por assacinió em seu podêr; e igualmente está affecto de se achar o mesmo Supp. affecto a Relação da Bahia e ahi prêzo em consequencia da Devassa da Rebellião de 28 de Abril. He o que posso informar a Vossa Magestade Imperial, que Decidirá como for de justiça. Palacio do Governo de Serge. 14 de Agosto de 1824 — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para Sua Magestade o Imperador
sobre a Representação dos Habitantes
da Freguezia da Divina Pastõra.

SENHOR — O Govêrno da Provincia de Sergippe composto do Prezidente e Conselho a abaixo assignado, levão a Prezença

de Vossa Magestade Imperial a Representação incluza dos Habitantes da Freguezia da Divina Pastôra; comprehendida actualmente no extensíssimo Termo da Villa de Santo Amaro das Grotas; em a qual pretendem que Vossa Magestade Imperial, pela razoens que deduzem, se Digne de desmembrar do dito Termo a mesma Freguezia da Divina Pastôra, erigindo em Villa a Povoação da Ladeira grande pela conveniência e bellas proporçoens que lhe reconhecem. E conformando-se a quanto os Supplicantes tem deduzido e provão com o Documento, que juntão; toda via o Governo tem a declarar a Vossa Magestade Imperial que de alguã forma disside das divizoens apontadas no Requerimto., visto que ultrapassando os limites da mesma Freguezia the entrar plo. Termo da Villa da Itabaianna, não se mostra q. os Habitantes do Local excedido, sejão do mesmo accordo a inda, quando lhes viria decerto a ser mais cômodo e tractarem de seos negos. a distancia da Povoação das Laranjeiras digo das Ladeiras do que a da mencionada Villa de Itabaianna, a que actualmente pertencem. Vossa Magestade Imperial em seu Deferimeito Resolverá como for do Imperial Agrado. Palacio do Governo de Serge, 23 de Agosto de 1824 — Manoel Fernandes da Silveira.

Para o Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Justiça sobre a Representação dos Habitantes da Povoação das Laranjeiras, q. pedem o Pe. Francisco Felix Barreto., p.^a. Vigario da Freg.^a do Smo. Corm. de Jezus.

Illm.^o e Exm.^o Senr. — O Governo d'esta Provincia, composto do Presidente e Conselho, abx.^o assignado, transmite a V. Ex.^a p.^a levar ao Conhecimto. de Sua Magestade Imperial, a Representação incluza, pela qual os nella assignados pretendem q. o Mesmo Augusto Senhor divida em duas, a Freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, conforme as demarcaçãoens q. se propoem; mandando igualmente appresentar por Parocho da do Santissimo Coração de Jezus ao Pe. Francisco Felix Barret.^o atentas as optimas

qualidades q. do immo. affirmão. O Governo reconhece pr. justa a pretensão dos Suppes., e consequentemente digna da Imperial Consideração. Ge. Deos a V. Ex.^a Palacio do Gov.^o de Serge. de Agto. 20 de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Senr. Clemente Ferreira França. Do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario d'Estado dos Negos. da Justiça — Manoel Fernandes da Silveira — José de Barros Pimentel — Manoel de Deos Maxado — João Fernandes Chaves — José Roiz Dantas e Melo — Manoel Fernandes da Silveira digo Manoel Ignacio da Silveira.

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, Francisco Vilella Barboza, accusando a remessa das trez Relaçoes dos Individuos Pertencentes a esta Prov.^a q. se empregão na Navegação de alto mar, e Cabotagem &.

Illm.^o e Exm.^o Senr. — Por ordem aliás por observancia a Portaria expedida por essa Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em a qual Sua Magestade Imperial me Ordenna que, procedendo a mais escrupuloza indagação, remetta Relaçoes exactas dos Individuos pertencentes a esta Provincia, que se empregão como Marinheiros, quer em a Navegação de alto mar, quer na de cabotagem e assim nas Pescarias; remetto a V. Ex.^a as trez Relaçoes incluzas, que constão das ditas pertencentes aos Portos da Estancia, Laranjeiras e Villa-nova; faltando as do Porto de Itaporanga, ou Sergipe, e os dos Portos de Santa Anna e Maroim, que brevemente me persuado conseguir, attenta as dicicitudes que tenho empregado a este respeito. Deos Ge. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Serge. 23 de Agosto de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Senr. Francisco Vilella Barboza — Manoel Fernandes da Silveira.

Para Sua Magestade o Imperador,
sobre o Requerimento de Franc.^o José
Coimbra.

SENHOR — Com a informação do Cômmandante das Armas
adiante junta, satisfaço a Vossa Magestade Imperial enquanto
a Pretensão de Francisco José Coimbra, por ser o unico Cyrurgião
militar que existe especialme. nesta Capital, por ter inteira
adhezão a Cauza do Brazil, e haver jurado a Constituição politica
do Imperio. Vossa Magestade Imperial Decidirá como for de
Direito. Pal.^o do Governo de Serge. de Agosto 24 de 1824 —
Manoel Fernandes da Silva.

Para Sua Magestade o Imperador,
sobre o Requerimt.^o de Antonio Luiz
de Azevedo.

SENHÔR — o Requerimento incluzo de Antonio Luiz d'Aze-
vêdo, sôbre o qual Vossa Magestade Imperial me Manda infor-
mar por Portaria de 19 de Maio, merece a Imperial Consideração.
O Supplicante alem dos Serviços patrioticos, que pêlos Docu-
mentos que junta, mostra ter prestado e continua a prestar-se
optimame. em o desempenho das Cômissoens, que se lhe encarregão
aprol do Serviço Nacional Imperial. Tem por tanto inteira
adhezão a Sagrada Cauza do Brazil, e jurou a Constituição Po-
litica do Imperio, como fez me certo pêla Certidão igualme. in-
cluza. Vossa Magestade Imperial lhe delirirá como for justo.

Palácio do Governo de Sergipe de Agosto 25 de 1824, 3.^o da
Independencia e do Imperio — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para Sua Magestade o Imperador,
remettendo o Sumario a q. se procedêo

sôbre a conducta do Pe. Antonio José Glz de Figrd.^o.

SENHOR — Com o Sumario incluzo a q. mandei procedêr, informo a Vossa Magestade Imperial, na conformidade em que me foi ordenado pela Provizão da Meza da Consciencia e Ordens de 13 de Fevereiro do anno corrente; interpondo o meu paricêr, que é o de que Vossa Magestade Imperial não Deixará de Punir, como merece o Padre Antonio José Glz de Figuerêdo, pêla inimizade, que por factos extraordinarios, verificou nesta Provincia contra a Sagrada Cauza do Brazil.

Palacio do Governo de Serge. 25 de Agosto de 1824 —
Manoel Fernandes da Silveira.

Para Sua Magestade o Imperador,
informando o Requerimento de Antonio Jozé da Cruz e Menes.

SENHOR — Mandando-me Vossa Magestade Imperial informar sobre o Requerimento de Antonio Jozé da Cruz e Menezes, me propuz fazê-lo com audiencia do Cômandante das Armas Manoel da Silva Daltra por sêr a pretensão da competencia Militar; mas elle o não satisfêz, como cumpria pêla Informação que levo ao conhecimento de Vossa Magestade Imperial, avançando pelo contrario alguãs asserçoens de facto tão alhéas do que acontece que o Suppe. os convence todas pelos Documentos que apresenta; dos quaes consta, não só que o Supplicante não malversou noexercicio de Inspector do Trem, como que aquelle admittido de nôvo pelo mesmo Cômandante das Armas, não he Praça legitima desta Provincia, mas sim Capm. das Ordenanças da Villa da Cachoeira da Provincia da Bahia. Decerto que a Pretensão do Suppe. pelo que toca ao Posto de Capm. do Estado maior, não he assas procedente a face da Ley; mas tambem he certo que sendo elle um dos primeiros Colaboradôres pela Sagrada Cauza do Brazil, como mostra especialme. pêlos Documentos designados com os ns. 1 e 2, não deixa de se ter feito digno da Imperial Con-

sideração de Vossa Magestade Imperial — Jurou a Constituição, Documento n.º 12. Vossa Magestade Imperial Decidirá como for justo. Palacio do Governo de Sergipe de Agosto 26 de 1824 — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para Sua Magestade o Imperador
sobre a Pretensão de Nicoláo da Sil-
veira e Souza.

SENHOR — Com a informação incluza do Cômde. das Armas Manoel da Silva Daltro, informo a Vossa Magestade Imperial sobre a Pretensão de Nicoláo da Silveira e Souza, em observancia a Portaria de 16 de Dezembro de 1823. O Suppe. mostra ter adheção a Cauza da Independencia do Brazil, e que jurou a Constituição politica do Imperio pêlo Documento que junta. Vossa Magestade Imperial Defirirá como for justo. Pal.º do Governo de Serge, de Agto. 26 de 1824, **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para Sua Magestade o Imperador
sobre o Requerimento de João Esteves
da Cruz.

SENHOR — Com a informação incluza do Cômde. das Armas Manoel da Silva Daltro satisfação ao Ordenado por Vossa Magestade Imperial sobre o Requerimento de João Estêves da Cruz. Jurou a Constituição do Imperio. Vossa Magestade Imperial Decidirá como for de Justiça. Palácio do Govêrno de Serge. de Agosto 26 de 1824 — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para o Ministro e Secretario d'Es-
tado dos Negocios do Imperio. João
Severiano Maciel da Costa q. accom-

panha a Representação contra os Europeos desta Provincia.

Illm.^o e Exm.^o Senr — O Govêrno d'esta Provincia remete a V. Ex.^a para fazêr presente a Sua Magestade Imperial a Representação incluza, pela qual os nella assignados requerem ao Mesmo Augusto Senhor providencias efficazes contra alguns naturaes de Portugal, que por factos, mostram ter sido accerrimos inimigos da Cauza do Brazil, a fim de que seja deferido como for de Justiça. Deos Ge. a V. Ex.^a. Palacio do Governo de Serge. 25 de Agosto de 1824. — Illm.^o e Em.^o Senr João Severianno Maciel da Costa — Manoel Fernandes da Silveira — Jozé de Barros Pimentel — Manoel de Deos Machado — João Fernandes Chaves — Jozé Rodrigues Dantas e Mello — Francisco Felix Barreto de Menezes — Manoel Ignacio da Silveira.

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, João Gomes da Silveira Mendonça sobre o Cõmandante das Armas Manoel da Silva Daltro.

Illm.^o e Exm.^o Senr — O Governo desta Provincia, composto do Prezidente e Conselho a baicho assignado, leva ao Conhecimento de V. Ex.^a para fazêr presente a Sua Magestade Imperial, a Cópia da Acta, que houve Logar em Sessão extraordinaria de 9 do Corrente com a Fala a que a mesma se refere. O Governo, tendo participado a Sua Magestade Imperial dos acontecimentos extraordinarios da noite de 28 de Junho, e antecedentes, por officios derigido a V. Ex.^a em data de 5 de Julho, julgou de accerto não procedêr de outra maneira em quanto Demandava a Imperial Decizão; occorrendo mas antes com uma medida conciliatoria, bem que inefficaz aos males, que se augmentavão a Provincia pela conducta desvairada, e illegal do Cõmandante das Armas. O Governo, pois, aguarda de V. Ex.^a toda a intercessão pêlo rezultado a similhante respeito, prestando a consideração de que o objecto

sê faz digno. Deos Ge. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Sergipe de Agt.^o 25 de 1824, 3^o da Independ.^a e do Imperio — Illm.^o e Exm.^o Senr João Gomes da Silveira Mendonça — Do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra — **Manoel Fernandes da Silveira** — José de Barros Pimentel — Manoel de Deos Machado — João Fernandes Chaves — José Rodrigues Dantas e Mello — Francisco Felix Barreto de Menêzes — Manoel Ignacio da Silveira.

Para Sua Magestade o Imperadôr
sôbre o Requerimento de Manoel Ig-
nacio da Silveira.

SENHOR — o Requerimento incluzo de Manoel Ignacio da Silveira, pedindo a Vossa Magestade Imperial se Digne de Condecora-lo na Ordem Imperial do Cruzeiro, merece a Imperial Contemplação. O Suplicante alem dos Serviços, que pelo Documento, que junta, mostra ter prestado a favor da Sagrada Cauza do Brazil, continua a desempenhar os Devêres de bom Brasileiro e tem jurado a Constituição politica do Imperio. Vossa Magestade Imperial Decidirá como for justo. Palacio do Governo de Sergipe de Agosto 26 de 1824, 3^o da Independencia e do Imperio — **Manoel Fernandes da Silveira.**

SETEMBRO

Para Sua Magestade o Imperadôr
sobre o Requerimento de Antonio Ma-
noel de Souza Bastos.

SENHOR — O Requerimento incluzo de Antonio Manoel de Souza Bastos, pelo qual pretende q. Vossa Magestade Imperial o Condecure na Ordem Imperial do Cruzeiro em remuneração aos Serviços prestados a Cauza do Brazil, parece digno da Imperial

Contemplação. O Suppe. além do que mostra pêlos Documentos que offerece, continua a mostrar-se com toda a aptidão em tudo o que se lhe incumbe a prol do bem publico; mostrando-se com a maior adhezão a Sagrada Cauza do Brazil; e tem jurado, e tem jurado a Constituição politica do Imperio. Vossa Magestade Imperial lhe confirmará o que for de Justiça. Palacio do Governo de Sergipe 2 de 7bro. de 1824 — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para Sua Magestade o Imperadôr
sôbre o Reqrt.^o de João Bapt.^a Gomes.

SENR — Mandame Vossa Magestade Imperial por Portaria de 30 de Março deste anno, expedida pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça, informar sobre a pretensão de João Baptista Gomes — A similhante respeito mandei ouvir ao Ouvidor intirino da Cômara, que me respondêo com a informação junta, bem como havêr jurado a Constituição do Imperio. Seos Documentos comprovão a notoriède. dos Serviços pr. elle prestados a prol da Sagrada Cauza do Brazil. Vossa Magestade Imperial procederá com aqlla. Justiça q. melhor lhe aprover. Pal.^o do Governo de Serge. 11 de 7br.^o de 1824, 3.^o da Independencia e do Imperio — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para Sua Magestade, alias para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio João Severianno Maciel da Costa, sobre a Nomeação do Ouvor. intirino Manoel Vicente de Carvalho Aranha.

Illm.^o e Exm.^o Senr — Entre as indispensaveis medidas q. me parecerão convenientes p.^a restabelicêr a tranquilide. publica d'esta Provincia de Serge., contheudas no meo Officio de 17 de Maio do presente anno, pr. intermedio de V. Ex.^a participa a Sua

Magestade Imperial a urgencia q. occorrêo pa. eu nomear, como nomei o Advogado Manoel Vicente de Carvalho e Ar.² no Logar de Ouvidor intirino desta Comca., nos termos do § 20 do Regimento de 22 de 7br.^o de 1668, que a Provizão de 9 de Maio de 1729 positivame. Manda observar nesta Comarca e mesmo nos §§ 5 e 13 dos Regimentos dos Governadôres do Brazil. O nomeado Ouvidôr intirino tomou posse e juramento pela Camara d'esta Capital, em 12 d'aquelle dito mêz de Maio deste anno: foi reconhecido como tal pelas outra Camaras da Provincia, entrou a servir, e ainda actualmte está no exercicio dos sêos devêres. Pêlo mêsmo Ouvidôr mandei procedêr a Devassa para se conhecêr dos Authores e Complices da Conspiração de 28 de Abril, de que deí conta ao Mesmo Augusto, Senhor. Logo que os Reos Militares e Paizanos, com a propria Devassa, foram remettidos a Relação da Bahia, segundo as Ordens Imperiaes, remetti o autentico traslado d'ella em 30 de Julho a Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra pa. sobir ao Conhecimento de Sua Magestade o Imperadôr. Vossa Excellência em datta de 26 de Junho me fêz ver que aquella minha participação de 17 de Maio foi muito agradavel ao Imperante; e que aquellas minhas medidas tinhão sido acertadas. O que não obstante a dita Relação em 26 de Agosto pêlo Accordão, que por copia transmitto a V. Ex.², julgou nulla a dita Devassa e no mesmo dia fez soltar os Reos nella comprehendidos, a pretexto de que eu excedi os limites de minha jurisdicção; e arrogando-me a attribuiçoens do Poder Executivo, passei a Levantar um Juizo de Comissão especial contra o § 17 do Artigo 179 Titulo 8 da Constituição do Imperio: e que cometti aquella Devassa a dous Advogados, servindo um de Juiz e outro de Juiz aliás de Escrivão com arbitraria preterição dos Juizes Ordinarios e Escrivães Criminaes; quando he tam certo que ella foi tirada pelo dito Ouvidor da Comarca, q. na mesma he Intendente da Policia, a quem competia uma deligencia tam ardua e importante, que não se deiva confiar da impericia daquelles ditos Juizes Ordinarios e seos Escrivaens por que o da Ouvedoria geral e Correição era iniciado complice na conjuração: elle e os outros Escrivães seos Companheiros todos suspeitos; e por isso me foi preciso nomear hum Escrivão q. agle. Ministro aprovou e logo lhe defirio o juramt.^o legal. Negarão os Juizes do dito Accordão

a prestação de fé publica a dita Devassa; e o mais he dizerem q. nella não houve prova convincente da projectada Conspiração; e isto só afim de subtrairem da obrigação de suprirem qualquer nullide, que houvesse e julgarem pelas provas resultantes da mesma Devassa para não ficar impunido um tão grave crime como lhes incumbe o § 12 da Ord. Liv. 1, Tit. 5. O procedimento dos Juizes do dito Accordão no caso exposto he assaz nocivo a segurança desta Prov.^a Queira por tanto V. Ex.^a Levar ao Conhecimt.^o de Sua Magestade Imperial esta minha queixa para que o Mesmo Augusto Senhor, Dignando-se de Mandar revêr o exemplar da dita Devassa e sua prova que está na Secretaria dos Negocios da Guerra, haja de Ministrar as providencias analogas as circumstancias em q. com a soltura d'aquelles perturbadores, esta Prov.^a se pode considerar. Deos Ge. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Sergipe 16 de 7br.^o de 1824 & Illm.^o e Exm.^o Sr. João Gomes alias João Severianno Maciel da Costa. Do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio — **Manoel Frz. da Silveira.**

Para o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra João Vieira de Carv.^o accusando a remessa da Devassa a q. se procedêo da Conspiração de 28 de Abril.

Illm.^o e Exm.^o Senr — Como o mêm officio de 30 de Julho deste anno, remetti a V. Ex.^a o autentico traslado da Devassa a q. se procedêo para se conhecêr dos Authores, e Complices da Conspiração de 28 de Abril da ql. dei conta a Sua Magestade Imperial, para que V. Ex.^a houvesse de olevar ao Conhecimt.^o do Mesmo Augusto Senr; fazendo-lhe certo q. os Reos prêzos se achavão na Bahia entregues a respectiva Relação, segundo as Imperiaes Ordens. A dita Devassa foi inquirida e pronunciada pelo Ouvidor intirino, que nomei nos termos do Paragrafo 20 do Regimt.^o de 22 de 7br.^o de 1668, que a Provizão de 9 de Maio de 1729 expressamente Manda observar nesta Cidade de São Chris-

tovão Comarca de Sergipe d'El Rey Documt.^o N.^o 1.^o e mesmo na forma dos §§ 5 e 13 dos Regimentos dos Governadôres do Brazil. Pêla Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 17 de Maio do Prezente anno, participei ao Mesmo Augusto Senhor as medidas que tinha tomado, para restabelicer a tranquillidade pública desta Provincia, as quaes erão indispensaveis, e juntame. aquella nomeação de Ouvidor intirino da Comarca.

Pela mesma Secretaria dos Negocios do Imperio em datta de 26 de Junho, fui avizado de que a minha participação foi muito agradavel a Sua Magestade o Imperador; e que aquellas medidas erão acertadas. O que não obstante a dita Relação, pelo Accordão que por copia transmittô a V. Ex.^a, em 26 de Agosto julgou nulla a dita Devassa, e immediatamente fez soltar os Reos nella pronunciados; significando que excedendo eu os limites da minha jurisdicção, e arrogando-me a attribuiçoens do Podêr Executivo, passei a crear hum Juizo de Comissoens especial contra o § 17 do Artigo 179 Titulo 8.^o da Constituição do Imperio; e que Cometti a dita Devassa a dous Advogados, servindo hum de Juiz e outro de Escrivão com arbitraria pretirição dos Juizes Ordinarios e Escrivaes criminaes, quando he tão certo que ella foi tirada pelo Ouvidor da Comarca, o que nella he Intendente da Policia, a quem competia uma deligencia tão importante que não se devia confiar da impericia d'aquelles ditos Juizes e sêos Escrivaens, por que o da Ouvedoria geral e Correição estava iniciado complice naquella conjuração: elle e os outros Escrivaens sêos companheiros erão suspeitos; e por isso me foi preciso nomear hum Escrivão, que aquelle Ministro approvou e logo lhe defferio o juramento Legal. Negarão os Juizes do dito Acordão a prestação de fé publica a dita Devassa: e o mais he dizerem que nella não ha prova convincente da projectada Conspiração, e isto a fim de se subtrairem da obrigação de suprir qualquer nulidade, que houvesse e julgarem pelas provas resultantes da mesma Devassa, para não ficar impunido um tão grave crime, como lhes incumbe a Ord. Liv. 1.^o Tit. 5 § 12. O procedimento dos Juizes do dito Accordão no cazo exposto, he assaz nocivo a segurança desta Provincia. Queira portanto V. Ex.^a Levar ao conhecimento de Sua Magestade Imperial esta minha queixa, para que o Mesmo Augusto Senhor; Dig-nando-se de Mandar revêr a prova da mencionada Devassa, Haja

de ministrar as providencias análogas as circumstancias em que com a soltura daquelles perturbadores, esta Provincia se pode considerar.

Deos Gc. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Serge. 16 de 7br.^o de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Senr João Vieira de Cary.^o Do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Guerra — **Manoel Fernandes da Silveira**, Presidente.

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio João Severianno Maciel da Costa, sobre a Soltura dos Reos q. estavam prêzos pela Conspiração de 28 de Abril.

SENHOR — Aquem se não a seo Digno Imperante e Defensor perpetuo, hão de recorrer os afflitos subditos desta Capital. Por qual intermedio dirijirão suas supplicas, se não pelo orgão do seo Legitimo Govêrno? Eu não posso, e mesmo não devo tornar-me insensivel as requiziçoens de Cidadãos pacificos, que de novo reclamão perante mim agarantia de seos Direitos Individuaes, e de Propriedade, que toda via julgão sêr attacados com o regresso para esta Provincia principalmente dos quatro Chefes da Cospiração de 28 de Abril do que rendi conta a Sua Magestade o Imperadôr, Antonio Joaqm. da Silva Freitas, Francisco Glz da Cunha, Manoel José de Magalhaens Leal e Eusebio Vanerio absolvidos, e logo soltos pela Relação da Bahia. Alborotou-se a Cidade com a apparição do Accordão, e muitos Cidadãos me fizerão vêr que se eu não representasse a Sua Magestade Imperial para mandar sobrestar na vinda de tão insubordinados Despotas; sem remedio abandonarião suas Propriedades, e interesses, mudando-se athe da Provincia. Antonio Joaquim da Silva Freitas, e Francisco Glz da Cunha, Alferes, e Manoel José de Magalhaens Leal, 2^o Cadete, todos do 1^o Regimento da Praça da B.^a, abandonando as Linhas do Exercito Pacificador, e passarão para esta Provincia, então cômca. em Comp.^a do Tenente Coronel Jose Eloy Pessôa nomeado pelo General Labatut para Cômmande. Militar délla, que poucos dias servio, sendo logo prezo. Isto Exm.^o

Sr. foi pelo mez de Novembro de 1822; e he para admirar, que em menos de um anno, se achassem; o primeiro a Tenente Coronel, o segundo a Sargmor. e o 3.^o a Capm. do intitulado Batalhão de 1.^a Linha Voluntarios desta Praça, locupletando-se nos vencimentos de taes Postos pela Fazenda Publica da Provincia sem sêr pr. meio de promoções legaes, sem hum titulo legitimo, sem approvação de Sua Magestade o Imperador e contra todo o disposto no Sabio Decreto e Instruçoens de 4 de Dezembro de 1822.

Eusebio Vanerio, moradôr q. sempre foi da Cidade da Bahia, tambem se evadio para aqui em aquella mesma occasião, e succedendo logo a desmembração da Provcia. arrogou a si a creação da Junta da Fazenda, na qual se entroduzio Escriptão Deputado pagadôr militar, e Vedor da gente de guerra; e de mãos dadas com sêos pacciarios dittos, comião e despunhão dos dinheiros publicos a seo bel prazêr, de maneira que inda the agora se não tempodido balancear as rendas da Provincia, e taes despêzas a falta de hum habil financeiro que já de muito requisitei pela Estação competente. Logo que tomei posse do Governo, e Administração da Prov.^a, pela qual sou strictame. responsavel a Sua Magestade Imperial e a Nação; me devia oppôr, como com energia me oppuz a tão irregulares e desastrozos procedimentos, que só tendião a completa ruina della: ex aqui Exm.^o Senr o que dêo motivo a aquelles scelerados tramarem a conspiração recontada envolvendo a alguns incautos para a depozição do Govêrno, que não poderão amoldar ao sêo refinado egoismo. Em desfôrço pois do meu justo procedimento, logo que chegarão prêzos a B.^a com as competentes culpas; só tem cuidado, pelo vehiculo da Imprensa, de menoscabar com falsas asserçoens a honra, e probidade que sempre sube mantêr pa. ver se de tal arte me podem desacreditar na Presença Augusta de Sua Magestade o Imperadôr. Acresce mais que na primeira reunião do Conselho de Governo em sessão de 16 de Julho proximo passado, foi apresentada huã indicação assaz motivada por parte da Junta da Fazenda Publica, para que se mandasse dar baixa a aquelles officiaes nos assentamentos da Vedoria e Pagadoria militar; o que tomando o mesmo Conselho em toda a Consideração; resolvêo, que assim se executasse, attento o total atrazô da Provincia em sêo comêço, e que não podia pa-

gar a tantos militares inúteis alias de outra Praça como tudo consta da competente Acta, que a similhaute respeito se lavrou. Também pela Secretaria respectiva, já representei a Sua Magestade o Imperador não podêr ainda a Fazenda Publica desta Provincia pagar a hum Batalhão completo de 1.^a Linha, mas sim a duas companhias, que por ora basta para o Serviço. da Guarnição desta Provincia alias desta Praça, visto que nesta Provincia ha sete Regimentos de 2.^a Linha, que organizados pelo Cōmandante militar em Batalhoens (o que elle lhe o prezente não tem posto em pratica apezar das minhas requiziçoens) alem d'outros que podem acrescêr, e as respectivas Ordenanças, he força bem sufficiente para sua defeza.

Igualmente participo a V. Ex.^a, que hontem 15 do corrente, fiz marchar desta Capital huã expedição constante de um Destacamento de 1.^a Linha, alguns officiaes, e o Cōmandante das Armas com armamento, muniçoens e caixa militar para as margens do Rio de São Francisco ao fim de guarnicêllas com os dois Batalhoens d'aquelle Destricto, de qualquer aggressão que intentem contra esta Provincia os dissidentes dos Sertoens das Provincias de Pernambuco e Alagoas, que segundo huã participação official que tive do Capmor. da Villa de Propriá, consta marcharem com 500 Praças em direcção ao mesmo Rio, contra a Cidade das Alagoas. Isto por ora são medidas de cautelha, nas q. todavia podem evitar qual quer damno pois que nesta Provincia, só respira fidelidade e amor ao Supremo Imperante e adhezão ao Systema por nós tão felismente jurado, e por isso nella não ha inimigos internos a temêr; e eu heo vigilantissimo para a tudo accudir com as mais energicas providencias ao mêo alcance. He quanto nesta occasião me cumpre participar a V. Ex.^a para q. leve tudo ao Conhecimento Augusto de Sua Magestade Imperial e Constitucional, de Quem só nos pode vir o salutar remedio, que tanto nos he mistêr para a socêgo e tranquillidade destes Povos. Deos Ge a V. Ex.^a, Palacio do Governo de Sergipe de 7br.^o 16 de 1824: 3.^o da Independencia e do Imperio — Illm.^o e Exm.^o Sr. João Severianno Maciel da Costa. Do Conselho de Sua Magestade o Imperadôr, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio — Manoel Francisco da Silveira, Presidente.

OUTUBRO

Para o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, João Severianno Maciel da Costa, participando q. em 17 de Agosto do anno corрте, teve Logar a sua ultima sessão.

SENHOR — O Govêrno desta Provincia, composto do Presidente e Conselho abaixo assignado leva ao conhecimento de V. Ex.^a para fazer presente a Sua Magestade Imperial que em 17 de Agosto do anno corrente, tève Logar a sua ultima Sessão Ordinaria por se ter findo os dous mêzes marcados pêla Lei de 20 de 8br.^o que lhes serve de Regimento.

Com quanto o Conselho se empenhasse por satisfazêr convenientemente a todos os §§ do artigo 24 da sobredita Ley, com tudo tem o desprazêr de declarar a V. Ex.^a, que foi limitado o fructo de sua solicitude. O que somente dependia da bôa vontade do Govêrno sempre se effectuou com a maior promptidão, como será notorio a V. Ex.^a, e mesmo a Sua Magestade Imperial pelas diferentes Propostas, que terão solido ao Imperial Conhecimento acontecendo differentemente a respeito d'aquelle que implica a necessidade de fundos pecuniários, e Cooperação de Artistas pela escacez dos cofres publicos e atrazo em que se acha a Provincia inda nascente, e apouco livre dos inconvenientes da lucta da Independencia do Imperio. Assim, que intentando o Conselho melhorar a Barra da Cotinguiba, de q. pende a riquêza e prosperidade desta Parte integrante do territorio Brasileiro, apenas o pode conseguir a respeito da Policia e bôa ordem da sahida e entrada de Embarçaçoens de exportação e importação de modo que quazi nenhuma, ou incomparavelme. menores do que erão de antes, tem sido as recentes perdas; não podendo toda via o mesmo Govêrno imprehender de presente a abertura e Cômunição dos Rios Japarutuba e Pomonga (para por mêio da sua confluencia tornar-se mais ampla e mais perigoza a entrada e sahida da referida Barra) pelas indicadas razoens de falta de fundos, de competentes Artistas, e athe mesmo de cooperação effectiva dos Proprietários ime-

diatame, mais interessados nisso. Pelo que respeita a mineralogia, tendo o Governo concedido a Licença indicada no Documento incluzo, rezultou o que consta do Relatorio, e remessa que se faz n'esta mesma occasião a V. Ex.^a a fim de que, chegando ao Conhecimento de Sua Magestade Imperial, se Delibere como Parecêr conveniente a os Interesses do Imperio. Tem o Conselho toda via a satisfação de assegurar em qt.^o a segurança da Provincia, que a sua Cooperação, sempre se cômum com o bem geral, tem sido decidida a favor da sagrada causa do Imperio, de maneira q. apesar das oscilaçoens em que tem estado as Provincias limítro-fes ao Norte e ao Sul, a de Sergipe sempre existio, e existirá fiel a Sua Magestade o Imperador, mantendo a inviolabilidade de seus juramentos. Deos Ge. a V. Ex.^a Palacio do Governo de Serge. 14 de 8br.^o de 1824 — Illm.^o e Exm.^o Sr. João Severianno Maciel da Costa, Do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio João Severianno Maciel da Costa, participando de se ter solemnizado nesta Capital o Aniversario de Sua Magestade o Imperador.

SENHOR — Por meu devêr, e por estar convencido, que o culto publico, tanto Religiôzo, como politico, muito convem para infundir e manter aquelle respeito e acatamento necessarios a boa ordem, conservação, e harmonia das sociedades, empreguei tudo o que estava da minha parte por solemnizar o Aniversario de Sua Magestade o Imperadôr, Sua Faustissima Acclamação e Elevação deste Continente a Cathegoria de Imperio com quanto lustre e Decôro fosse possível. Com effeito não inutilizei o meu empenho, pois não consegui que se fizesse uma Função semelhante as das grandes Provincias do Imperio, certamente na de Sergipe the ao prezente se não vio outra igual. A cidade de São Christovão que

antecedenteme, applaudia as interessantissimas noticias do Reconhecimento da mesma Independencia, e do Imperio pelos Estados Unidos da America Septemptrional conforme o Avizo Imperial, e bem assim da Restauração de Pernambuco em consequencia da dissolação da Faccão do Recife e prizão do Demagogo Carvalho Paes, segundo a cõmunicação official do Cõmande. militar das Alagoas: duplicou as mais decididas demonstraçoens de Publico Regozijo, Amor e Gratidão a Sua Magestade o Imperador, e sua Imperial Familia. Enomeio de tanto prazêr, com tudo porem se deixava vêr o maior reparo, e uma dezaprovação bem manifesta pela falta do cõmandante das Armas, e a maioria dos Officiaes de 2.^a Linha do Reconcavo, principalmente sabendo-se que alem de estar a muito prevenido para dirigir a Parada e concorrêr ao Cortêjo do Costume, mesmo sendo por mim positivamente avizado, nem assim comparecêo, nem couza alguã determinou, e mais antes com o seu mão exemplo evitou o concurso da referida officialidade, visto que considerando tão grande festa Nacional, como se fosse objecto da minha particular deliberação, seria o mesmo applaudila, que cahir em seu desagrado.

Tal he o termo a que o proprio Cõmandante militar tem extremado a divizão e a entriga, que considera inimigo seu a todo aquelle Individuo, q. apenas frequenta o Palacio do Govêrno. Nem he aquelle o 1.^o exemplo que o Cõmandante das Armas tem dado da sua impolitica e pouca amizade as couzas do Imperador e da Patria; pois q. não estando doente, se declarou por tal a fim de não assistir, como não assistio a Festa de 7 de Setembro, Anniversario da Acclamação da Independencia no Piranga, verificando-se tanto mais a sua dissimulação e fugimento, pêla forma em que se deixou em caza, e falta de reserva, com que logo no dia seguinte sahio, e andou pêla rua. Não para nisto: alem de têr feito revivêr os grandes Partidos antigamente cauzados pêlas dissensoens entre o Governo Provisorio, e o ex-Governador das Armas José de Barros, e a Junta eleita não instalada; sôbre tudo tem devidido a massa da população Brasileira em pequenas Nações rivaes e inconciliaveis sob o prestigio de côres e naturalidade. Ora lisonjeando a Officialidade dos Batalhoens dos Pardos de nova Creação, acclamando-os pêlos mais energicos Patriotas e valentes, e em fim os unicos a favôr dos quaes impetraria de Sua Magestade

o Imperadôr a confirmação de Patentes; em differença dos brancos que nada mericião pois os via mui lerdos para o serviço, fracos, irresolutos e comodistas: Ora dizendo a estes que aquell'outros nada mericião por serem naturalmente levantados, attrividos, e indignos de têrem representação pública: e em fim a uns outros segundo a disposição em que os acha figurando aos naturaes de Portugal como inimigos irreconciliaveis dos Brasileiros natos: ao mesmo tempo q. achando-se com elles lhes declara que sem excepção alguma são tão bons como os outros e mais uteis por que tem dinheiro; e que Sua Magestade o Imperador lhe recomendou que os empregasse todos esquecendo os procedimentos passados. E como assim offenda o amor proprio principalmente de pessoa que não pensão; e não deixa de ter alguma força na expressão duma Authoridade eminente que de mais a mais os accumula de cortizias artificiozas, inda que imprudentissimas, teria cauzado maior mal se não fôra por outra parte desvanecido pelos amigos da bôa ordem.

Agora acaba de têr Logar em procedimentos que muito desacredita esta Prov.^a. Quando chegou a meu podêr a Portaria pela qual Sua Magestade Imperial Ordenou que se procedêsse igualmente a eleição dos 60 jurados e Promotôr para reprimirem os abuzos da Liberdade da Imprensa, achava-se em suas funcçoens electivas, e apenas teria votado para Senadôres o Collegio do Districto desta Cidade. Em consequencia lhe expedi o Officio, q. a V. Ex.^a transmitto por Copia; o qual, lido perante todo o concurso, ficou a sêr cumprido.

Não acontecêo assim finalmente; pois q. a maior parte dos Eleitôres apenas concluida a Eleição dos Conselheiros Gerais, por sêr a ultima, sôbre que laborava o espirito de Partido e spectativa dos Aspirantes, se despessoa a seu sabôr, de maneira que, não se podendo prosseguir na eleição dos Jurados com os poucos Eleitôres q. restavão se sentou defferir similhante eleição para outro tempo, e disso se me participou, como da copia n.^o 20. Achei que o dia immediato ao 12 de Outubro em que terião de vir igualmente a sobredita Festa Nacional, era o mais proprio para dar-se comêço a indicada eleição; e assim de conformidade com a Massa Eleitoral, dirigi as Camaras os competentes Avizos. Mas tudo foi em vão, por que inda assim mesmo não comparecêo se não pouco

mais do que esses que protestarão conforme consta do Officio por copia numero quatro. E como assim possa perigar a segurança publica e a primeira cauzal de similhante mudança seja o Cõmandante das Armas pois que ambiçõzo de Opinião a todo o custo a querer adquerir nesta Provincia (a ultima, que podendo não adherir a Sagrada Cauza do Brazil, se não fõra o ser ameaçado da parte do Norte pelo General Labatut, e da do Sul pelo Capmor. João Dantas) onde achou pessoas a seu geito: pretendo quanto antes convocar o Conselho para com o seu Parecêr tomar as medidas mais apropriadas a destruir os mesmos males em quanto não chêga Decizão de Sua Magestade Imperial sobre as Representaçõens d'antes derigidas pêla Repartição dos Negocios da Guerra.

Ao Mesmo Augusto Senhor, V. Ex.^a se Dignará de fazêr presente os procedimentos dos Eleitores, pois he indubitavel, que remedios moderados não são os mais proprios para chamar o Ordem pessoas que inimigas della se não levão que por fôrça, como consta de alguns dos ditos que athe consta terem declarado, que não comparecerão por que nas Instrucçoens se lhes não comina pena alguma. Deos Ge. a V. Ex.^a. Palacio do Governo de Serge, 17 de 8br.^o de 1824 — Ilm.^o e Exm.^o Senr João Severianno Maciel da Costa. Do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio — **Manoel Fernandes da Silveira.**

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Erario, Marianno José Pereira da Foncêca, sôbre a Junta da Fazenda desta Provincia.

SENHOR — Tendo Sua Magestade Imperial por uma Provizão do Conselho da Fazenda de 22 de Setembro de 1823, mandando informar a respeito da creação da Junta da Fazenda desta Provincia e cumpri em 15 de Abril do anno corrente com quanto estêve da minha parte. Convindo muito a Decizão a similhante respeito, principalme. em quanto ao melhoramento dos Funcçio-

nários a the ao prezente não tem chegado ao meo conhecimento de maneira que esta Repartição tem laborado em grave atrazo e confuzão com prejuizo notavel da Fazenda Nacional e Imperial, e sem que lh'o possa remediar, pois com quanto tenha requizitado ao Presidente da Bahia ao menos um Official de Fazenda capaz para servir de Escrivão intirino, tem sido em vão a minha solicitude e os bons desêjos do mesmo Prezide., pois os mais habeis Officiaes se recuzão aventurar uma serventia fora de sua Província sem ser por Mando Imperial. O desarranjo em que tinha pôsto Eusebio Vanerio se se conhece pela Repartição da Pagadoria militar de que era Vedôr Fiscal a um golpe de vista na falta do Lançamento das Praças d'uma Companhia do Corpo de primeira Linha, a que aliaz pagam soldos: sevê que por Plano seu, e contra speciaes Decretos de Sua Magestade Imperial, se abonavão todos os soldos por uma tarifa extraordinaria, e unica no Imperio, qual aque foi stabelecida pelo Facciozo Governo da Bahia em 1821, e de mais sem indagar-se os Officiaes tinhão Titulos ou não: he indubitavel, que não se pode conhecêr de outras couzas se não por um habil Official de Fazenda. Por tanto sou a rogar a V. Ex.^a se dêigne de intercedêr pela Decizão a este respeito, ou seja confirmando-se a Creação da Junta, ou creando-se ou outra maneira de arrecadação mas nunca em forma que fique a cargo das Camaras por. q. estas são muito indolentes, e levadas pr. parcialidades tudo demorão e nada conhecem; despachando logo os Officiaes necessarios e com preferencia o que mencionei na predita Informaçãõ por ter todo o conhecimento desta Província e os necessarios requizitos. Deos Ge. a V. Ex.^a. Palacio do Govêrno de Serge. 18 de Outubro de 1824 — **Manoel Fernandes da Silveira.**

A CIDADE DO RIACHÃO DO DANTAS, COMO COMEÇOU

Desemb. JOÃO DANTAS MARTINS DOS REIS

O Conselho Nacional de Geografia tem feito grande empenho pelos estudos históricos, geográficos e econômicos dos municípios brasileiros. Em consequência dessa preocupação, muitos municípios já têm a sua história, a sua geografia, a sua vida financeira e todas as suas possibilidades econômicas, estudadas e enfileiradas em opúsculos de publicação oficial. Não vai por muito tempo, um dos prefeitos de Aracaju tornou público, por edital, que o Diretório Municipal de Geografia, órgão do Conselho Nacional de Geografia, estabeleceria concurso para os fins apontados.

Em Sergipe, ao que me conste, não houve movimento algum a respeito. Apenas o Departamento Estadual de Estatística publicou um sumário estatístico descritivo, com indicação e dados muito úteis, dos municípios de Sergipe. Mas, nem por isso ficamos privados de lançar no papel os primeiros delineamentos para o fim objetivado, de referência a qualquer localidade ou município do Estado. É o que fazemos a respeito dos dados históricos de Riachão, por isso que dada a nossa despreocupação, vão caindo em completo esquecimento, por desaparecimento da tradição oral havida de gerações anteriores e de documentos antigos que nem sempre existem nos cartórios e arquivos, pelo abandono e pouco interesse de certos serventuários e funcionários públicos e até dos próprios governos. Daí a razão de procurarmos reviver nestas linhas a história de como começou a hoje cidade do Riachão do Dantas, ainda com os seus aspectos de vila colonial.

Teve origem no começo do século XIX. O seu nome provém do riacho, quase rio (riachão), que passa próximo à localidade. O sufixo *ão* que entra na formação da palavra riachão é ordinariamente aumentativo. É um dos maiores afluentes do rio Piahy no município. Foram as suas primeiras casas edificadas nas terras de João Martins Fontes, que mais tarde construiu a capelinha do povoado.

O fundador de Riachão tinha grande prole, da qual faziam parte duas minhas bisavós, pelo lado paterno. Da descendência de João Martins Fontes daremos no final deste trabalho, uma notícia que bem orientará os que a quizerem conhecer.

Construídas as primeiras moradas, foi aumentando o povoado com a situação e plantação de sítios e edificação dos primeiros engenhos da circunvizinhança. O de "Riachão" (hoje "Salgado") foi construído por João Martins Fontes Junior, filho do proprietário das terras em que fôra edificado o povoado. O de "Fortaleza" ("Sítio S. João da Fortaleza"), por João Dantas Martins dos Reis, que, terminando a casa residencial, passou a ocupá-la, em 27 de abril de 1851.

Durante o tempo da construção da casa grande, esteve o seu edificador hospedado no sítio "Candeia", de propriedade de Domingos Barbosa Pita, o qual mais tarde, foi incorporado, por compra, às terras do mesmo engenho. Só em 11 de Outubro de 1852, moeu pela primeira vez o engenho "Fortaleza". As maneiras educadas do Ccl. Dantas e a sua honradez tradicional, deram-lhe ascendência de destaque no meio em que vivera, assegurando-lhe grande prestígio pessoal, que, mais tarde, repercutira na política da Província, (1).

(1) Exerceu cargos de eleição popular, como de Conselheiro, presidente da Câmara, Juiz de Paz e muitos outros de nomeação. Foi deputado provincial nas legislaturas de 1856-57, 1860-61, 1870-79 e 1882-87. Exerceu várias comissões na Assembléa, cuja presidência lhe foi confiada algumas vêzes. Nomeado Vice-Presidente da Província, a 1.º de setembro de 1855, esteve duas vêzes no Govêmo; a primeira de 19 de setembro a 27 de outubro de 1855 e a segunda de 5 a 19 de março de 1856. Foi nomeado, por serviços prestados por ocasião da epidemia de "colera morbus", que seixou na Província nos anos de 1855 a 1856, Oficial da Ordem da Rosa (Carta Imperial de 2 de março de 1859, 38.º da Independência). Mais tarde foi agraciado, por Carta Imperial de 5 de julho de 1871, por serviços rela-

Este prestígio social e político deu lugar a que "Riachão" ficasse conhecido geralmente na Província e sertão de Bahia, como o Riachão dos Dantas. Ainda há pouco tempo, em 1938, uma cantora de rádio, no Rio de Janeiro, quando entrevistada por um repórter de certa revista, disse que era de Sergipe, do Riachão do Dantas. O Coronel Dantas mais tarde Comendador, (2) era neto e afilhado de João Martins Fontes. Consorciou-se com a sua prima Mirena Maria da Silveira Carvalho, também neta do seu avô.

Aos 28 dias do mês de abril do ano de 1853, na vila do Lagarto, da então comarca de Estância, na casa do Capitão Mór Joaquim Martins Fontes, foi pelos herdeiros de João Martins Fontes, êle "Joaquim Martins Fontes e sua mulher Ana Maurícia da Silveira Fontes, o Comandante Superior Antônio Martins Fontes e sua mulher D. Maria Francisca da Costa Fontes, o Tenente Coronel Domingos José de Carvalho Oliveira e sua mulher D. Ana Fran-

vantes prestados à Província, com o título de Comendador da mesma Ordem. Nasceu em 18 de maio de 1830 e faleceu em 14 de outubro de 1890. Inserimos aqui a Carta Imperial por ser um documento histórico interessante :

A PRÍNCESA IMPERIAL REGENTE EM NOME DO IMPERADOR SENHOR D. PEDRO II

Grão Mestre da Ordem da Rosa

Faz saber aos que esta CARTA virem que, Atendendo aos relevantes serviços que tem prestado o Coronel João Dantas Martins dos Reis, da Província de Sergipe :

Há por bem nomeá-lo Comendador da dita Ordem, da qual já é oficial.

Pelo que lhe mandou passar o presente, a qual, depois de prestado o juramento do estilo será selada com o sêlo das Armas Imperiais.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em cinco de julho de mil oitocentos e setenta e um, quinquagésimo da Independência e do Império.

(Assinado) Princesa Imperial Regente

João Alfredo Correia de Oliveira.

Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Há por bem nomear Comendador da Ordem da Rosa o Coronel João Dantas Martins dos Reis, como acima declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Seguem as notas : Por Dec. de 23 de Maio de 1871; o compra-se; registros; pagamento dos selos e o juramento do estilo, em 6 de Abril de 1872.

(2) Ao grupo escolar edificado no lugar da sua casa residencial da cidade deu-se o nome de COMENDADOR DANTAS. A inauguração teve lugar em 19 de Abril de 1942.

cisca da Silveira Carvalho, o Tenente Coronel João Dantas Martins dos Reis e sua mulher D. Mirena Maria da Silveira Dantas, o coronel Joaquim da Silveira Cardoso e sua mulher D. Micaela Maria do Sacramento, o Tenente Coronel José Martins da Silveira Fontes e sua mulher D. Quitéria Maria de Magalhães, Paulo Freire Mesquita e sua mulher D. Maria Francisca da Silveira, passada uma escritura de dote de capela ou doação para capela, em que declararam o seguinte: — “que tendo no inventário de seu pai, sogro e avô João Martins Fontes sido descrita e avaliada em 300\$000 a casa de morar, o Oratório ou casa de oração anexa à mesma com duzentos e quarenta braças de terra, e sendo partilhada com igualdade entre êles outorgantes, êstes para o fim de ser erecta em Capela a referida casa de oração com a denominação que já tem de Nossa Senhora do Amparo do Riachão, d’hoje para sempre fazem doação, a bem da mesma ereção da referida casa de morar, casa de oração e terras, que são duzentas e quarenta braças, as quais principiarão no meio do corpo principal da casa de oração, seguindo para um e outro lado com 120 braças, e a largura pegará do cruzeiro, onde está a cêrca do pasto do herdeiro Paulo Freire de Mesquita, com a mesma largura até o fim da terra da parte do sul com as braças que tiver, dentro das quais acha-se edificada a casa de oração, e todo o povoado; ficando igualmente pertencendo à mesma doação dotal o tanque grande feito pelo seu pai, sogro e avô dos doadores, os quais fazem a presente doação a bem da fábrica, despesas de ereção e ornamentos da Capela e quando pelos rendimentos anuais do terreno não se possa ocorrer a tôdas essas despesas, todos os doadores obrigam-se por suas pessoas e bens e pelos seus herdeiros a fazerem anualmente boa a quantia de 24\$000 para o dito fim, enquanto a dita Capela não passar a categoria de Matriz”.

A capela fôra edificada por João Martins Fontes, quando ainda residia no seu engenho “Campo da Barra”, da freguesia de Itabaianinha, hoje do termo de Aranaá, antes de mudar-se para Riachão, onde morreu, em 7 de Julho de 1848, com 86 anos, pois nasceu em 23 de Junho de 1763, sepultando-se na mesma capela que construíra, onde existia seu túmulo com lápide indicadora. A primeira escola pública do povoado foi criada pela Resol. pro-

vincial de n.º 331, de 22 de Maio de 1848. O presidente Inácio Barbosa criou o distrito de sub-delegacia em 9 de Fevereiro de 1854. Em 1855 foi criada a freguesia de N. S. do Amparo do Riachão, pela lei provincial de n.º 419, de 27 de Abril de 1855, criação aprovada, canonicamente, no ano seguinte, em 20 de Agosto.

Fundada a freguesia, dela foi primeiro vigário o Pe. João Batista de Carvalho Daltro. (3)

O povoado foi elevado a vila pela Resol. provincial de n.º 666, de 13 de Maio de 1864, desmembrado do município do Lagarto. Suprimida pela Resol. de n.º 730, de 15 de Maio de 1865. Restaurada pela de n.º 888, de 9 de Maio de 1870.

Certamente causou o decesso a intromissão da politica da época, para ferir pessoas, pois estava de cima o partido Liberal, que subira em 12 de Maio de 1865 (Gabinete Furtado), contrário ao Coronel Dantas. Caíndo o partido "Liberal", em 16 de Julho de 1868, subiu o "Conservador", gabinete Itaborahy.

Em 1870 permanecia no poder.

A agência do correio da Vila foi criada pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 22 de Outubro de 1864 ("Correio Sergipense" de 26-11-1864).

Riachão foi erigido a termo judiciário da comarca de Lagarto em 1873. Criado o officio de tabelião público, judicial e notas ao qual foi anexo o da provedoria de capelas, residuos, órfãos e ausentes, pela Resolução n.º 953, de 25 de abril de 1873, foi instalado o fóro civil e criminal do termo, provido por juizes leigos, tendo sido os primeiros nomeados: Remígio de Faria Oliveira e Cap. João Dantas dos Reis, respectivamente 1.º e 2.º suplentes de Juiz Municipal.

Em 1881, criada a comarca de Buquim, pela Resolução n.º 1180, de 30 de Abril, só instalada em 18 de Dezembro de 1884, o termo de Riachão desmembrado da comarca de Lagarto ficou

(3) Sucederam-na os vigários encomendados António Alves da Fonseca, Manoel Felício de Miranda Lima, Feliciano Francisco dos Santos Andrade e Manoel Luiz da Fonseca (também encomendado e depois colado). O Padre Daltro logo depois passou a parochiar Lagarto, onde morreu em idade avançada.

fazendo parte dela. Mais tarde o termo de Riachão foi desmembrado da comarca de Buquim, voltando para a de Lagarto, por força do Decreto n.º 43, de 8 de Maio de 1890.

Em 1913 passou a termo judiciário da comarca de Rio Real (Lei n.º 648, de 25 de Outubro de 1913). Supressa essa comarca, Riachão novamente voltou a termo componente da comarca de Lagarto (Lei n.º 826, de 25 de Agosto de 1922). Criada a comarca de Tobias Barreto, dela passou a ser termo judiciário (Decreto-Lei n.º 533, de 7 de Dezembro de 1944).

Depois dos Decretos Leis da União de ns. 311, de 2 de Março e 552, de 28 de Junho de 1938, sobre a divisão territorial do País e Decreto-lei do Estado de n.º 150, de 15 de Dezembro do mesmo ano, que deu execução aquêles decretos, Riachão como tôdas as vilas do Estado sêde de termos judiciários, passou à categoria de cidade. Pelo Decreto Estadual n.º 377, de 31 de Dezembro de 1943, passou a ter nome de RIACHÃO DO DANTAS, em homenagem ao Comendador Dantas.

Fica situado a 11 graus, 3 minutos e 45 segundos de latitude sul e a 37 graus e 43 minutos e 30 segundos de longitude em relação ao WGr.

A cidade está a 200 metros acima do nível do mar e conta o município com uma área territorial de 609 quilômetros quadrados e a população é de 13.478 habitantes.

A densidade demográfica do município é de 20,1 habitantes por quilômetro quadrado. Acha-se a cidade a 108 quilômetros da capital, em linha reta, na direção O.S.O. e tem uma população de 1.333 almas.

Em 31 de Dezembro de 1935, tinha 426 casas, sendo maior que várias outras cidades do Estado — (ver o Diário Oficial do Estado, de 31-1-1939). Como meio de comunicação tem telefone ligado ao telégrafo nacional. (4) Fica à margem da estrada de rodagem de Aracaju à São Salvador e a 2 léguas da estação de Buquim, da Estrada de Ferro Leste Brasileiro.

(4) Últimamente foi inaugurada a estação telegráfica, em 11 de Outubro d'êste ano. (Diário de Sergipe de 20-10-947).

O município de Riachão tem os seus limites traçados pelo Decreto Lei do Estado de n.º 150, de 15-12-1938, modificado ou corrigido pelo de n.º 295, de 2-9-1940.

Riachão antes da sua organização político-administrativa, esteve sempre subordinado a Lagarto, onde votavam os seus eleitores, que já tinham como chefe o Cel. Dantas, o qual dirigiu também a política de Lagarto, onde exerceu cargos de eleição e de nomeação, principalmente depois da morte do Pe. José Alves Pitangueira, do Cel. Antônio de Souza Vieira e do Te. Cel. José de Souza Freire, cidadãos então de destaque naquela vila.

Em 1947.

DESCENDÊNCIA DE JOÃO MARTINS FONTES

Nasceu em 23 de junho de 1762. Casou-se com Ana Francisca da Silveira, em 23 de novembro de 1796.

FILHOS DO CASAL :

- 1.º) Joaquim Martins Fontes (Capitão Mór). Nasceu em 29 de julho de 1798. Casou-se com Anna Maurícia da Silveira Fontes. Filhos: Dr. Eugenio Teles da Silveira Fontes, Barnabé, José Guilherme, Rosa (Rosinha), Rita (Ritinha), Mariana, Joana e Clara (Clara Pinto de Carvalho).
- 2.º) Mariana Francisca da Silveira. Nasceu em 2 de setembro de 1799. Casou-se com João Dantas dos Reis. (*)
Filhos: João Dantas Martins dos Reis (Comendador), Cícero Dantas Martins (Bacharel e Barão de Geroabo) Benício Dantas Martins (Bacharel) e Francisca Dantas da Silveira Carvalho.

(*) De quem disse da tribuna do Senado do Império, o Visconde de S. Lourenço: — "Posso asseverar que, em consciência, poucos homens conheço no campo, tão honestos e tão sérios como o Cel. João Dantas". Conf. pref. por J. C. PINTO DANTAS JUNIOR, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 27 de Junho de 1938, pags. 3 a 4. Ocupou vários cargos no Império. Foi Cavalleiro da Ordem do Cruzeiro e Cavalleiro Professo do Hábito de Cristo.

- 3.º) João Martins Fontes Junior. Nasceu em 26 de Dezembro de 1801. Casou-se com Luiza Oliveira da Silveira Fontes. Filhos: Afro, Gaspar, Teófilo, Antonio, Paulo, Antonia, Ana, Prima, Martinha e Delmina.
- 4.º) Ana Francisca da Silveira Carvalho. Nasceu em 2 de junho de 1803. Casou-se com Domingos José Oliveira (Tenente Coronel). Filhos: Fiel José de Carvalho Oliveira (médico) Ana Carolina Oliveira e Mirena Maria da Silveira Carvalho.
Tendo falecido Ana Francisca da Silveira, convolou segunda nupcias com sua cunhada Maria Francisca da Silveira, em 24 de Junho de 1807.

FILHOS DO CASAL :

- a) Antônio Martins Fontes. Nasceu em 10 de setembro de 1810. Casou-se com D. Maria Francisca da Costa Fontes. Filhos: Alcebiades, Raimundo, João, Genes (Bacharel), Antonio (Médico) e Paulo Martins Fontes (Bacharel), Anisia, Lidia, Glicéria, Maria, Ana, Jolinda, Mariana, Antusa e Josefa.
- b) Micaela Maria do Sacramento. Nasceu em 3 de Novembro de 1811. Casou-se com Joaquim da Silva Cardoso. Filhos : Ramiro, Aristides da Silva Cardoso e outros.
- c) José Martins da Silveira Fontes. Nasceu em 3 de outubro de 1813. Casou-se com Quitéria Maria de Magalhães. Filhos : José Martins da Silveira Fontes Junior, Mariana e outros.
- d) Maria Francisca da Silveira. Nasceu em 6 de março de 1815. Casou-se com Paulo Freire de Mesquita. Filhos : Antonio Martins Freire, Avelina, Mariana e Delminia.
A primeira mulher Ana Francisca da Silveira, nasceu em 10 de fevereiro de 1780 e faleceu em 31 de maio de 1806.
A segunda, Maria Francisca da Silveira, nasceu em 28 de julho de 1790 e faleceu em 12 de março de 1815.

Do primeiro consórcio de João Martins Fontes faleceram, na primeira idade, os seus filhos: Manuel, Izabel, Micaela e Manuel (2.^o) e êle em 7 de julho de 1848.

ASCENDENTES PATERNOS DO COMENDADOR JOÃO DANTAS MARTINS DOS REIS

PAIS : — Cel. João Dantas dos Reis, que também, anteriormente, se assinou João Dantas dos Reis Portatil, c.c. Mariana Francisca da Silveira Dantas.

AVÓS : — João D'Antas dos Imperiais Itapicuru, que antes da Independência se assinara João d'Antas dos Reis Portatil, tendo adotado, como sinal de patriotismo corrente na época, cognomes em substituição aos de Reis Portatil, c.c. Francisca Xavier de Souza Dantas.

BISAVÓS : — Inacio dos Reis Leite, c.c. Teodora Maria de Souza.

TRISAVÓS : — Baltazar José dos Reis Porto, c.c. Leandra Sancha Leite.

TETRAVÓS : — Francisco Gonçalves Leite, c.c. Joana Vieira de Souza.

CORONEL JOÃO DANTAS MARTINS DOS REIS *

Sem ter ainda preenchido o sexagesimo anno de existencia, aposentou-se na eterna mansão da morte o abastado fazendeiro e illustre homem politico que se chamou — João Dantas Martins dos Reis, deixando em torno de seus amigos um halo de saudade pallido e triste, como a propria dôr.

Era natural do sertão da Bahia e filho legitimo do venerando coronel João Dantas dos Reis com sua virtuosa esposa, e exma. senra. d. Marianna Fontes da Silveira Dantas, tambem já fallecidos.

No verdor dos annos emigrou para este Estado, onde pelos laços sacramentaes, ligou-se com a distinctissima snra. d. Mirena de Carvalho e Oliveira, filha muito amada do prestimoso tenente-coronel Domingos José de Carvalho e Oliveira; tendo d'esse auspicioso consorcio filhos, que, uns são já mortos, e outros sobrevivem casados e occupando vantajosa posição na sociedade.

Colligado a companheiros do seu merecimento e estatura moral, que a saudade popular jamais olvidará, como os coroneis Antonio Martins Fontes, José Vicente de Souza e o commendador Francisco Teixeira de Faria, desde que entrou na politica, o que foi nos seus primeiros annos, até aos ultimos clarões da monarchia, preponderou sempre nos destinos do partido conservador do sul de Sergipe, exercendo uma influencia tão prestigiosa, quão benéfica, tão forte, quão legitima.

* O Comendador João Dantas Martins dos Reis, natural da então provincia da Bahia, vindo para Sergipe, tornou-se figura de grande relevo, como politico, austero, prestigioso e de visão percutiente.

Estampando esta revista dados genealógicos de sua illustre familia, pareceu-nos acertada a transcriçãõ, que fazemos, d'este artigo, dando-lhe maior vulgarizaçãõ e perenidade.

Grandemente considerado por seus amigos, nunca lhe foi recusado o voto decisivo acerca dos negocios e interesses do partido que o honrava com a mais illimitada confiança.

Fallando de um morto ante os seus contemporaneos, por menos imparcial que fossemos, seriamos coagidos ao respeito da verdade historica.

Todos sabem o que foi o coronel Dantas.

Colhido pela invasão republicana, que julgamos ter vindo salvar o futuro do povo brasileiro, arregimentado como os croatas e sob a tyrannia machiavelica q'especulava com o disfarce parlamentar, o seu procedimento civico foi de uma correção perpendicular, collocando-se ao lado do governo provisorio, que ainda não terminou a affanosa obra de reconstrução começada a 15 de novembro do anno passado.

Conservador ou republicano, o seu posto de honra foi sempre junto à dignidade d'esta grande patria.

Que o digão as ultimas eleições.

Indole amavel, verdadeiro gentleman na polidez do tracto, nem um só rancor individual deixou entre os seus muitos adversarios politicos, q'nunca negarão justiça nem às suas boas e elevadas intenções, nem à honrabilidade do seu carater superior pela pureza e isenção de que era dotado.

À sua localidade prestou os beneficios que estavam ao alcance de suas forças, sempre com a melhor boa vontade, como apregôam vivamente os multiplos melhoramentos que realisou em prol da igreja matriz do Riachão.

O illustre morto durante muitas legislaturas occupou dignamente a cadeira de presidente da ex-assembly provincial, exerceu por vezes outros importantes cargos de eleição popular, serviu como commandante superior da guarda nacional de sua comarca, tinha a patente de coronel d'aquella milicia, e era commendador da ordem da rosa.

Não conhecemos quem lhe fosse superior entre os homens publicos proeminentes de Sergipe, e que mais dedicação tivesse por sua patria.

Passou hobreando com as notabilidades politicas, — aqueles que mais tem se empenhado pelo desenvolvimento moral e material d'este Estado.

Si a sua memoria não fica ligada a empresas monumentaes, a gigantescos commettimentos, á realisação de obras publicas da maior importancia, a ninguem é licito ignorar a rasão.

Os movimentos do progresso obedecem á dura condição do tempo e das circumstancias.

Tambem os que estiverão nas duas camaras do parlamento, por mais patriotismo e melhor vontade que tivessem, não conseguirão, dotar-nos dos urgentes melhoramentos de que precisamos.

É que o homem não é sempre grande.

Os seus esforços, porém, valem muito e muito o nobilitão.

Hoje nada mais resta no nosso illustreamigo !

O segundo coronel João Dantas Martins dos Reis já é um nada como o primeiro !

No aposento que occupou quando o sangue lhe aquecia as arterias, está escripta esta desenganadora e terrivel palavra, que unguimos com as lagrimas da amisade dolente — **Umbra !**

Pesames á exma familia do grande morto, que foi um dos primeiros representantes d'este Estado !

(O Republicano, de Aracaju, de 16 de Outubro de 1890).

* * *

CORONEL JOÃO DANTAS MARTINS DOS REIS

Depois de ter passado longos dias no leito da dor, faleceu em sua fazenda **Fortaleza** o sr. coronel João Dantas Martins dos Reis.

Pertencera o finado a illustre e importante familia de Sergipe e Bahia, familia que ali, como aqui, sempre preponderou.

Ocupara por muitas vezes o lugar de membro da extinta assembleia provincial deste Estado, da qual chegou a ser seu presidente, e na localidade em que residia os mais importantes cargos de eleição popular.

Durante o ultimo dominio do antigo partido conservador, para cujos membros gozava de prestigio, sendo considerado um de seus importantes chefes, estivera na presidencia da então provin-

cia de Sergipe como seu primeiro vice-presidente, lugar de que foi destituído quando ascendeu ao poder o partido liberal.

Tinha amigos que lhe eram muito dedicados.

No sul do Estado o desaparecimento do coronel Dantas torna-se muito sensível, pois era ali que o ilustre morto exercia inteira e incontestável a sua direção política.

Pesames à sua família.

(Gazeta de Sergipe, de 16 de outubro de 1890).

* * *

O CORONEL JOÃO DANTAS MARTINS DOS REIS

Já não pertence ao numero dos vivos o importante cidadão, cujo nome encima estas linhas.

Horível enfermidade, que durante e muitos dias ocasionou-lhe sofrimentos cruciantes, roubou-o ontem, às 4 horas da tarde, aos extremos aletos de uma virtuosa família e à estima sincera de numerosísimos amigos.

Natural da Bahia, o coronel João Dantas veio, muito moço, residir em Sergipe, onde por mais de 40 anos militou no antigo partido conservador de Sergipe, como um de seus chefes mais influentes. A sua influencia, porem, foi sempre benéfica, como o atestam os seus proprios adversarios e os serviços prestados à localidade onde residia, o municipio do Riachão.

Um traço de sua vida particular dará, ao mesmo tempo, a nota da bondade de seu coração e da elevação de seu espirito. O coronel Dantas era fazendeiro e na sua fazenda havia, á custa da sua bolça uma escola primaria para a educação dos filhos dos seus trabalhadores.

O seu ultimo ato como politico, foi abraçar a candidatura do dr. Felisbell Freire, cuja eleição era uma questão de honra para o carater sergipano.

Sobre a pedra de seu tumulo, uma coroa de saudades; e á sua digna familia, os nossos pesames sinceros.

(Correio de Sergipe, 16 de outubro de 1890).

RECORDAÇÕES DE UMA VIAGEM (1959)

Dr. João Rodrigues da Costa Dória

PRÓLOGO

Aos meus prezados sobrinhos, **Gustavo** e **Ruth**, dedico este meu trabalho. Devo a eles o voltar a ver minha terra, que há mais de cinquenta anos não via.

Foram bem felizes e alegres os dias que passamos juntos, quer em viagem, quer em casa.

A eles eterna gratidão.

Salvador, Bahia — 1961

O Autor

As recordações são os únicos astros
que adornam a noite da velhice.

(Castilho)

Nascer, ainda pequeno deixar o torrão natal, ir para longínquas terras, viver entre outras gentes, embora da mesma raça, onde se cresce, se educa, e se vem a querer a esta terra, como se sua fósse, é da vida, é fase natural,

Mas no pensamento fica sempre a habitar a recordação do local onde se nasceu. Jamais desaparecerá da mente o lembrar êste lugar, querer sentir o ar que em criança se sentiu, ouvir o som que nos embalou.

Um dia a sorte faz com que se volte a ver a cidade pátria, as suas ruas, as suas praças, as suas casas. Encontra-se tudo transformado, mas se ao olhar se vê tudo isto, se desenha no cérebro o que se viu quando daí se saiu. A côr do céu, de um azul tão belo, querido, é o mesmo. O sabor da água do rio, que no tempo nos parecia tão largo e o maior do mundo, ainda é gostosa. Sente-se o prazer, o coração pulsa com alegria no se ver que o progresso também atingiu a nossa terra, que está não ficou no marasmo. Ontem ouvia-se sômente o ranger saudoso do carro de bois, hoje se ouve o buzinar dos automóveis, o silvo das locomotivas, o cantar dos rádios. Estamos certos que amanhã se ouvirá o roncar dos aviões, em seus campos de pouso.

Propriá, não sabemos a origem e significado dêste nome, mas sabemos que muito o amamos. S. Francisco, magestoso rio, que ao correr para o oceano, sempre para frente, na sua marcha precipitou-se por entre as rochas, dando origem à cachoeira de **Paulo Afonso**, orgulho do **Brasil**, e atualmente dando a nossa maior fonte de eletricidade.

Propriá, ao me afastar de tí, onde tive o prazer de te rever e a dor de te deixar, lembro-me de **Gustave Le Bon**, quando em seus "Aphorismes" diz : L'homme ne possède que deux certitudes absolues: le plaisir et la douleur. Elles orientent toute sa vie individuelle et sociale.

Estou a escrever estas linhas, mas o pensamento está em frente a essa Matriz onde me tornei cristão, na Praça, onde em uma de suas casas vi pela primeira vez a luz do dia.

* * *

É êste meu trabalho uma recordação de nossa viagem à minha terra, o que foi feita em 1959 em companhia dos meus sobrinhos **Gustavo e Ruth**, das amigas **Fiuca e Leonor** e das minhas filhas **Inah e Nancy**. Foi uma grande alegria para a minha vida. Corria

o ano de 1959. Tenho nitidamente gravado em meu pensamento o que via, o que conhecia e o que não conhecia.

A mais de cinqüenta anos que não via a minha terra, a não ser em pensamento. Muito desejava reve-la, mas tudo era contrário.

Aproximava-se a data de 25 de junho de 1959, e na mesma tinha que ser inaugurado em **Propriá** um busto em brouze comemorativo ao centenário do nascimento de meu irmão, **Dr. José Rodrigues da Costa Dória**. Queria, desejava, devia estar presente a êste ato. Mas como fazê-lo? Como consegui-lo? Deus é grande e nada é impossível.

Estávamos em 15 de junho, quando bateram na porta de nossa residência, à rua Barão de Itapoan, 3 — Apt, 204 — Barra — Salvador — Bahia. Quem seria? Era meu sobrinho **Gustavo**, médico e residente em **Campinas** (S. Paulo), acompanhado de sua espôsa, **Ruth**, e de uma comadre, **Fiuca** e da filha desta de nome **Leonor**.

Foi para nós uma grande alegria. Tinham vindo de uma longinqua terra, em automóvel, e pretendiam ir a **Propriá** para assistirem a inauguração do busto de nosso chefe **Dr. Rodrigues Dória**.

Foi com grande prazer que recebemos o convite para ir com eles. Tinha uma filha, a **Tania**, adoentada, mas já quase boa, razão pela qual concordamos em acompanhá-los.

A viagem foi feita em parte no **Estado da Bahia**, e em parte no **Estado de Sergipe**, que atravessamos de Sul a Norte.

Estradas, campos, vilas, cidades, tudo está impresso no nosso pensamento. As transformações de minha terra e das cidades que conhecia, vieram demonstrar a marcha do progresso que seguiram, mas não me fizeram esquecer do **Propriá** do meu tempo, do **Aracaju** que conheci.

Quando em **Aracaju** ao passar pela bela avenida que levava a **Atalaia**, ao passar pelo antigo ponto da **Fundição**, me veio claramente ao pensamento os bons banhos de mar que aí tomei, quando criança.

Tenho fé em **S. Judas Tadeu**, que me dará vida e saúde, que voltarei de novo a **Propriá**, onde está perpetuado no brouze aquêle que foi meu educador, que me criou, a quem devo o que

sou. Não quer dizer isto que esqueci o velho e prezado Pai, que felizmente também tem seu nome pôsto em uma das ruas. A natureza me foi ingrata, roubando-o nos meus primeiros anos de vida.

Não sei se estará bem escrito o que pretendi fazer, mas estou certo que exprime a verdade.

Antes de terminar não devo esquecer um nome, de pessoa que também muito concorreu para a minha viagem. Quero me referir a minha velha cunhada **Alice**, que encarregou a **Gustavo** de me proporcionar esta alegria.

Grato aos que tiverem a paciência de me ler.

Salvador (Bahia), 1961

O Autor

Salvador a Aracaju

1.º Trecho

Como havíamos combinado, ao amanhecer de 23 de junho de 1959 (5 horas da madrugada), véspera de S. João, chegou a nossa porta, na rua Barão de Itapoan, 3 — Apt. 204, a “Pêrua” dirigida pelo **José**. Nós despedimos dos de casa e nos dirigimos para o Pálace Hotel, na rua Chile, para tomarmos os de **Campinas**.

Manhã esplêndida e todos alegres. A cidade começava a despertar.

Íamos em um automóvel Volkswagen-Kombi, tipo “Pêrua”, matriculado como “Pêrua-Kombi”, sob o número 53.32.89, em Campinas, São Paulo.

Partimos de casa, atravessamos a Av. Sete chegamos à rua Chile, onde tomamos Gustavo e os seus, seguimos pela Praça Castro Alves, Ladeira da Montanha, Comércio (Cidade Baixa), Av. Frederico Pontes, Calçada, entramos na rua Nilo Peçanha, Baixa do Fiscal, Ladeira de Pedra e Largo do Tanque, onde tínhamos que entrar na estrada de Bahia-Feira. Ao sair do Largo

do Tanque a estrada passa pela encosta da montanha, deixando ver a esplêndida vista de tóda a península de Itapagipe.

Chegamos ao local denominado **S. Caetano**, e portanto saímos de **Salvador**.

Durante tóda a viagem era a "Pêrua", ora dirigida pelo **José**, mas o mais das vêzes pelo **Gustavo**. Servia de cronometrista e indicadora do itinerário, **Ruth**, que sempre atenta, o fazia através de um mapa "Esso".

Conversávamos, ríamos, observávamos uma ou outra coisa, e assim alegres continuávamos a viajar. **Inah** e **Nancy** sempre cuidadosas com o velho **Pai**.

A estrada de rodagem, a não ser de **Salvador** a **Alagoinhas** e um pequeno trecho ao chegar em **Aracaju** que era asfaltada, no mais era de barro, sendo em alguns pontos mal tratada e mal conservada.

No quilômetro 14, lado esquerdo, havia uma grande construção, que era a do Frigorífico **S. Francisco**, que em breve iria fornecer carne para a Capital. Mais adiante, no mesmo lado, numa baixada ao lado da estrada, estavam amontoados velhos caminhões, automóveis, ferros velhos, tudo pertencente a Petrobrás. Um pouco adiante, a direita, as boas e modernas instalações e depósitos de gás engarrafado, de Mataripe, para fornecimento dos domicílios.

Chegamos e passamos por **Pirajá**, onde existe um posto de fiscalização (posto de Campinas). Seguimos pela estrada atual, que se afasta da antiga, que passava pela praça do arraial, onde fica uma igreja, simples mas de grande tamanho, e junto a esta o monumento ao **General Labatut**. No lado fronteiro à igreja existe uma rua, ou melhor, um correr de casas, poucas e pequenas. Pela frente delas passava a antiga estrada. (1)

(1) — **Pirajá**, pequena arraial que tem seu nome ligado à história da **Bahia** e do **Brasil**, pois aí se travaram, em 1822, vários combates dos brasileiros contra os portugueses. Os brasileiros eram comandados pelo general **Pedro Labatut**, veterano das campanhas napoleônicas. Os portugueses pelo general **Madeira**. Foi grande a vitória dos brasileiros e seu exército, denominado de Libertador entrou glorioso em **Salvador**. Daí a independência da **Bahia** em 2 de Julho de 1823. **Labatut** está perpetuado em bronze no monumento que já fazamos. Todos os anos é feita uma romaria, em julho, ao mesmo e colocadas coroas no momento.

Pela dircita da estrada pela qual seguíamos estava a nova estrada asfaltada, que em breve seria entregue ao tráfego. Depois começavam aos lados, como em tôdas as estradas, vários campos, cercas de arame farpado, cercas de estacas, tapetes de vegetação verde e rasteira, aqui e ali árvores solitárias, águas estagnadas. Algumas casas perdidas, a maioria de sopapo e cobertura de palha, pequenas roças, lugarejos com suas capelas, alguns desvios com a falta de indicação. (2)

Encontramos também viajantes solitários ou em grupos, a pé ou a cavalo, alguns ciclistas e mesmo ônibus. De vez em vez se depara na margem da estrada com uma cruz, as vêzes protegida por um pequeno telhado. Sinal de estar aí enterrado alguém, principalmente vítima de crime. Algumas vêzes ao lado da estrada existe grandes precipícios. Avistam-se também ao longe, telhados de uma cidade pela qual não passaríamos.

Mas tudo traz ao pensamento um prazer, um renovar da vida. Estradas, cidades, vilas, tudo nos encantava. A mudança de cenário nos empolgava.

O primeiro lugar visto foi **S. Sebastião de Passé**, que já tem algum desenvolvimento. Chegamos em seguida à cidade de **Catú**, onde passamos por fora, mas que em um pequeno hotel à margem da cidade, almoçamos um saboroso café com pão. A dona do hotel, despertando o nosso apetite, nos mostrou um peru assado e um belo bolo, que seria para o almoço, mas do qual não poderíamos tomar parte. **Catú** tem uma parte elevada, tendo na porção mais alta, uma praça onde está localizada a Igreja principal. É servida a localidade, além da estrada de rodagem, por estrada de ferro que liga lirectamente à Capital. (3)

Em seguida passamos igualmente por fora de **Alagoinhas**. Esta cidade é grande, importante, dividida em duas partes, a Nova e a Velha. Servida também por estrada de ferro, onde se bifurca,

(2) — É de lamentar o posteamto do telégrafo nacional, feito em postes de madeira, o mais das vêzes quase a cair, os isoladores quebrados e os fios quase soltos.

(3) — Tem **Catú** um clima excelente e muito tempo foi tido como sanatório, e daí ser muito procurado pelos tuberculosos. Aí também tem pontos de exploração de petróleo, e a noite na encosta da montanha há vários pontos encandecentes, que dá um aspecto interessante (isto observamos em nossa volta).

indo um ramal para Sergipe e outro para Joazeiro. Tem bons prédios, chácaras e praças ajardinadas. (4)

Passamos depois pelas terras de Inhambupe, onde a principal cultura é o fumo. Seguimos depois para Olindina, pequena cidade, para em seguida chegarmos a Itapicurú.

Sentíamos necessidade de alimentação e encontramos na praça da Matriz com um hotel que tinha o nome de Hotel 4 Irmãs. A praça fronteira era ajardinada, tendo no centro uma coluna com o busto do velho Dr. João Dantas, em bronze. Como tôda cidade do Interior, pouco movimento. A Igreja bem grande. Em uma das faces da praça, fronteira a igreja um pósto médico, que tinha o nome da primeira espôsa do Dr. Cicero Dantas. A família Dantas é de grande influência política na zona.

Nos dirigimos ao hotel onde encontramos um dentista, que havia sido nosso aluno na Faculdade de Odontologia da Bahia. O Hotel era simples mas asseiado e boa comida. Após o almoço o dentista gentilmente nos levou a visitar o Balneário, que é bem construído e em certa época do ano bem frequentado. Grande parte da água dêste se perde, formando ao lado uma espécie de pequena bacia, onde várias pessoas estavam a se banhar. Depois desta visita nos despedimos e seguimos viagem. Passamos em seguida na cidade denominada Sobradinho.

Finalmente entramos em Sergipe, que segundo Elisée Reclus é: "Le plus petit État et le paradis de l'Union brésilienne".

Entramos pela cidade de Tobias Barreto, que tem o nome do grande sergipano, uma das glórias do direito brasileiro. É uma cidade de algum progresso, mas tinha a fama de aí campear o jôgo e dêste modo ser visitada por indivíduos suspeitos.

Para entrarmos em Sergipe passamos o Rio Real sôbre uma importante ponte metálica.

Alcançamos depois a cidade de Riachão do Dantas e depois a cidade de Lagarto, que tem algum desenvolvimento, e é conhecida por ter um bellissimo templo.

(4) — Um fato curioso: a Igreja principal, que é grande, sômente tem uma torre e esta é collocada no fundo.

Por falta de indicação nas estradas, tivemos um engano, e em vez de entrarmos pela estrada que nos devia levar para **Aracaju**, entramos pela que levaria a **Estância**, tendo nisto perdido algum tempo, pois andamos alguns quilômetros entre ida e volta para a estrada certa.

Estávamos anciosos de chegar a **Aracaju**, de descansar, principalmente o **Gustavo**, que há muito vinha dirigindo o automóvel.

A noite finalmente chegamos a **Aracaju**, tendo antes passado por **Itaporanga**, pequena cidade, onde tivemos uma pequena demora, pois a estrada de rodagem tendo que atravessar o leito da linha férrea, havia no momento uma composição a fazer manobra. Um fato interessante: Enquanto em frente à linha férrea havia uma taboleta, na qual em letras grandes estava o nome **Taporanga**, nos mapas e no local se dizia **Itaporanga**. Não encontramos explicação para esta atrapalhão de nomes.

Aracaju

Estava terminado o primeiro trecho de nossa viagem. Pretendíamos nos hospedar na antiga pensão da velha **Rubina**, na qual costumava ficar o **Dr. Rodrigues Dória**. Soubemos porém que não mais existia esta pensão. Então nos dirigimos à residência de nosso grande amigo **Epifânio da Fonseca Dória**, na rua de Santa Luzia, 180. A nossa recepção não foi muito agradável para nós, pois não éramos esperados. Com espanto **Epifânio** nos recebeu, pois nos havia telegrafado avisando que a inauguração tinha sido mudada, pois o busto não tinha ficado pronto, mas o telegrama ao chegar a **Salvador** já tínhamos partido.

Ao chegarmos à residência do amigo um grande cão fez as honras de nos receber. Afastado este, entramos na casa. Quadro desolador. O velho que cada vez mais fica surdo, doente, morava em uma grande casa, cercado de pequenos netos, mas sem quem cuidasse dele. Casa mal arrumada, como era de prever. Ainda mais, na noite anterior, ao sair para nos telegrafar, foi atropelado por um automóvel, que felizmente apenas lhe produziu ligeiros ferimentos, escoriações. Involuntariamente íamos sendo a causa de um mal maior.

Foi com prazer que nos recebeu, e como era impossível nos hospedar, nos levou à casa do **Dr. Ferreira Neto**, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, residente na rua Senador Rollemberg, 503, que muito gentilmente nos recebeu e nos levou para o Hotel Marozzi, o principal da cidade, onde ficamos por conta do Instituto Histórico.

É preciso que façamos algumas referências a estes dois amigos.

Epifânio da Fonseca Dória é um homem digno de todo respeito e veneração. É Secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e seu braço direito. É sócio correspondente de vários Institutos do Brasil. É magro, baixo, meio fanhoso e a natureza lhe foi ingrata tornando-o um pouco surdo, o que cada vez mais se acentua. Não tem boa saúde, mas é incansável no trabalho. O seu nome deve figurar em letras de ouro no Instituto.

Dr. Ferreira Neto (Manuel Ferreira da Silva Neto) desde logo nós cativou. É um cavalheiro de fino trato, meia idade, média estatura, pouco físico, mas de uma delicadeza extrema. Farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia, serviu no exército, tendo tomado parte como legalista na Revolução de S. Paulo. Um episódio de sua vida, que foi pelo mesmo narrado, e que pedimos desculpas por publicá-lo: "Como se tornou bacharel". Esta confidência nos foi feita, quando em automóvel, de volta da **Atalaia**, passeio que o mesmo nos proporcionou. Tendo se reformado veio para **Aracaju**, pretendendo estudar medicina, e para isto se matriculou na Fac. de Med. da Bahia. Mas como o homem faz e Deus desfaz, o seu coração foi ferido gravemente pelas setas do Cupido, e não querendo se afastar daquela que devota fervorosa do Deus Eros, que havia incumbido ao Cupido para nele inocular o veneno do amor, resolveu abandonar a medicina e se dedicar ao direito. E assim fez. Dêste modo deixava a cobra pela balança, onde o fiel estava seguro pela aliança de Cupido e Eros. Duas pessoas distintas e uma só verdadeira, a amizade. (5)

(5) — **Aracaju**, cidade situada na margem direita do rio Sergipe, é atualmente a Capital do Estado, em vista da resolução n.º 413 de 17 de março de 1855, sendo presidente da província o Dr. Inácio Joaquim Barbosa. Teve a sua primeira escola, que era do sexo masculino, criada por lei de 5 de março de 1835.

Quando entramos em **Aracaju** estava a rua pela qual passamos tôda marginada defogueiras, que nos fêz lembrar que estávamos nas vésperas de S. João. Notamos a forma das fogueiras, bem diferentes das que conhecíamos. Eram feitas de estacas em pé, amarradas. **Aracaju** atual está bem diferente daquele que conhecíamos, tem belos e modernos edificios, praças ajardinadas. O conhecemos há cinqüenta anos passados. Temos como edificações novas: Instituto Histórico e Geográfico, Delegacia Fiscal, Quartel do Exército, Estação da Estrada de Ferro. Possui uma Faculdade de Direito e o Hospital de Cirurgia, inaugurado em 2 de maio de 1926, que é modelar. Lamentamos que a premência de tempo nos levasse a não visitar êstes estabelecimentos, como desejávamos. Ligando **Aracaju** ao arrabalde da **Atalaia**, existe uma bela avenida, asfaltada, larga, de alguns quilômetros de comprimento, tendo do lado de terra belas e modernas residências. No lado do mar está o bonito prédio do Iate Club, com seus estaleiros modernos e bem aparelhados, já nos mesmos tendo sido construídos barcos.

O salão de festas belo e vasto, tendo como original a parte reservada à orquestra, que tem a forma de uma jangada. Possui uma rampa para a descida dos barcos. Projetam uma piscina.

Êste passeio à **Atalaia**, onde bebemos saborosa água de côco, e a visita ao Iate Club, devemos a gentileza do **Dr. Ferreira Neto**, e foi feita na manhã de 24 de junho, antes de partirmos.

Ê a **Atalaia** uma praia que de há muito serve de ponto de veraneio. Está situada em pleno oceano, ao lado direito da entrada da barra. Deve o seu nome o existir aí uma torre de madeira, da qual eram feitos os sinais para a navegação (entrada da barra, entradas e saídas de navios). Antes de haver a avenida ia-se por uma estrada e ao se chegar no local se passava por uma ponte em arco, de madeira, que atualmente está abandonada. A ponte não era pequena e construída sôbre um pequeno riacho. Ao lado da avenida, mas afastada dêste, em um antigo coqueiral, ficava o campo de aviação.

Não podemos deixar de nos referir ao Hotel Marozzi. Tem em frente uma balaustrada, um pouco alta do nível da rua, tendo um largo portão central que dá por uma pequena escada subida para um terraço, bem aprazível. Uma parte dêste terraço é ocu-

pada por um canteiro com vistosas palmeiras. O edifício tem dois andares, tendo em ambos quartos para hóspedes. Uma parte do terraço é protegida por cobertura e aí estão várias cadeiras para repouso dos hóspedes. Era proprietário um italiano já radicado em **Aracaju**, pois aí mora há muitos anos. Em frente do terraço está a sala de refeições, espaçosa, assejada, ventilada. Ao lado tem um cômodo, que tem também saída para o terraço, no qual estava um piano. Em seguida a sala de refeições estava uma varanda, alongada, seguindo as dependências, larga, onde igualmente existiam mesas para comida. Ao lado desta um pátio sombreado por uma grande árvore. Era de lamentar que um hotel deste tivesse os sanitários e banheiros pobres, sem o conforto preciso. A noite sofremos o martírio das muriçocas.

Depois de jantar, noite clara, demos um pequeno passeio a pé, indo até a praça de Palácio e a algumas ruas adjacentes. Estivemos no telégrafo, onde **Gustavo** passou telegramas. A praça de Palácio está muito diferente da que conhecíamos, está ajardinada. Uma das laterais desta praça está ocupada por edificios modernos, onde funcionam repartições, se destacando o da Delegacia Fiscal, apesar de ser o mais antigo. No fundo estão dois edificios, antigos, mas bem conservados. Um é o Palácio do Governo e o outro, se não nos engana, é o do Instituto de Música e Canto Orfeônico. São separados por um largo espaço, que antigamente era rua, mas que atualmente está fechado por grade, passada de um para o outro edificio.

Visitamos a velha Ponte denominada antigamente de "Ponte do Imperador" e atualmente "Ponte do Governador". Foi remodelada, é atualmente de cimento armado e tem na entrada, de cada lado uma grande coluna. Estas colunas, bem altas, são formadas cada uma de um conjunto de quatro, encimadas por um capitel sobre o qual, em cada uma, está uma figura em tamanho natural. A ponte avança para o rio, tendo na sua extremidade uma espécie de palanque, e escadas para embarques. Em toda a extensão que é protegida por gradil de tubos horizontais, estão colocados bancos. É um belo ponto de descanso, principalmente à noite e se esta é de luar.

Em frente a **Aracaju** está situada a bela e poética **Ilha dos Coqueiros**, com uma vasta cultura de côcos. A vila é uma bela e

agradável morada. É ponto de veraneio e de pic-nics, sendo a travessia feita em canoas.

As 9 horas da manhã de 24 partimos para **Propriá**, que apesar da mudança da festa resolvemos visitar. Iamos começar o segundo trecho da nossa viagem.

Lamentamos não ter podido nos despedir de nosso amigo **Epifânio Dória**, que apesar de doente foi tão gentil.

* * *

Aracaju a Propriá

2.º Trecho

Continuamos a andar, a ver em frente, a se perder de vista a fita avermelhada da estrada, ora a subir, ora a descer, ora a ficar mais larga, ora a virar para um lado ou para outro.

O dia estava esplêndido, o sol a brilhar com intensidade. De um lado e do outro o variado verde da vegetação.

Passamos por fora de **Maroim**, que é uma cidade um pouco antiga, com um pôrto de lama, quando a maré está vazia. Apesar de longe do Oceano, ainda o rio recebe a influência do mesmo. Está ligada a **Aracaju** por meio da navegação, que é feita por barcos e lanchas a vapor. Possui belas chácaras, e tem uma grande indústria de alambiques para a destilação de álcool e cachaça. Em seguida passamos por **Japarutuba** e por **Muribeca**. Tínhamos passado por esta cidade, quando mais uma vez a falta de designação nas estradas nos fêz errar e ir até **Jaboatão**, pequena cidade.

Se continuássemos iríamos dar em **Neópolis** que fica na margem do S. Francisco, em frente a **Penedo** (Alagôas). É **Neópolis** a antiga **Vila Nova** e é cidade industrial, onde existe uma grande fábrica de tecidos da firma **Peixoto, Gonçalves & Cia.** Comunica-se com **Penedo** por meio de embarcações ou por balsas onde passam os automóveis. Comunica-se com **Propriá** por meio de estrada de rodagem e por meio de navegação pelo S. Francisco.

Voltamos, tendo percorrido entre ida e volta cerca de 24 quilômetros. Finalmente a tarde chegamos a

Propriá

Terra onde nasceu o **Autor** destas "Recordações", terra onde nasceu **Pedro**, pai de **Gustavo**, o idealizador desta viagem, terra onde nasceu e ia ser homenageado, **Rodrigues Dória**.

Propriá é uma cidade situada na margem direita do S. Francisco e é cidade desde 1866. Encontramos a nossa terra bem diferente de quando a vimos pela última vez. (6)

Ao chegarmos, às 15 horas nos dirigimos à residência do nosso velho amigo e grande admirador e afilhado de nosso irmão, o **Dr. Xavier Monte**, que é médico e farmacêutico, que apesar de não ter nascido em **Propriá**, mas aí morando desde criança, se considera propriaense. Residia na Avenida Gracho Cardoso, que no nosso tempo de criança se denominava Carrapicho, que era o Bairro Comercial, e onde se realizavam as feiras, bem em frente ao S. Francisco. É **Xavier** rotariano, um pouco surdo, principalmente depois de grave moléstia que sofreu, mas é bom amigo. **Xavier** com o **Dr. Ferreira Nunes** foram os idealizadores da homenagem que ia ser prestada a **Rodrigues Dória**. A eles a família **Dória** será sempre muito grata.

Chegamos à residência do **Dr. Xavier** guiados por um pretinho. É uma boa casa, de dois andares, tendo no térreo o seu consultório e em tempos teve farmácia e laboratório. No momento em que chegamos não estava o nosso amigo em casa, mas logo depois chegou.

Feitas as apresentações subimos e fomos apresentados a sua digna esposa, **D. Antonia**, mais conhecida familiarmente por **Pequena**. Tinha em companhia uma menina que criava, pois não tinham filhos.

Estava a casa em obra e portanto impossível de aí nos hospedarmos, e então **Xavier** nos levou ao Hotel Florelisa, que conforme anunciava "o maior e mais luxuoso hotel das margens do S.

(6) — **Propriá** foi primitivamente denominado **Santo Antonio do Urubú**, cuja freguesia se estendia do Riachão Xingó.

Francisco". Ficava em uma esquina formada pela Avenida Getúlio Vargas e pela rua Serapião de Aguiar, razão pela qual tinha a forma triangular. A entrada que é no vertice tem em frente um pequeno jardim, e por meio de uma pequena escadaria chega a um saguão, onde ficam cadeiras para os hóspedes. Tem dois andares, ficando no térreo a sala de jantar e alguns quartos e no superior vários quartos. Tem na parte central um pátio de forma triangular. Desta parte saía uma escada de madeira, não pequena, ao mesmo tempo, estreita, que fazia ligação entre os dois andares. Terminava em cima, a escada, em uma varanda que era em redor de todo o pátio. Os quartos não eram máus, embora não muito cômodos, com iluminação elétrica, mas com alguns vidros das janelas quebrados e substituídos por táboas. Sanitários péssimos, o que era de lamentar. Igualmente os banheiros.

O hotel tinha o nome em homenagem a duas irmãs que o fundaram (Flor e Elisa). Na ocasião em que aí estivemos era gerente um senhor alto, gordo, de tecido adiposo desenvolvido, mestiço, muito delicado, que se chamava **Epaminondas**.

Uma vez acomodados voltamos à casa de Xavier, onde merendamos um belo e gostoso requeijão. Antes, após ligeira refeição em casa do Xavier saímos para ver a cidade, as suas transformações.

O primeiro lugar que visitamos foi o Cemitério, o qual encontramos em completo abandono. A sepultura de nosso pai tinha sido mudada de local. O gradil em redor da mesma estava sem pintura, a pedra com inscrição, que primitivamente era preta, estava quase alva. Ficamos e estamos na incerteza de que ali estejam os ossos de nosso velho. O Xavier tem sido cuidadoso quanto a ela, não tinha culpa do que se deu. Partimos tristes do Cemitério, e com o coração bem dolorido.

Fomos ao Largo da Matriz, atualmente Praça D. Antonio Cabral, nome muito bem aplicado. A praça está ajardinada. Estivemos em frente à casa em que nascemos, que está completamente diferente. (7)

(7) — O autor destas "Recordações" tem nitidamente no pensamento a disposição e divisão da casa onde nasceu e viveu poucos anos, os primeiros de sua vida, mas não descreve aqui para não tornar enfadonho a quem tiver a paciência de ler este trabalho.

Muita vontade tivemos de ver internamente a casa, mas isto era impossível.

Visitamos depois uma praça que tem o nome de **Rodrigues Dória**, mas que em vista de seu estado de abandono, da despesa precisa para seu melhoramento, não se prestaria para ser aí colocado o busto. Então foi escolhido outro local, onde estivemos, e que é na margem do S. Francisco. Achamos excelente a escolha. Ficaria a olhar o rio que elle tanto amava e sôbre o qual dizia: "com elle aprendi a não me voltar para trás, seguindo seu exemplo na marcha constante na mesma direção, sem retroceder nem esbarrar, purificando suas águas nos vários tropeços e multiplicados embaraços que lhe agitam a corrente, mas não lhe desmandam o curso". (8)

Propriá tem progredido muito nestes últimos tempos, e muito concorreu para isto a chegada aí dos trilhos da estrada de ferro, que data de 1915. Muito e muito trabalhou para isto **Rodrigues Dória**, quando Deputado Federal.

Em seguida fomos visitar um advogado, o **Dr. Josias Ferreira Nunes**, ao qual já nos referimos, e que havia convidado **Gustavo** para a festa da colocação do busto.

Voltamos à casa do **Xavier**, onde a nossa espera estava o **Dr. Juiz de Direito**, com o qual conversamos um pouco e nos foi servido um saboroso sorvete. O pessoal feminino, orientado por **D. Pequena** foi a uma casa comprar rendas e bordados, os quais pela sua esplêndida confecção muito honra a nossa terra. Estas rendas e bordados são muito exportados para o sul do país. Depois voltamos à casa do **Xavier**, nos despedimos de **D. Pequena** e nos dirigimos ao hotel para dormir.

Bem diferente também encontramos o S. Francisco, que nos pareceu mais estreito, pois as enchentes tendo arrastado muita areia e terra, havia entulhado parte do pôrto. Também encontramos bem diferente as canoas, que tinham as velas em forma de

(8) — Isto nos faz lembrar ainda o seguinte: "O túmulo de **Chateaubriand** está situado nos flancos de uma ilha rochosa, no lado de **Saint Malo**. E porque isto? Porque o grande homem que era filho desta praia, queria muito ao mar, queria sempre ouvir a sua voz, e daí ter pedido permissão para neste local ser enterrado, o que obteve". Estamos certos que também se assim pudesse ter sido feito, estaria **Rodrigues Dória** junto ao seu rio bem amado.

borboletas, o que tinha desaparecido. **Propriá** estava bem diferente, modificadas muitas ruas. Foi aterrada uma lagoa que havia no centro da cidade, junto ao comércio. A **Matriz** estava em concertos.

Na manhã de 25 nos appareceu no hotel o **Xavier**, que mais uma vez vinha se despedir e nos desejar boa viagem. Trazia como sempre o seu inseparável boanet de pano. Nesta mesma manhã, data em que completava cem anos do nascimento de **Rodrigues Dória**, nos preparamos para partir, pois como já nos referimos, a festa tinha sido adiada.

Em frente a **Propriá**, na outra margem do rio, se vê a cidade de **Porto real do Colégio** (Alagôas), que em breve lhe será ligada pela estrada de ferro. Nesta cidade nasceu o nosso velho **Pai**, sendo ainda com poucos dias de nascido transportado para **Propriá**, e daí se considerar sergipano e propriaense.

Às 8 horas deixamos **Propriá**, partimos para mais um trecho de viagem.

O **Autor** destas "Recordações", o único da comitiva nascido em **Propriá**, sentia-se alegre por rever seu torrão natal, estava contente por ver o progresso do mesmo. Tinha o prazer de saber que em breve seria perpetuado no bronze, seu irmão, aquêle que soube tanto amar e trabalhar por sua terra. Partia sandoso, levando porém no coração uma mágoa, que era a que dizia respeito ao túmulo de seu velho **Pai**.

Deixava o **Autor** destas "Recordações" mais uma vez a sua terra, sem saber se poderia algum dia voltar a vê-la. Tinha uma satisfação, que era a de ter mostrado aos sobrinhos e principalmente às filhas o local, a casa, a praça onde havia nascido.

* * *

Propriá a Paulo Afonso

3.º Trecho

Vimos o **S. Francisco de Baixo**, no momento calmo, pois estava em época de vazante. Iamos ver o **S. Francisco de Cima**,

onde viríamos a força enorme da natureza e seu aproveitamento pela inteligência humana. É bem verdade que a cachoeira marca o limite entre as duas partes do rio, Alto e Baixo.

Passamos novamente por **Muribeca**, **Japaratuba** e por fora de **Maroim** (9) e **Laranjeiras**. Esta é uma cidade bem antiga, ligada a **Aracaju** por navegação e estrada de ferro. É a cidade protegida por um alto monte, no cimo do qual existe uma igreja do Senhor do Bonfim, que é vista de muito longe. (10)

Nos desviamos depois em direção para **Itabaiana**. Nesta pequena cidade foi feita ou melhor prestada uma homenagem a **Rodrigues Dória**, que foi dar o seu nome em 1942 ao Hospital local.

Almoçamos em um hotel denominado **Comercial**, uma boa e variada comida.

Iamos a voltar a pisar terreno baiano. Partimos depois passando por dentro de **Frei Paulo**, pequena cidade, para então alcançarmos **Carira** e **Jeremoabo**. (11) Finalmente à tarde chegamos à **Usina Hidro Elétrica de Paulo Afonso**.

Paulo Afonso foi por muito tempo apenas um ponto de turismo em vista de sua belíssima cachoeira. Foi visitada em outubro de 1859 por **D. Pedro II**, e existe perto de uma cavidade denominada "furna dos morcêgos" uma placa em bronze comemorativa a esta visita. A furna é habitada por milhares de grande morcêgos. Fica a cachoeira entre os Estados: da **Bahia**, **Pernambuco**, **Alagoas** e perto de **Sergipe**.

As águas do **S. Francisco** ao se precipitarem através das rochas dão origem a cachoeira de **Paulo Afonso**. **S. Francisco**, este grandioso rio somente brasileiro, que nascendo em **Minas Gerais**

(9) — Em **Nery Camello** em seu trabalho "Através dos Sertões", quando se refere a **Sergipe**, encontramos de respeito a **Maroim**, o seguinte: "Maroim, com seu templo majestoso entre gigantes palmeiras, possuindo um relógio que dizem ser a oitava maravilha do mundo".

(10) — **Laranjeiras** está ligada à vida de **Rodrigues Dória**, pois foi aí que depois de formado começou ele a clinicar, tendo permanecido durante os anos de 1883 a 1885. Ainda nesta cidade viveu até morrer, clinicando, o Dr. **Antonio Milhão de Bragança**, único oculista que por muito tempo havia em todo **Sergipe**. A sua clínica era vasta.

(11) — **Jeremoabo** já pertenceu a **Sergipe** e tem seu nome muito ligado as questões de limites entre **Bahia** e **Sergipe**. Passou posteriormente a pertencer a **Bahia**. Também se encontra o seu nome ligado a **Campanha de Cavudos**.

vai desaguar no Oceano Atlântico, depois de banhar **Minas Gerais, Bahia, Pernambuco** e separar **Sergipe de Alagoas**. Como já nos referimos é êle que banha **Propriá**, que está na sua margem direita.

Atualmente com o aproveitamento da cachoeira é **Paulo Afonso** uma cidade tendo residências, lojas, clubes, cinemas, hospital para funcionários e famílias, maternidade, serviço de odontologia. A parte onde está situado todo o serviço da Hidro Elétrica se denomina de acampamento e está separada do resto da cidade por cerca de arame farpado preso em colunas de cimento armado. Por fora porém a cidade tem muitas casas, algumas de negócio. Comunica-se com Salvador por meio de estrada de rodagem. O acampamento tem sua policia própria.

Como vemos é **Paulo Afonso** dividida em duas partes: uma o acampamento, que é privativo dos funcionários, operários e famílias dos empregados da Hidro Elétrica; a outra é a cidade de **Paulo Afonso**, com vida própria, tendo Prefeitura. Foi no começo antigo lugarejo muito visitado pelos turistas que iam ver o belo espetáculo da cachoeira. Nada tem com o acampamento. Tem aí aquartelada uma força do exército. É ligada a **Salvador** por estrada de rodagem e uma linha de ônibus.

Chegamos a **Paulo Afonso** na tarde de 25 de junho e fomos apresentados ao engenheiro **Amorim**, branco, baixo, grosso, cabeçudo, que foi de grande gentileza. Nos mandou conduzir à "Casa dos Visitantes", onde ficamos hospedados. No acampamento existe uma igreja interessante no estilo, um bom restaurante com boa comida e com horário determinado. Era a "Casa dos Visitantes" bem organizada, embora com algumas falhas, mas tendo bons quartos, sanitários e boa iluminação.

O engenheiro **Amorim** pôs a nossa disposição, como cicerone, o funcionário **João**, que foi muito gentil e tudo nos mostrou. Jantamos e nos recolhemos.

A nossa visita se orientou em três partes. A primeira a cachoeira, a segunda a usina e a terceira a outras dependências. Em tôdas estas visitas contamos sempre com a bondade do **João**.

Estávamos no dia 26 de junho. Almoçamos e nos dirigimos para visitar a cachoeira, que fica um pouco distante do acampamento. Iamos ver de perto esta beleza natural, que tem sido can-

tada em prosa e verso por vários visitantes, e isto melhor do que nós. Fomos pelo lado da Bahia, percorrendo uma longa caminhada em automóvel. Em certo ponto paramos, deixamos o automóvel, pois tínhamos que atravessar uma ponte, ou a pé ou por meio de um tróly. Era uma ponte estreita, talvez de um metro de largura, feita de sapipas de madeira, estragadas, tendo por cima tiras de tábuas, frouxas. Sobre elas estavam assentados trilhos, nos quais rolava um tróly, que é empurrado a mão. A ponte era em curva, em dois lances, e passa sobre precipícios cavados na rocha. O tróly pode levar seis pessoas assentadas. Passamos, menos Ruth que tem horror ao vazio. Na ida passou a pé Leonor e na volta Gustavo.

Vale a pena o sacrifício de atravessá-la, porquanto o espetáculo que se vai ver é bellissimo.

Ao se chegar junto a cachoeira se vê aquela massa de água a se comprimir, a correr entre pedras, a se precipitar entre elas e contra elas, levantando grandes nuvens de poeira líquida, que de vez em vez são atravessadas pelo sol, formando belissimos arco-iris.

Junto à cachoeira, onde se fica, há um terraço protegido por um gradil, de onde se descortina o belo espetáculo. Neste correr de água, neste bater da mesma de encontro a rocha, levanta-se um som especial, que é ouvido de longe.

Por baixo do terraço em que estávamos, funciona uma bomba, resto da grande obra do imortal Delmiro Gouveia, fundador da fábrica de linhas de Pedra, que funcionava com energia tirada da cachoeira. (12)

A baixo do mesmo terraço parte um cabo de aço, solidamente preso a rocha por uma de suas extremidades, indo a outra se prender do outro lado da cachoeira. Servia para transportes.

(12) — Atualmente Pedras tem o nome de Delmiro Gouveia. Ele foi barbaramente assassinado, sua fábrica desmontada e o maquinismo jogado na cachoeira. Crime que ficou impune. Antigamente, antes da existência da Usina Hidro Elétrica, para se chegar a Paulo Afonso, se subia o S. Francisco até Piranhas (Alagoas), tomava-se o trem para Pedras e daí se ia ver a cachoeira. Estrada de ferro de Piranhas a Jatobá.

Voltamos ao acampamento, para em seguida irmos visitar a Usina, a segunda parte de nossa excursão. Íamos ver a grande obra que é uma das maiores honras da engenharia brasileira.

Como já dissemos, íamos ver o poder da natureza, íamos ver a inteligência do homem.

Chegamos junto a um grande edifício, no qual entramos. Logo após a entrada havia uma sala na qual se encontrava a mesa de contróle, na qual através de um traçado em cores, se via a direção e distribuição de tôdas as linhas (Recife — Salvador). Através dêle se percebe qualquer defeito ou interrupção que venha se dar, a qual será localizada por meio de um helicóptero, e tomadas as immediatas providências.

Passamos a visitar a Usina. Para isto, em confortável elevador descemos a uma profundidade de oitenta e dois (82) metros, e fomos parar em um grande salão aberto na rocha. Paredes laterais, piso e teto é em rocha viva, mas há também colunas de cimento armado. Por baixo dêste salão em outros espaços cavados na rocha estão localizadas as principais máquinas e os geradores. É perigoso e proibido se entrar. Não só para ventilação, como para descida de material e máquinas, há um boeiro de diâmetro regular. As máquinas (a verdadeira usina) estão a uma profundidade de noventa (90) metros abaixo da superfície da terra.

Estavam a abrir um outro salão para aumento da usina, em plena rocha, e a parte que estava aberta era quase igual a que estávamos. Através de um corredor fomos ver êste trabalho. Tinha o mesmo cêrca de três metros quadrados e na extremidade havia uma grade. Eram 11 horas do dia, estávamos a observar os trabalhos, quando nos previniram: vai haver fôgo. De logo deu-se uma forte explosão. Isto a oitenta e dois (82) metros abaixo da superfície do solo. Era a dinamite a quebrar a rocha. A nuvem de poeira e pedaços de pedra era enorme, e o ser atingido por um destes pedaços era o único perigo. Deve-se avaliar o susto. Quase todos correram, mas de logo estabeleceu-se a calma, viram não ter passado de susto.

Terminada esta parte fomos ver a terceira fase de nossas visitas. Visitamos o Hospital, que é moderno, com raios X, enfermaria, sala de cirurgia, maternidade e secção de odontologia.

Era dirigido por religiosas e tinha como chefe um médico que tinha sido nosso aluno. Havia também um dentista. Na maternidade estavam internadas diversas partorientes.

Em **Paulo Afonso** encontramos uma nossa ex-aluna de odontologia, **Erica**, casada com o engenheiro **Martins**. Desejava que fôssemos almoçar em casa deles, mas isto não foi possível, e daí ter ficado triste. Quando estávamos para partir, veio com o marido e filhos nos desejar boa viagem.

Há separadamente pontos de diversões para os engenheiros e suas famílias, e para operários, assim como restaurante. Tudo muito bem organizado.

Existe um comércio regular, com várias casas e entre elas a loja "Pernambucanas". Existe também um campo de aviação que é frequentado pelos aviões do correio aéreo militar.

Vimos também uma enorme represa, um verdadeiro e grande lago, com suas grandes comportas.

Em 26 pela manhã partimos, e ao sair nos despedimos do engenheiro **Amorim** e do guarda **João**. Ambos foram muito gentis.

* * *

Paulo Afonso à Salvador

4.º Trecho

Partimos de **Paulo Afonso** na manhã de 26 de junho, já de volta a **Salvador**. Rumamos para **Antas**, pequena localidade. Estradas más. Num dos lados da estrada, o direito, na direção em que íamos, havia um grande precipício de alguns metros de altura, e nele estava caído e despedaçado um caminhão carregado de sal. Nos informaram ter havido três mortos, mas não vimos cadáveres. O sal estava sendo transportado para outro caminhão. Mais adiante tinha virado outro caminhão, estando toda a carga espalhada, pois os caixões estavam despedaçados. Tivemos que passar um pouco por dentro do mato, porquanto o caminhão estava atravessado na estrada.

Passamos em seguida por **Cícero Dantas, Ribeirão do Pombal** e a tarde chegamos em

Cipó

É **Cipó** uma estação de águas minerais, termais, que somente, como tódas as estações, tem movimento durante certa época do ano,

Era **Cipó** um lugarejo, com poucas casas, mas acomodações, quase só se comia carne de bode. Mas o poder curativo de suas águas termais o faziam ser procuradas por muitos. (13)

A localidade progredia e tornou-se cidade, que continua com o nome de **Caldas do Cipó**. Tem praças ajardinadas, tendo no centro da principal um busto em bronze de **Juraci Magalhães**. Tem Prefeitura, mas é de lamentar que apesar de ser perto de **Paulo Afonso**, tenha eletricidade de motor, a qual só funciona a noite.

Antigamente a condução para **Cipó** se dava por intermédio de **Alagoinhas** e **Inhambupe**, por más estradas e por muito tempo a cavalo. Atualmente tem estrada de rodagem, e de automóvel em pouco tempo se vai de **Salvador** até lá.

Tem dois grandes hotéis : o **Radium Hotel** e o **Hotel do Cipó**. Ambos na praça principal e têm um pequeno movimento na época das estações, mas teriam muito mais, e assim era, quando permitido o jôgo.

Nos hospedamos no **Hotel do Cipó**. É um hotel luxuoso, mas está muito estragado. Estava até a data em que nele estivemos, fechado. As acomodações são as melhores possíveis. A sala ou melhor o salão de jantar é grande, bem iluminado e arejado. Tem três andares que se comunicam por meio de esplendidas escadas e elevadores. Nas escadas e corredores belos tapetes. Muitas

(13) — As nascentes do **Cipó** têm origem nas águas aluvionárias do Rio Itapicuru. Primariamente por ser quente a água era a nascente conhecida por **Fervente da Mãe d'Água do Cipó**. Em vista do poder curativo de suas águas para aí convergiam muitas pessoas de vários Estados, e então se passou a denominar **Caldas do Cipó**. Foi então providenciado pelo Governo uma análise nos anos de 1842 e 1943. Foi feito depois um pavilhão de alvenaria para máquinas, com filtros, encharafadeiras, motores a gasolina. Uma nova análise foi feita em 1911.

janelas, algumas campanharias, com cortinas ricas, belos terraços. Tem uma esplendida sala para jogos, com tudo que é preciso para tal fim. Existe um quarto bem espaçoso, bem mobilhado, conservado reservado, pois nele esteve o Dr. Getúlio Vargas. Há também no salão uma placa comemorativa a esta visita.

Somente de seis horas da tarde em diante é que o hotel é iluminado a electricidade e os elevadores funcionam, o que se dá até meia noite. O motivo disto já nos referimos.

No sub-solo do hotel foi construída uma grande piscina e uma série de banheiros. A piscina tem a água um pouco escura, é cercada por colunas, dando a impressão que se está em um claustro. Numa das paredes laterais, forrada de azulejos brancos, como as demais, em grandes letras pretas existe o título Cipó. A descida para o local é por meio de escada de mármore. Gustavo e Leonor tomaram banho nos banheiros e acharam agradáveis. (14)

Durante o almoço nos foi servido um esplêndido melão, comprado por Gustavo durante a viagem.

Em Cipó são vendidos vários objetos de sisal e de couro (alpercatas), tendo sido comprados vários destes objetos. Nos foram oferecidas três belas moringas de barro, presente do gerente do hotel, que foi de grande gentileza para conosco.

A calma era grande na cidade, que parecia deserta, apenas em um banco do jardim em frente aos hotéis estava sentado um casal com filhos, hóspedes do Radium Hotel. O jardim estava a ser molhado e aparadas as plantas pelos empregados da Prefeitura, o que demonstrava zelo. Ao amanhecer a neblina era grande, não permitindo se ver à distância, apesar disto ao acordarmos pela madrugada vimos o velho padre a se dirigir para a Igreja. Vimos também um casal de velhos que ia ao rio para tomar banho. (15)

(14) — A água do Cipó tem um gosto esquisito. Uma Empresa da Exploração da mesma, se não nos engana a memória, chefiada por Germano de Assis, tentou enganar para exportação, mas ficou no projeto, apesar de ter sido comprado vasilhame. Por algum tempo se encontrava a venda na Capital, aos cipós, vinda em barris. As águas do Cipó não são aconselháveis, e mesmo perigosas para os tuberculosos e cancerosos.

(15) — A falta de electricidade em Cipó, que trás como consequência a falta do funcionamento das bombas no hotel, faz com que sanitários e banheiros não sejam bem azeitados.

No dia 27, após o almoço, às 13 horas partimos para **Salvador**. Passamos em **Nova Soure**, pequena cidade. Na praça existe uma morada, uma boa casa, que é conhecida por "Casa das Professôras". Para lá nos dirigimos, pois sabíamos nos encontrar com o **Dr. Ferreira Neto**. Fomos como era de esperar muito bem recebidos, não só por êle, como pelos parentes, entre os quais estava um nosso ex-aluno da Escola Politécnica. Nos foi servido água de côco e esplêndido e saboroso café. Conversamos um pouco, pois o tempo era escasso, nos despedimos e partimos.

Novamente tivemos que passar pelas localidades que na ida vimos, que foram: **Olindina**, **Inhambupe**, **Riacho da Guia** (por fora) (16), **Alagoinhas** e **Catú**.

A noite chegamos a **Salvador**. Estava terminada a viagem, todos com saúde e satisfeitos. Encontramos a **Tania** já boa, o que nos deu muita alegria.

* * *

Casos a lembrar

5.º Trecho

Em tôdas as viagens e excursões há sempre casos que depois em conversas são lembrados. Ê de alguns destes que vamos nos referir.

Tôda a vez que podia **Gustavo** chupava laranjas. Quando encontrava, comprava, botava para dentro do carro e de vez em quando com prazer dizia para trás, para o chofer: **José** tire a casca de uma laranja, parta e passe.

Observamos a devastação das florestas, árvores escassas e pequenas, raras plantações de eucaliptos. Algumas plantações de milho e de cana. O mais, mato ralo e capim rasteiro. Aqui e ali pequenas porções de água estagnada.

(16) — De uma feita, já há alguns anos estivemos em **Riacho da Guia**, pequena cidade, na qual há a notar o seguinte: a Igreja no centro de uma praça, em forma de cruz, tendo no centro da mesma o altar principal. Havia no local muita *kachimaniõe*.

Como já nos referimos, e que deu lugar a dois enganos, falta completa das indicações das estradas e marcação da quilometragem. Eram raros os anúncios.

Em uma localidade em que passamos, em **Sergipe**, nos chamou a atenção um letreiro em uma casa comercial, que dizia: **Movelaria**. Ficamos admirados que em uma localidade do interior fôsse empregada a palavra que na verdade significa: estabelecimento onde se vende móveis. No entanto, mesmo nas Capitais se emprega o velho termo **Mobiliária**, que é conjunto de móveis, relativo a mobílias. Com fim comercial o primeiro termo explica muito melhor.

Quando no hotel em **Aracaju**, na manhã de 25, por engano acordamos um hóspede, pensando ser o quarto em que estava **Gustavo**. Felizmente o homem não se aborreceu.

Quando íamos de **Aracaju** para **Propriá**, em certa altura do caminho encontramos um grupo de rapazes e moças, em carro de boi e em cavalos, enfeitados com flores e chapéus de palha, que estavam a festejar o S. João. iam alegres a cantar, e uma das moças ao tentar subir a carupa de um cavaleiro aconteceu cair, o que resultou em muita gargalhada.

Uma noite em **Salvador** convidamos **Gustavo** para comer sarapatel, que ele não conhecia. Fomos a um bar no mercado da Barra. Embora não estivesse muito gostoso, todos comeram, mas o único que teve reação foi o **Gustavo**. Logo depois se sentiu mal, com o estômago a reclamar, começou a pensar nos netos, quase a chorar... Há um ditado que diz: "santo de casa não faz milagre", mas no caso se deu o contrário e graças ao Elixir Dória, ficou fora de perigo e jurou: nunca mais comerei sarapatel, fazendo lembrar o caso do sabiá, que devido aos efeitos da pimenta, diz: "nunca mais comerei pimenta". Assim diz o povo ao vê-lo cantar.

Em **Propriá** estava a casa do **Xavier** em completa desarrumação pois estava em concertos, mas ele queria a toda força que ai ficássemos. Dizia que podíamos dormir em esteiras. **D. Pequena** delicadamente demonstrou o impossível. Ele teve que concordar.

D. Pequena entendeu que o Autor destas "Recordações", era diabético, e não deixava de lastimar o não ter feito comida apro-

priada, Conseguimos convencê-la que isto se dava era com **Rodrigues Dória**.

Adenda

Quando voltamos da excursão, **Gustavo** e os seus foram se hospedar no Hotel da Bahia, no Campo Grande, e **José** em uma pensão.

Resolveram depois dar um passeio em **Recife** e **Fortaleza**. Foram de avião no dia 5 e voltaram no dia 9, seguindo no mesmo dia de volta para **Campinas**, levando em companhia uma prima, **Iolanda Brito Dória**.

Tomaram parte na excursão a **Sergipe**: (A) — Vindo de **Campinas**: **Gustavo Rodrigues Dória**, organizador da viagem; **Ruth Maia Dória**, esposa de **Gustavo**; **Maria Amália Alves dos Santos** ou **Mme. Francisco Angeli (Fiuca)**, comadre do casal; **Leonor Angeli**, filha de **Fiuca** e **José Flausino**, chofer. — (B). — Idos de **Salvador**: **João Rodrigues da Costa Dória**, tio de **Gustavo**; **Inah** e **Nancy Brito Dória**, filhas de **João** e primas de **Gustavo**.

* * *

Apêndice

6.º Trecho

Este apêndice é um resumo tirado das notas escritas por **Gustavo** da viagem de ida e volta de **Campinas** a **Salvador**. Há também referências da ida e volta em avião a **Recife** e **Fortaleza**, após a chegada de **Sergipe**.

Gustavo tinha muito desejo de visitar o norte, conhecer os tios e primos.

Havíamos conhecido pela primeira vez a **Gustavo** muito ligeiramente em março de 1955, uma noite em frente à casa de nossa jamais esquecida sobrinha **Odete**, em **Campinas**.

Como já nos referimos aproveitou o momento da inauguração do busto do tio **Rodrigues Dória**, tendo sido convidado para o ato pelo **Bel. Josias Ferreira Nunes**, residente em **Propriá**.

No dia 10 de junho de 1959, às 9 hs. da manhã partiram de **Campinas (S.P.)**: **Gustavo**, sua esposa **Ruth**, sua comadre **Fiuca** e filha desta **Leonor**, juntamente com o chofer **José**. Vieram de automóvel, como já nos referimos.

Passaram em **Barra Mansa**, depois em **Volta Redonda**, onde chegaram às 23 horas e hospedaram-se no **Hotel Bela Vista**. Antes de passarem em **Volta Redonda**, estiveram em **S. Paulo (Capital)**, onde almoçaram na **Caverna Santo Antonio**, partindo daí às 15 horas.

Às 8 horas de 11 continuaram a viagem. Passaram por **Barra do Pirai**, **Três Raios** e **Bem Posta** ou **Areal**, onde se dá o entroncamento da **Rio-Bahia (BR4)**.

De **Bem Posta** até **Areal**, parte da estrada era asfaltada, mas a continuação em pó finíssimo, branco, que sujou a todos e a tudo, invadindo o automóvel.

Partiram. Por engano de **Gustavo** estavam depois de algum tempo a voltarem para **Areal**, mas orientados às 14 horas foram almoçar em **Sapucaia**, onde se deu um pequeno incidente em vista do péssimo estado dos sanitários. Apesar disto almoçaram e depois partiram, tendo **Gustavo** ao manobrar o automóvel amassado o para-lamas dianteiro de uma lambreta.

Alcançaram depois **Pôrto Novo**, **Leopoldina**, onde termina o asfaltamento. Passaram depois em **Laranjal**, **Muriaé**, **Miradouro** e a noite **Fervedouro**. Pararam para tomar café, que era péssimo.

Em vista do movimento **Ruth** ficou a temer os ladrões. Saíram daí, mas algum tempo depois partiu-se um parafuso do amortecedor dianteiro, esquerdo. Não possuíam nenhum material, e assim tiveram que continuar a viagem.

Em **Santo Antonio do Arrozal** ou **S. João do Manhuaçu** um mecânico improvisado retirou o amortecedor. Passaram por **Realeza** e finalmente chegaram a **Caratinga**. Era uma cidade regular, bem iluminada, mas com péssimo serviço de hotéis, quase todos cheios em consequência da passagem de **paus de arara**. Foram para o **Hotel S. Cristóvão**. Tomaram dois quartos com duas camas cada. O Hotel porém tinha quartos coletivos para 8 e 15

camas cada. Jantaram bem e foram dormir em travesseiros que pareciam de pedra. Encostaram por segurança as camas nas portas, pois estas não fechavam.

Partiram antes das 7,30. Passaram por **Uraporanga**, **Inhapim**, **Santa Bárbara**. Pararam no desvio que levava a **Governador Valadares**, de onde se avistava a cidade. Seguindo passaram por **Chorum de Baixo**, **Campanário** e **Teófilo Otoni**. Aí chegaram às 12 horas mais ou menos, onde almoçaram no Hotel Bela Vista. O **Gustavo** sempre atrapalhado com as pontes.

Aproveitaram para mandar colocar o parafuso do amortecedor, trabalho que durou mais do que o prometido.

Por ser tarde resolveram dormir em **Teófilo Otoni**, mas em outro hotel, que foi o Hotel Plaza. Dormida e comida boa. Tiveram que fazer uma simulação para enganar o dono do Bela Vista.

As 8 horas partiram para **Conquista**. Antes de aí chegarem passaram por **Água Vermelha**, depois por **Itaobim**. Foram depois almoçar no restaurante de **Aurea Rozeira**, uma crente. Partiram depois. Atravessaram o Rio Jequitinhonha, passaram em **Gameleira**, **Boa Vista** e já noite chegaram em **Conquista**. Hospedaram-se no Hotel Albatroz, estando **Gustavo** com desarranjo intestinal.

Na manhã seguinte seguiram viagem. Passaram por **Vazante**, **Luizinho**, **S. Domingos**, **Cachoeira de Mel. Roque** e chegaram em **Jequié**, onde almoçaram no City Hotel. Boa comida (pêrua), e depois partiram para **Feira de Santana**, passando por pequenas vilas, sendo a maior **Santo Estevão**. Hospedaram-se em **Feira** no Grande Hotel Euterpe, que apesar de ter elevador, bom salão de refeições, estava cheio de goteiras (chuvia), o soalho rangia e as portas eram impenadas. É **Feira** uma boa cidade.

Partiram para **Salvador**, encontrando sinais de seca por toda parte. Passaram por engenhos e fazendas. Rios secos.

As 14 horas chegaram em **Salvador** e foram se hospedar no Pálace Hotel, na rua Chile. Estavam em 15 de junho. Depois mudaram-se para o Hotel da Bahia.

Na manhã seguinte tiveram uma grande atrapalhação no procurar e acertar a residência dos parentes, pois foram confusas as informações. Mas finalmente acertaram, e assim com prazer estavam conhecidos os tios e os primos.

Foram a **Sergipe**, visitaram **Aracaju**, **Propriá**, **Paulo Afonso** e **Cipó**, como se pode ver nas "Recordações de uma viagem.

Quando voltaram se hospedaram novamente no Hotel da Bahia, de onde no dia 2 de julho assistiram as grandes festas em comemoração a Independência da Bahia.

No dia 5 de julho partiram para **Recife** em Constelation da Panair, onde chegaram às 11 horas e se hospedaram no Hotel Guararapes. Lá em **Recife** encontraram um amigo que não viam há mais de vinte anos.

No dia 6 pela madrugada partiram para **Fortaleza**, onde chegaram às 10 horas e ficaram no Lord Hotel. Visitaram uma família cujo chefe havia representado o Elixir Dória.

No dia 8 voltaram a **Recife** e no dia 9 pela madrugada para **Salvador**.

Chegaram às 10 horas, almoçaram com os tios e primos e depois partiram de volta para **Campinas**. O **José**, que foi sempre bom chofer e companheiro já estava a espera e preparado.

Durante os dias que passaram em **Salvador**, visitaram os principais pontos da cidade, as igrejas, etc. Visitaram igualmente: Itapoan, lagôa do Abaeté, em cujo restaurante almoçaram uma excelente peixada e lagostas. Viram o Abrigo de S. Francisco, as instalações de Mataripe e o Jardim Zoológico.

Seguiu com êles uma prima, a **Iolanda**, que estêve em **Campinas** durante quinze dias, visitou **Limeira** e **S. Paulo**, e saudosa voltou para **Salvador**. Veio de avião, passando ligeiramente no **Rio**. Veio em companhia de um amigo, **Enivaldo Dória**, aqui chegando em 30 de julho de 1959.

SÓBRE A VIDA DE UM LEGÍTIMO SERGIPANO

DR. J. R. BASTOS COELHO

No modesto livrinho com que prestei uma homenagem à minha formosa e querida terra natal, por ocasião dos festejos comemorativos do I Centenário de sua fundação, tive, como fiz ver no livrinho em questão, o intuito de fotografar as belezas de suas paisagens, como bem pude fazê-lo, e, dar relevo ao valor de seus filhos, escolhendo, para isto, a figura de um sergipano que, pelo devotado amor à sua terra, capacidade de trabalho, honorabilidade, espírito de iniciativa e responsabilidade como exemplar Chefe de Família, estava na altura de sintetizar as excelentes qualidades do homem sergipano.

Não tive idéia de publicar aquêlê modesto trabalho naquela ocasião.

Mostrando à minha espôsa, que é poetisa e professôra normalista, algumas páginas que havia escrito, tomou-se de entusiasmo suspeito, é bem verdade, e sugeriu-me inscrever-me num concurso literário que, havia lido, se promovia em Sergipe, em comemoração ao I Centenário da fundação de Aracaju.

Consultando um amigo jornalista, apreciável poeta e brilhante escritor, sôbre o valor do meu trabalho, depois de lêr o que já havia escrito, concordou com a opinião de minha espôsa e aconselhou-me a publicá-lo, por constituir "valioso subsídio no nosso folclore".

Assim, pude concorrer para as comemorações do I Centenário da fundação de minha terra natal, de modo imprevisto e surpreendente, pelo êxito que alcançou "Coisas e vultos de Aracaju".

Penso em reeditá-lo, em futuro próximo, com outras passagens de Aracaju de hoje e fatos por mim observados recentemente.

Uma qualidade invejável, em meu pai, era a exagerada dedicação aos filhos. De uma feita, estudando, eu e meu irmão Francisco, no Instituto "Aires Gama", com um prejuízo que teve meu pai, por ocasião do naufrágio de um de seus navios, resolveu, êle, retirar-nos daquêlê Colégio. Sempre me esforcei por corresponder ao sacrifício que fazia Bastos Coelho para nos manter no melhor colégio de Recife, naquela ocasião.

Meu irmão não primava pela aplicação aos estudos e era conhecido como dos mais vadios do Colégio.

Quando meu pai caiu em débito, nas praças de Sergipe e do Rio, e nos retirou do Instituto "Aires Gama", recebeu uma carta do Dr. Alfredo Gama, conhecido educador e admirável compositor musical, Diretor do colégio, dizendo-lhe que preferia perder 50 alunos, que pagassem, a deixar de me contar como aluno gratuito.

Meu pai saiu de porta em porta dos amigos a mostrar aquela carta que para êle constituia um dos maiores motivos de júbilo, embora não aceitasse o oferecimento, tão honroso, preferindo que nós continuássemos estudando em Aracaju, até saldar todos os seus débitos, o que fêz em tempo razoável, quando, então, eu pude matricular-me na Faculdade de Medicina da Bahia e o meu irmão Nelson no Colégio Militar do Rio, ao passo que meu irmão Francisco, com a sua aversão para os estudos, passou a trabalhar no comércio de Salvador com ordenado feito por meu pai sem que êle de nada soubesse. Só 2 anos depois pude vir para o Rio, em cuja Faculdade me formei.

Como êste, inúmeros fatos se deram em nossa família, o que motivou de todos nós a lembrança inesquecível daquêlê homem, muitas vêzes impetuoso e violento em suas atitudes.

O inteligente industrial Bastos Coêlho nasceu no povoado Itaiçoca, município do Socorro, a 3 de dezembro de 1834. Foram seus pais Antônio de Souza Bastos Coêlho e D. Ana Rodrigues Coêlho.

Feitos os estudos primários e não podendo seguir a carreira das letras foi mandado para Salvador, Bahia, onde logrou ser admitido como caixeiro da importante firma Rodrigues Fernandes

& Cia. que explorava em larga escala o comércio de tecidos. Tinha então apenas 12 anos de idade. Foi de apenas dez mil réis por mês o ordenado que lhe foi marcado, isto em 1846.

A êsse tempo era uma aspiração bastante afagada pelos môços que não podiam seguir a carreira das letras e precisavam encarreirar-se na vida prática, um lugar de caixeiro, no movimentado e rico comércio da Bahia.

Era uma escola prática para os môços de boas inclinações. Os ordenados, inicialmente, não eram animadores, mas havia outras vantagens a auferir, entre ellas as boas relações de amizade que se angariavam e as melhorias de um meio grandemente evoluído.

Volvendo a Sergipe, Bastos Coêlho estabeleceu-se por conta própria, tornando-se mais tarde uma figura de grande prestígio no comércio de Aracaju, tornando-se depois industrial armador.

Contractou núpcias com D. Maria dos Anjos Bastos Coêlho, que se tornou espôsa devotada, e deu-lhe 17 filhos, dos quais 13 são falecidos.

Faleceu em Aracaju, cercado da estima pública, a 12 de maio de 1908. Sua veneranda viúva faleceu no Rio de Janeiro a 26 de julho de 1941.

ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO

1 9 5 2

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 7 de janeiro de 1952.

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos cinquenta e dois, no edifício social, às dezesseis horas, presentes os doutores Felte Bezerra e Severino Uchôa, Amintas Garcez, professora Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. O expediente constou do seguinte :

Cartas (5) do Consócio Dr. Jaime de Sá Menezes, agradecendo a sua eleição para sócio correspondente; do Dr. Antonio Campos de Oliveira, pedindo informar se este Instituto vai solemnizar a 1.^o de fevereiro deste ano o centenário do médico sergipano Dr. Fabrício Carneiro Tupinambá Vampré, informando, ao mesmo tempo, que na hipótese afirmativa o festejado poeta e prosador Correia Junior, genro do Dr. Fabrício, virá realizar uma conferência sobre esse grande esculapio sergipano, que teve atuação destacado na paulicéia, onde deixou prole de relevo na vida cultural do país; do desembargador Hunald Cardoso, pedindo que este Instituto conserve em seu recinto, com o cuidado que lhe é habitual, um busto em gesso do Dr. Graco Cardoso, trabalho executado pelo escultor conterrâneo Corinto Mendonça; de D. Lavinia de Oliveira Escragnolle Taunay (2) indagando se este

Instituto possui os livros do seu falecido espôso, Dr. Luiz Gastão de Escragnolle Dória, sócio honorário dêste mesmo Instituto, prometendo enviar os que puder, e comunicando o envio dos referidos livros, depois de ter recebido resposta dêste sodalício, segundo a qual nada tínhamos do Dr. Escragnolle Dória.

Cartões (7) do consócio Messias Tavares da Cruz, formulando um apêlo para que o Instituto se movimente no sentido de conseguir que a praça Tobias Barreto desta Capital, onde se encontra a estátua do sábio, sergipano que lhe emprestou o nome seja melhormente cuidada pelo poder público; do confrade Dr. Mario Mélo, comunicando a remessa de volumes que lhe foram pedidos; da direção da Revista Esso, comunicando não ser possível no momento a remessa da mesma a êste Instituto; do prefeito desta Capital, da Corporação dos Práticos do Estado de Sergipe, da Capitania dos Portos do Estado de Sergipe e de Gerinaud de Lacerda Filho, enviando votos de boas festas. Circular do Dr. Silvio Zavalá, presidente da Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História, enviando um questionário para ser respondido.

Ofícios (2) do Inspetor Regional de Estatística, enviando um opúsculo sôbre o recenseamento nêste Estado e da direção dos Serviços de Água e Esgôto desta Capital, fazendo uma solicitação que foi atendida.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação de Elifio Pedrosa da Rocha para o quadro de sócios benfeitores, na vaga aberta com o falecimento do sócio Dr. Alonso Azevedo, o qual ficou reservado à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (4) de eleição dos Drs. João Fernandes de Brito e Belmiro da Silveira Gois, juizes de direito, respectivamente, de Japarutuba e Simão Dias e Gerinaud de Lacerda Filho para sócios efetivos, Teonilo Leite para sócio benfeitor e do desembargador Eurico Queiroz do Vale para sócio correspondente, as quais foram despachadas a Comissão de Admissão de Sócios.

Telegrama do diretor da Escola Técnica desta Capital, enviando votos de boas festas. Também foi apresentada no expe-

diente larga porção de revistas, jornais, opúsculos e livros enviados ao Instituto.

Aberta a ordem do dia foi lido e submetido à discussão o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, favorável à admissão de Elifio Pedrosa Rocha ao quadro de sócios benfeitores, na vaga do sócio falecido Dr. Alonso de Azevedo, o qual foi unanimemente aprovado.

O secretário geral, Epifânio Dória, sugeriu que se celebrasse a 29 do fluente o centenário do General Antônio Sebastião Basílio Pirro e do Dr. Tomás Rodrigues da Cruz, o que foi aprovado, sendo o mesmo secretário Geral encarregado de convidar o Dr. Renato da Cruz Mesquita para fazer o discurso oficial sobre o seu ilustre avô, Dr. Tomás Cruz e o consócio tenente Cranger de Oliveira para fazer o discurso sobre o General Pirro.

O Tesoureiro apresentou o balanço relativo ao ano findo, segundo o qual o saldo que passou para 1952 foi de Cr\$ 68.087,40, recolhido a estabelecimentos de crédito, mas havendo contas a pagar, as quais deveriam correr pela subvenção federal que não foi recebida ainda.

O secretário geral informou os passos amiudados que vem dando, até agora, sem êxito, para o recebimento da referida subvenção, tendo enviado cartas e telegramas ao deputado Amando Fontes, ao diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Saúde e consócio Dr. Lourival Fontes. Continuando disse que se encontrando nesta Capital o sócio correspondente Capitão Humberto Freire de Andrade, ia incluir o seu nome na lista de sócios efetivos, de acôrdo com o art. 20 dos Estatutos.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Eme-tério Francisco do Nascimento, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória.

(aa) Felte Bezerra
Epifânio Dória
Maria da Conceição Melo Costa

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 29 de janeiro de 1952.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos cinquenta e dois, no salão de festas do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, às vinte horas, presentes a maioria da Diretoria do mesmo Instituto, grande número de sócios, o representante do senhor governador do Estado, o Senhor Bispo Diocesano, o senhor Comandante da Guarnição Federal, e vários oficiais da mesma Guarnição, secretários do Estado, cavaleiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, o presidente, Dr. Felte Bezerra, ocupou a sua cadeira e convidou para tomarem lugar ao seu lado o representante do Governador, Dr. José Silvério Leite Fontes, o senhor Bispo diocesano, Dom Fernando Gomes, o secretário da Fazenda, Dr. Renato Cantidiano Ribeiro, o representante da família Cruz e presidente da Federação das Indústrias, Dr. Carlos Cruz, o comandante da guarnição federal e representante do senhor Ministro da Guerra, coronel Lourival Serôa da Mota e o Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Sílvio Teixeira, declarando em seguida estar aberta a sessão.

Não houve leitura de ata nem de expediente.

O Dr. Felte Bezerra, em rápido improviso, declarou que o fim da sessão era solenizar a passagem do centenário de nascimento do General Antônio Sebastião Basílio Pirro e do Dr. Tomás Rodrigues da Cruz, convidando o tenente Cranger Cavalheiro de Oliveira para fazer o discurso relativo ao general Pirro.

Passou nesse ensejo a presidência da sessão ao representante do senhor governador do Estado. Ocupando a tribuna, sob uma salva de palmas, o tenente Cranger proferiu belo discurso que mereceu os aplausos da seleta assistência.

Em seguida foi dada a palavra ao Dr. Renato Mesquita para proferir o discurso oficial sôbre o centenário do Dr. Tomás Cruz, seu ilustre avô materno. Ao assomar a tribuna foi o Dr. Renato saudado por palmas da assistência. Ao concluir o seu discurso foi o Dr. Renato alvo de calorosa salva de palmas. Antes de descer da tribuna o Dr. Renato proferiu belo improviso agradecendo,

em nome da família Cruz, de que é digno membro, as homenagens prestadas pelo Instituto à memória do seu saudoso avô.

Falou por último o Dr. Felte Bezerra encerrando a sessão e agradecendo a quantos concorreram com sua presença para o seu maior brilho.

Foi em seguida lavrada a presente ata, redigida pelo secretário geral Senhor Epifânio Dória, e por mim, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lançada no livro competente.

(aa) **Felte Bezerra**
Epifânio Dória
Maria da Conceição Melo Costa
Severino Uchôa

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 7 de fevereiro de 1952.

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos cinquenta e dois, às dezessete horas, no edifício social, presentes os membros da Diretoria, Dr. Felte Bezerra, Amintas Garcez, Professora Maria da Conceição Melo Costa, Epifânio Dória e Dr. Severino Uchôa, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas as atas de 7 e 29 de janeiro findo. O expediente constou do seguinte :

Cartas (6) do comandante Luiz Alves de Oliveira Belo, comunicando a remessa de um trabalho seu, sobre Tiradentes, para ser publicado na Revista do Instituto; do sócio efetivo Teonilo Leite, remetendo um cheque de dois mil cruzeiros para pagamento de sua joia de sócio benfeitor; do Dr. Carlos Cruz (2) convidando o Instituto, em nome de Cruz & Cia., para a missa de sufrágio por alma do Dr. Tomás Rodrigues da Cruz, na manhã de 29 de janeiro dêste ano, na ocorrência do 1.º centenário do mesmo Dr. Tomás, e acusando o recebimento do ofício em que êste Instituto

Ihe comunicou que ia celebrar a passagem do mesmo centenário; e do Dr. Antônio Campos de Oliveira (2), sôbre providências para a celebração do 1.º centenário do Dr. Fabrício Vampré, a 1.º d'êste mês.

Cartões (5) do Instituto Histórico de São Paulo, enviando o seu novo enderêço; do sócio correspondente Dr. Arquimedes Guimarães, pedindo a remessa de um exemplar do número 20 da Revista do Instituto; do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, acusando o recebimento do referido número da Revista; do Dr. Attila Ramos, diretor do periódico "Rumo", que se publica nesta Capital, enviando números do mesmo periódico que lhe foram pedidos e do sócio correspondente, Prof. Eduardo Fernandez y Gonzalez, enviando votos de feliz Natal.

Circulares (7) do Inspetor Regional de Estatística, (3) solicitando dados estatísticos diferentes; do secretário do Conselho Estadual do Serviço Social, pedindo a remessa do Relatório de 1951 e da comprovação do emprego dado à subvenção estadual do mesmo ano; do secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, enviando um Índice da Revista Brasileira de Geografia; da Escola Industrial de Aracaju, comunicando que vai formar, em cursos rápidos de 10 meses, novos operários classificados; e da Biblioteca da Universidade de Santo Domingo, de Trujillo, república Dominicana, pedindo indicação do enderêço d'êste Instituto.

Ofícios (9) do Serviço Nacional de Recenseamento, em resposta a outro que lhe foi endereçado por êste Instituto; da Casa do Sargento de Sergipe, convidando o Instituto para uma solenidade; do Instituto Histórico do Pará, comunicando não ser possível a remessa de números de sua revista, pedidos por êste Instituto; do Conselho Nacional de Estatística, comunicando a remessa de exemplares do Boletim Estatístico; do Diretor do Tesouro do Estado, comunicando a remessa de volumes que lhe foram pedidos; da Cúria Diocesana, acusando o recebimento do ofício em que êste Instituto pediu ao Exmo. Revm.º Sr. Bispo Diocesano a sua participação nas solenidades projetadas para a passagem do 1.º centenário do Dr. Tomás Rodrigues da Cruz e do General Antônio Sebastião Basílio Pirro; da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, agradecendo a remessa de dois volumes que lhe fêz êste Instituto; da biblioteca Municipal

de São Paulo, em idêntico sentido e do Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Saúde, comunicando ter sido aprovada pela autoridade competente a comprovação do emprego dado pelo Instituto ao auxílio federal de Cr\$ 20.000,00 concedido no exercício de 1950.

Pareceres (4) da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela admissão do Dr. João Fernandes de Brito e Gerinaud de Lacerda Filho para sócios efetivos; do Desembargador Eurípedes Queiroz do Vale, para sócio correspondente no Estado do Espírito Santo e Teonilo Leite para sócio benfeitor, na vaga aberta com o falecimento do coronel Eustáquio de Souza Bastos, pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Proposta firmada por número legal de sócios no sentido de serem admitidos ao quadro de sócios efetivos os Desembargadores Otávio de Souza Leite e José Rodrigues Nou, proposta que foi despachada à Comissão de Admissão de sócios.

Telegramas (7) do Governador Arnaldo Rollemberg Garcez, apresentando despedidas por ter de viajar para a Capital da República; do Dr. Correia Junior, comunicando estar inibido de vir a esta Capital para fazer o discurso oficial do centenário do Dr. Fabrício Vampré; do Desembargador Armando Mesquita, fazendo uma comunicação ao Instituto; do Ministro da Guerra, General Newton Estilac Leal, comunicando ter recomendado ao comandante da Guarnição Federal, neste Estado, dar todo apoio às comemorações do centenário do General Antônio Sebastião Basílio Pirro, representando-o nas solenidades a serem realizadas; e do Dr. Renato Mesquita (2) em resposta ao convite deste Instituto para fazer o discurso oficial na comemoração do centenário do Dr. Tomás Rodrigues da Cruz e do Senador Durval Cruz agradecendo as homenagens prestadas à memória do seu saudoso pai.

Aberta a ordem do dia foram lidos, isoladamente e isoladamente discutidos e votados os quatro pareceres da Comissão de Admissão de sócios, sendo todos aprovados unânimemente, ficando desta maneira aceitos sócios efetivos o Dr. João Fernandes de Brito e Gerinaud Lacerda Filho, sócio correspondente o desembargador Eurípedes Queiroz do Vale e sócio benfeitor o antigo sócio efetivo Teonilo Leite. Foram eliminados, a pedido, os sócios efetivos Drs. Adel da Silva Nunes e Luciano Espinheira da Fon-

seca, que se escusaram de pagar mensalidades à cobradora, declarando não quererem continuar como sócio.

O secretário geral, Epifânio Dória, sugeriu que se estudasse a possibilidade de se celebrarem ainda este ano o centenário de nascimento do Dr. Ascendino Angelo dos Reis, a 20 de Abril, coronel Vicente Ribeiro, a 10 de julho e marechal Siqueira Menezes a 7 de dezembro. Salientou a figura primacial desses três sergipanos, o primeiro como grande médico e grande educador que se tornou digno do mais alto apreço na Capital paulista, onde existe uma grande avenida asfaltada com o seu nome, o segundo como politico de grande conceito nos tempos do império e na primeira década republicana e o terceiro como militar, cuja ação na campanha de Canudos mereceu grandes elogios do escritor e sociólogo Euclides da Cunha, tendo governado o Estado e representado Sergipe no Senado da República.

O presidente, Dr. Felte Bezerra, comunicou que o antigo sócio d'este Instituto Dr. Avila Lima lhe dera conhecimento de uma anomalia que se vinha verificando a seu respeito há anos, a exclusão não motivada do seu nome da lista de sócios, que o era desde a vida inicial do sodalício. Ficou deliberado que se incluísse o seu nome no quadro de sócios efetivos, independente de joia e de pagamento de anuidades anteriores, cabendo-lhe pagá-las a partir de 1.º de janeiro d'este ano.

Tomando-se conhecimento da transferência de residência do sócio efetivo Dr. Lauro Barreto Fontes, foi mandado transferir o seu nome para a lista de sócios correspondentes, na forma do artigo 20 dos Estatutos, designando-se dia para eleição do lugar de vice-presidente, vago em consequência de sua transferência para fora do Estado.

O Tesoureiro explicou que por motivo de suas ocupações funcionais na repartição onde serve e por falta de saúde não pôde levantar o balancete do sodalício no dia 31 de janeiro, o que fará oportunamente.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a

21 }
Bia! }

presente ata redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória.

- (aa) Felte Bezerra
Epifânio Dória
Severino Uchôa
Maria da Conceição Melo Costa

Ata da sessão extraordinária de
Assembléia Geral do Instituto Histórico
e Geográfico de Sergipe para eleição
de Vice-presidente, em 19 de fe-
vereiro de 1952.

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos cinqüenta e dois, às dezessete horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes vinte e cinco sócios quites, assumiu a presidência o doutor Felte Bezerra, ocupando o lugar de primeiro secretário Dona Maria da Conceição Melo Costa, na conformidade do artigo vinte e nove dos Estatutos. Não tendo comparecido o segundo secretário o presidente designou a mim, Epifânio da Fonseca Dória, para ocupar o lugar vago, o que fiz imediatamente.

Não houve leitura de ata nem de expediente. O presidente declarou que o fim da sessão era a eleição para preenchimento da vaga de vice-presidente, aberta com a mudança de residência do consócio doutor Lauro Barreto Fontes, ora residindo na Capital da Bahia. Abriu a urna que se achava sôbre a mēsa e mostrou-a aos sócios presente, para que vissem estar ela vazia. Fechou-a depois à chave e mandou que o primeiro secretário procedesse à chamada dos sócios inscritos no livro de presença. Cada sócio que era chamado comparecia à mēsa e deitava na urna a sua cédula em envólucro fechado.

Encerrada a votação o presidente abriu a urna e retirou de dentro os envólucros e contou-os, verificando que eram em número de vinte e cinco, correspondendo ao total de assinaturas lança-

das no livro de presença. Recolheu os referidos envelopes à urna e designou para servirem de escrutinadores os sócios João Rezende e José Apostolo de Oliveira Neto.

Passou em seguida à apuração abrindo os envelopes um a um, retirando a cédula e lendo-a, em voz alta, para que os escrutinadores anotassem os votos. Concluída a apuração verificou-se o seguinte resultado: para vice-presidente, doutor Lourival Bonfim, vinte e quatro votos, doutor Lauro de Brito Porto, um voto.

O presidente publicou em voz alta, êste resultado e declarou conceder a palavra a quem quisesse levantar protesto contra o mesmo. Reinando silêncio, submeteu-o a votos, sendo unânimeamente aprovado. Dêste modo foi proclamado eleito o consócio doutor Lourival Bonfim, sendo suspensa a sessão para lavratura desta ata, que eu, Epifânio da Fonseca Dória, servindo de segundo secretário, a lavrei. Ato contínuo foi reaberta a sessão, lida e unânimeamente aprovada a mesma ata, mandando o presidente que se fizessem as devidas comunicações.

(aa) Felte Bezerra
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de março de 1952.

Aos seis dias do mês de março do ano de mil novecentos cinquenta e dois, na sede social, às dezessete horas, presentes os membros da Diretoria, doutores Felte Bezerra, Lourival Bonfim e Severino Uchôa, Epifânio Dória e D. Maria da Conceição Melo Costa, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada a ata da sessão de 7 de fevereiro. O expediente constou do seguinte:

Cartas (5) da Academia Maranhense de Letras, acusando o recebimento de um exemplar do número vinte da Revista dêste Instituto; da Universidade do Atlântico, de Barranquilla, Colom-

*Pantufismos! Oliveira & Lica
de Pernambuco!*

bia, comunicando a fundação ali do Centro Geográfico do Atlântico; do jornalista Alvaro Ribeiro, solicitando informação sobre a possibilidade de sua admissão aos quadros deste Instituto; do Instituto Interamericano de História Municipal e Institucional de Havana, Cuba, comunicando a próxima realização do V Congresso Histórico-Municipal na cidade de Trujillo, República Dominicana, e enviando a agenda do mesmo Congresso; do consócio doutor Arquimedes Pereira Guimarães sobre o número vinte da Revista deste Instituto.

Cartões (2) da Escola de Estudos Hispano-Americanos de Sevilha, Hespanha e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, enviando cumprimentos de boas festas.

Ofícios (4) da Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura do Salvador, enviando publicações da mesma Diretoria ao Instituto; da Assembléa Legislativa da Bahia, enviando cópia de uma moção na mesma votada, em hora da memória do Dr. Tomás Rodrigues da Cruz; da Assembléa Legislativa deste Estado, comunicando a eleição da sua Mesa para o ano corrente, e do juiz eleitoral da primeira zona desta Capital, comunicando ter designado uma das salas do edifício deste Instituto para nela funcionar uma secção eleitoral na eleição municipal marcada para 13 de abril próximo.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação dos desembargadores Otávio de Souza Leite e José Rodrigues Nou, como sócios efetivos, o qual ficou reservado à ordem do dia da sessão de hoje.

Telegrama da Assembléa Legislativa convidando o Instituto para a sua sessão de abertura no dia primeiro deste mês. Constatou ainda o expediente de larga porção de revistas, jornais, livros e opúsculos recebidos de várias procedências. Estando presente o consócio Dr. Lourival Bonfim, recentemente eleito vice-presidente, foi o mesmo convidado a tomar posse do seu lugar o que se realizou.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, favorável a admissão dos desembargadores Otávio de Souza Leite e José Rodrigues Nou para o quadro de sócios efetivos, o qual, submetido à discussão e a posterior votação, foi, unânimemente aprovado.

O presidente sugeriu que se solenizasse no próximo dia 17 a passagem do aniversário da fundação da cidade de Aracaju, dependendo tal providência do conseguimento de um estudioso que se prontifique a fazer o discurso oficial desse dia.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Jeruza Pacheco de Santana, auxiliar administrativa, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória.

(aa) Felte Bezerra
Lourival Bonfim
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio Dória
Severino Pessoa Uchôa.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 8 de abril de 1952.

Aos oito dias do mês de abril do ano de mil novecentos cinquenta e dois, na sede social, às dezessete horas, presentes os membros da Diretoria doutor Felte Bezerra, Epifânio Dória, professora Maria da Conceição Melo Costa e o doutor Lourival Bonfim, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte :

Cartas (9) do Dr. Lourival Fontes, comunicando a resposta que lhe dera o Ministro da Fazenda sobre o pagamento da subvenção deste Instituto do exercício de 1951; do senhor Aloisio de Freitas Garcez, comunicando os passos que dera, por sua vez, para que o referido pagamento seja efetuado pelos restos a pagar; do consócio Prof. Eduardo Fernandez y Gonzalez, enviando trinta e cinco cruzeiros para lhe ser remetido o n.º 20 da Revista deste Instituto; do encarregado do Bureau de Informações Polonesas no Rio de Janeiro, comunicando a remessa de publicações a este sodalício; do sócio benfeitor coronel Gabriel Benevides do Rosário, enviando um retrato seu a pedido deste Instituto; do senhor

Abelardo de Almeida Nogueira, diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, prestando informações sobre o pagamento das subvenções deste Instituto; do sócio benfeitor Teonilo Leite, prometendo a remessa de um retrato que lhe foi pedido; do coronel Augusto de Araujo Dória, acusando o recebimento do n.º 20 da Revista; da Companhia Telefônica Brasileira, comunicando a remessa de listas de assinantes de telefones que lhe foram pedidas.

Cartões (3) do Departamento Estadual de Estatística enviando uma publicação feita pelo mesmo Departamento; da Escola de Estudos Hispano Americanos de Sevilha, Hespanha, acusando o recebimento de números da Revista deste Instituto; da Secção de Estudos Económicos e Financeiros do Departamento da Fazenda do Estado, enviando um exemplar da lei orçamentária do mesmo Estado para o corrente exercício.

Circulares (7) do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e da Academia Pernambucana de Letras, comunicando a eleição e posse de suas novas Diretorias; do diretor da Faculdade de Direito de Sergipe, pedindo o salão de conferências para realização solene de sua aula inaugural deste ano; do Conselho Nacional de Geografia, em resposta a uma consulta que lhe foi feita; da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, comunicando o envio de publicações que lhe foram pedidas; da Comissão Organizadora do Primeiro Congresso Interamericano de História e Arte Religiosas de Buenos Aires, comunicando a realização do referido Congresso em Setembro deste ano; e da Comissão organizadora do 1.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia a realizar-se na cidade do Recife, em Pernambuco, comunicando a realização do mesmo Congresso em julho deste ano.

Offício do Diretor do Arquivo do Estado de Pernambuco, comunicando o envio de um exemplar dos Anais Pernambucanos do Dr. Pereira da Costa.

Propostas (4) para sócios efetivos de José Francisco de Menezes e Dr. Hélio de Andrade Amado; e para sócios correspondentes Doutores Mário Torres e Eugénio Henrique Zimmerman, as quais foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (2) do consócio Dr. José Calazans associando-se às comemorações do aniversário da fundação desta Capital a 17 de março findo e comunicando não poder aceitar o convite que lhe endereçou este Instituto para ser orador oficial da sessão solene de 17.

Aberta a ordem do dia não houve matéria para estudo e debates pelo que o presidente declarou encerrada a sessão de que eu, Jeruza Pacheco de Santana, auxiliar da Secretaria, lavrei a presente ata redigida pelo secretário geral Senhor Epifânio Dória.

(aa) Felte Bezerra
Epifânio Dória
Lourival Bonfim
Severino Pessoa Uchôa
Maria da Conceição Melo Costa.

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 21 de abril de 1952.

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinqüenta e dois, às vinte horas, no salão de festas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes vários sócios, a maioria da Diretoria, o representante do governador do Estado, autoridades civís e militares, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Felte Bezerra. Não houve leitura de ata nem de expediente.

71 | O presidente, em rápido improviso, explicou o fim da solenidade, que era render-se homenagem à memória de Tiradentes, o Protomartir da República. Em seguida concedeu a palavra ao orador oficial, especialmente convidado, deputado estadual Dr. João de Seixas Dória, que ocupou a tribuna sob salva de palmas, proferindo eloquente discurso que foi, ao terminar, vivamente aplaudido pela numerosa e selecta assistência.

Antes de encerrar a sessão falou novamente o presidente, que agradeceu aos presentes o seu comparecimento à solenidade cívica.

Foi em seguida encerrada a sessão de que eu, Jeruza Pacheco Santana, auxiliar da administração, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória.

- (aa) **Felte Bezerra**
Lourival Bonfim.
Epifânio da Fonseca Dória
Severino Pessoa Uchôa
Maria da Conceição Melo Costa.
-

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 9 de maio de 1952.

Aos nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos cinquenta e dois, às dezesseis horas, na sede social, presentes os membros da Diretoria, doutores Felte Bezerra, Lourival Bonfim e Severino Uchôa, professora Maria da Conceição Melo Costa, Amintas Garcez e Epifânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Felte Bezerra.

Foram lidas e aprovadas as atas das sessões de 8 e 21 de abril. O expediente constou do seguinte:

Cartas (2) da Biblioteca Nacional de Stocolmo, pedindo a remessa da Revista do Instituto, e de D. Seleneh de Medeiros, comunicando que pretende realizar brevemente uma tournée de arte aos Estados nordestinos, devendo tocar em Sergipe.

Circulares (9) da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos; do Centro Sergipano, da Bahia; do Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, comunicando a eleição e posse de suas Diretorias; da Inspeção Regional de Estatística (2) pedindo o preenchimento de quadros estatísticos; do Diretor da Secção de Imprensa e Informações da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, enviando material para facilitar a organização de programas de festas comemorativas do Dia Pan-Americano; do Comité Coordenador de Assistência Técnica da mesma Or-

ganização, enviando uma lista de projetos da Cooperação Técnica Americana; e da Fundação para o desenvolvimento da Ciência na Bahia, enviando formulários para serem preenchidos e devolvidos à mesma.

Ofícios (4) do engenheiro Jorge de Campos Maynard, comunicando a sua posse nas funções de Prefeito desta Capital, para as quais foi eleito a 13 de abril d'este ano; da Diretoria de Documentação e Cultura, da Prefeitura Municipal do Recife, fazendo uma consulta; da Inspeção Regional de Estatística, comunicando o envio a este Instituto de publicações do Serviço Nacional de Recenseamento; e do 1.º secretário da Assembléia Legislativa do Estado, agradecendo um convite que lhe fez este Instituto para a sessão solene de 21 de abril findo.

Pareceres (4) da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação dos candidatos José Francisco de Menezes e Dr. Hélio de Andrade Amado para o quadro de sócios efetivos e os Drs. Eugen Henrich Zimmermann e Artur Tôrres para o de correspondentes, pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Proposta apresentada por cinco sócios para admissão do Dr. Frederico de Barros Brotero como sócio correspondente, a qual foi despachada à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (2) do Delegado do Ministério do Trabalho neste Estado, convidando o sodalício para uma missa em ação de graças a 19 de abril findo, e do Desembargador Eurípedes Queiroz do Vale, agradecendo a sua eleição para sócio correspondente. Constatou ainda o expediente de crescida quantidade de revistas, jornais, livros e opúsculos, recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foram eliminados da lista de sócios efetivos os nomes de Clovis Garcez Sobral, D. Maria Silvia Sobral e Dr. Joaquim Mauricio Cardoso, que se excusaram de pagar as mensalidades do primeiro semestre d'este ano, alegando não quererem continuar como sócios.

Foram lidos, um a um, e discutidos e votados de cada vez os quatro pareceres da Comissão de Admissão de Sócios, sendo unanimemente aceitos para o quadro de sócios efetivos o Dr. Hélio Andrade Amado e José Francisco de Menezes, e para o quadro

de sócios correspondentes os Drs. Artur Tórres e Eugen Henrich Zimmermann.

O Tesoureiro apresentou o balanço do mês de abril findo, por onde se pôde ver que em 30 do referido mês o saldo patrimonial em depósitos bancários era de Cr\$ 69.517,20.

O Secretário geral, Epifânio Dória, declarou que continúa fazendo esforço para conseguir o recebimento da subvenção federal de 1951, no valor de dez mil cruzeiros, e que se espera também o do corrente exercício, elevado para quinze mil cruzeiros por proposta do consócio Deputado Amando Fontes. Salientou o gesto de alta nobreza do sócio benfeitor Dr. Francisco Antônio de Oliveira, digno sergipano residente em Niterói, que enviou, espontaneamente, ao Instituto a quantia de mil cruzeiros.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Jeruza Pacheco Santana, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória.

(aa) **Felte Bezerra**
Epifânio Dória
Maria da Conceição Melo Costa
Severino Uchôa
Lourival Bonfim.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 10 de Junho de 1952.

Às dezessete horas do dia dez de junho do ano de mil novecentos cinqüenta e dois, na sede social, presentes os membros da Diretoria, doutores Felte Bezerra e Lourival Bonfim, Amintas Garcez, Dona Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do doutor Felte Bezerra.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. O expediente constou do seguinte:

Cartas (12): do Dr. Mário Torres, (2) agradecendo a sua admissão como sócio correspondente e enviando a importância da joia; do Museu Paulista, informando que se acham esgotadas as edições de livros que lhe foram pedidos; do Dr. Hélio de Andrade Amado, (2) agradecendo a sua admissão como sócio efetivo e enviando a joia e mensalidades; do sócio Dr. Eduardo Gonzalez, enviando trinta cruzeiros para lhe serem remetidos os números 16 e 17 da Revista deste Instituto; do Dr. Manuel Diegues Junior, agradecendo a sua admissão como sócio correspondente; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, informando estarem esgotadas as edições da Revista Brasileira dos Municípios que lhe foram pedidas; do sócio Tenente do Exército Pascal Bandeira Moreira, sugerindo a admissão de dois candidatos ao quadro de sócios correspondentes; do sócio José Francisco de Menezes, enviando cartões recibos de publicações que este Instituto enviou à Biblioteca Tobias Barreto da cidade deste nome; e do United States Book Exchange, de Washington, enviando preços de suas publicações.

Cartões (5): do sócio Dr. Mário Cabral, oferecendo à secção de antiguidades bibliográficas um volume editado em 1709; da Biblioteca da Faculdade de Direito de S. Paulo, enviando o volume 45 da Revista da mesma Faculdade; do Rotary Clube de Aracaju, enviando a nominata de sua nova Diretoria; da Sociedade Colombista Panamericana de Havana, comunicando a sua transferência para novo edifício e do Dr. Frederico de Barros Brotero, acusando o recebimento do n.º 20 da Revista.

Circulares (6): da Comissão Organizadora Central do XI Congresso Brasileiro de Geografia, enviando um boletim de adesão e o programa do mesmo Congresso; da Indústria Gráfica Marlo Limitada, comunicando a sua instituição nesta Capital; do Centro Acadêmico Sílvio Romero, desta Capital, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria; da Comissão Organizadora do Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, comunicando o adiamento do mesmo Congresso para 1953; da Comissão Organizadora do Quinto Congresso Histórico Municipal Interamericano, (2) fazendo comunicações referentes ao mesmo Congresso, iniciado em Trujillo, em 24 de Abril deste ano.

Ofícios (2) do Delegado Regional do Ministério do Trabalho, neste Estado, agradecendo o concurso dêste Instituto para o êxito das comemorações do dia 1.º de maio e da Agência do Banco do Brasil nesta Capital, enviando um opúsculo em que se reuniram discursos proferidos em uma homenagem ao Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do mesmo Banco, Dr. José Loureiro da Silva.

Telegrama do secretário do presidente da República, agradecendo, em nome do mesmo, o telegrama de cumprimentos de aniversário enviado pelo Instituto.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela admissão do Dr. Frederico de Barros Brotero como sócio correspondente, o qual ficou reservado à ordem do dia da sessão de hoje.

Propostas (5): uma para admissão do General Manuel Messias de Mendonça como sócio benfeitor, na vaga do sócio do mesmo quadro Antônio Benevides do Rosário, falecido na Bahia em 31 de março dêste ano, duas para admissão dos Drs. Pedro Barreto de Andrade e Jorge Campos Maynard como sócios efetivos e duas para admissão dos Drs. Albert Marie de Bougerolle e Severino Zavagno, como sócios correspondentes, sendo as referidas propostas encaminhadas à Comissão respectiva. Foi apresentada também no expediente grande quantidade de revistas, jornais, livros e opúsculos, recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela admissão do Dr. Frederico de Barros Brotero para sócio correspondente, o qual foi unanimemente aprovado.

O secretário Geral Epifânio Dória comunicou achar-se residindo nesta Capital o antigo sócio correspondente Cícero Sampaio, propondo que se comunique ao mesmo a sua transferência para o quadro de sócios efetivos, na conformidade da parte final do artigo 20 dos Estatutos, proposta que foi aprovada.

O presidente fez ciente à Diretoria que a Sociedade de Cultura Franco Brasileira estava passando, de tempos a esta parte, forte crise financeira, não podendo pagar ao Instituto a contribuição mensal que vinha pagando. Consultou se não seria consentâneo isentá-la dessa contribuição. O secretário geral Epifânio

Dória propôs que se isentasse do pagamento das contribuições de junho a dezembro dêste ano, proposta que foi aprovada.

O mesmo secretário Geral propôs que se lançasse na ata da sessão de hoje um voto de pesar pelo falecimento do sócio honorário Dr. Berilo Vieira Leite, ocorrido nesta Capital a 1.º de junho fluente, fato que encheu de consternação quantos sabiam reconhecer nêle os grandes dotes espirituais e serviços prestados à população como clínico, comunicando-se à sua viúva, o que foi também aprovado. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Jeruza Pacheco de Santana, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral Epifânio da Fonseca Dória.

(aa) Felte Bezerra
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória
Severino Uchôa
Lourival Bonfim.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 11 de julho de 1952.

Aos onze dias do mês de julho do ano de mil novecentos cinquenta e dois, às dezessete horas, na sede social, presentes os membros da Diretoria, Drs. Felte Bezerra e Lourival Bonfim, Professra Maria da Conceição Melo Costa, Amintas Andrade Garcez e Epifânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Felte Bezerra.

Foi lida e aprovada a ata da sessão de dez de junho findo.

O expediente constou do seguinte :

Cartas (5) da Academia Maranhense de Letras, informando não ser possível, por esgotados, números de sua Revista pedidos por êste Instituto; de Aloísio Freitas Garcez, comunicando ter providenciado o encaminhamento do processo de pagamento da subvenção federal de 1951, já tendo seguido ordem de pagamento para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado; do

Deputado Amândo Fontes, comunicando ter apresentado uma emenda ao orçamento federal de 1953, beneficiando o Instituto com vinte mil cruzeiros; do sócio benfeitor Dr. Francisco Antônio de Oliveira, comunicando ter pedido ao consócio Dr. Clodoaldo Passos para mandar examinar as esquadrias das janelas do edifício do Instituto e orçar a despesa com o conserto das mesmas, para estudar a possibilidade de financiar êle a mesma despesa; e do Instituto Interamericano de História Municipal e Institucional de Havana, Cuba, enviando cópia de uma Resolução do V Congresso Histórico Municipal Interamericano celebrado na Capital da República Dominicana, de 24 a 29 de abril d'êste ano.

Cartões (2) da viuva Dr. Berilo Vieira Leite, agradecendo as condolências que lhe enviou êste Instituto e do comerciante desta Capital senhor Oscar Prado Gois, oferecendo à biblioteca do Instituto, em nome do Laboratório Daudt Oliveira S/A o livro "Memórias", de João Daudt Filho.

Circulares (2) da Associação Feminina de Sergipe, comunicando a eleição de sua diretoria e da Ação Católica Diocesana, comunicando a organização de sua Junta Diocesana.

Ofícios (3) da Fundação para Desenvolvimento da Ciência na Bahia, agradecendo a remessa do formulário que enviara para ser preenchido; do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, acusando o recebimento de números da Revista d'êste Instituto e comunicando a remessa, em permuta, de números da sua; do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, pedindo recibo de um pagamento que efetuou.

Pareceres (5) da Comissão de Admissão de Sócios opinando pela admissão do Conde Albert Marie de Bougerolle e do Dr. Severino Zavagno, da França e da Itália, respectivamente, para sócios correspondentes; do General Manuel Messias de Mendonça, para o quadro de sócios benfeitores e dos Drs. Jorge de Campos Maynard e Pedro Barreto de Andrade, para o quadro de sócios efetivos, pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da sessão de hoje.

Propostas (4) do senhor Osmário do Prado Leite, dos Drs. José Bonifácio Fortes Neto e Waldemar Fortuna de Castro e do

desembargador Otávio Teles de Almeida para sócios efetivos, as quais foram encaminhadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (2) do General Manuel Messias de Mendonça, agradecendo a lembrança do seu nome para sócio benfeitor e comunicando ter remetido, por via bancária, a importância da joia, e do presidente do 2.º Congresso de História da Bahia, convidando o sodalício para o mesmo Congresso.

Foi apresentada também no expediente crescida porção de revistas, jornais, livros e opúsculos, recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foram lidos e submetidos à discussão, um a um, os cinco pareceres da Comissão de Admissão de Sócios opinando pela admissão do General Manuel Messias de Mendonça ao quadro de sócios benfeitores; os Drs. Jorge de Campos Maynard e Pedro Barreto de Andrade ao quadro de sócios efetivos; o Conde Albert Marie de Bougerolle e o Dr. Severino Zavagno ao quadro de sócios correspondentes, pareceres que foram unanimemente aprovados, mandando o presidente que a secretaria expidisse as necessárias comunicações.

O secretário geral, Epifânio Dória, comunicou o falecimento em Belo Horizonte, a 2 de junho último, do sócio honorário Dr. Nelson Coelho de Sena, uma das mais altas personalidades da engenharia nacional, e propôs que se lançasse na ata um voto de pesar por essa triste ocorrência, transmitindo-se à família e ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o que foi aprovado.

O Tesoureiro, Amintas Garcez, apresentou o balancete mensal encerrado em 30 de junho findo, segundo o qual passou para o mês vigente um saldo de sessenta mil cento e três cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 60.103,10).

O secretário geral, Epifânio Dória, deu conta dos passos dados pelo recebimento das subvenções federais de 1951 e deste ano, sendo que a de 1951 foi recebida hoje, estando recolhida aos estabelecimentos de crédito nos quais o Instituto faz seus depósitos.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Jeruza Pacheco de Santana, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata redigida pelo secretário geral Senhor Epifânio da Fonseca Dória.

(aa) Felte Bezerra
Epifânio Dória
Maria da Conceição Melo Costa
Severino Uchôa
Lourival Bonfim.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 5 de agosto de 1952.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos cinqüenta e dois, às dezessete horas, na sede social, presentes os membros da Diretoria, Drs. Felte Bezerra e Lourival Bonfim, Professora Maria da Conceição Melo Costa, Amintas Garcez e Epifânio Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente lido constou do seguinte:

Cartas (6) do Dr. Jorge Campos Maynard, agradecendo a sua admissão como sócio efetivo; de José Francisco de Menezes, em idêntico sentido; da sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, S. Paulo, agradecendo referências feitas a associados da mesma Sociedade, em ofício dêste Instituto; do Serviço de Publicidade Agrícola de S. Paulo, comunicando a remessa de volumes; de Ângelo de Oliveira, pedindo o preço de volumes da Revista; do consócio José Calazans, pedindo cópia de artigos dos jornais existentes na biblioteca.

Circular do Instituto Panamericano de História Municipal e Institucional de Havana, Cuba, enviando a cópia de uma Resolução tomada pelo V Congresso Histórico Municipal Interamericano, reunido em Trujillo, República Dominicana.

Offício do Instituto Joaquim Nabuco, comunicando a remessa de volumes editados pelo mesmo Instituto.

Pareceres (4) da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação dos candidatos Dr. Waldemar Fortuna de Castro, Desembargador Otávio Teles de Almeida, Osuário do Prado Leite e Dr. José Bonifácio Fortes Neto para a classe de sócios efetivos, pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Constatou, também do expediente crescida quantidade de revistas, jornais, livros e opúsculos recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foram lidos, um a um, e submetidos à discussão, isoladamente, os pareceres acima referidos, sendo todos aprovados unânimemente, pelo que foram proclamados aceitos sócios efetivos os senhores Waldemar Fortuna de Castro e José Bonifácio Fortes Neto, bem como o industrial Osuário do Prado Leite e o desembargador Otávio Teles de Almeida, mandando o senhor presidente que a secretaria fizesse as devidas comunicações aos novos sócios. O secretário geral, Epifânio Dória, comunicou que o consócio Professor Alvaro Correia Paix transferia sua residência para Macaé, propondo a sua transferência para a série de correspondentes, na conformidade da disposto no artigo 20 dos Estatutos, proposta que foi aprovada. Comunicou ainda o secretário geral que o sócio efetivo coronel Anísio Ezequiel de Barros, por uma fatalidade do seu próprio destino, perdêra a saúde mental, estando sob regime de interdição da gerência dos seus bens, excusando-se a família de pagar suas mensalidades.

Resolveu-se assim retirar o seu nome da lista de sócios. Em continuação lembrou ainda o secretário geral a aproximação da data da celebração do centenário de nascimento do grande sergipano General José de Siqueira Menezes, lembrando que seria conveniente ir-se cuidando do programa a ser observado. Lembrou o presidente a celebração de uma missa solene e uma sessão magna no Instituto, sendo orador da mesma o consócio Dr. José Calazans, já convidado e já aceito o convite.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Eme-
tério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a

Cancela-
ce!...

presente ata, redigida pelo secretário geral, a qual será lida e assinada na sessão que ocorrer depois.

- (aa) Felte Bezerra
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória
Lourival Bonfim.
-

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 5 de setembro de 1952.

Presentes os membros da Diretoria, Drs. Felte Bezerra, Lourival Bonfim e Severino Uchôa; professora Maria da Conceição Melo Costa, Amintas Andrade Garcez e Epifânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Felte Bezerra. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (duas), do Departamento de Imigração e Colonização de S. Paulo, enviando um exemplar do número 6 do seu Boletim, e do padre Milton Santana, fazendo uma consulta sobre a publicação de matéria da Revista do Instituto.

Circulares (duas), do diretor do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, enviando um exemplar do 2.^o volume dos "Anais Pernambucanos" do Dr. Pereira da Costa e da Loja Capitular Cotinguiba, comunicando a eleição e posse dos seus novos dirigentes.

Ofício do diretor do Ginásio "Jackson de Figueiredo", comunicando a remessa de números do periódico "Correio do Colegial", publicado pelo mesmo estabelecimento.

Telegrama do senhor bispo de Aracaju, agradecendo o apoio moral deste Instituto à reunião dos arcebispos, bispos e prelados do Vale do S. Francisco, realizada nesta capital de 25 a 28 de agosto deste ano.

Propostas (6), uma indicando os nomes dos intelectuais paranaenses Drs. Artur Martins Franco, Emílio Leão de Matos Sounis, Adalberto G. de Araujo, Vasco José Taborda e a professora D. Maria Nicolas para o quadro de sócios correspondentes, 3 outras indicando os nomes dos intelectuais estrangeiros Dr. Serge Debarbieux, natural de Paris e ali residente; professor Aristides Valentino, residente na Itália, e jornalista Carmine Manzi Filiberto, residente em Salerno, Itália, para sócios correspondentes; uma outra indicando o nome do grande intelectual brasileiro Dr. David Antônio da Silva Carneiro para o quadro de sócios honorários; e mais uma, finalmente, indicando o nome do professor José Bezerra dos Santos para o quadro de sócios efetivos. Ditas propostas foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios. Fêz parte do expediente crescida porção de livros, opúsculos, revistas e jornais, recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia o tesoureiro Amintas Andrade Garcez apresentou o balancete encerrado em data de ontem, dia quatro do mês em curso, por onde se viu que o fundo, em espécie, do Instituto era de Cr\$ 54.971,30.

O secretário geral Epifânio Dória lembrou que se aproximam as datas dos centenários do general Siqueira Menezes e Monsenhor Olímpio Campos.

O presidente Dr. Felte Bezerra, lembrou que o Dr. José Calazans já tinha accitado o compromisso de fazer o discurso oficial na celebração do centenário do general Siqueira Menezes, tendo o desembargador Gervásio Prata, por sua vez, accitado igual incumbência para o centenário do monsenhor Olímpio Campos.

Ficou desde logo assentado que do programa da celebração do centenário do general Siqueira Menezes fôsse celebrada uma missa solene, pela manhã, realizada uma romaria ao seu monumento no alto de Santo Antônio e uma sessão solene à noite, pedindo-se ao govêrno do Estado ônibus para conduzir as pessoas que quizerem comparecer à romaria.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Eme-
tério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a
presente ata, redigida pelo secretário geral, senhor Epifânio Dória.

(aa) Felte Bezerra
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória
Lourival Bonfim.

Ata da sessão ordinária da Dire-
toria do Instituto Histórico e Geográ-
fico de Sergipe, de 8 de outubro de
1952.

Aos oito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos
cinquenta e dois, às quinze horas, presentes os membros da Dire-
toria Drs. Felte Bezerra, Lourival Bonfim e Severino Uchôa,
Prof.^a Maria da Conceição Melo Costa, contador Amintas Andrade
Garcez e Epifânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do
Dr. Felte Bezerra. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (9), da Biblioteca da Universidade do Texas, pedindo
a remessa da Revista do Instituto; do Serviço de Documentação
do Ministério da Viação e Obras Públicas, informando não ser
possível a remessa de publicação que lhe foi solicitada; do Dr.
Carlos Rodrigues Alves, comunicando ter enviado ao Instituto os
dois volumes recentemente publicados sobre o centenário do Con-
selheiro Rodrigues Alves; do escultor Corinto Mendonça pedindo
a guarda no edifício do Instituto dos bustos que modelou em
gesso do Dr. Graco Cardoso e Prof. Abdias Bezerra; do general
Manuel Messias de Mendonça, agradecendo a sua admissão ao
quadro de sócios benfeitores; do sócio benfeitor Dr. Francisco
Antônio de Oliveira, enviando a quantia de um mil cruzeiros,
como donativo seu, espontâneo, destinado à reposição de vidros
que se acham estragados nas janelas do edifício do Instituto; do

sócio correspondente, tenente Pascal Bandeira Moreira (3), sugerindo a admissão de sócios correspondentes no exterior.

Cartões (2), do diretor do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, agradecendo condolências enviadas por ocasião do falecimento do governador daquele Estado, Dr. Agamenon Magalhães e do comendador Manuel Gonçalves, sócio benfeitor do Instituto, agradecendo congratulações que lhe foram enviadas na passagem do seu 80.º aniversário.

Circulares (3), da empresa editora do Almanaque de O Pensamento, pedindo a publicação na Revista do Instituto de uma notícia que enviou; do desembargador João Dantas Martins dos Reis, comunicando a sua eleição e posse no alto cargo de presidente do Tribunal de Justiça deste Estado e do Dr. Salomão de Vasconcelos, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Ofícios (3), do diretor do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, comunicando a remessa obsequiosa de um exemplar do 2.º volume dos "Anais Pernambucanos", do Dr. Pereira da Costa, do diretor do Instituto Rio Branco, comunicando a remessa de volumes que lhe foram pedidos e do Secretário geral da Sociedade Brasileira de Geografia, agradecendo a comunicação que se lhe fez da posse da nova Diretoria deste Instituto.

Pareceres (7), da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação do Dr. David Antônio da Silva Carneiro, para o quadro de sócios honorários, pela dos Drs. Artur Martins Franco, Emilio Leão de Matos Sounis, Adalberto G. de Araujo, Vasco José Tabora Ribas, Carmine Manzi, Aristides Filiberto Valentino e Serge Debarbieux e D. Maria Nicolas, para o quadro de sócios correspondentes, e Prof. José Bezerra dos Santos, para o quadro de sócios efetivos. Ditos pareceres, ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Foi lido também no expediente um ofício do consócio Dr. Severino Uchôa, renunciando o cargo de 2.º secretário, em face de suas grandes ocupações no magistério secundário. Constatou também do expediente crescida porção de jornais, revistas, livros e opúsculos recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foram lidos, um a um e postos a debate, isoladamente, os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios,

mencionados na parte do expediente, os quais foram unânime-mente aprovados, sendo proclamados sócios correspondentes os Drs. Artur Martins Franco, Emílio Leão de Matos Soumis, Adalberto G. de Araujo, Vasco José Taborda Ribas, Aristides Filiberto Valentino, Carmine Manzi, Serge Debarbieux, e D. Maria Nicolas, para o quadro de sócios correspondentes; Professor José Bezerra dos Santos, para o quadro de sócios efetivos e Dr. David Antônio da Silva Carneiro, para o quadro de sócios honorários.

Em face da renúncia do consócio Dr. Severino Uchôa o presidente declarou vago o lugar de 2.º secretário, mandando que se publicasse edital convocando uma assembléia geral para preenchimento da vaga, por meio de eleição.

O Secretário geral comunicou que o Instituto, desejoso de facilitar leitura de autores clássicos aos estudiosos, adquiriu pela quantia de Cr\$ 4.350,00 a 1.ª série de volumes da coleção Clássicos Jackson, composta de vinte volumes, com encadernação de linho. Comunicou mais que se acha na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado, à disposição da Tesouraria deste Instituto, a subvenção federal do corrente exercício, na importância de Cr\$ 15.000,00.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Eme-
tério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a
presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da
Fonseca Dória.

(aa) Felte Bezerra
Joel Macieira de Aguiar
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória.

Ata da sessão de Assembléia Ge-
ral extraordinária para eleição de 2.º
secretário, realizada em 15 de outubro
de 1952.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos
cinquenta e dois, às dezessete horas, na séde social, presentes

vinte e sete sócios, por convocação da presidência, em notificação pessoal, na conformidade do artigo cinquenta e seis dos Estatutos, occuparam na mesa os lugares de presidente e primeiro secretario, respectivamente, o doutor Felte Bezerra e a professora Maria da Conceição Melo Costa. Estando vago o lugar de 2.º secretario o presidente convidou para occupá-lo o consócio Epifânio Dória, que logo tomou lugar na mesa.

Não houve leitura de ata nem de expediente.

O presidente declarou que o fim da sessão era a eleição para preenchimento da vaga de segundo secretario, aberta com a renuncia do consócio Dr. Severino Pessoa Uchôa. Isto feito abriu a urna que se achava sôbre a mesa, mostrando-a aberta aos sócios presentes para que se certificassem de estar ela vazia. Fechou-a depois a chave e mandou que o primeiro secretario procedesse à chamada dos sócios presentes pelas suas assinaturas no livro de presença.

À proporção que era feita a chamada o sócio comparecia a mesa e depositava na urna a sua cédula em envólucro fechado, retirando-se depois.

Encerrada a votação o presidente abriu a urna retirando de dentro os envólucros das cédulas. Contou-os e verificou que eram vinte e sete, número que correspondia ao de votantes que haviam assinado o livro de presença. Recolheu ditos envólucros novamente à urna, annunciando que ia ter início a apuração e designou os sócios José Apóstolo de Oliveira Neto e Camilo de Calazans para escrutinadores.

Finda a apuração foi annunciado o seguinte resultado : — para segundo secretario, doutor Joel Macieira de Aguiar, vinte e seis votos, Camilo de Calazans, um voto. O presidente publicou, em voz alta este resultado, declarando que concederia a palavra a quem quisesse levantar protesto contra o mesmo. Reinando silêncio, submeteu-o a votos, sendo unânimemente aprovado.

Em consequência proclamou eleito o consócio doutor Joel Macieira de Aguiar, mandando expedirem-se as necessárias comunicações; e suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata que eu, Epifânio da Fonseca Dória, servindo de se-

gundo secretário ad hoc lavrei. Reaberta a sessão foi lida e unanimemente aprovada a mesma ata que vai assinada pela mesa.

(aa) Felte Bezerra
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 10 de novembro de 1952.

As dezessete horas, presentes os membros da Diretoria Drs. Felte Bezerra e Joel Aguiar, D. Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Felte Bezerra. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte :

Cartas (10), da empresa editora W.M. Jackson, Inc., do Rio de Janeiro, avisando o vencimento de uma obrigação a ser paga pelo Instituto, pagamento que já foi efetuado; do Dr. Amâncio Pereira, sócio correspondente em Vitória, Espírito Santo, respondendo uma consulta que se lhe fez; do sócio efetivo Demócrito Côrtes, comunicando ter intercedido junto ao secretário do Prefeito da Capital em prol do pagamento da subvenção devida ao Instituto; do sócio correspondente Dr. Pascal Bandeira Moreira, propiciando informações sobre ex-libris recebidos pelo Instituto; do escritor português Gastão de Bittencourt, acusando o recebimento de livros que lhe foram enviados; do Dr. Carlos Rodrigues Alves comunicando ter remetido ao Instituto um livro que se lhe pediu; do Diretor do Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, agradecendo a remessa que se lhe fez de fotografias do Instituto que pediu; do Dr. Francisco Antônio de Oliveira, sergipano e sócio benfeitor, residente em Niterói, remetendo, espontaneamente mais um donativo de mil cruzeiros para reparos de esquadrias e vidros das janelas do edifício do Instituto; do escritor e grande industrial paranaense, Dr. David

Carneiro, agradecendo a sua eleição para sócio honorário do Instituto e da senhorinha Antônia Martins, encarregada da secretaria do Rotary Clube do Recife, comunicando a remessa de Boletins que lhe foram solicitados.

Circulares (3), do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Sergipe, comunicando a eleição e posse dos seus corpos diretivos e da União Sergipana dos Estudantes Secundários, convidando o Instituto para as reuniões do V Congresso Estadual dos Estudantes Secundários, nesta Capital, de 30 de outubro a 2 do vigente mês de novembro.

Ofícios (5), do presidente da Câmara Municipal desta Capital, acusando o recebimento do ofício em que este Instituto lhe pediu um auxílio para a ampliação do seu edifício e melhoria da subvenção anual que lhe vem concedendo; da Campanha de Proteção à Natureza, com sede em S. Paulo, agradecendo o apoio moral deste Instituto ao seu programa de ação em prol da fauna e flora do Brasil; do Departamento de Assistência a Psicopatas de S. Paulo, comunicando a remessa ao Instituto dos seus "Arquivos"; do Conselho Nacional de Estatística, comunicando não poder remeter ao Instituto os números que lhe faltam na coleção da Revista Brasileira dos Municípios, por se acharem esgotados, e do Departamento de Estradas de Rodagem, do Estado, oferecendo ao Instituto o original já com estragos, por deficiência de conservação, de planta do "Teatro S. Cristovão" que se projetou construir nesta Capital em 1920.

Propostas (2), uma no sentido de serem aceitos para o quadro de sócios beneméritos os Drs. Francisco Leite Neto e Amando Fontes, bem como o capitalista sergipano Francisco de Barros Melo, alto comerciante na praça de Santos, por terem prestado "relevantíssimos serviços" ao Instituto, na expressão do art. 12 dos seus Estatutos e outra no sentido de serem aceitos como sócios correspondentes os Drs. Mário Ypiranga Monteiro, residente em Manaus, Amazonas, e Norberto de Castro Fosi, residente em Madrid, as quais foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (2) dos consócios Drs. Eduardo Fernandez y Gonzalez e Orlando Damasceno, enviando condolências pela tragédia verificada no Rio do Sal a 28 de outubro findo.

Aberta a ordem do dia o secretário geral Epifânio Dória, lembrou que urgen providências concretas para a próxima celebração do centenário do Marechal Siqueira Menezes, submetendo à consideração dos demais membros presentes da Diretoria um esquema para o mesmo centenário o qual foi aprovado, com alterações propostas pelos presentes. Sugeriu ainda que se reduzissem para trinta e dois cruzeiros as contribuições mensais que vêm pagando, a título de auxílio para as despesas de asseio e conservação das salas, as instituições que vem realizando sessões no edifício, a saber: Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Sociedade de Medicina de Sergipe, Sociedade de Cultura Franco Brasileira, Academia Sergipana de Letras e Sindicato da Indústria da Construção Civil.

Por sugestão do Secretário geral foi designada uma comissão composta dos Drs. Felte Bezerra, Humald Cardoso, Enoch Santiago e Joel Aguiar, para se entender com as autoridades estaduais, federais, municipais e eclesiásticas, pedindo-lhes apoio e colaboração para melhor êxito das solenidades com que se vão comemorar o centenário do Marechal Siqueira Menezes.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, lavrei esta ata, redigida pelo secretário geral, na falta justificada do segundo secretário cujas ocupações de sua judicatura lhe tomaram todo o tempo.

(aa) Felte Bezerra
Epifânio da Fonseca Dória
Maria da Conceição Melo Costa

Ata da sessão solene do Instituto
Histórico e Geográfico de Sergipe, de
6 de dezembro de 1952.

Presentes vários sócios, a maioria da diretoria, representantes das altas autoridades do Estado, cavalheiros, senhoras e senhori-

nhas da sociedade local, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Felte Bezerra. Não houve leitura de ata nem de expediente.

Abrindo a ordem do dia disse o presidente ser ela o início das comemorações do centenário de nascimento do marechal José de Siqueira Menezes, indo-se ouvir a palavra eloquente e erudita do orador convidado, o consócio Dr. José Calazans, que ia dissertar sobre o papel do marechal Siqueira na campanha de Canudos.

Franqueada a palavra ao mesmo orador que assomou à tribuna sob uma salva de palmas, proferiu brilhante conferência que mereceu calorosos aplausos da numerosa assistência. Deixando a tribuna foi o Dr. Calazans muito cumprimentado.

O presidente, antes de encerrar a sessão, agradeceu ao consócio Dr. José Calazans a sua colaboração para o êxito das homenagens à memória do marechal Siqueira, e aos presentes o seu comparecimento à sessão.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Eme-tério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavei a presente ata, redigida pelo secretário geral Epifânio da Fonseca Dória, na falta justificada do segundo secretário, Dr. Joel Aguiar.

(aa) Felte Bezerra
Maria da Conceição Melo Costa

Ata da sessão solene do Instituto
Histórico e Geográfico de Sergipe, de
7 de dezembro de 1952.

Presentes diversos sócios, a maioria dos membros da Direto-ria, representantes das altas autoridades públicas, cavalheiros, se-nhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Felte Bezerra. Não houve leitura de ata nem de expediente.

Abrindo a ordem do dia o presidente declarou ser ela o en-cerramento das comemorações do centenário do marechal José de Siqueira Menezes, informando, com documento à mão, que não poderia haver dúvida quanto à data do nascimento do referido

marechal, pois éle próprio o afirmara, por escrito, ter sido a 7 de dezembro de 1852, como registrara o seu progenitor numa folhinha da época, a qual estivera em suas mãos no seu tempo de adolescente.

Em continuação disse que ia-se ouvir a palavra eloquente e erudita do consócio desembargador Enoch Santiago, orador escolhido para fazer a dissertação do dia.

Concedida a palavra ao desembargador Enoch Santiago, subiu éle à tribuna, sob uma salva de palmas.

Leu a seguir sua brilhante conferência que mereceu, no fim, prolongada salva de palmas. O distinto orador foi depois bastante cumprimentado pelos presentes.

O presidente, Dr. Felte Bezerra, antes de encerrar a sessão proferiu eloquente improviso, agradecendo ao orador a sua colaboração para o êxito das comemorações e aos demais o seu comparecimento á sessão.

Declarou, a seguir, encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral senhor Epifânio da Fonseca Dória, na falta justificada do segundo secretário, Dr. Joel Aguiar.

(aa) Felte Bezerra
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 19 de dezembro de 1952.

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos cinqüenta e dois, ás dezessete horas, no edificio do Instituto, presentes os Drs. Felte Bezerra e Joel Aguiar, a professôra Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas as atas de 10 de novembro, e de 6 e 7 dêste mês. O expediente constou do seguinte :

Cartas (10), do escritor conterrâneo Abdon Carvalho Lima prontificando-se a mandar livros à biblioteca dêste Instituto; do escritor conterrâneo Dr. José Luiz Bittencourt, residente em Goiânia, Estado de Goiás em idêntico sentido; do consócio capitão Jaime Rollemberg de Lima, prometendo providenciar a vinda de números da Revista do Club Militar; do consócio Dr. Orlando Damasceno, comunicando que em breve enviará crescido donativo de livros ao Instituto; do Dr. David Carneiro, agradecendo a sua eleição de sócio honorário e prometendo enviar livros de sua autoria cujas edições não estejam esgotadas; do consócio Dr. Serge Debarbieux, agradecendo a sua eleição de sócio; do consócio Dr. José Calazans Brandão da Silva, comunicando ter-se entendido com a viúva do marechal Siqueira Menezes, a quem transmitiu o convite do govêrno do Estado para vir assistir, como hóspede do Estado, às comemorações do centenário do seu saudoso espôso, tendo a mesma declarado não poder comparecer às referidas solenidades por motivo de saúde; do consócio Dr. Otávio do Espírito Santo, dando suas impressões sôbre sua visita ao Instituto; da Oficina de Ciências Sociais da União Pan-Americana, pedindo retificação de enderêço; do Dr. Xavier Mencos Guajardo Fajardo, pedindo a remessa de livros para figurarem em uma bibliografia que está organizando.

Cartão de Representações Brasil Ltda., enviando votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo.

Circulares (4), de Armando Augusto da Silva Freire (duas) propondo-se a providenciar sôbre o pagamento do auxilio e da subvenção federais concedidos ao Instituto no orçamento do corrente exercício; da União Sergipana dos Estudantes Secundários e da União Espírita Sergipana, comunicando a eleição e posse de suas novas diretorias.

Ofícios (8), do Departamento de Assistência a Psicopatas, de S. Paulo, remetendo exemplares de sua revista; do capitão dos portos dêste Estado, comunicando a sua deliberação de realizar a semana do marinheiro e pedindo a indicação de um sócio do Instituto para tomar parte nas solenidades, com uma palestra na rádio-difusora; da Academia de Letras José de Alencar, de Cu-

ritiba, Paraná, remetendo seus Anuários; do diretor da Escola de Química de Sergipe, agradecendo o convite que lhe foi feito para as solenidades do centenário do marechal Siqueira Menezes; do comandante do 28 B.C., comunicando ter designado o major Orlando Moreira Benjamine de Viveiros para dissertar, em nome das forças armadas sediadas no Estado, sobre a vida do marechal Siqueira na romaria ao seu monumento, projetada pelo Instituto; da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pedindo a remessa do último número da Revista do Instituto; do Secretário da Segurança Pública do Estado, agradecendo o convite que se lhe fez para tomar parte nas comemorações do centenário do marechal Siqueira Menezes; do Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, comunicando a remessa de volumes que lhe foram solicitados.

Parceres (4) que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (5) para serem aceitos sócios efetivos Antônio Correia de Andrade, Arnon Rodrigues Sandes, Dr. José Benedito de Oliveira Bonfim e major Antônio Carlos do Nascimento Junior, e para sócios correspondentes Abdou Carvalho Lima e Dr. José Luiz Bittencourt. Foram todos encaminhados à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (2) do Secretário da presidência da República, Dr. Lourival Fontes, censando o recebimento do telegrama do sodalício, pedindo o apoio do chefe da nação para as comemorações do centenário do marechal Siqueira Menezes e do comandante da região militar, comunicando ter providenciado para que as forças sob o comando na região, sediadas em Sergipe, prestassem concurso às solenidades do centenário acima referido.

Aberta a ordem do dia foram lidos, um a um, discutidos e votados também, um a um, os quatro pareceres recebidos da Comissão de Admissão de Sócios, um opinando pela aceitação do Dr. Abdou de Barros Monte para o quadro de sócios efetivos, outro opinando pela aceitação dos Drs. Francisco Leite Neto, Amando Fontes e Industrial Francisco de Barros Melo para o quadro de sócios beneméritos, outro opinando pela aceitação do Dr. Otávio do Espírito Santo para o quadro de sócios correspondentes e outro opinando pela aceitação dos Drs. Mário Ypiranga Monteiro e

Norberto de Castro y Tosi, êste residente em Madrid, na Espanha, para o quadro de sôcios correspondentes.

Todos os pareceres foram aprovados unânimemente.

O secretário geral Epifânio Dória propôs que, como se vem fazendo nos últimos anos, se concedesse aos que servem ao Instituto um abono de Natal, correspondente à metade da gratificação ordinária mensal de cada um, o que foi aprovado.

Propôs ainda que estando no Estado, a passeio, em companhia de sua esposa, o sócio benfeitor Dr. Francisco Antônio de Oliveira, se marcasse uma sessão especial para recebê-lo solenemente, entregando-se-lhe o respectivo diploma. Ficou marcado o dia 3 de janeiro a seguir para a realização dessa solenidade.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral Epifânio da Fonseca Dória.

(aa) Felte Bezerra
Maria da Conceição Melo Costa
Epifânio da Fonseca Dória

LEI N.º 57

De 28 de novembro de 1960

CONCEDE AUXÍLIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU :

Faço saber que a Câmara de Vereadores dêste Município decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

- Art. 1.º — Fica concedido ao “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe”, um auxílio de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), para a ereção de um busto em bronze ao General Ivo do Prado, na Av. do seu nome.
- Art. 2.º — A despesa decorrente do referido auxílio correrá por conta do recurso disponível do corrente exercício.
- Art. 3.º — Fica aberto o crédito especial da referida importância para ser pago ao mencionado sodalício, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Inácio Barbosa”, em Aracaju, 28 de novembro de 1960.

(aa) José Conrado de Araújo
Hélio Fontes de Araújo Gois

RESOLUÇÃO N.º 15

De 6 de março de 1961

Concede aumento de gratificações

O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe :
Faço saber que a Diretoria, em sessão hoje realizada, adotou, *ad referendum* da Assembléia Geral, em sua primeira reunião a verificar-se, a seguinte

RESOLUÇÃO :

Art. 1.º — Passa a ser de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) mensais, a partir do dia 1.º do mês fluente, a gratificação do auxiliar administrativo Emetério Francisco do Nascimento, sem alteração do seu horário de trabalho, que continú a ser de três horas por dia útil, excluídos os sábados.

Art. 2.º — Passa a ser igualmente de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) a partir do dia 1.º do mês vigente, a gratificação da zeladora Josefa Ferreira do Nascimento, também sem alteração de suas obrigações funcionais.

Art. 3.º — A auxiliar de zeladora Maria José da Hora, admitida a título não permanente para executar serviços eventuais, é abonada a gratificação mensal de mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500,00) a partir do dia 1.º deste mês.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, 6 de Março de 1961

(aa) Manuel Ferreira da Silva Neto
Epifânio da Fonseca Dória

FALECIMENTOS

No decorrer do ano de 1960 o lápis da morte cancelou em nosso quadro de sócios os seguintes nomes, que enumeramos com indicação das respectivas classes :

EFETIVOS : Dr. Antônio Garcia Rosa, a 28 de agosto; Dr. Clodoaldo Vieira Passos, a 18 de maio; Demócrito de Brito Côrtes, a 24 de julho; Dr. Francisco Alberto Bragança de Azevedo, a 6 de janeiro.

BENFEITORES : Dr. Clovis Botelho Vieira, em S. Paulo, a 23 de julho; Dr. Luiz Guaraná, na cidade do Rio de Janeiro, a 6 de novembro.

HONORÁRIOS : Dr. Adolfo de Ávila Lima, nesta Capital, a 27 de abril.

EFETIVOS PERPÊTUOS : Gonçalo Barreto de Menezes, em Guaratinguetá, S. Paulo, a 27 de janeiro, e Dr. Carlos Leopoldo Fontes Ribeiro, em Juiz de Fora, Estado de Minas.

CORRESPONDENTES : Dr. Otávio Mangabeira, no Rio de Janeiro, a 29 de novembro; Dr. Francisco Gomes de Oliveira Neto, em Salvador, Bahia, a 27 de setembro de 1959; Dr. Francisco da Conceição Menezes, também em Salvador, Bahia. Era então secretário do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, ao qual prestou relevantes serviços. Foi vítima de enfarto do miocárdio.

Registamos também aqui o falecimento, nesta Capital, do coronel Jadiel Benevides, ocorrido a 23 de outubro de 1954. Infelizmente só agora viemos a ter conhecimento de sua morte. Foi generoso para com o Instituto, a que fez donativos de objetos

preciosos, entre êles uma rica trolha de prata, com cabo de marfim ou coisa parecida, trolha que serviu na solenidade do batimento da primeira pedra do edificio do Clube dos Bandeirantes, do Rio de Janeiro, em 1928.

*Inte a
vesta!*

Fazemos êste piedoso registo com a maior união cívica. Todos êsses nomes, cancelados pelo fatídico lápis da morte, merecem a veneração da posteridade reconhecida. Não nivelamos os valores, cada qual com o seu na sua esfera de ação e segundo suas próprias inclinações pessoais. . . .

Aí estão Garcia Rosa, o mavioso cantor da Musa lírica, e Otávio Mangabeira, o notável estadista e parlamentar que tanto honrou as altas tradições de sua grande terra, a Bahia.

I N D I C E

Antelóquio	3
A História da Freguesia de Simão Dias pelo Jornalista Carvalho Déda	5
O Afonseca vencido pelo Jacaré, Prof. Sebrão Sobrinho	16
A Sedutora Personalidade do General Osório pelo Ten. Cel. Luiz Felipe Silva Wiedemann	22
O Poeta Garcia Rosa por Jordão de Oliveira	30
Educadores e Sociólogos se Completam e se Precisam. Hoje mais do que nunca por José Amado Nascimento	38
✕ Xangô de Zeca por Felte Bezerra	72
Revivendo Fausto Cardoso por Zózimo Lima	85
✕ Palestra sôbre Hermes Fontes por J. de Magalhães Carneiro	90
A Primeira Transferência da Capital do Brasil por Ale- xandre Passos	94
✕ Bibliografia do Folclore Sergipano por Paulo de Carvalho Neto	104
O Voto Secreto em Sergipe por J. Pires Wynne	119
O Presidente de 30 por J. Pires Wynne	121
Discurso de Posse da Cátedra de Modelo Vivo da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, Proferido pelo seu Titular Professor Jordão de Oli- veira em 14-XI-1960	123
As Seduções por Émile Verhaeren	128
✕ Introdução ao Estudo do Sergipano por Nunes Mendonça	133
Correspondência Oficial do Governo da Província de Sergipe com o Governo Imperial	149
A Cidade do Riachão do Dantas, como Começou pelo Desemb. João Dantas Martins dos Reis	174
Recordações de Uma Viagem (1959) pelo Dr. João Rodri- gues da Costa Dória	187
Sôbre a Vida de Um Legítimo Sergipano pelo Dr. J. R. Bastos Coelho	216
Atas das Sessões do Instituto (1952)	219
Lei n.º 57	257
Resolução n.º 15	258
Falecimentos	259
Quadro Social em 31 de Dezembro de 1960	261